



Revista Letras

Nº 112 - Jul./Dez. 2025

<http://revistas.ufpr.br/letras>

Editores: Márcio Renato Guimarães e Marina Chiara Legroski

Organizadores do Dossiê Temático Centenário de Aryon Dall’Igna Rodrigues

José Borges Neto e Carlos Alberto Faraco

Conselho Editorial

Antonio Dimas (USP), Beatriz Gabbiani (Universidad de la República do Uruguai), Carlos Alberto Faraco (ufpr), Carlos Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), Elena Godoi (UFPR), Filomena Yoshie Hirata (USP), Gilda Santos (UFRJ), José Borges Neto (UFPR), Júlio Cesar Valladão Diniz (PUC-RJ), Lúcia Negri (UFPR), Lúcia Sá (Manchester University), Lucia Sgobaro Zanette (UFPR), Maria Lucia de Barros Camargo (UFSC), Marília dos Santos Lima (UNISINOS), Mauri Furlan (UFSC), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Rodolfo A. Franconi (Dartmouth College), Rodolfo Ilari (UNICAMP)

Conselho Consultivo

Adalberto Müller (UFF), Álvaro Faleiros (USP), Brunno Vinicius Gonçalves Vieira (UNESP-Araraquara), Fernando Cabral Martins (Universidade Nova de Lisboa), Helena Martins (PUC-RJ), Irene Aron (USP), Isabella Tardin Cardoso (UNICAMP), Juliana Perez (USP), Luciana Villas Boas (UFRJ), Márcia Martins (PUC-RJ), Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP), Matthew Leigh (University of Oxford), Patrick Farrell (University of California/Davis)

SUMÁRIO

Dossiê Centenário de Aryon Dall’Igna Rodrigues

- 3 APRESENTAÇÃO
 José Borges Neto
 Carlos Alberto Faraco
- 6 ARYON RODRIGUES PROFESSOR HONORIS CAUSA DA UFPR
 José Borges Neto
 Carlos Alberto Faraco
- 14 ARYON RODRIGUES (1925–2025) E EU
 Cristina Altman
- 56 ARYON RODRIGUES: MESTRE, COLEGA E AMIGO
 Wolf Dietrich
- 63 FONOLOGIA DE LÍNGUAS INDÍGENAS EM ARYON RODRIGUES
 Wilmar da Rocha D’Angelis
- 96 A CLASSIFICAÇÃO SOCIAL DOS ANIMAIS EM KAINGANG APRENDIDA
 NO KIKI DOS BICHOS
 Juracilda Veiga
- 121 FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS LINGUÍSTICAS E PROFESSORES
 INDÍGENAS XETÁ NO PARANÁ: A CONTRIBUIÇÃO DE ARYON
 DALL’IGNA RODRIGUES
 Lúcio Tadeu Mota
 Maria Simone Jacomini Novak
 Rosangela Célia Faustino
- 141 NOTAS SOBRE LÍNGUA, HISTÓRIA E AFETOS: PROFESSOR ARYON E O
 POVO XETÁ
 Lilianny Rodriguez Barreto dos Passos
- 156 UM FRUSTRATIVO TUPI: USOS E FUNÇÕES DE TIPE EM KÁAPOR
 Gustavo de Godoy e Silva

TRADUÇÃO

- 181 A HISTORIOGRAFIA DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM: INTERESSES E
 PROGRAMAS
 Pierre Swiggers
 Traduzido por
 Emily Gonçalves de Medeiros Ferreira
 Francisco Eduardo Vieira

DOSSIÊ “CENTENÁRIO DE ARYON DALL’IGNA RODRIGUES”

Aryon Dall’Igna Rodrigues foi um linguista que Curitiba legou ao Brasil e, por que não dizê-lo, ao mundo. Aryon nasceu em Curitiba em 04 de julho de 1925 e desde muito novo interessou-se pela linguística – particularmente pela linguística de línguas indígenas. Aos 15 anos de idade – ainda aluno da segunda série do curso secundário do Ginásio Paranaense – publicou, no “jornalzinho do Ginásio”, seu primeiro trabalho: “*Diferenças fonéticas entre o Tupi e o Guarani*”. Não por acaso, um trabalho sobre línguas indígenas, assunto de seu interesse especial, incentivado por seu professor de Língua Portuguesa Rosário Farâni Mansur Guérios, pioneiro nesses estudos no Paraná. Ainda enquanto estudante secundarista, Aryon publicou, também no “jornalzinho do Ginásio”, o texto “*Influência portuguesa na sintaxe do Nheengatu*”. Já fora do Ginásio Paranaense, mas antes de ingressar no curso superior, Aryon escreveu “*O artigo definido e os numerais na língua Kiriri – Vocabulário Português-Kiriri e Kiriri-Português*” que, por iniciativa de Mansur Guérios, foi publicado nos *Arquivos do Museu Paranaense* (em 1942). Neste mesmo periódico, em 1945, publicou uma versão mais elaborada e expandida do primeiro texto publicado no “jornalzinho do Ginásio”: “*Diferenças fonéticas entre o Tupi e o Guarani*”.

Cremos que cabe aqui uma digressão. Nos anos 1930, durante o governo Vargas, o Interventor Manuel Ribas nomeou diretor do Museu Paranaense o Dr. José Loureiro de Ascensão Fernandes, médico urologista também com formação em antropologia. Loureiro Fernandes pensava que um museu, além de ser um lugar de exposição de peças e artefatos, devia ser também um lugar de pesquisas. Nesse sentido, criou, no Museu, um Instituto de Pesquisas que reunia uma série de pesquisadores de diversas áreas de conhecimento como a zoologia, a entomologia, a botânica, a geologia, a antropologia e a linguística. Loureiro Fernandes criou, também, um periódico chamado *Arquivos do Museu Paranaense*, que foi publicado até 1959. O responsável pela área de linguística nesse Instituto de Pesquisas era Mansur Guérios, que desde o início dos anos 1930 vinha investigando línguas indígenas: o Kaingáng, o Bororo, o Canela-Merrime, o Kayapó, o Xokleng e o Xetá. Em 1935, Mansur Guérios publicou na *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, entidade ligada à direita intelectual católica de Curitiba, um texto programático que dava uma direção metodológica para o estudos das línguas indígenas, particularmente para a família linguística Tupi-Guarani, chamado *Novos rumos da tupinologia*, em que defendia a posição de que o estudo de tais línguas devia seguir os princípios e métodos da linguística histórico-comparativa desenvolvidos na investigação das línguas indo-europeias.

Em 1938, criou-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná e boa parte de seu corpo docente já participava do grupo de pesquisas do Museu. Entre eles, encontrava-se Mansur Guérios, como responsável pela cátedra de Língua Portuguesa. Como os professores da Faculdade de Filosofia eram contratados em tempo parcial, suas pesquisas continuaram sendo realizadas no Museu Paranaense e publicadas nos *Arquivos*.

Durante alguns anos, o Instituto de Pesquisas do Museu Paranaense e a Faculdade de Filosofia andaram de mãos dadas.

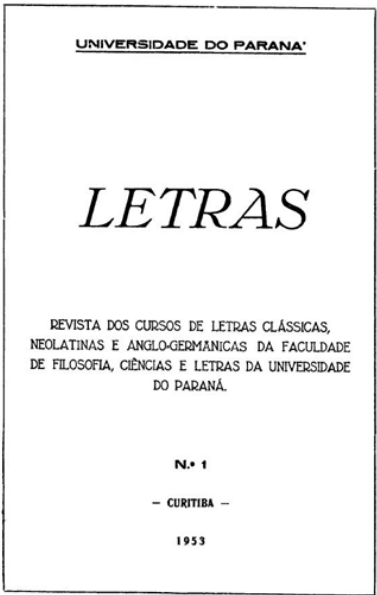
Aryon só vai ingressar na Universidade do Paraná (ainda não federalizada) em 1947, onde se licencia em Letras Clássicas em 1950. Na Universidade, reencontra Mansur Guérios e passa a colaborar no Instituto de Pesquisas do Museu. Após a formatura, Aryon é aprovado em concurso para professor de Português no Colégio Estadual do Paraná (um novo nome para o antigo Ginásio Paranaense), onde lecionou até afastar-se em 1954 para fazer o doutorado na Alemanha.

Em fevereiro de 1959, Aryon defende a tese “Fonologia da Língua Tupinambá” (*Phonologie der Tupinambá-Sprache*) na Universidade de Hamburgo, mas só retorna ao Brasil em 1960. Imediatamente após o retorno, começa a trabalhar na já então Universidade Federal do Paraná, dividindo-se entre o Departamento de Letras, onde lecionava Linguística, e o Departamento de Antropologia, onde lecionava Etnografia Brasileira e Língua Tupi.

A convite de Darcy Ribeiro, então Ministro da Educação, Aryon encerra seus trabalhos junto à UFPR e transfere-se, em 1963, para a recém-criada Universidade de Brasília, onde cria o primeiro Departamento de Linguística e o primeiro curso de pós-graduação em Linguística do Brasil.

A Universidade Federal do Paraná não poderia deixar de comemorar o centenário de nascimento de Aryon Dall’Igna Rodrigues, o ginasiano que, instruído e incentivado por seus mestres, tornou-se, talvez, o mais renomado pesquisador das línguas indígenas brasileiras, no Brasil e no exterior. Para tanto, organizou-se este dossiê que vai publicado na *Revista Letras* – periódico criado em 1953 e que é o mais antigo da área ainda em circulação – e que contou com uma colaboração de Aryon Rodrigues já em seu primeiro número.

4



MORFOLOGIA DO VERBO TUPI

Aryon Dall’Igna Rodrigues
Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná

0. Introdução.
1. O verbo: generalidades.
2. Primeira conjugação.
3. Segunda conjugação.
4. Vozes.
5. Aspectos.
6. Modos.
7. Nomes deverbativos.
8. Verbos ditêmicos.
9. Negação.

0.1. Generalidades. O presente artigo constitui um ensaio de sistematização da morfologia do verbo em Tupi antigo. A expressão Tupi antigo é aqui empregada para designar a língua falada pelos índios Tupinambá do Brasil oriental no período abrangido pelos séculos XVI e XVII. As fontes para o conhecimento desta língua estão especificadas em outro artigo do autor¹; por isso aqui se faz referência apenas às que mais diretamente forneceram material para este trabalho: são as gramáticas de Anchieta e Figueira² e, subsidiariamente, o “Vocabulário na língua brasileira”³; os textos contribuíram pa-

¹ Rodrigues, Aryon Dall’Igna. Roteiro de uma introdução ao estudo da língua Tupi. *Logos* (Curitiba), n. 13 (1951), pp. 53-54.
² Anchieta, Joseph de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, feita pelo p. ... Frei da Riba. Nac. do Rio de Janeiro Rio, 1593. 12 sêntos a edição da Editora Anchieta, S. Paulo, 1940.
³ Figueira, Luís. *Arte de gramática da língua brasileira do padre...* Nova edição dada à luz e anotada por Emilio Albiati. Rio de Janeiro, 1880.
⁴ *Vocabulário na língua brasileira. Manuscrito português-tupi do séc. XVII*, contendo e prefaciado por Filinto Ayrosa. Col. do Dep. de Cultura, vol. XX, S. Paulo, 1928.

O dossiê se organiza da seguinte maneira: Após esta Apresentação, temos um breve texto em que se fala da concessão do título honorífico de *Professor Honoris Causa* ao professor Aryon Rodrigues, que inclui o discurso proferido por Rodrigues na

cerimônia de entrega do título. Em seguida, temos uma longa entrevista que Aryon dá a **Cristina Altman**, professora da USP, em 1992, em que Aryon se manifesta sobre aspectos vários da história da implantação da Linguística no Brasil. Enfim, nesta primeira parte, temos basicamente a própria fala de Aryon sobre suas atividades e relações, manifestando sua interpretação da implantação da Linguística no Brasil, dos linguistas e das instituições envolvidas.

Uma segunda parte se abre com o depoimento de **Wolf Dietrich**, da Universidade de Münster, Alemanha, sobre as relações afetivas e acadêmicas que manteve com Aryon Rodrigues. Em seguida, temos um conjunto de artigos de pesquisadores convidados que tratam de assuntos relacionados com nosso homenageado. Inicialmente, temos o texto *A Fonologia de línguas indígenas em Aryon Rodrigues*, do Prof. **Wilmar D'Angelis**, da Unicamp, que faz uma resenha da tese de doutorado de Aryon Rodrigues – Fonologia da Língua Tupinambá (Phonologie der Tupinambá-Sprache) – e apresenta um panorama das demais contribuições de Rodrigues para a fonologia de línguas indígenas. Na sequência, **Juracilda Veiga**, da FUNAI, nos apresenta o texto *A classificação dos animais em Kaingang aprendida no Kiki dos Bichos*, em que retoma a lista das espécies da fauna em Kaingang, resultado da primeira pesquisa de campo realizada, em 1951, por um Aryon recém-formado (a lista só foi publicada em 2002, com o título de *Classificação dos animais em kaingang*). A autora ainda acrescenta informações sobre o Kiki dos Bichos, mencionado pelo informante “velho Coelho” (José Luis dos Santos), e apenas citado por Aryon. Em anexo, a lista é republicada depois de rigorosa revisão feita por Wilmar D'Angelis. Com o texto *Formação de lideranças linguísticas e professores indígenas Xetá no Paraná: a contribuição de Aryon Dall'Igna Rodrigues* os professores **Lucio Tadeu Mota**, **Maria Simone Jacomini Novak** e **Rosângela Célia Faustino**, todos da Universidade Estadual de Maringá, destacam a importância do trabalho de Aryon Rodrigues no processo de fortalecimento da cultura e língua Xetá no currículo escolar intercultural. **Lilianny Rodriguez Barreto dos Passos**, da equipe da Educação Escolar Indígena da Secretaria da Educação do Paraná, apresenta, no texto *Notas sobre língua, história e afetos: professor Aryon e o povo Xetá*, uma reflexão acerca do arquivo sonoro da língua Xetá constituído pelo linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues junto aos grupos familiares, entre os anos de 1960 e 1961, durante expedições científicas na floresta Serra dos Dourados, região noroeste do estado do Paraná. E, finalmente, o professor **Gustavo de Godoy e Silva**, da UFPR, no texto *Um frustrativo tupi: exemplos de tipe em ka'apor*, analisa um enclítico frustrativo presente em línguas da família tupi.

José Borges Neto
Carlos Alberto Faraco

Aryon Rodrigues *professor honoris causa* da UFPR

José Borges Neto
Carlos Alberto Faraco

Por iniciativa do Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas, o Conselho Universitário da UFPR, em 03 de março de 2009, concedeu a Aryon Rodrigues o título de *Professor Honoris Causa*.

Equivalente ao título de *Doutor Honoris Causa*, mais comumente usado para homenagear figuras destacadas da comunidade, a escolha do título outorgado ao PROFESSOR Aryon Rodrigues serviu como expediente para obter seu retorno à universidade em que se formou e em que lecionou, mesmo que de forma apenas honorífica, eternizando assim sua condição de docente da UFPR.

Na cerimônia de entrega do título, o Prof. Aryon Rodrigues proferiu o discurso que se segue.

Linguística e Antropologia no Paraná nas décadas de 40 a 60 do século passado

Aryon Dall'Igna Rodrigues.

Não é preciso dizer da emoção que sente quem se vê homenageado e, portanto, reconhecido na instituição em que se formou há sessenta anos. Também indizível é a alegria de poder vir aqui, depois de tantos e tantos anos, para ser recebido por professores e estudantes que, em sua maioria, nunca vi antes. Sou, portanto, profundamente grato aos que propuseram esta homenagem e aos que, sem conhecer-me pessoalmente, apoiaram a proposta.

Usando a expressão clássica nos meios universitários internacionais, devo dizer que a Universidade Federal do Paraná é a minha alma mater, a instituição na qual iniciei minha vida acadêmica. Sou bacharel e licenciado em Letras Clássicas por esta universidade, tendo concluído o bacharelado em 1949 e a licenciatura em 1950. Seja-me permitido lembrar, como homenagem que lhes rendo, os nomes dos professores mais específicos do curso de Letras Clássicas: Rosário Farani Mansur Guérios, de Língua Portuguesa e Linguística, Osvaldo Arns, de Língua e Literatura Gregas, Francisco Ribeiro, de Língua Latina, e Fernando Correa de Azevedo, de Literatura Latina.

Minhas relações com a universidade começaram, entretanto, bem antes de minha matrícula como estudante. O início da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras esteve fortemente ligado aos pesquisadores congregados no Museu Paranaense pelo grande incentivador da pesquisa científica no Paraná que foi o médico e antropólogo José Loureiro de Ascensão Fernandes ou, simplesmente, o Dr. Loureiro. No final da década de 1930, ele reorganizou o Museu Paranaense como instituição de pesquisa, estimulando, além da sua área de Antropologia, as de Zoologia, de Botânica, de Geologia e até de Linguística. Alguns dos responsáveis por essas áreas foram também os que deram início

ao ensino das mesmas naquela Faculdade, como ele mesmo, o zoólogo padre Jesus S. More, o farmacêutico e botânico Carlos Stellfeld e o linguista Rosário F. Mansur Guérios. Eu fui aluno de Mansur Guérios já nas três primeiras séries do curso secundário, no Ginásio Paranaense/Externato, atual Colégio Estadual do Paraná, e, desde a segunda série, em 1940, já manifestava interesse pelas línguas indígenas, sobre as quais, sempre que podia, buscava informações na Biblioteca Estadual e na do Museu Paranaense. Esse interesse passou então a ser alimentado pelo professor Mansur Guérios, que me emprestava livros da sua própria biblioteca. Essa relação começou quando apresentei para o jornalzinho do Ginásio, que Mansur Guérios supervisionava, um escrito sobre “Diferenças fonéticas entre o Tupi e o Guarani”, o qual foi publicado sem alterações, o que muito me animou (parece-me, agora, que para aquele professor de língua materna o estímulo para o desenvolvimento da produção escrita estava em deixar as rédeas soltas e não em prendê-las por purismo ou sofisticação estilística). Na terceira série, apresentei outro trabalho, “Influência portuguesa na sintaxe do Nheengatu”, igualmente publicado no jornal. No ano seguinte, entusiasmado com uma gramática do século XVII sobre uma língua indígena não Tupi, fiz algumas observações gramaticais sobre a mesma e fiz o levantamento do léxico contido na gramática, o qual organizei alfabeticamente. O professor Mansur Guérios decidiu publicar esse trabalho nos Arquivos do museu Paranaense, a nova revista científica que no ano anterior havia sido lançada por Loureiro Fernandes. Trata-se de “O artigo definido e os numerais na língua Kiriri – Vocabulário Português-Kiriri e Kiriri-Português”. Salvo as ligeiras notas sobre os numerais e o que então me pareceu ser um “artigo definido”, trata-se de um trabalho de edição (Arquivos do museu Paranaense 2: 179-212, Curitiba, 1942). Antes de entrar na universidade ainda publiquei nos Arquivos do Museu mais um artigo, que foi uma versão mais elaborada e expandida do primeiro escrito do jornal do Ginásio: “Diferenças fonéticas entre o Tupi e o Guarani” (Arquivos do Museu Paranaense 4: 333-354, Curitiba, 1945).

De 1943 a 1945, tive de deixar o Ginásio Paranaense, que então só tinha cursos diurnos, para trabalhar de dia e estudar à noite, o que se deu no Colégio Novo Ateneu, onde passei a trabalhar como bedel e factotum durante o dia e a fazer o curso científico à noite. Durante esse período, tive minhas primeiras experiências docentes, pois uma noite fui convocado pela direção do colégio para substituir naquela semana um professor do curso primário noturno no bairro da Água Verde e fui ensaiar o ensino não só do Português, mas também da aritmética, da geografia e da história. No semestre seguinte, foi-me determinado assumir o ensino de Francês numa turma ginásial! Pretendia fazer o vestibular para a universidade no início de 1946, mas fui convocado em dezembro de 1945 para o serviço militar e designado para servir desde janeiro de 1946 na artilharia da costa, no Forte de Paranaguá, na Ilha do Mel. O comandante da bateria não aceitou liberar-me para o vestibular e assim passei todo o ano de

1946 como recruta, praça e cabo na ilha, com apenas uma interrupção para a cura de uma malária no Hospital Militar de Curitiba, tendo saído no fim do ano como terceiro sargento para a reserva.

Voltando a Curitiba, dei aulas de Latim num cursinho pré-vestibular para Direito, fiz o exame vestibular para Letras e matriculei-me no curso de Letras Clássicas desta, que então, ainda era a única universidade no Paraná. Aí voltei a ser aluno de Mansur Guérios, que na sua cadeira de Língua Portuguesa ensinava muito da Linguística, a qual, por si só, não tinha espaço nesta como nas demais universidades brasileiras; a única exceção era a Federal do Rio de Janeiro, onde a congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, após muita resistência de vários professores, incluía a Linguística como disciplina, mas só do curso de Letras Clássicas e só para os alunos do terceiro e último ano. Lá foi professor de tempo parcial dessa disciplina o grande linguista brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Embora estudando Latim e Grego e suas respectivas literaturas, continuei ocupando-me das línguas indígenas e publiquei vários artigos na revista Logos do Centro Acadêmico da Faculdade. Também continuei a interessar-me por outras línguas, estudei um pouco de Árabe num manual de conversação (*Il arabo parlato a Tripoli*) e comecei a traduzir para o Português uma gramática da língua sânscrita publicada em Viena, os dois livros, como tantos outros, emprestados a mim pelo Prof. Mansur Guérios. Além disso, passei a colaborar no Instituto de Pesquisas da Universidade, criado e dirigido pelo professor Loureiro Fernandes. Aí colaborei principalmente em projetos de documentação etnográfica e linguística, assim como de escavação arqueológica de sambaquis. Concluída a graduação em Letras Clássicas, fiz concurso para professor de Português no Colégio Estadual do Paraná, onde lecionei até afastar-me para fazer o doutorado no exterior. Continuei, entretanto, colaborando no Instituto de Pesquisas, tendo feito, já em 1950, uma primeira viagem de campo aos índios Kaingáng de Mangueirinha, em companhia de outro colaborador, Oldemar Blasi, formado em Geografia e História e interessado em Etnografia. Ainda para o Instituto de Pesquisas fiz excursões de documentação aos índios Kaingáng do Rio das Cobras, a uma comunidade de agricultores no Vale do Rio Ribeira, então no município de Cerro Azul, e à comunidade negra do município da Lapa para documentar e organizar a Congada. Nessa época fui também membro e secretário executivo da Comissão Paranaense de Folclore e lecionei Folclore na Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Foi em 1953 que o Prof. Mansur Guérios organizou a revista Letras, como órgão da área de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desta universidade, revista que, com mais de cinquenta anos, ainda está viva, e no seu primeiro número foi publicado meu trabalho sobre a “Morfologia do verbo Tupi” (Letras 1: 121-152, Curitiba, 1953).

Naquele ano de 1953, o Dr. Reinhold Bossmann, professor de Alemão na Faculdade, incentivou-me a candidatar-me a uma bolsa de estudos da Fundação

Alexandre Humboldt, e como meu interesse maior era pela Linguística e, mais particularmente, pela Fonética, sugeriu-me que escolhesse a Universidade de Munique, na qual estava um grande foneticista, o Prof. Forchhammer. Fiz o pedido e obtive a bolsa por um ano, renovável por mais um, a partir de outubro de 1954. Mas a bolsa não incluía a passagem e eu não tinha dinheiro para comprá-la. Meus ex-professores aqui sugeriram que pedisse à reitoria, mas esta informou que não tinha recursos. Encontrei-me, então, com o antropólogo Edison Carneiro, que viera fazer uma palestra em Curitiba, e que era então conselheiro da CAPES. Ele me disse para dirigir-me a essa instituição, mas dela recebi resposta negativa, informando que naquele ano não haviam sido previstas bolsas para a área de Letras. Falei também com o adido cultural da Embaixada da Alemanha, o qual se surpreendeu com a resposta da CAPES, pois havia um acordo segundo o qual os bolsistas selecionados pela Humboldt recebiam passagens da CAPES. Diante do impasse, aconselhou-me pedir à Fundação o adiamento para o ano seguinte, o que eu fiz. Porém, responderam que o adiamento não era possível, mas que, se eu chegasse para o segundo período letivo daquele ano e pedisse então a renovação, ficaria com um ano e meio de bolsa. Foi o que fiz, pus-me a dar aulas para juntar o dinheiro, comprei a passagem na agência de viagens do pai do famoso físico César Lattes e viajei de navio até Gênova e de lá, através de Milão e da Suíça, até Friburgo na Alemanha, onde fui encontrar o Freddy Eberlin, um estudante alemão que fez o curso de Letras Neolatinas aqui nesta universidade e que foi por algum tempo o coordenador da revista Logos do Centro Acadêmico e publicador nela de alguns dos meus artigos. Depois de uma semana, segui para Munique, onde me matriculei em 12 disciplinas (a maioria delas de 2 horas semanais). A maioria das universidades alemãs tinha o regime de libertas academica (akademische Freiheit), que permitia aos estudantes escolher livremente a cada semestre as disciplinas que mais lhes conviessem a partir de um rico catálogo de ofertas. Escolhi Sânscrito, Persa antigo, Romeno para principiantes, Dialectologia alemã, Linguística indo-europeia e outras disciplinas. Mas nada de Fonética: o Prof. Forchhammer tinha acabado de aposentar-se e ainda não havia um outro foneticista. Em compensação, havia o Colloquium linguisticum, uma reunião semanal, à tarde, mantido pelo professor aposentado Ferdinand Sommer, já octogenário, famoso por ter sido (com o tcheco B. Hrozny) um dos decifradores da escrita do povo hitita e por ter demonstrado que a língua hitita era mais um ramo da família indo-europeia. O colóquio era frequentado mais por doutorandos ou professores assistentes e era seguido, no fim da tarde, pela saída de todos para um café próximo à universidade, onde as conversas ficavam mais livres. O tema naquele semestre era a discussão de aspectos linguísticos de algumas obras de Plauto, o dramaturgo arcaizante do século IV a. C. Como, nas primeiras sessões, a curiosidade de alguns participantes recaiu sobre este estrangeiro, que falava muito mal o Alemão, ficaram sabendo que eu trabalhava com línguas

do Brasil e isso levou o Prof. Sommer a convidar-me para fazer uma exposição sobre algum aspecto do Tupi antigo. Com muito esforço e com a ajuda de outro participante do Colóquio, o Dr. H. Berg, escrevi sobre um aspecto da gramática daquela língua indígena. Houve tanto interesse e tantas perguntas sobre outros aspectos, que o Prof. Sommer me propôs que continuasse na semana seguinte, e depois na seguinte, e assim foi até o final do semestre. O nosso Tupi arcaico tomou o lugar do Latim arcaico de Plauto. Dessa situação resultou meu primeiro artigo publicado em Alemão e na Alemanha – “Morphologische Erscheinungen einer Indianersprache” (Fenômenos morfológicos de uma língua de índios) (Münchener Studien zur Sprachwissenschaft 7: 79-88, Munique, 1955).

Apesar disso, o programa da Universidade de Munique não correspondia à minha maior necessidade, que era a de desenvolver o conhecimento fonético e a prática da fonética inexistentes no Brasil e essenciais para o estudo das línguas indígenas. Busquei nos catálogos das demais universidades alemãs e vi que só duas tinham programas de fonética e fonologia – a de Colônia e a de Hamburgo. Numa ida a Bonn para uma reunião de bolsistas da Fundação Humboldt, aproveitei para ir a Colônia conhecer o Prof. Meyer-Eppler, que lá ensinava fonética e fonologia e até assisti a uma aula dele. Mas acabei optando por Hamburgo, cujo Laboratório de Fonética havia sido criado pelo mais famoso foneticista da primeira metade do século XX, Giulio Panconcelli-Calzia, e agora era dirigido pelo Prof. Otto von Essen, que trabalhava com a fonética das línguas africanas dos Hotentotes. Além do laboratório de fonética, a Universidade de Hamburgo tinha um departamento de línguas africanas e outro de línguas malaio-polinésias. Havia lá, portanto, especialistas nas situações linguísticas mais próximas das que nós no Brasil devíamos enfrentar no estudo das línguas dos povos indígenas daqui.

Pedi e obtive autorização da Fundação Humboldt para a transferência e, a partir de outubro de 1955, passei a estudar na Universidade de Hamburgo. Onde a Fundação me sustentou até junho de 1956, fim do período de renovação da bolsa. Inscrevi-me para o doutorado, tomando a Fonética como área de concentração, as línguas africanas como primeira área subsidiária e as línguas malaio-polinésias como segunda área subsidiária. Depois de cursar um semestre de Malaio Indonésio (Bahasa Indonesia), desisti dessa última área subsidiária, pois o professor que assumira a mesma só mostrava interesse no ensino da língua para fins práticos. Minha segunda área subsidiária passou a ser filologia ibero-americana. Meu orientador foi o Prof. von Esse e o tema da tese foi a fonologia da língua tupinambá (Phonologie der Tupinambá-Sprache. Universität Hamburg, 1959), defendida em fevereiro de 1959. Para manter-me após o término da bolsa da Humboldt, passei a dar aulas de Português no Instituto Ibero-americano da universidade. No início de 1957, passei um mês em Portugal com uma ajuda do Departamento de Línguas e Culturas Africanas para fazer um levantamento da bibliografia portuguesa sobre línguas

de Angola, Moçambique e Guiné, tendo trabalhado na biblioteca de Lisboa e nas de Coimbra, Évora, Porto e Braga. Estabeleci contacto com vários colegas portugueses, sobretudo Rodrigo de Sá Nogueira e Luís Felipe Lindley Cintra, em Lisboa, e Manoel da Paiva Boléo e José Herculano de Carvalho, em Coimbra. Em seguida, fui para Zurique, na Suíça, com bolsa de seis meses do Fundo Nacional Suíço para Pesquisas, a fim de analisar os dados da língua indígena Tupari, de Rondônia, registrados pelo etnólogo Franz Caspar. Em 1958, tratei de acabar a tese, com uma bolsa da Fundação Ibero-América, e fiquei em Hamburgo ainda todo o ano de 1959, trabalhando como assistente científico do Departamento de Línguas e Culturas Africanas, então dirigido pelo Prof. Johannes Lukas, especialista em línguas faladas ao sul do Sahara, com o qual eu havia feito um curso de língua Hausa (do nordeste da Nigéria), além de ter seguido também cursos de Kimbundu (Quimbundo, de Angola) e Ewe (de Gana e Benin). Para fixar-me naquele departamento, como desejava o Prof. Lukas, devia submeter um projeto de pesquisa na África e estive considerando ir fazer um levantamento linguístico na Guiné Portuguesa (hoje Guiné-Bissau), cujas línguas ainda eram pouco conhecidas.

Foi então que recebi convite do Prof. Loureiro Fernandes para vir trabalhar na Universidade Federal do Paraná. Ele teve de superar uma dificuldade administrativa, já que, naquela época, a instituição não tinha nenhum professor trabalhando em tempo integral. Como eu viria trabalhar no Departamento de Letras e no de Antropologia, o reitor concordou e o Prof. Loureiro me deu o sinal verde para vir. Comprometi-me a trazer para o Departamento de Antropologia um gravador de som da melhor qualidade então disponível e, mesmo antes de minha vinda, enviar um projeto para instalação nesse departamento de uma câmara acusticamente neutra para a gravação de som. Cheguei em janeiro de 1960, vindo num navio cargueiro de Hamburgo a Santos, com passagem paga pela Fundação Ibero-América. Como o navio fez uma escala de dois dias no Rio de Janeiro, aproveitei para visitar o antropólogo Darcy Ribeiro, que eu já conhecia, e este promoveu um encontro com o Prof. Mattoso Câmara Jr., que eu ainda não conhecia pessoalmente e que se fez acompanhar de sua aluna Yonne Leite, a qual já trabalhava no Museu Nacional. Em São Paulo, fiquei uns dias na casa dos antropólogos Harald Schultz e Vilma Chiara, do Museu Paulista, os quais estavam então trabalhando com os índios Krahô, de Goiás (hoje Tocantins) e hospedando um desses índios. Aproveitei para gravar e transcrever uma amostra do vocabulário da língua Krahô, além de executar outras tarefas, como a entrega no Museu Paulista de um caixão com artefatos dos índios Tupari, de Rondônia, enviado na minha bagagem pelo Prof. Franz Caspar.

Enfim, em Curitiba, fui à reitoria da universidade com o Prof. Loureiro Fernandes, onde o reitor Flávio Suplicy de Lacerda me deu as boas-vindas e nos assegurou que estava tudo certo conforme combinado e que dentro de alguns

dia o secretário da reitoria ia me chamar para assinar o contrato. Quando chamado, não pude assinar o contrato, porque era para trabalho em tempo parcial. Voltei ao gabinete do reitor e este me tranquilizou, dizendo que houve um engano, que seria corrigido e que eu seria chamado para assinar a versão correta do contrato. Chamado de novo, o secretário me apresentou o mesmo documento anterior, esclarecendo que não existia a possibilidade de contratos de tempo integral. Dei conhecimento desse problema ao Prof. Loureiro, o qual foi tratar com o reitor e depois me disse ter sido encontrada uma solução para o impasse: eu assinaria o contrato de tempo parcial e passaria a receber uma complementação a ser paga pelo Conselho de Pesquisas da Universidade. E assim foi, de modo que comecei a trabalhar já em março de 1960, dando aulas de Linguística para alunos do primeiro ano dos três cursos de Letras – Português, Neolatinas e Clássicas – e de Etnografia Brasileira e Língua Tupi para os do curso de Geografia e História. Fiquei instalado em uma sala do terceiro andar do então prédio novo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (hoje Edifício D. Pedro I), mas trabalhava também no sexto andar, onde ficava o Departamento de Antropologia. Nas aulas para os alunos de Antropologia, procurava dar um sentido a uma disciplina mista, criada por decreto. Nas outras, para os alunos de Letras, procurava interessar estes na pesquisa científica da língua, tanto na coleta, como na análise e interpretação dos dados. Os cursos não só de Letras, mas também de Geografia e História, como nas demais universidades brasileiras, estavam estritamente voltados para a formação profissional de professores para o ensino ginásial e colegial. Era muito difícil abrir neles espaço para a pesquisa científica – situação que só viria a mudar alguns anos mais tarde, com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação. Embora eu me desse bem com todos os colegas do Departamento de Letras, meus melhores interlocutores para pesquisa estavam nos Departamentos de Genética, de Zoologia, de Geologia, de Botânica, além do de Antropologia e do Prof. Mansur Guérios, no de Letras. Aliás, a primeira conferência pública que fiz aqui foi a convite do geneticista Prof. Newton Freire Maia (“Origens do negro brasileiro”, Série Didática do Conselho de Pesquisas, 1960). Na Antropologia, a pesquisa mais importante foi sobre os índios Xetá. Na década de 1950, quando a empresa COBRINCO, dos governadores Moisés Lupion (Paraná) e Ademar de Barros (São Paulo), começou a desmatar as florestas ao norte do rio Ivaí, ficaram expostos vários grupos do povo Xetá, dos quais havia 40 anos não se tinha notícia. As primeiras notícias causaram sensação e apreensão entre os compradores de terras, mas os responsáveis pela execução do projeto de colonização aparentemente optaram por eliminar os índios. O Prof. Loureiro Fernandes estimulou a busca destes nas matas do Ivaí e, em 1958, juntamente com o engenheiro Vladimir Kozák, teve um encontro com um grupo de várias famílias, que foram filmadas e fotografadas por Kozák. Depois desse encontro, não conseguiram mais encontrar esse grupo. Em 1960, entretanto, Kozák insistiu comigo que havia a possibilidade

de encontrar mais índios Xetá em determinada área. De acordo com o Prof. Loureiro, organizamos a viagem e, nas férias escolares de julho, acabamos dando com duas famílias, sete pessoas ao todo. Eu trabalhei na documentação da língua e Kozák, na da cultura. Terminado julho, tivemos de voltar a Curitiba e ficamos de retornar no início de setembro, na Semana da Pátria. Retornamos efetivamente e então tivemos também a presença do Prof. Loureiro. Ampliamos a documentação e o conhecimento daquelas sete pessoas que, cortadas de todos seus parentes, procuravam levar adiante sua vida e a maneira como sabiam vivê-la, preocupados com as queimadas que se aproximavam. Outra vez, o esquema rígido da universidade nos obrigou a deixá-los, para voltar em janeiro seguinte. Encontramo-los com o acampamento mudado para outro ponto, pois o fogo já ameaçava de perto o anterior. Dessa vez esteve conosco a Dra. Annette Laming, arqueóloga francesa que então trabalhava em convênio com o Departamento de Antropologia e com o Instituto de Pesquisas desta universidade, e que aproveitou para observar a tecnologia de confecção de objetos, especialmente do machado de pedra. Nessas três visitas aos últimos Xetá, fomos acompanhados pelo índio Tuca, recentemente falecido, o qual tinha sido capturado antes de 1960, quando era ainda menino, e criado aqui em Curitiba, na casa do encarregado do Serviço de Proteção aos índios (SPI).

Darcy Ribeiro, quando era ministro da Educação, convidou-me, em 1961, para participar da criação da Universidade de Brasília, projetada segundo um modelo novo, que começaria logo pela institucionalização de cursos de pós-graduação. A nova universidade foi inaugurada em abril de 1962, mas eu, para não interromper abruptamente os cursos que dava aqui na Universidade Federal do Paraná, deixei para incorporar-me a ela somente em fevereiro de 1963. Assim, dei por encerradas minhas atividades aqui no Paraná em janeiro de 1963. Entretanto, em 1967, a convite da Profa. Cecília Maria Helm, voltei a fazer mais uma excursão por conta do Departamento de Antropologia para estudar a língua dos remanescentes Xetá, que tinham sido levados pelo Serviço de Proteção aos Índios de sua terra para uma área dos índios Kaingáng, cujos antepassados eram tradicionais adversários do povo Xetá.

Desculpem-me se esta fala foi toda centrada em mim, mas o título que acaba de ser-me concedido deixou-me muito vaidoso. Espero que os que propuseram este ato tenham tomado em consideração não os episódios de meu início de carreira, mas algo mais, que realmente justifique esta honraria. Muito obrigado a todos.

ARYON RODRIGUES (1925-2025) E EU

Para o Prof. Aryon Rodrigues,
por ocasião do seu primeiro centenário

Cristina Altman

Advertência

Permita o leitor a ousadia do título que coloca uma então aprendiz de historiografa ao lado do grande mestre, pesquisador e autor do programático “*Tarefas da Linguística no Brasil*” (Rodrigues, 1966); organizador do primeiro departamento de Linguística do país (1963), do primeiro curso intensivo de Linguística (verão de 1964) e do primeiro programa autônomo de Pós-graduação em Linguística (mestrado), na Universidade de Brasília (1963). Acrescente-se, ainda, que foi mentor do Programa de Pós-graduação em Linguística do Museu Nacional no Rio de Janeiro (1967-1968), *gatekeeper* da Fundação Ford, primeiro Presidente da ABRALIN (1969-1971), prestigiado acadêmico da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade de Brasília; formador de mais de uma geração de linguistas; participante ativo de todos os debates que movimentaram as associações científicas do país ao longo dos seus primeiros anos de implantação e posterior desenvolvimento.

Nascido em 1925, Aryon Rodrigues obteve sua formação escolar em Curitiba, no Ginásio Paranaense, cujo professor de português, o filólogo baiano José de Sá Nunes (1893-1954), autor do manual de *Língua Vernácula* (Nunes, 1936-1937) fora, para Aryon, um exemplo de erudição. Com a saída de Sá Nunes em 1939, outro professor o substituiria na cátedra de português, [Rosário Farani] Mansur Guérios (1907-1987), promotor do interesse de Aryon pelas línguas indígenas e seu professor nas quatro séries do ginásio.

O nível do ginásio naquela época era outro. Não havia faculdades, todos os intelectuais de humanidades eram professores concursados do Ginásio Paranaense-Externato, ou de outros do sistema estadual. (Aryon Rodrigues, em depoimento pessoal de 1992)

Não retomo aqui a ida de Aryon Rodrigues para o curso científico no Colégio Novo Ateneu, os primeiros artigos publicados, o Doutorado na Alemanha. Remeto o leitor ao *Boletim V do Centro de Estudos e Documentação em Historiografia Linguística* (CEDOCH) que publicou, em 1ª pessoa do singular,¹ parte da formação intelectual de Aryon e

1 O Projeto então denominado “A Linguística no Brasil: estórias e histórias em primeira pessoa do singular” (Altman, C. coord. 1995-2000, CEDOCH DL-USP) tinha como objetivo principal

da sua contribuição para a implantação da disciplina Linguística no país. (Cf. Altman ed. 2000; v. também Grannier 2014; Rodrigues 2009).

Neste sentido, embora inédito, o material aqui transcrito é hoje parcialmente conhecido, já que muita coisa se publicou desde então. Mas, até os anos 1990, as informações que aqui se reproduzem estavam dispersas em acervos individuais, em prefácios de periódicos, em cantos de página de documentos e em notas de rodapé de livros espalhados por todo o país. Com efeito, as informações que o ‘Projeto Primeira Pessoa’ coligiu na sua primeira etapa foram preciosas para que se elaborasse uma primeira historiografia analítica dessa geração (cf. Altman 1993; 1ª ed. 1998; 2ª ed., 2004).

O texto que se segue retoma duas entrevistas a mim concedidas por Aryon, em 1992. Da primeira,² realizada de improviso no mês de janeiro de 1992, nas dependências do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, restam apenas as anotações que embasaram o texto publicado no *Boletim V* do CEDOCH.³ A segunda,⁴ uma entrevista semiestruturada, bem mais longa, gravada, ocorreu em 3 de agosto de 1992, na residência de Aryon e Daniele Grannier, em Brasília. Foi desta segunda entrevista que se recuperou a maior parte dos diálogos que seguem. Aqueles que constam do *Boletim V* do CEDOCH não foram reproduzidos aqui.

Obedecendo às normas do gênero, assinalei entre chaves as interferências, lacunas e omissões da entrevista, bem como os pequenos esclarecimentos, informações e comentários à margem, desde que não interrompessem excessivamente o fluxo da escrita. Dado o tempo de armazenamento dos registros, das variações das condições de conservação, me vi compelida algumas vezes a preencher as lacunas de uma gravação feita há mais de 30 anos, e a interpretar anotações pessoais e erros de transcrição que

o mapeamento das primeiras gerações de linguistas que adentraram no cenário acadêmico brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, bem como da sua produção linguística, tal como se perceberam, ou como foram percebidos por seus contemporâneos. O projeto foi retomado, recentemente, sob o título “Em primeira pessoa do singular e outras crônicas,” (Altman, C. coord. 2020).

2 1ª entrevista: 26 pp. de caderno manuscritas pela entrevistadora, sem registro das perguntas que foram feitas. Há, no depoimento, referências ao trabalho e atuação profissional de pesquisadores brasileiros (entre outros, Mattoso Câmara, Mansur Guérios, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha) e, ainda, referências à formação acadêmica de Aryon Rodrigues. Trata, ainda, da resolução do Conselho Federal de Educação em 1962 e dos responsáveis pelo Currículo Mínimo de Letras; do 1º curso de verão e da ligação de Aryon com o *Summer Institute of Linguistics* (V. Altman ed. 2000).

3 In: <https://cedoch.fllch.usp.br/sites/cedoch.fllch.usp.br/files/upload/paginas/boletim5-009-028.pdf>

4 2ª entrevista: 70 pp. de caderno manuscritas, incluindo “Sumário de entrevista anterior”, anotado pela entrevistadora; material áudio, 4 fitas gravadas, além de fotos. Essa entrevista registra a formação da disciplina Linguística no Brasil; seu processo de institucionalização; as instituições de fomento à pesquisa (tais como a FAPESP e CNPq); as áreas de interesse específicas em cada instituição, região e período; da implementação da Linguística em 1963; do modelo de ensino da USP e da UDF; da formação da Universidade de Brasília e da Unicamp. O depoimento faz referências aos *Princípios de Linguística Geral* de Mattoso Câmara; à pós-graduação do Museu Nacional, da Unicamp e da USP.

cometemos na ocasião, as jovens pesquisadoras do CEDOCH) e eu.⁵

Além dos arranjos de ordem técnica, cometi, ainda, mais dois pecados em relação às boas fontes para uma historiografia: o primeiro, perdoável, foi adicionar subtítulos ao longo da edição da entrevista, de modo a orientar o leitor nas digressões da longa conversa. Pouco alterei, entretanto, da ordem de tratamento dos assuntos. A edição segue na escrita corrente o vai-e-vem da fala de Aryon, Danielle e eu. O segundo pecado, este sim, bem menos perdoável, é reivindicar nessa história o estatuto de aluna de Aryon Rodrigues, ouvinte atenta que fui dos seus ensinamentos, das suas críticas e das suas contribuições às três teses sobre a Linguística Brasileira que defendi na Universidade de São Paulo, nas décadas de 1990 e 2000. Cultivo pelo velho professor muita gratidão e afeto.

Ainda título de advertência, talvez seja oportuno lembrar ao leitor que depoimentos, entrevistas, testemunhos de um agente histórico não são historiografias, mas sim, fontes possíveis para uma historiografia. Resultam de uma visão pessoal do entrevistado sobre fatos reconstruídos a partir de memórias inevitavelmente parciais. São únicos e pessoais, embora não obrigatoriamente falsos. Neste sentido, considere o leitor o texto que se segue como o depoimento de um linguista que foi, a um tempo, observador e agente de uma história que cabe a nós reconstituir e preservar. Os eventuais erros, como de praxe, são de minha responsabilidade.

São Paulo, 26 de março de 2025
Cristina Altman

5 Notadamente Ângela França, Luciana Gimenes e Olga Coelho.

Devidamente instalados na ampla sala do apartamento de Aryon e Daniele Rodrigues, na Universidade de Brasília, gravador ligado, caderno de notas na mão, retomamos a conversa iniciada alguns meses antes, em São Paulo.

[*Marcos da institucionalização da disciplina Linguística*]

Cristina Altman, doravante, [E]: Eu estava pedindo a ajuda do professor para uma periodização.

[Aryon]: Datas que poderiam ser consideradas significativas. Então, houve 1962, 1963, portanto. Tem as duas coisas: tem um certo Brasil que reforça aquilo que você vinha pensando quanto a 1962, que é a criação do primeiro departamento e da primeira pós-graduação [em Brasília], [que] produziu três mestres diretamente: foram a Eunice Pontes,⁶ a Marta Coelho⁷ — que hoje está na UFRJ, como professora — e a Gilda Azevedo⁸ —que hoje está nos Estados Unidos [e] parece que largou a linguística completamente. E, indiretamente, Paulino Vandresen,⁹ que começou em Brasília e depois acabou no Rio de Janeiro.

Você tem outra data, justamente, que é consequência, quando, em 1965, acabou Brasília e a gente se reorganizou no Rio de Janeiro, no Museu Nacional. Foi quando a gente criou o Programa [de Linguística] em 1967, mas ele começou a funcionar em março de 1968. Então, em março de 1968 recomeça a pós-graduação. E a gente deu continuidade. Esse programa se transferiu depois para a UNICAMP [em 1973], mas deixou a conti-

6 Eunice Souza Lima Pontes (n. 1938)
7 Marta M. O. Coelho [?]
8 Gilda C. de Azevedo [?]
9 Paulino Vandresen [?]

ENTREVISTA ARYON RODRIGUES

Cristina Altman

nuidade no Rio de Janeiro também, porque lá [ele] se reorganizou, e hoje tem um programa forte no Rio de Janeiro. Então, 1968 é uma outra data quanto à pós-graduação.

Em 1969... não, antes de chegar em 1969, em 1963 ainda, foi o ano em que se criou o PILEI — Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Línguas — que foi também importante para o Brasil, porque ele é interamericano. Eu participei logo, o Mattoso Câmara¹⁰ participou também logo. Eu participei das discussões iniciais. Mattoso Câmara, ainda não. Mattoso Câmara estava em Washington, como professor na Georgetown University nesse momento. Então fui eu o *delegado* brasileiro, por assim dizer, [inaudível] e foi uma reunião que tivemos em Lima, no começo de 1963, para pensar a ideia daquele Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Línguas. Vieram colegas de vários países, do Uruguai, da Argentina, do Chile, do Peru, naturalmente, do Equador, da Colômbia, dos Estados Unidos e México. E resolvemos que valia a pena, e a gente tinha uma promessa de apoio institucional, a coisa com os Estados Unidos, com a Fundação Ford. Então, fizemos um simpósio, que foi o I *Simpósio do PILEI*, em Cartagena, na Colômbia, ainda em 1963, no fim de 1963. Aí fundou-se formalmente o Programa, e esse Programa consistiu em fomentar a Linguísti-

10 Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970)

ca e a formação de professores de Linguística e Línguas nas Américas; evidentemente, mais na América Latina, porque os Estados Unidos é que não estavam precisando de fomento. Pelo contrário, estavam com condições de apoiar, na ocasião. E, então, fundou-se o Programa e, na reunião de fundação, eu fiquei de fazer contatos para envolver mais gente no Brasil. Então convidei o Matoso Câmara, que ainda estava em Washington, mas veio especialmente para a reunião de Cartagena, o Francisco Gomes de Matos¹¹...

Na ocasião, eu recebi um dinheiro da Ford para fazer uma viagem pelo Brasil, para verificar o que havia de aproveitável no momento — o que podia servir de centro de desenvolvimento — e levantar a situação das investigações também, e então aí foi que eu descobri o Gomes de Matos, lá em Recife. E mais umas outras pessoas, lá em Recife também: a Adair Pimentel Palácio,¹² a Maria do Amparo Barbosa¹³ —que então estava em Recife também, que é uma maranhense, que estava em Recife — e vi que o Gomes de Matos era uma pessoa que, na parte de Linguística Aplicada e ensino de línguas, estava melhor [preparado]; estava com mestrado em Michigan e estava trabalhando firme, tinha idéias firmes, claras, não tinha ‘teia de aranha.’

[E]: As ‘teias de aranha’ seriam, digamos, aquele ‘filologismo,’ vamos chamar assim? Não a Filologia, mas um ‘filologismo’?

[Aryon]: É, o amadorismo também excessivo e a fantasia e tudo isso. Você entendeu que... não! Ele era um camarada que tinha os pés no chão e [era] muito compenetrado, sério, querendo fazer as coisas, e com conhecimento sólido, que tinha aprendido

no seu mestrado. Ele tinha mestrado apenas; mas, naquele tempo, ou era mestrado ou era nada quase.

Eu visitei Salvador e fui conhecer Nelson Rossi,¹⁴ lá na Bahia. Não, desculpe! Como é que foi? Nélon Rossi, como é que foi? Nélon Rossi... Nélon Rossi veio para Brasília também com a gente aqui depois. Mas, nessa visita ainda não foi não. Nesta visita ele não teria vindo para cá ainda. Então foi lá que eu o conheci. Isso mesmo. Eu conheci o seu laboratório de fonética, e o alcance, ou, no caso, o não-alcance, que tinha um laboratório de fonética.

É uma outra história. A gente pode conversar sobre isso: “*A história dos laboratórios de fonética no Brasil*.” A fonética tem um papel importante na história da Linguística no Brasil, no meu ponto de vista, na minha experiência, como um fator inibidor do desenvolvimento da Linguística no Brasil. Mas esse é um outro assunto. Eu fiz contatos no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador...

[E]: No Sul não tinha ninguém?

[Aryon]: Não, no Sul não tinha; naquele momento não tinha nada ainda. Tinha professores. Acho que o Bunse¹⁵ é o mais interessante deles. E lá eu conheci outros que estavam com ele. O assistente dele, que é o Klassmann,¹⁶ que colaborou nos projetos dialetológicos dele depois lá; o Koech, Walter Koech,¹⁷ que trabalhava com o alemão e estava interessado também em Dialectologia, Filologia Alemã, Dialectologia de origem alemã, qualquer coisa assim.

Então eu fiz um levantamento assim, e,

11 Francisco Gomes de Mattos (n. 1933)

12 Adair Pimentel Palácio (1931-2020)

13 Maria do Amparo Barbosa [de Azevedo] (?-?)

14 Nelson Rossi (1927-2014)

15 Heinrich [Adam Wilhelm] Bunse (1911-1990)

16 Mário [Silfredo] Klassmann [?]

17 Walter Koech [?]

ali em São Paulo, o que eu descobri foi no Yázig, que tinha um Centro de Linguística Aplicada e tinha como especialista no Centro, em Linguística Aplicada, um rapaz romeno naturalizado aqui no Brasil, o Garon — lembra-se do Garon?¹⁸ — que sabia bastante linguística, técnicas de ensino de línguas e tudo isso. Então o Yázig era a única escola de línguas — não havia nenhuma oficial, nem as oficiais tinham nada — que tinha um centro de controle de qualidade e de elaboração de materiais didáticos adequados para a situação em que estavam trabalhando. Então, no fim de contas, a minha escolha foi, além do Mattoso Câmara, para irem a Cartagena, o Gomes de Matos e o Garon — embora o Garon fosse de uma escola particular. Mas estava muito acima, na época, de qualquer universidade quanto a isso.

E dessa participação deles lá em Cartagena, na fundação do PILEI e tudo, resultaram várias coisas depois, que se desdobraram — inclusive a fundação da revista *Estudos Linguísticos*,¹⁹ que durou muito pouco.

[E]: [inaudível] eu não sei onde tem.

[Aryon]: Eu tenho aqui.

[E]: O senhor tem?

[Aryon]: Claro. Eu fui coeditor dela, então eu tenho.

[E]: O senhor foi coeditor? Foram o [Francisco Gomes] de Matos, o Mattoso e o senhor?

[Aryon]: É. O Mattoso Câmara era editor da parte de Linguística Teórica, o Gomes de Matos, da Linguística Aplicada e eu, das resenhas.

18 Ernest Garon [?]

19 *Estudos Linguísticos*. Departamento de Estudos e Pesquisas do Instituto de Idiomas Yázig (1961-1964), não corrente.

[E]: Por isso que a gente tem que ver o original, Daniele, as referências... Bom, pode ser engano meu. Mas, se o senhor tiver, eu gostaria que o senhor me emprestasse, eu me comprometo a devolver. Nem a PUC de São Paulo tem.

[Aryon]: Você pode xerocar aqui.

[E]: Eu quero sim. No Yázig não tem?

[Aryon]: No Yázig deve ter em algum canto lá. É que o Yázig foi mudando tanto. Mas deve ter na 9 de Julho, que é a sede do Yázig. Mas, se você quiser copiar aqui, porque a revista não cresceu muito; a revista durou três anos só também.

[E]: Então foi essa a história dos *Estudos Linguísticos*? E o Yázig, de uma certa maneira, patrocinou a veiculação?

[Aryon]: Não ‘de uma certa maneira,’ patrocinou firme, mesmo.

[Daniele]: E eles promoveram encontros.

[E]: Encontros?

[Aryon]: É os encontros. Eles faziam. Teve uma série de ‘Seminários de Orientação Linguística para Professores de Línguas,’ que durou bastante tempo. O primeiro foi em 1966, o primeiro seminário deles, no Rio de Janeiro. Foi aquele em que eu apresentei “*As tarefas da Linguística no Brasil*.”²⁰

[E]: Foi em 1966? Por isso que está publicado nos *Estudos*?

[Aryon]: 1966, ou 1965. 1965, o primeiro. Foi. Saiu publicado em 1966, mas o seminário foi em 1965 — julho de 1965 —isso mesmo. Nós estávamos aqui em Brasília ain-

20 “Aryon proferiu, em meados de 1965, a conferência “O linguista de campo: sua formação e tarefas”. A conferência foi gravada e transcrita por Geraldo Cintra e essa transcrição serviu de base para que Aryon redigisse o artigo *Tarefas da Linguística no Brasil*, publicado no ano seguinte no primeiro número de *Estudos Linguísticos*” (Grannier 2014, p. 7-8).

da. E a gente foi fazendo sucessivamente esses seminários, cada vez em um lugar diferente do Brasil: fizemos em Recife, fizemos em Porto Alegre, fizemos em várias partes do Brasil. E sempre bancados pelo Yázigi, inteiramente.

E eles prestigiaram muito Mattoso Câmara. Mattoso Câmara era quase que um conferencista oficial desses seminários. Nesse primeiro, o Mattoso estava fora do Brasil.

[Daniele]: Não, não estava.

[Aryon]: Não estava? Foi nesse também? No de 1965?

[Daniele]: Estava junto com [inaudível] Vidal,²¹ e ele fez uma brincadeira quando foi apresentada a mesa.

[Aryon]: Da brincadeira eu me lembro, do [...] Vidal eu não lembro. E foi o Geraldo Cintra²² que salvou “*As tarefas da Linguística no Brasil*”. Ele gravou e transcreveu.

[E]: Então, professor, nós estávamos em 1963, em Cartagena, e justamente o senhor chama Mattoso, de Matos e Garon, que eram desse grande centro promotor de Linguística no Brasil, o Centro de Linguística Aplicada?

[Aryon]: Não, o Garon era do Centro do Yázigi e o Gomes de Matos não era do Yázigi ainda não. Aí que começou a aproximação do Gomes de Matos com o Yázigi, porque eles não conheciam o Gomes de Matos, nem ele a eles. E, enfim, foi ele depois dirigir o Centro de Linguística Aplicada. Quando o Garon saiu, contrataram o Gomes de Matos e ele puxou outras pessoas de Recife para lá também, que foram a Maria do Amparo Barbosa, que é professora na USP atualmente ...

[E]: Por isso que o Geraldo Cintra falou: “*a Amparo sabe de coisas...*” Ela vem do Recife?

[Aryon]: Justamente, ela é maranhense, mas ela fez Letras no Recife e ficou lá, eu a encontrei como funcionária do Correio do Recife.

Então, 1963 é um ano importante. Veja só: em 1963 você tem a criação do Departamento de Linguística na UnB, você tem o início do ensino formal de Linguística nas Faculdades, nos cursos de Letras, e tem o primeiro Programa de pós-graduação também aqui na UnB. E tem também a criação do PILEI, que teve consequências no Brasil bastante fortes e em que nós atuamos em termos de América Latina. E, então, esse é também um marco interessante, 1963.

[E]: Justificado internamente, inclusive.

[Aryon]: Exato. Justamente. Depois tem 1968, como eu estava dizendo, em que a gente tem a criação do Programa de pós-graduação no Museu Nacional, uma vez extinto o de Brasília, que foi o programa que persistiu. Mas é justamente aí que nós temos, em 1968 mesmo, o III *Simpósio do PILEI* e o II *Instituto Linguístico Interamericano*, porque uma das coisas que o PILEI organizou foram os Institutos Linguísticos Interamericanos. Institutos no sentido em que os americanos do norte usam: *Linguistic Institut*, para uma série de cursos de Linguística, que são os Institutos de Linguística da Sociedade de Linguística da América, que todo ano existem, cada vez em uma universidade diferente. Então, pensou-se em fazer uma coisa semelhante.

[Daniele]: Foi em 1969?

[Aryon]: 1969, aqui no Brasil. O do México foi em 1967 e começo de 1968. E tinha havido um já do PILEI em 1965, de dezembro a fevereiro de 1966, em Montevidéu, em meio ao I *Instituto Latino-Americano de Linguística*, em Montevidéu — o primeiro que se chamou

21 Não consegui identificar.

22 Geraldo Cintra (1936-2021)

‘latino-americano,’ depois veio a chamar-se ‘interamericano’. Aí o Mattoso Câmara foi professor, eu fui professor também, e tivemos professores de vários países da América-Latina e do Norte e da Europa também.

[E]: Por isso que muitos [estudiosos brasileiros] que ficaram em Filologia Portuguesa, e mesmo os que ficaram em Dialetologia, se referem a contatos com o Rona,²³ e se dizem alunos de Mattoso. Foi nesse [Instituto]?

[Aryon]: Foi o Rona que organizou lá o Comitê Local. O Comitê Local era do Rona, em Montevideu. E ele tinha bolsas de estudo. Tínhamos bolsas da Ford Foundation para dar e levar alunos de toda a América Latina para lá.

[E]: Então, na década de 1960, quem foi aluno de Mattoso, foi aluno através desses cursos?

[Aryon]: Nesses cursos de verão. Nesses Programas de Verão. Programas Intensivos de Verão. E esses foram os melhores alunos que ficaram na Linguística, porque, dos do Curso de Letras Clássicas do Rio de Janeiro só ficaram a Yonne Leite,²⁴ a Miriam Lemle²⁵ e o..., de certa maneira, o Uchôa.²⁶ O Uchôa, lá do Rio de Janeiro, de Niterói, que ficou, e, no final das contas, o mérito principal dele foi ser o editor de várias coisas do Mattoso, depois que o Mattoso morreu. Ele editou aquele volume *Dispersos* (Uchôa 1972), reunindo vários artigos de Mattoso, e reeditou algumas outras coisas do Mattoso. Ah, não! Uchôa, Uchôa, lógico! Ele foi aluno do Mattoso no curso regular lá no Rio de Janeiro. Então, esses é que foram.

Teve um que foi aluno dele, também, e depois quis ser, *quis ser*, o discípulo do Mat-

toso e vivia trombeteando para todo mundo que era “o discípulo do Mattoso” e o Mattoso não o considerava assim. Embora o Mattoso, ... o Mattoso era extremamente gentil e sempre o recebia bem e tudo e tal — era o Leodegário de Azevedo,²⁷ que não emplacou pela mentalidade: a cabeça dele não é linguística de jeito nenhum. É filológica, naquele outro sentido, literária e tal, né?

[E]: O professor Naro,²⁸ naquela compilação do *Current Trends*, (Naro 1976) que ele reedita pela Francisco Alves, aponta a Yonne Leite como a única discípula de Mattoso.

[Aryon]: A visão dele naquilo lá é muito parcial. É muito parcial. A visão do Mattoso... E ela não é uma discípula de Mattoso no sentido ... Não estou dizendo que ela não é discípula de Mattoso, ponto. Não. Não é no sentido de que ela represente uma continuidade do pensamento ou das atitudes do Mattoso. Eu acho que ela acabou ficando muito presa, que ela é mais uma discípula, acabou sendo uma discípula do orientador dela no Texas, que a pôs na Filologia.²⁹ Então, o que ela foi, foi a assistente do Mattoso no Museu Nacional. Que o Mattoso, no Museu Nacional, não era empregado do Museu. Ele era um auxiliar voluntário, um colaborador voluntário do Museu; nunca recebeu nenhum tostão do Museu. E ela não, ela era funcionária do Museu.

Ela tem uma qualidade, um predicado que a gente pode atribuir a ela que [é] a pri-

23 José Pedro Rona (1923-1974)
24 Yonne de Freitas Leite (1935-2014)
25 Miriam Lemle (1937-2020)
26 Carlos Eduardo Falcão Uchôa (?)

27 Leodegário Amarante de Azevedo Filho. (1927-2011)
28 Anthony Julius Naro (1942-2024)
29 “Com bolsa da Fundação Ford, foi fazer, em 1970, seu doutorado na Universidade do Texas [orientada Robert Harms], onde se tornou colega de dois outros estudantes brasileiros e futuros linguistas, Mário Perini e Margarida Basílio.” (Franchetto & Vieira, 2013, p. 66)

meira linguista profissional no Brasil, quer dizer, que tinha um emprego como linguista. Se bem que o título não era linguista, o título era antropólogo. Antropólogo, e não antropóloga, que lá no Museu eles diziam, ela inclusive: Yonne Leite era *antropólogo* do Museu Nacional.

[E]: E por quê?

[Aryon]: Porque a Doutora Berta Lutz, de quem ela é admiradora e que foi uma das líderes, uma das primeiras líderes feministas brasileiras, e que era naturalista do Museu Nacional, filha do Adolfo Lutz — que tem o Instituto Adolfo Lutz, foi um grande biólogo do começo do século. E a Berta Lutz também foi uma grande bióloga, trabalhava no Museu, e ela defendia que as mulheres não deviam se feminilizar, não. Elas eram iguais aos homens e então deviam também ser *antropólogo*, *biólogo* etc. E ela corrigia sempre as moças que trabalhavam no Museu, quando punham no feminino os seus cargos.

[E]: Eu tento recuperar isso superficialmente, mas eu acho que isso seria um ensaio muito interessante: a gente ver a emergência da disciplina... sabe aquela história de que você falou da linguística, que um professor fala que o nome *Princípios de Linguística Geral* ajuda a sedimentar o nome 'linguística' no país. Essas metaforizações são um índice precioso para pegar esse momento em que a coisa começa a se implantar. Então, quer dizer que ela era *antropólogo* do Museu Nacional.

[Aryon]: Era. Ela se aposentou agora. Mas, lembra daquele artigo do Naro? A visão dele é muito parcial, de várias coisas. Ele não conhece como as coisas se desenvolveram no Brasil. E ele vê de um ângulo muito particular, do interesse dele. Embora o Naro

faça parte dessa história também.

O Naro a gente trouxe para o Programa do Museu Nacional, para o Programa de Pós-graduação. [Trouxe] dos Estados Unidos. Ele tinha estado antes como estagiário no Museu Nacional, com o Mattoso Câmara Jr., quando ele era estudante. E ele veio como estagiário; o Mattoso estimulou a vinda dele porque ele viu que existiam estudantes simplesmente lá de linguística que estavam interessados em português. E ele acabou vindo para cá. Só que aí o Mattoso acabou ficando inimigo dele.

[E]: Eles brigaram?

[Aryon]: É porque o Naro veio com uma petulância de estudante americano. E lá na sala de linguística do Museu, por um lado, aquela irreverência americana de chegar de sandália lá, tirar a sandália e pôr o pé em cima da mesa, na frente do Mattoso, e o Mattoso, que era extremamente formal, um homem de educação antiga que não tolerava isso. E o rapazinho — que era rapazinho na época — “Ah, mas aqui não existe Linguística, não é isso que a gente faz em Linguística”, menosprezando tudo. Veio para aprender, mas menosprezando tudo. Então, quando ele foi embora, o Mattoso nunca mais quis saber de contato com ele.

Por ironia do destino, quando a Universidade de Chicago convidou o Mattoso para publicar um livro sobre a língua portuguesa, numa série sobre várias línguas importantes do mundo (e as referências todas que eles receberam [eram] de que um bom autor para esse livro seria o Mattoso), o Mattoso fez o livro, mas escreveu em português e a editora mandou traduzir. E a editora achou o Naro para traduzir [risos]. O Naro fez a tradução

[Naro 1972a e b]. E fez uma ótima tradução! E não se limitou à tradução; ele elaborou uma introdução, aliás, um apêndice — situando as coisas — excelente, que, infelizmente na edição brasileira, que foi feita depois, cortaram, não saiu... estupidez, cortaram. Muito bom até para a história das coisas, muito ponderado e avaliando muito bem a obra do Mattoso. Aí sim era o Naro maduro já; já doutor em Linguística e tudo. Então o Naro se redime, portanto. Se redime em relação às coisas que ele fez com o Mattoso, que levaram o Mattoso a detestá-lo.

Mas o Mattoso, também, quando a editora disse que tinha atribuído a tradução ao Naro, não se impôs, não. Mattoso era muito correto e separava as coisas direitinho. Infelizmente, ele não chegou a ver o livro publicado. Ele morreu um pouquinho antes da publicação sair. Ele morreu em 1970, fevereiro de 1970. E o livro saiu, uma beleza de livro...

Aquilo foi uma espécie de coroação do trabalho do Mattoso, embora o pessoal daqui não saiba. Depois promoveram a publicação do manuscrito em português, mas sem pensar que deviam aproveitar para traduzir aquele apêndice do Naro. E quem lê, quase todo mundo, lê só a tradução e não fica tomando conhecimento daquilo, que é um levantamento bibliográfico, também muito bom, da obra do Mattoso.

O Naro, enquanto o Mattoso estava vivo, estava querendo vir. E eu estava segurando, não podia trazê-lo, porque o Mattoso não... Ou o Naro dava aula no Programa, ou o Mattoso. Não tinha jeito. Aí sim, o Mattoso, o sangue do Mattoso fervia. Eu sondei o Mattoso, quando o Naro estava querendo vir, mas ele não era a favor não. Agora, assim que ele morreu, eu

dei sinal verde para o Naro e ele veio. Veio de Angola, porque ele tinha ido com bolsa da FULBRIGHT³⁰ passar um ano em Angola, para estudar o Português de Angola e línguas africanas lá, porque ele estava interessado no problema dos crioulos portugueses. Ele tem inclusive a tese que escreveu para o concurso de professor titular na UFRJ sobre crioulo português, sobre a situação da discussão a respeito da natureza do crioulo português.

[E]: Nesta época se discutia, eu não sei por que ainda, não estabeleci a relação, mas essa questão da criouliização da língua era um problema já nos anos 1970, ou não? Se colocava como um problema a ser discutido pela Linguística Brasileira?

[Aryon]: Não pela Linguística Brasileira, mas por um ou outro investigador. Por aqui nós não tínhamos ninguém trabalhando com crioulos. Quer dizer, tivemos o Serafim da Silva Neto,³¹ que se interessou por línguas crioulas, mas sem nunca ter trabalhado diretamente. Teve em Portugal o Herculano de Carvalho,³² que se dedicou durante muito tempo a pensar sobre o problema dos crioulos portugueses — ele tem alguns trabalhos publicados a respeito. E os outros são de fora. São crioulistas de fora. O problema continua até hoje: houve crioulos no Brasil ou não houve? [inaudível] de uma língua crioula no Brasil, seja entre populações africanas e portuguesas, seja entre populações indígenas e portuguesas, ou não?

[Daniele]: Mas isso que você está falan-

30 *Bolsa da Fulbright Commission para pesquisa* (Luanda e Malanje). Atividades. 01/1971. Pesquisa e desenvolvimento, Instituto de Investigação Científica de Angola.

31 Serafim Pereira da Silva Neto (1917-1960)

32 Herculano de Carvalho (1924-2001)

do é sobre a situação no Brasil agora?

[E]: Não. É que justamente o meu orientador [Pierre Swiggers], quando eu começo a colocar os interesses, a levantar os problemas [linguísticos], porque já estão entrando no meu período [1960-1990], [ele] me pergunta qual a posição do linguista brasileiro em relação à criouliização aqui, por volta desta época. Eu conheci apenas alguns poucos artigos, aliás, o único que eu tinha lido a respeito era do Fernando Tarallo,³³ que defende — ele até fala “sobre a alegada origem da criouliização do português,” ele faz uma espécie de resposta à tese de uma americana que propunha que havia criouliização — que não havia. E eu não conseguia ver uma posição dos linguistas em relação à criouliização. Por isso eu perguntei. Então realmente não se colocou como um problema?

[Aryon]: Não, não se colocou até agora. Agora, talvez venha a se colocar aos poucos. O pessoal começa a falar novamente em criouliização, precipitadamente, parece, os que estão fazendo sociolinguística.

[E]: É. Exatamente: Herculano de Carvalho, Fernando Tarallo e orientandos deles...

[Aryon]: Pois é. Agora o tem o Hildo Couto,³⁴ que está aqui na UnB, (Honório Couto, né?) também agora está envolvido com a questão dos crioulos e há pouco ele trouxe aqui um americano que está interessado na questão, provavelmente [inaudível] veio como visitante estudar mais a situação no Brasil; e a Stela Maris Bortoni,³⁵ que anda falando agora de efeitos de criouliização aqui, tentando interpretar fatos de dialetos populares como remanescentes ou efeitos do

33 Fernando Tarallo (1951-1992)

34 Hildo Honório Couto (n. 1941)

35 Stela Maris Bortoni (n. 1945)

[crioulo].

[E]: O trabalho do Vogt,³⁶ do Cafundó, não tem nada a ver?

[Aryon]: Não, aquele ali não. Aquilo ali é...

[E]: É uma coisa pontual?

[Aryon]: É pontual. Quer dizer, é pontual, se bem que ela existe em vários pontos. Ela existe no Cafundó, existe em certa parte de Minas Gerais, existe em Goiás, existe em Mato Grosso, quer dizer, há vários grupos isolados de população de origem africana, de escravos libertos, que se conservaram bastante isolados e com características próprias, mantendo linguisticamente o vocabulário de empréstimo de alguma língua Bantu — Kimbundo, provavelmente, - ou Kikongo. Mas, no Cafundó, a situação é de expressão lexical: é língua portuguesa, inteiramente, a gramática toda é portuguesa, e, em certos termos, você tem sinônimos africanos; nem é o termo africano não, tem o português pleno e tem o sinônimo africano que o substituiu no que eles chamam lá ‘a língua secreta’ deles, a língua do Cafundó. Então, quando os pais não querem que as crianças entendam, eles usam. Então, em vez de dizer, por exemplo, “*ele foi na cidade*”, eles dizem “*ele quando na cidade*”.

[E]: Toda a estrutura é portuguesa ...

[Aryon]: É, mas pegam o item lexical “quando,” que entra no paradigma português: “quandá”, “quandô”, “quandei,” e assim com outros. E substantivos também; então, em vez de vaca, “gombe” e coisas assim. Mas é só nesse nível lexical.

[E]: não se coloca como problema, quer dizer, nada a ver com nacionalização e emprego de língua?

36 Carlos Vogt (n. 1943)

[Aryon]: E nem com crioulo também, porque no crioulo se esperaria o contrário, quer dizer, léxico português com uma gramatização influenciada pela língua africana. E aí é o contrário, você não tem gramática, que ela é portuguesa, e o léxico especial, que marca a língua do Cafundó, é africano. Justamente o contrário. E deve ser resultado de uma situação de bilinguismo, que deve ter havido com os africanos falando uma língua Bantu, mas, pouco a pouco, aprendendo o Português e, aprendendo o Português, houve a fase de bilinguismo, provavelmente, e agora da primeira língua, que passou a ser segunda, sobraram só certos termos, de um vocabulário de uso especializado entre eles lá. Como há na Bahia, que você tem o Português do Candomblé; fala-se Português plenamente — e não uma forma crioulizada de Português — mas, no ritual, tem-se os termos equivalentes em Iorubá. Então, cada um dos santos tem um nome cristão, um nome português, portanto, e um nome africano, e assim também o altar, que é o altar, mas também é o “pêji,” e assim por diante.

[E]: Então, professor, nós estávamos falando do Naro...

[Aryon]: É, o Naro. Então, uma vez falecido o Mattoso, ele veio; ele estava sempre se oferecendo, insistindo, então veio com o compromisso de ensinar Linguística Histórica, Linguística Histórica do Português, no Programa, e ele chegou justamente em 1972, no fim de 1972. E, agora, já em 1973, nós mudamos o Programa para Campinas.

[E]: Então, por quê?

[Aryon]: O porquê vem daqui a pouco. Espere um pouquinho, que é só para acabar com o Naro.

Então convidamos o Naro para ir conosco para Campinas, só que o Naro tinha chegado com os olhos [gordos?], pondo como condição morar na Avenida Atlântica, de frente para o mar; ele queria morar de frente para o mar — este foi o problema maior para a gente resolver para trazer o Naro — e, já instalado lá de frente para o mar, ele não quis mudar para Campinas. Eu até telefonei de Campinas e falei para ele brincando: “*Olha, mas aqui tem uma lagoa, Lagoa do Taquaral, que tem uma reprodução de uma das naus do Cabral,*” mas é claro que ele não foi nessa conversa não.

Ele foi, na realidade, uma das transições do Programa, que acabou no Museu Nacional, aliás, acabou na Faculdade de Letras, porque, na verdade, o Programa mudou para a Faculdade de Letras da UFRJ, por imposição da Universidade. Ele foi a transição...

[E]: Foi em 1973 mesmo?

[Aryon]: Não, mudou em 1971, fins de 1971. Passou para a Faculdade de Letras porque a Faculdade de Letras reivindicou junto à Reitoria da Universidade o Programa para ela, alegando que o Museu ensinava indevidamente linguística, que era prerrogativa da Faculdade ensinar linguística, e não do Museu. Mas nisso a gente pode entrar depois, se quiser... nesse detalhe.

Nós estávamos querendo é fazer os marcos, não é? Então, em 1968 começou esse Programa no Rio de Janeiro, 1968 foi também quando terminou o Instituto Linguístico lá no México — metade de fevereiro de 1968 acabou — que foi um programa intensivo de oito semanas, reunindo o pessoal da América Latina toda.

E o Programa do Museu Nacional foi um programa tripartite, o programa que

a gente abriu com a colaboração da Ford; foi formulado para abrir um curso de mestrado no Museu Nacional; por outro lado, promover a ida de doutorandos para o exterior — nós só podíamos administrar, não tínhamos capacidade docente para entrar logo com pós-graduação plena, então, promovíamos o doutorado no exterior; a Ford enviava o dinheiro, que a gente administrava, para mandar o pessoal para o exterior. Então, vários dos doutores que temos aí agora se beneficiaram deste Programa: Paulino Vandresen, Yonne Leite, Vicente de Andrade, Margarida Basílio, Maria Bernadete Marques Abaurre, Antonio Carlos Quícoli que, depois do Doutorado, (SUNY/ Buffalo, mas com orientador do então do MIT, David Pelmutter) ensinou no nosso programa na UFRJ e na UNICAMP. E a terceira parte do Programa era promover cursos intensivos de Linguística nas férias, itinerantemente, cada vez numa universidade diferente, ir distribuindo a Linguística pelo país, e treinamento, oportunidade de treinamento para quem não pudesse fazer o mestrado nem sair para o doutorado, mas já estivesse ensinando Linguística, ou ensinando línguas em universidades. Então, houve três partes: a parte do mestrado, o programa de doutorado no exterior e o programa que nós chamamos de Institutos, usando já o chavão, Institutos Brasileiros de Linguística.

O I Instituto Brasileiro de Linguística a gente fez em janeiro e fevereiro de 1968, em Porto Alegre, com a PUC e a UFRG. Esse foi o primeiro de uma série que se estendeu até o número seis depois. Seis sob esse patrocínio do Programa do Rio de Janeiro com o dinheiro da Fundação Ford. Isso tem a ver com

o problema da nossa ‘Revolução’ também, porque o interesse da Ford foi tentar salvar no país algumas áreas que ficaram fortemente prejudicadas com a ‘Revolução.’

[Daniele]: Eles diziam abertamente?

[Aryon]: Não abertamente, mas nas conversas com a gente. Então, um produto que aí está até hoje é o CEBRAP, lá em São Paulo, *Centro Brasileiro de Pesquisas em Ciências Sociais*, que a Ford financiou durante vários anos — que foi organizado pelo Fernando Henrique Cardoso,³⁷ que é senador agora e foi professor demitido da USP, pela ‘Revolução’ — e em que foram trabalhar não só Fernando Henrique, mas também vários outros demitidos da USP — como o Octávio Ianni³⁸ — e tornou-se um dos principais centros de pesquisas sociais no Brasil e conseguiu sobreviver, durante o Regime Militar, porque tinha o apoio da Ford — para os próprios cassados, né?

[E]: Mas não era uma ironia isso? Num dos depoimentos de pessoas com quem eu falei, me disseram que alguns pesquisadores da época recusavam o dinheiro da Ford justamente por ser dinheiro americano. Dentro do senso comum da época, de que os americanos teriam promovido a ‘Revolução de 1964,’ disse o depoente que eu entrevistei: “*Nós, os mais politizados, que sabíamos que os americanos promoviam a Revolução, nós recusávamos o dinheiro da Ford, por ser dinheiro americano.*” Essa oposição se dava ou não?

[Aryon]: Não, na minha experiência nunca se deu. Pelo seguinte: primeiramente, a gente conhece americanos e americanos. Os americanos que promoveram a Revolução,

37 Fernando Henrique Cardoso (n. 1931)

38 Octávio Ianni (1926-2004)

não... A gente deve olhar para os americanos e saber que lá existe gente de direita e gente de esquerda também, do mesmo jeito que aqui. As proporções nem são outras não, porque aqui todo mundo é de direita também. Agora, por exemplo, eu já tinha colaboração, desde os anos 1950, com o Morris Swadesh,³⁹ um grande linguista norte-americano; escrevemos artigos juntos inclusive.⁴⁰ E o Swadesh é um linguista que era professor na Columbia e, com a perseguição do Macartismo, que impôs a todos os intelectuais — mais aos intelectuais de cinema — assinar uma declaração de fidelidade ideológica; o Swadesh se negou a assinar e foi demitido da Columbia University, e ficou desempregado.

⁴¹ A nossa correspondência começou justamente quando ele estava morando no Colorado, em Denver, e estava desempregado. Ele conseguiu depois ir trabalhar no México, na UNAM [Universidad Nacional Autónoma de México], exilou-se. E continuamos as relações na década de 1960 toda, até sua morte. Então, não dá para a gente dizer que...

[E]: Claro, ... “*se é dinheiro americano, eu não aceito*”...

[Aryon]: Justamente. E que americano ideologicamente não presta. Não, tem americano de várias ideologias.

39 Morris Swadesh (1909-1967)

40 Wanda Hanke, Morris Swadesh e Aryon Rodrigues. Notas de Fonologia Mekens. In: *Miscelanea Paul Rivet, octogenário dicata*, vol 2: 187-217, 1958.

41 Provavelmente um lapso de memória neste trecho. Swadesh teria ficado desempregado por suas atividades políticas quando trabalhava no The City College of New York (1943-1949), antes de dar aula na Universidade de Colúmbia (1949-1953), portanto, que também se situa na cidade de Nova York, e na Universidade de Denver, Colorado (1953-1955). (Cf. Dell Hymes 1970)

[E]: Eu pergunto, professor, porque, ... [não sei] se é sustentável ou não do ponto de vista teórico-metodológico... há um momento, e esse momento me parece ser os anos 1970, em que de fato se coloca no Brasil explicitamente a oposição “*eu faço linguística americana*” versus “*eu faço linguística europeia*.” Quer dizer, há um segundo discurso que perpassa a nossa Linguística, já nos anos 1970.

[Daniele]: Mas, acho que na UNICAMP. Porque no Rio, por exemplo, eu não ouvia nunca se falar [assim]

[E]: Não se colocava? Na USP até hoje.

[Aryon]: Mas é que a USP não conhece a Linguística Americana e se recusa a conhecê-la.

[E]: Esse é o meu ‘depoimento’ de vinte anos de USP!

[Aryon]: Justamente. Agora, para o pessoal, assim como a Míriam Lemle e tal, ou Yonne Leite e tudo isso, que são ... — a Míriam Lemle nem tanto, que ela é europeia na origem e tudo; ela é italiana, né? — mas a Yonne Leite, por exemplo, que veste a camisa desses modismos, desses modismos de protesto lá do Rio de Janeiro, dos estudantes de Antropologia lá do Museu Nacional ... mas, para ela, a Linguística Americana tem um filtro ideológico muito bom que é o Chomsky. E Chomsky é um homem de esquerda, de esquerda nos Estados Unidos, um dos mais famosos do mundo hoje em dia. Então, linguística... não faz sentido, você vê? Não faz sentido. Basta pensar no Chomsky. Chomsky foi contra o governo americano em todas as coisas mais importantes, nas manifestações imperialistas deste governo, nos últimos 20, 30 anos. É um líder político dentro dos Estados Unidos, da oposição; e é um linguista. Então, que história é essa de as pessoas confun-

direm a linguística americana com a política do estado americano? Não faz sentido. Agora, outra coisa que me surpreende é que alguém tenha lhe dado um testemunho assim, porque eu acho que o único único, durante esse período de vigência do convênio com a Ford, que foi de 1967 até 1973, eu creio que o único auxílio dado pela Ford aos estudantes brasileiros que quisessem sair do Brasil foi essa ajuda. E nenhum dos candidatos recusou. Nenhum dos candidatos recusou. Então, se houve outro candidato, aí é que eu estranho... com a Ford.

[E]: Não, não. Nem se candidataram.

[Aryon]: Ah, bom!

[E]: E justificavam, inclusive, o não se candidatar, segundo a entrevistada, pelo orgulho.

[Aryon]: Ah, bom, aí sim.

[E]: Não era do Programa, não era da área, apenas contemporânea.

[Aryon]: É.

[E]: Mas muito interessante.

[Aryon]: Interessante.

[Daniele]: Interessante que o Rossi⁴² diz....

[Aryon]: Ele se beneficiou (enormemente) do Programa, porque realmente o Rossi...

[Daniele]: E não era contra.

[E]: Os discípulos costumam levar o discurso do mestre ao cúmulo da ortodoxia.

[Aryon]: É. Eles vêem um lado só do mestre, vêem só um lado do mestre. Porque o Rossi, por exemplo, o Rossi, que era muito radical nas posições dele e tal, quando chegaram os PILEIs. O PILEI foi muito importante para várias coisas na história o PILEI é outra história né? Mas o PILEI foi financiado pela Ford também, que até aqui, na América Latina, contribuiu enormemente para o desenvolvimento da Linguística na

América Latina, não só no Brasil, mas no Chile, na Argentina, no México, entendeu? E surgiu, havia uma comissão de linguística interamericana no PILEI e, durante uma das reuniões, um dos membros dela, o presidente da comissão, que era o Lope Blanch,⁴³ que era lá do México, propôs um projeto de estudar “*el habla culta*” da América Latina, quer dizer, a fala culta das capitais dos países latino-americanos, ou das principais capitais latino-americanas, e a gente aprovou esse projeto, como um objetivo importante a ser desenvolvido; iria ser, portanto, estimulado pelo PILEI para poder obter financiamento. Mas a gente contrapropôs, eu era membro do comitê executivo do Programa nesta ocasião, e eu disse: “*Olha, a gente poderia incluir o Brasil também e, em vez de fazer iberoamericano, fazer latino-americano, que, afinal de contas, o Brasil, proporcionalmente, é uma parte muito grande e o Brasil não pode fazer a capital somente; no Brasil tem que pegar vários centros, porque o Brasil equivale ao resto da América do Sul toda.*”

[E]: Isso aparece em vários depoimentos O fato de que o senhor chamava atenção para a diversidade é [por] que essa unidade era meio mítica?

[Aryon]: Justamente. Aí, então, concordou-se e eu fiquei encarregado de indicar algum brasileiro que pudesse assumir no Brasil isso, e eu indiquei o Rossi, que era na época quem mais tinha experiência dialetológica no Brasil. E o Rossi aceitou. Aceitou e essa comissão teve uma reunião em Bogotá para assentar as linhas do projeto e o Rossi compareceu lá, [...] a Ford pagando a passagem e a estada em Bogotá.

42 Nelson Rossi (1927-2014)

43 Juan Miguel Lope Blanch (1927-2002)

E depois, então, o projeto no Brasil ficou por conta dele. Estabeleceu o critério de quais cidades do Brasil iam ser investigadas, e foram escolhidas Recife, Salvador, Rio, São Paulo e Porto Alegre. Isso já em....no México, foi 1968, a reunião em Bogotá deles deve ter sido no fim de 1968, comecinho de 1969.

[E]: Então, em plena 'Revolução,' em plena [ditadura]

[Aryon]: Ah, mas sem dúvida. O Rossi já era demitido da UnB aqui e tudo, como eu que tinha saído e todo mundo; já em 1965 nós saímos da UnB. E o Rossi estava aqui também, acabou tudo aqui... Já tinha voltado para Salvador. E... agora... onde é que estamos, nos perdemos já, não?

[*Linguística e Filologia*]

[E]: Não, nós estamos nas datas...

[Aryon]: Nas datas, pois é, nas datas...

[E]: 1968.

[Aryon]: Justamente, o que é que houve... houve o do México e houve o do Brasil, Instituto Brasileiro de Linguística, lá em Porto Alegre...

[E]: Em fevereiro.

[Aryon]: Em janeiro e fevereiro, [em] que o Mattoso deu aula e eu dei aula também e mais uma porção de gente deu aula, inclusive trouxemos gente de fora, do exterior também, dos Estados Unidos, para dar aula também. Em Porto Alegre. 1968 tem isso. Agora, em 1967... — o PILEI teve um outro papel na América Latina importante, que foi ele que sustentou a ALFAL, criando uma corrente, que não era bem linguista e não se conformava com o universo de linguística, nem aqui no Brasil, nem na América

Latina toda; a Filologia dominava a América Latina; o espírito filológico, não é? Então, já havia também... lá nos outros países, também achavam que Linguística era um negócio estranho, não é? Não conseguiam entender direito e achavam que língua tem que estudar com a tradição literária toda. E então fundaram uma concorrente do PILEI, a ALFAL [*Asociación de Linguística e Filologia de America Latina*].

[E]: Não sabia. Não sabia que a ALFAL era concorrente do PILEI.

[Aryon]: É. Foi concorrente, mas, ao mesmo tempo, [foi] amparada pelo PILEI, porque já a primeira reunião que fundou a ALFAL, a fundação foi em Viña del Mar, no Chile, em 1964. 1964? Não, 1965. Foi o jeito de fazer, de reunir, de reunir gente de vários países lá, foi o PILEI marcar uma reunião lá também e pagar as passagens para a maioria das pessoas. Então aí que se fundou, não é? Em Viña del Mar, em 1965.

[Daniele]: Em que ano?

[Aryon]: 1965.

[E]: 1965, em Viña del Mar.

[Aryon]: a ALFAL.

[E]: Mas então a oposição institucional aqui já era firme? O grupo dos linguistas/o grupo dos filólogos. Esse segundo embate já era bem mais explícito que os velhos embates de 1938/1940 com Mattoso...

[Aryon]: Nossa! É.

[Daniele]: É que já estava assim, numa espécie de convivência, não é?

[Aryon]: Não, mas uma convivência secreta, porque a ALFAL criou-se porque o pessoal precisava defender a Filologia, então não queriam participar do PILEI.

[Daniele]: Eu me lembro daquele outro

chileno lá, como é que era o nome?

[Aryon]: O Rabanales⁴⁴

[E]: Rabanales? Li *n* artigos dele, extremamente tendenciosos...

[Aryon]: É. Ele...é por isso que foi fundada no Chile, a ALFAL, justamente. O Rabanales, a mulher dele, Lidia Contreras,⁴⁵ não é?

[Daniele]: Eles, eu conheci pessoalmente...

[Aryon]: Sim, nos Simpósios do PILEI, pois é, mas justamente porque foi uma simbiose. O PILEI ficou dando sustentação física à ALFAL, porque a política que nós adotamos foi essa, de apoiar uma organização assim.

[Daniele]: É, então não era um embate; por isso que eu falei. Não era assim um confronto.

[Aryon]: É, mas o objetivo de muitos deles era prestigiar...

[E]: Por parte dos filólogos ou por parte dos linguistas?

[Aryon]: Por parte dos linguistas era apoiar — e você tem então uma válvula de escape para as tensões, não é? Você dá um lugar para eles também. Eles, acho que estavam se autoafirmando em contraposição ao programa de Linguística. E é interessante porque esta sustentação veio até recentemente, até 1980, mais ou menos...

[Daniele]: 1986?

[Aryon]: Não, 1986 não, já não mais; o PILEI parou em 1981, mas até aí ainda estavam conjugados; já a reunião, por exemplo, que a ALFAL teve aqui [i.e., lá] em Campinas já foi quando o PILEI não estava mais funcionando. E agora a ALFAL está por conta própria, está adulta. Vai ter outra reunião,

está programada outra, uma agora para o México. Na ALFAL, agora, é que está a coisa entre Filologia e Linguística, dentro da ALFAL, as tensões.

[E]: Dentro?

[Aryon]: É. O atual presidente da ALFAL puxa para a Filologia...

[E]: O atual presidente da ALFAL?

[Aryon]: É, o Lopes Morales,⁴⁶ que é um cubano, mas que é professor nos Estados Unidos, enquanto o Ataliba,⁴⁷ por exemplo, que organizou a [ALFAL] de Campinas, tentou equilibrar as coisas. Então, essa tensão não terminou. Em vários países da América Latina essa tensão é muito forte. Aqui no Brasil a coisa ficou superada. Superada ao contrário, porque a Filologia, coitada, quase que sumiu do mapa aqui no Brasil. Aqui virou do 8 para o 80, então, ninguém mais ensina Filologia no Brasil. A Filologia, muito pouco. Mas a Filologia tem o seu espaço, tem as suas tarefas; existem coisas filológicas, atividades filológicas realmente e aqui no Brasil eu não vejo...

[E]: É difícil descrever essa mudança...

[Aryon]: Essa virada, né?

[E]: Eu não sei se com adequação ou não, mas a minha paixão por esse período começou quando eu comecei a perceber, digamos, essa tentativa do grupo de linguistas se tornar uma área em relação ao grupo dos filólogos. A Filologia era o poder acadêmico, era o saber autorizado. Então, uma geração bem mais recente já..., ainda dos anos 70, se colocou frontalmente, agressivamente, dos dois lados: o professor Spina,⁴⁸ da Filologia, que, num dos processos da Linguística,

46 Humberto López Morales (n. 1936)

47 Ataliba Teixeira de Castilho (n. 1937)

48 Sigismundo Spina (1921-2012)

44 Ambrósio Rabanales Ortiz (1917-2010)

45 Lidia Contreras Figueroa (1919-1992)

usa como sinônimo de Linguística qualquer coisa como “*essa panacéia gírica que alguns chamam de Linguística*” e, por outro lado, eu acredito que, não sei, não falei com o professor Cidmar ainda, mas eu acredito que ainda era o Cidmar Teodoro Pais⁴⁹ quem respondia, pelo menos, à altura.

[*Linguística e Semiótica*]

[Aryon]: Mas, fazendo um outro tipo de confusão; Cidmar trouxe uma outra confusão epistemológica, que é entre a Linguística e a Semiótica, que continua sendo a marca registrada dele ainda.

[E]: E por que, ou, onde o professor aponta essa confusão epistemológica?

[Aryon]: Porque são coisas distintas; conforme o conceito que se tem de Semiótica, a Linguística até pode ser uma parte da Semiótica, evidentemente, mas com um objeto muito específico, e então, você pondo em primeiro plano a Semiótica, você não está desenvolvendo a Linguística; e é o que aconteceu na USP; a Linguística procurou se desenvolver, apesar dessas pessoas que se identificam com a reação e tal, no confronto com a Filologia. Mas por que a Linguística acabou não se desenvolvendo realmente na USP até agora, não se firmou ainda? A USP não está produzindo linguista, que pegue língua, que analise língua, que entre na discussão teórica atual da Linguística — não precisa estar descrevendo língua, não. A PUC foi para a frente, a PUC de São Paulo foi para a frente, e a USP ficou para trás em Linguística.

[E]: É interessante, professor, porque eu lia muita Linguística, mas nunca fazia

49 Cidmar Teodoro Pais (1940-2009)

Linguística Demorei 20, quase 20 anos para perceber isso.

[Aryon]: Para mim, essa associação que o Cidmar fez com Semiótica é em parte responsável por isso.

[E]: Nossa, é só eu ver todos os meus colegas, ou todos que foram orientandos dele — e foram muitos.

[Aryon]: Mas é obvio, se tinha fila de orientandos atrás dele! Mas...

[E]: Voltemos ao nosso período.

[*De volta a 1968*]

[Aryon]: É, para fechar, esse período está se parecendo com um período importante agora - esse de 1968 — porque você, veja, em 1968 houve mais coisas ainda. Lá no México — eu falei do Instituto Linguístico no México [o II Interamericano] — tinha o seguinte: no Instituto do México, várias pessoas, inclusive de São Paulo, foram fazer cursos, foram aprender Linguística lá.

[E] entre elas, a Mary Kato⁵⁰ também esteve no México?

[Aryon]: Não, a Mary não esteve, não; esteve a Leila Bárbara,⁵¹ a Antonieta Celani;⁵² a Celani e a Leila Bárbara — que são importantes porque a consequência já vem em seguida, a Amparo também...

[Daniele]: O Geraldo Cintra?

[Aryon]: Não, o Geraldo não; Geraldo não esteve no México. Esteve a Eunice Pontes,⁵³ de Minas Gerais

[Daniele]: Pontes, a Eunice, no México?

[Aryon]: É, inclusive até nós fomos almo-

50 Mary Kato (n. 1940)

51 Leila Bárbara (1938-2024)

52 Antonieta Alba Celani (1923-2018)

53 Eunice Pontes (n. 1938)

çar com ela num restaurante maia lá. Aquele que deu aquele embaraço, nós comemos em exagero, lembra-se? Não se lembra mais? É que a Quitéria,⁵⁴ num domingo, um de vocês convidou-a para almoçar com a gente, e fomos lá no restaurante em que eu já tinha comido uma outra vez em que eu estava por conta do PILEI, lá no México, que tinha uma comida regional muito boa, e nós chegamos lá e sentamos e aquele dia tudo o quenossa !...

[Daniele]: E era planejado isso também?

[Aryon]: Ou ela foi para alguma coisa mais rápida ou...

[Daniele]: Quem esteve, sabe quem é? A Leonor Scliar Cabral⁵⁵

[Aryon]: A Leonor Cabral também — está em Santa Catarina agora — esteve, e tenho certeza que a Eunice foi.

[Daniele]: Talvez tenha ido de passagem...

[Aryon]: A Scliar, já em 1968.

[E]: Ela vinha do Rio na época?

[Daniele]: Ela estava em Porto Alegre.

[E]: Já estava em Porto Alegre?

[Aryon]: Ela é gaúcha. Ela é gaúcha e acho que foi de Porto Alegre que ela saiu e foi lá fazer o curso.

Bom, então vários brasileiros participaram, mas foi importante a participação da Leila Bárbara e da Celani, pelo seguinte: lá elas estavam interessadas em Linguística Aplicada ao ensino de segunda língua, e elas foram alunas de John Martin.⁵⁶

O John Martin é um canadense que estava como professor nos Estados Unidos; não, ele estava na Colômbia; ele estava dirigindo o Centro Colombo-Americano, em Bogotá, que era um centro binacional. E o John

Martin tinha uma didática formidável e a personalidade muito forte, inteligente que nem sei, e bom conhecedor da Linguística Aplicada, tanto da Gramática Contrastiva, como da Gerativa. Estava tentando, na época, puxar conhecimentos de Gramática Gerativa para a Linguística Aplicada. E, então, elas foram alunas dele lá, e se encantaram com o trabalho dele.

[E]: Algum embate, já nessa época, entre Gerativismo e Estruturalismo, professor?

⁵⁷ Eu estou pensando no depoimento da pró-

⁵⁷ Minha interpretação dos processos que levaram à formação de uma linguística autônoma no país se fundamentava no modelo sociológico ‘de conflito,’ tal como formalizado por Griffith & Mullins, em 1972, e testado por Murray (1993). Este modelo procura explicar a formação de ‘grupos de especialidade’ em determinada comunidade científica, entre outras variáveis, a partir da percepção dos cientistas sobre seus pares e sobre o conhecimento produzido pela sua geração: se bem ‘recebidos’ pelo *establishment*, ou, se ‘rejeitados.’ Onde meu interesse, na época, pelos embates paradigmáticos, fossem teóricos, metodológicos ou institucionais. Longe de explorar intrigas palacianas, o mapeamento resultante de tal técnica permite identificar as comunidades paradigmáticas de um campo de pesquisa e o conjunto de valores por elas compartilhados, o que constitui a base de interpretação de uma historiografia que se quer crítica. Assim, linguistas gerativistas, por exemplo, se perceberam diferentes dos linguistas descritivistas, na medida em que compartilhavam entre si não apenas da mesma concepção do objeto língua, da mesma metodologia introspectiva, e, principalmente, do mesmo objetivo principal, mas também de um ‘mesmo’ conjunto de valores sociais, ideológicos, políticos, que interferiram nos caminhos que percorreram ao longo do tempo. No caso brasileiro em questão, o paradigma gerativista, além dos valores cognitivos, cultivava outros como, ‘verdadeira ciência da linguagem,’ ‘superioridade teórica,’ ‘ciência mais difícil,’ ‘ciência formalizada,’ ‘ciência americana,’ ‘ciência de ponta,’ ‘ciência dura,’ etc.... Metodologicamente, o historiógrafo de uma ciência só capta esses valores, ou os capta melhor, no jogo de oposições que se dá entre os cientistas em determinado contexto. Assim, o fato de um agente histórico se referir à Linguística como ‘*panacéia gírica*’

54 Não consegui identificar.

55 Leonor Scliar Cabral (n. 1929)

56 John Martin [?]

pria Scliar Cabral...

[Aryon]: Não. O embate começou nos Estados Unidos, logo que o Chomsky começou a publicar as suas [ideias] ...

[E]: [inaudível]

[Aryon]: Justamente.

[E]: Já veio pronto. Porque a própria Scliar fala, no depoimento dela — ela devia fazer o Curso no Programa do Museu Nacional, por volta do final dos anos 1960, só pode ser — que o Curso do Mattoso era vazio, e, os termos são dela, ‘*um arrivista, John Martin*’, encantava a plateia com a última moda da Gerativa. Publicado num dos *Cadernos de Linguística*; [no.] 14, aquele que é dedicado à Psicolinguística. Eu cito agora porque ela publicou (Scliar-Cabral 1988).

[Aryon]: *Caderno de?* Da UNICAMP?

[E]: Tem um caderno da UNICAMP, eu acho que é o número 14, que é dedicado só à Psicolinguística, organizado pela Albano, [se não me engano].⁵⁸ O primeiro artigo se chama *Retrospecto*, e é da Scliar Cabral.

[Aryon]: Preciso ver isso, eu não vi, porque depois que eu saí de lá, eu tenho que ir lá e pegar os *Cadernos*, porque se não eles não mandam.

[E]: Eu mando para o senhor, professor, quer?

[Aryon]: Não, essa semana eu vou a Campinas; eu tenho um exame lá agora, na quinta-feira.

permite ao historiógrafo inferir, para além das categorias cognitivas que distinguem o campo da Filologia do campo da Linguística, ainda como exemplo, os valores que organizam e hierarquizam, em determinado lugar e em determinada geração, as especialidades e subespecialidades de um campo do conhecimento.

58 *Cadernos de Estudos Linguísticos* (CEL). UNICAMP, 1978-corrente. Albano, Eleonora [Motta Maia]. CEL no. 14, Psicolinguística. 1988.

[Daniele]: Na época o John Martin

Era uma personalidade assim...

[Aryon]: Que arrebatava os alunos.

[Daniele]: Meio charmoso, meio galã, conquistador, assim.... Ele realmente arrebatava e o Mattoso Câmara tinha uma postura mais formal, mais tímida.

[Aryon]: Mas, engraçado que ela disse que era vazio o [curso do] Mattoso... Mas a que curso dele ela se refere? Porque no Programa do Rio, ele deu dois tipos de curso — e ainda foi muito pouco, porque ele morreu logo e então deu curso de 1968 e 1969 só, porque em 1970 ele morreu já.

[E]: Então é o que eu estou achando mesmo: ou 1968, ou 1969. Ela se refere, se não me engano, a dois ou três alunos, ela fala um número assim; e imediatamente ela diz, “*enquanto isso, o arrivista, John Martin, encantava as platéias com a última moda gerativista*”.

[Aryon]: O arrivista...

[E]: O arrivista. É um termo forte.

[Daniele]: É que o John Martin, quando ele chegou, ele logo encontrou muito inimigo, então, eu imagino, que tenha tido um discurso assim de pichar a própria [faculdade?]

[Aryon]: É, mas pode ser que fosse por outras coisas, posteriores. Ele foi demais problemático, mas foi muito importante também, e é isso que eu quero por aí, mostrando esse período de 1968 e 1969. E seguinte.

[Daniele]: Mas eu acho que.... pode ser uma coisa que ficou... um rótulo.

[Aryon]: De quem estava querendo ser mestre da Linguística no Brasil. Ela chegou a publicar então a *Introdução à Linguística*, tal, tal, tal, o livro dela, não é? (Scliar 1973). Sem ter nenhuma experiência com Linguística. Depois até a Psicolinguística,

ela foi firmando aos poucos, hoje ela está bem na Psicolinguística... certa corrente da Psicolinguística — a Psicolinguística é muito malhada também. Está com o prestígio de relações internacionais, a Leonor, agora, atualmente. E vai fazer um congresso lá em Santa Catarina no começo do ano que vem, trazendo algumas figuras. Mas vários tiveram a pretensão de já quererem logo escrever seus manuais de Linguística e tudo, não é? Aliás, a propósito do parêntese, a Daniele ficou com a impressão de que você poderia estar pensando que fosse o Cidmar; não era o Cidmar não.

[E]: Quem era, Daniele?

(Risos)

[E]: Professor, dá *pause* e me diz quem é. Fica só entre nós.

[... gravação interrompida]

[Aryon]: Entrando no ponto do que aconteceu aí...

[E]: Da Bárbara, da Celani...

[Daniele]: Dizer que o curso do Mattoso era vazio, não sei, talvez seja uma conclusão muito pessoal dela, individual, porque....

[E]: Provavelmente ...

[Daniele]: O Mattoso era um ídolo, era venerado. Pelo pessoal que não era do Rio mais ainda.

[Aryon]: Um curso dele era sobre estrutura do verbo português, que já está publicado; já está publicado várias vezes, em várias versões por ele, e que continua ainda sendo usado em termos de análise morfológica do português; é quase a única coisa que há de análise morfológica do sistema flexional do português.

[E]: Naquela revista *Orbis*, tradicional revista *Orbis*, de Louvain — esse professor que me orientou é o atual editor — de tudo o

que eu me predispunha a mostrar do português do Brasil, ele só se interessava por Mattoso Câmara e Aryon Rodrigues.

[Aryon]: É?

[E]: Para o professor ver a importância do que nós estamos conversando aqui, porque, é claro que ressaltando a importância de várias pessoas, porque elas devem ser ressaltadas ao máximo também; mas é interessante o professor ver a visão dessa que é uma revista tradicionalíssima, quer dizer, num artigo em que ele vai — nem sei para que é, eu vi uma prova ou duas, mas era de outros linguistas latino-americanos — e eles só tinham interesse nesses dois.

[Daniele]: Mas o Martin, o professor Martin não tinha nenhuma indisposição com o Mattoso Câmara; acabou brigando com todo mundo, mas com o Mattoso Câmara não, nenhuma [briga]. Implicava muito e tal, mas...

[Aryon]: Não, o problema do Martin era de outro tipo; era de natureza institucional, mas deixa de fora as coisas que estão aí...

[E]: Bárbara, Celani...

[Aryon]: Pois é, porque você tem Bárbara e Celani: é que em 1968 acabou aquele Instituto lá no México [=o II Interamericano, 1967-1968]; tivemos outro em Porto Alegre, o primeiro do Brasil [=I Instituto Brasileiro de Linguística, 1968] e, em 1968 mesmo, no fim de 1968, nós fizemos, começamos em São Paulo várias coisas, foi o II Instituto Brasileiro de Linguística.

Então, o primeiro foi em Porto Alegre [1968] e o segundo já foi nas férias de verão de 1969, foi o segundo brasileiro, foi na USP justamente [de janeiro a fevereiro de 1969].

E, nesta ocasião, o Mattoso, que tinha

sido eleito presidente da ALFAL, organizou o congresso da ALFAL; então, foi o II Congresso da ALFAL, organizado em São Paulo. Só que não foi na USP, foi na Sedes Sapientiae, na Católica. O Mattoso estava na época com um relacionamento muito positivo com a Madre Olívia,⁵⁹ e, então, ele arranjou para sediar lá o Congresso, e, na USP, sediamos o II Instituto Brasileiro de Linguística, que foi o segundo brasileiro e o terceiro interamericano; o primeiro interamericano foi em Montevideu [1965]; o segundo, no México [1967-1968] e o terceiro, em São Paulo [1969], na USP. O segundo brasileiro e o terceiro interamericano foram em conjunto, foi um programa só, a gente reuniu recursos financeiros dos dois programas; duas verbas da Ford.⁶⁰

[Aryon]: havia duas verbas aí, havia a verba do Programa Interamericano e havia a verba do Programa do Rio de Janeiro, então, o Interamericano foi que deu condições de fazer tudo e, com a do Rio de Janeiro eu convidei mais alguns professores, inclusive o John Martin, que então já estava em Santiago, no Chile, tinha deixado a Colômbia e estava em Santiago do Chile. Santiago, ou Concepción? Concepción.

[E]: A primeira vez que ele veio para o Brasil...

[Aryon]: Que ele veio para o Brasil, para este curso de verão, na USP. E Leila Bárba-

ra e Celani foram alunas dele, e aí também a Mary Kato foi aluna dele. E isso foi decisivo, porque surgiu, na conversa entre elas e Martin, a idéia de criar o programa de pós-graduação em Linguística Aplicada na PUC. Que criaram de imediato e ele foi o coordenador. E ele voltou para o Brasil para ficar na PUC em São Paulo, no Programa da PUC. O Programa da PUC nasceu disso aí, portanto, é consequência indireta do PILEI — por isso que eu digo que o PILEI teve importância institucional no Brasil — e foi o segundo programa de pós-graduação em Linguística no Brasil, depois que acabou Brasília, nesta nova fase: o primeiro foi o do Rio de Janeiro, o segundo foi o de Linguística Aplicada da PUC de São Paulo, que começou já no segundo semestre; começou em agosto de 1969, com o Martin como professor e como coordenador. E então é que as professoras da PUC começaram a fazer doutorado em Linguística, com o próprio Martin, e começaram os atritos do Martin também.

[Aryon]: A Leila Bárbara desenvolveu, parece, uma situação muito tensa de orientação com ele e defendeu a tese “apesar dele,” mas foi uma tese de Gramática Gerativa, a tese dela, e foi ele quem introduziu a Gramática Gerativa em São Paulo.

[Daniele]: Engraçado, eu não tinha idéia... ele realmente era da Gerativa, mas ele não era daquele tipo chomskyano radical.

[Aryon]: Não, ele não era MITiano não.

[Daniele]: Ele era diferente.

[E]: Muito voltado, inclusive, para uma gramática pedagógica do Português.

[Aryon]: Justamente. E ele começou, no tempo em que estava no Brasil, a fazer uma descrição do Português, e tem uns arti-

59 Madre Olívia (1913-1994)

60 Em suma, em 1969, concentraram-se em São Paulo os participantes do III Instituto Interamericano de Linguística, que se realizou conjuntamente ao II Instituto Brasileiro de Linguística e do II Congresso da ALFAL. Estava criado o fórum para que se formalizasse uma *Associação Brasileira de Linguística*, a ABL, e, por iniciativa de Ataliba de Castilho, o *Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo*, o GEL.

gos ótimos dele que ninguém fez melhor até agora sobre o gênero, sobre concordância, há uma análise das formas verbais também — o tempo, a questão do tempo no verbo português, e são uns artigos excelentes, muito bem elaborados.

[E]: E apresentando muito contundentemente o que eu chamo, estou chamando, uma retórica de ruptura com a tradição gramatical muito forte.

[Aryon]: Ah, também.

[E]: Isso marca os primeiros artigos dos linguistas do Brasil, sem dúvida alguma, principalmente, veja se o professor, ou a Daniele, veem uma relação entre o pessoal ligado ao Martin, inclusive depois, depois do Rio...

[Aryon]: A trajetória é assim: ele foi para a PUC de São Paulo, depois entrou em choque com a administração da Universidade, aí ele saiu e foi para a PUC do Rio de Janeiro, que estava tratando de desenvolver a Linguística também — eram ele e a Amélia Lacombe,⁶¹ que estavam coordenando o Programa lá.

[E]: E o Heye?⁶²

[Aryon]: O Heye é diferente, fui eu que trouxe também para o Rio de Janeiro, dos Estados Unidos, estava em Washington; é alemão, mas estava em Washington.

Mas o Martin foi para a PUC do Rio de Janeiro, deu um semestre de aula lá, e brigou com a administração também. Ele não estava brigando com os professores, estava brigando com a administração sempre. É aquele negócio dele: várias vezes eu depois disse para ele “*Olha, não pode — mais tarde um pouco — fazer isso que você está fazendo,*

você tem que reconhecer que está em um outro meio cultural, você não está nos Estados Unidos, nem no Canadá. Não pode impor exigências à administração. Você fez um contrato, tem que ficar dentro disso aí e não pode querer conseguir mais coisas, forçar mais coisas. E certas coisas você não pode dizer na frente das pessoas. As pessoas se ofendem, mesmo que seja verdade, elas se ofendem com a verdade.” É uma situação social que a gente contorna.

[E]: A gente tem as estratégias que um americano de personalidade forte não tem.

[Daniele]: Mas ele não é americano, é canadense.

[Aryon]: É canadense, filho de irlandeses. Quando o negócio da PUC estourou, eu peguei ele para o Programa do Museu Nacional, conversei lá na Ford, o pessoal lá na Ford me advertiu, porque estava sabendo que ele era um camarada que criava dificuldade, mas eu disse “*Não, mas eu vou pegar ele por um semestre aqui.*” E pegamos por um semestre somente; existia uma verba para um professor por um semestre, que podia dedicar a ele; então peguei por um semestre. Não ia ficar ele criando coisas porque o diretor do Programa era eu e não tinha contato com as autoridades das universidades não. O Programa todo dependia da Ford. Assim mesmo, ele tentou. Na Ford, ele começou a preparar as coisas para ele tomar conta do Programa, tentar induzir lá certos funcionários da Ford de que o Programa seria melhor orientado em outra direção, da Linguística Aplicada, e o Programa do Museu não era [esse], era um programa de Linguística-linguística. Mas não chegou a frutificar isso; deu um pouco de dor de cabeça para ‘aparar’ as coisas lá com Mister Isto, com Mister Aquilo

61 Amélia Lacombe [?]

62 Jürgen Walter Bernd Heye (1939 – 2011)

lá... Mas o Mr. [Sharp] principalmente, que era o que acompanhava o Programa, [garantiu] o prosseguimento da coisa, lá dentro, o que funciona do Programa.

[E]: Os depoimentos todos que eu tenho [são] unânimes: o aval da Ford era o senhor. O senhor que era o grande avalista da Ford, quer dizer, todo esse Programa se sustentou na sua pessoa.

[Aryon]: Eu era o mentor do Programa.

[E]: Pois é, o senhor tinha esse título, mas parece que a Ford confiava era no seu trabalho...

[Aryon]: Ah, sim, mas porque a Ford faz isso mesmo. Eles trabalham em cima de pessoas. É o sistema americano, quer dizer, as pessoas são responsáveis, quando estava o Daniel Everett⁶³ aqui, que agora é chefe do Departamento de Linguística, lá na Universidade de Pittsburg, nos Estados Unidos, ele estava dizendo que, como chefe de departamento, ele tem toda a responsabilidade: se aplica dinheiro aqui, se aplica ali, é o chefe de departamento que decide até certo nível de investimento; ele não consulta os professores, não tem essa nossa coisa de fazer reunião de colegiado, nada disso. O chefe, enquanto tem o mandato dele, ele é a pessoa de confiança; então é essa questão do sistema saxão de delegar competência, que aqui não temos e que é difícil de estabelecer aqui.

Mas o fato é que então ficou um semestre conosco o Martin, e aí acabou, acabou.

[Unicamp]

Mas quando ele estava conosco, houve a primeira crise do Programa de pós-graduação da UNICAMP — é uma outra história esse programa da UNICAMP, é um programa que foi criado por um francês, o Yves Gentilhomme,⁶⁴ lá de Besançon, que o diretor do Instituto de Ciências Humanas na época, lá da UNICAMP, conheceu em Besançon; mas o diretor de ciências humanas era de Filosofia, não de Linguística, e achou que o camarada era um grande linguista, e o homem não era linguista, o homem era um técnico em computação. Ele dirigia um Programa de Linguística Aplicada que estava contribuindo para um grande projeto de computação linguística na França, que era o *Présence de la Langue Française*, que tinha Nancy fazendo uma parte e Besançon fazendo outra parte, para fazer o grande *Trésor de la Langue Française*, que era um *dépouillage* de toda a literatura francesa desde a Idade Média até o presente. Isso não é linguística. Fizeram, ou estão fazendo ainda, já tem várias coisas publicadas.

E o Gentilhomme era um homem da área da computação, na verdade, estava fazendo computação de dados de linguísticos, mas não conhece linguística. E lá em Besançon eles tinham um *Centre de Linguistique Appliquée*, tem até hoje, onde se ensina línguas; então, esse professor que dirigia o Instituto em Campinas pegou essa ideia: fazer um centro de linguística aplicada em Campinas e trazer o Gentilhomme para montar a pós-graduação em Linguística em Campinas, e o Gentilhomme aceitou. Aceitou, e aí eles fizeram uma seleção em 1971, em julho de 71, anunciaram, fizeram um *affiche* à maneira francesa, e veio gente de todo o interior de São Paulo para concorrer para a pós-gradu-

63 Daniel Everett (n. 1951)

64 Yves Gentilhomme (1920-2016)

ação em Linguística e selecionaram vinte e tantos candidatos. Começaram com tudo.

[E]: De onde vinha esse dinheiro, professor?

[Aryon]: Em parte da FAPESP, em parte da própria UNICAMP. A UNICAMP estava no começo...

[E]: Eles tinham dinheiro quando ninguém tinha?

[Aryon]: Pois é, tinham dinheiro quando ninguém tinha, o que despertou um despeito enorme dos que se consideram donos da USP, que são os Mesquita, do Estadão, que passaram a combater a UNICAMP. O Estadão passou a fazer editorial em cima de editorial contra a UNICAMP.

[E]: Nos anos 1970?

[Aryon]: Nos anos 1960, ainda, e até os anos 1970 também. Mas essa é outra história. A história das universidades de São Paulo é interessante.

A UNICAMP foi a segunda universidade de São Paulo. E a terceira, depois vem a terceira, a UNESP, que é a reunião das faculdades do interior numa universidade. Agora, como é que a UNESP conseguiu se firmar como uma universidade? Adotando o nome Júlio de Mesquita Filho, era Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Foi o preço que pagou para não ter oposição do grupo do Estadão.

Mas nós estávamos em John Martin; então, na UNICAMP, esse Gentilhomme indicou mais alguns professores da França para virem dar cursos; ele mesmo iria dar curso de quadros formais lógico-matemáticos, para começar o mestrado em Linguística, e então contratou a professora de Fonologia lá de Besançon, Mme. [incompreensível],⁶⁵

para dar o curso de Fonética e Fonologia; uma outra, Mme. Duval, para dar o curso de Gramática, de Introdução à Linguística. Então, esses três viriam no verão Francês, o curso aqui seria dado no verão francês por eles, e depois os alunos ficariam estudando o resto do tempo, até pegarem, depois, em março, alguém que pudesse vir de lá. Vieram, deram as aulas deles lá e, quando foi março, não tinha francês lá de férias para vir, em março de 1972. E então veio uma aluna do Gentilhomme, e veio ele também para dar [aulas]. Aí caiu o nível, porque já era uma aluna, não eram professores para dar pós-graduação aqui.

Eu não cheguei a conhecer essa aluna, não sei como é que ela era, devia ser muito capaz. O Gentilhomme também não [conheci], mas ele estava lá nos documentos, tanta coisa que [será preciso] analisar depois disso. Agora, acontece que em 1972, nessa segunda vinda ao Brasil, o Gentilhomme namorou uma senhora da cidade, que frequentava a *Aliance Française*, onde ele era figurão, professor visitante da Universidade...

[E]: Eu soube dessa história na França. Do tiro, ele levou um tiro.

[Aryon]: Não, não levou tiro não. Mas o marido esfaqueou a mulher, matou a mulher. Era o promotor público de Campinas, o marido, e foi a júri depois. E o Gentilhomme pegou o primeiro avião, para não levar tiro justamente. Pegou o primeiro avião, voltou para a França e nunca mais.

[E]: É interessante, porque isso marcou a primeira vez que eu fui para a Europa profissionalmente; estávamos uma argentina, eu, o professor [Herman] Parret, justamen-

65 Provavelmente trata-se de Mme. Konap-

chensky. V. também Vogt 2011.

te o professor que acabou me levando para lá [Katholieke Universit  t Leuven], e apresentando meu orientador [Pierre Swiggers], acabamos ficando amigos [...]

[Aryon]: O pessoal foi imprudente que nem sei, porque, em agosto de 1971, eles admitiram uma vintena de alunos mais ou menos, e fizeram nova sele  o em fevereiro de 1972. Fizeram uma segunda turma j  . Então, o programa estava com quase quarenta alunos. Um negócio louco. Completamente louco. E aí, sem professor. Mas, paralelamente, a a  o tinha sido [dupla]: além de trazer os franceses, mandar[am] alunos brasileiros fazerem mestrado na França. Então a universidade conseguiu [professores].

[E]: A Universidade pediu [inaudível]

[Aryon]: Não, não, antes disso. Foi uma saída coordenada, desde o início. Enquanto o Gentilhomme montava o programa, discutia a cria  o do programa, mandaram brasileiros estudarem na França, fazerem mestrado l  . Fazer a *ma  trise*.

[E]:    aí que o Franchi⁶⁶ vai para Aix-en-Provence?

[Aryon]: Justamente. Então escolheram meia dúzia de ex-alunos, quase todos do Ant  nio Cândido,⁶⁷ que o Ant  nio Cândido era amigo do Zeferino Vaz,⁶⁸ que era reitor e criador da UNICAMP, era muito amigo do Ant  nio Cândido. Admiravam-se mutuamente. Então, a pessoa de confiança para o Zeferino, aí em São Paulo, na área de Letras, era o Ant  nio Cândido.

[E]: Aí que o Ant  nio Cândido vai parar na UNICAMP, dessa amizade com o Zeferino?

66 Carlos Franchi (1932-2001)
67 Ant  nio Cândido (1918-2017)
68 Zeferino Vaz (1908-1981)

[Aryon]: Justamente. E não só com o Zeferino, mas, depois, viria o Carlos Franchi e companhia. Então, o Ant  nio Cândido, que não era de Linguística, nem entendia nada de Linguística,    excelente teórico da Literatura, mas de Linguística, não. Mas ele t  mbem entendia tanto quanto a maior parte do pessoal aqui no Brasil. Era Letras, tudo. Então, pegou alguns dos [seus] mais brilhantes alunos de Letras, dos alunos dele l  . Então, ele escolheu o Carlos Franchi, Carlos Vogt, Rodolfo Ilari,⁶⁹ Akira Osakabe.⁷⁰ Mais Luís Orlandi.

[E]: O Franchi, o Akira, o Orlandi...

[Aryon]: Orlandi que foi marido da Eni, primeiro marido da Eni [Orlandi].

[E]: Então    da   que essa turma vem. Franchi, Vogt, Ilari, Osakabe, Orlandi...

[Aryon]: É. O outro não era indicado pelo Cândido. O outro era de Matemática, um rapaz de sobrenome Linhares.⁷¹

[E]: Esses eram da USP

[Aryon]: Todos eram alunos da USP, do Ant  nio Cândido. L   de Literatura. Então esses cinco, mais um da Matemática — porque precisavam de alguém da Matemática t  mbem. Então escolheram alguém da Matemática, que foi independente do Cândido, e mandaram os seis, com seis bolsas da FAPESP para fazer *ma  trise* em B  san  on. O entusiasmo pelo Gentilhomme era tão grande, que todos foram com a permissão de fazerem a *ma  trise* em Besançon e voltar. Não podiam fazer outra coisa. Isso eles me

69 Rodolfo Ilari (n. 1943)
70 Akira Osakabe (1939-2008)
71 Para nomes de outros pesquisadores que participaram do projeto de cria  o do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (IFCH), v., por exemplo, Vogt 2011.

disseram no começo lá. As instruções eram muito estritas: ir, fazer a *maîtrise* e voltar, [era] para serem eficientes, e voltarem, e logo, para ter gente brasileira aqui para assumir o programa. Só que, chegando lá em Besançon, os mais inteligentes perceberam que Besançon não era um lugar para aprender Linguística; lá é mais ensino de línguas, linguística voltada para o ensino de línguas. Então, um desses foi o Franchi. Verificou a situação na França e resolveu ir para Aix-en-Provence. E não contou nada para ninguém daqui do Brasil, mas assumiu a coisa e fez a *maîtrise* em Aix-en-Provence e trouxe o diploma de Aix-en-Provence. O Carlos Vogt, que é inteligente, mas é mais político O Franchi tem tradição política, participava do Partido e tudo. E o Vogt não; o Vogt foi sempre mais diplomata. Então, o Vogt manteve a matrícula em Besançon e passou a pegar o trem toda semana e ir para Paris, para a *École Pratique de Hautes Études*, onde passou a seguir os cursos do Ducrot.⁷² E estabeleceu uma relação positiva com o Ducrot, de amizade e tudo e, quando saiu, também não seguindo as instruções, ele já deixou a inscrição feita para o *troisième cycle*, na *École Pratique de Hautes Études*, com a direção do Ducrot, mas fechou a *maîtrise* em Besançon e trouxe o diploma de Besançon, como o Akira Osakabe, o Ilari, e o Orlandi também trouxeram.

[E]: Então são todos velhos companheiros.

[Aryon]: Velhos companheiros. Essa é uma turminha. Começou a divergir recentemente, [tanto] que agora estão separados, um tanto. O Vogt, sobretudo, em relação aos outros. Sobretudo ao Franchi, à frente, a polarização entre o Vogt e o Franchi, mas o Akira mudou de área (há muito tempo) e

o Ilari está com um e está com outro. Mas isso é já da política deles lá. Que tem consequências, evidentemente, para o desenvolvimento da UNICAMP, no programa lá, mas paciência. Todos chegaram, justamente, no meio de 1971. Não, entre a metade de 1971 e o fim de 1971, uns chegaram antes, outros chegaram depois. Então, em 1972, eles já estavam aí, quando o Gentilhomme veio e teve o problema que teve. Aí eles tiveram que assumir o programa, mas aí, deu-se o problema, porque já havia o requisito na época de que para assumir a pós-graduação, tinha de ser doutor e nenhum deles era. Eles foram fazer a *maîtrise* somente. Então, não tinham nem o *troisième cycle*. O que fizeram? Eles contataram o pessoal do único programa de pós-graduação que havia em São Paulo, que era o da PUC, e a Leila Bárbara, o John Smith,⁷³ que então já tinha se incorporado à PUC, e a Mary Kato deram um curso de sintaxe na UNICAMP no segundo semestre de 1972, a seis mãos, para esta turma. Então eles se dividiram, uma semana vinha um, outra semana vinha outro e despejavam as aulas lá. O sistema de despejar aulas é o sistema da USP, infelizmente. Porque a USP tinha esse sistema de dar aulas só num dia da semana.

[E]: Ainda tem.

[Aryon]: Ainda tem. É um troço terrível.

[E]: e não há gabinete para a gente estudar

[Aryon]: Os alunos podem morar em Ribeirão Preto e serem alunos regulares da USP.

[E]: Eu conheci gente do Rio Grande do Sul, de Belo Horizonte, alunos regulares da pós. Numa situação até muito iníqua para a gente, eu dava doze aulas no departamento,

72 Oswald Ducrot (1930-2024)

73 John Smith [?]

fazendo pós, e colegas do Rio Grande do Sul, das Federais, tinham bolsa, ganhavam o dobro que eu e davam duas aulas em uma semana. Iam e voltavam de avião semanalmente e faziam pós do meu lado. E eu não acho ruim para elas; eu achava ruim para mim.

[Aryon]: Agora o problema foi um programa, que poderia ter sido um programa muito caprichado, porque recursos a USP sempre teve, foi desperdiçado.

[Daniele]: Mas isso que vocês estão falando, agora, está em toda a parte

[Aryon]: Não. A disciplina; mas lá, não, o curso todo, na sexta-feira. Então o aluno pode ir de avião, assiste à aula e vai embora para a sua cidade. Isso foi a USP que implantou, o Cidmar que criou isso novamente na Linguística e, depois, ele começou a multiplicar isso. Em Goiânia, ele estabeleceu uma pós-graduação assim também, de um dia por semana, e ele pegava avião, que a Universidade pagava o avião toda semana para ele, e ia. Um dia só de contato lá com os alunos não rendia nada, porque não se forma pessoal assim. Mas assim mesmo ele fazia e, depois de Goiânia, ele voava para Araçatuba e dava aula em Araçatuba, e depois ia para Ribeirão Preto e depois voltava para São Paulo. O [semestre] inteiro assim, de despejar aulas e voltar. Era pós-graduação de um homem só, em várias instituições. Ficou uma brincadeira a formação linguística; isso foi uma das distorções que houve. Mas nem tudo; por exemplo, o programa da PUC Rio de Janeiro. O da PUC é um programa que funcionou firme. Agora, esse de Campinas começou nesse estilo; ia depender das férias francesas. Um negócio doido: como é que se vai criar um programa dependendo

disso. Mas então, nesse segundo semestre de 1972 tiveram aula assim e o Vogt conseguiu que o Ducrot viesse e o Ducrot veio. Então ficou a Leila Bárbara, Smith, Mary dando um curso e o Ducrot dando dois cursos, que eram um de Semântica e outro de Lógica.

[E]: No espaço da UNICAMP.

[Aryon]: No espaço da UNICAMP, no curso da UNICAMP.

[E]: Então era um curso PUC-UNICAMP, Ducrot...

[Aryon]: Não, o Ducrot pela UNICAMP. E da PUC eles vinham dar aqui [lá em Campinas]. Não era o curso da PUC não; mas eram professores da PUC que ficavam vindo, se revezando, inclusive numa disciplina só, dando a Sintaxe. E o Ducrot veio e deu a Lógica e deu a Semântica, a Semântica argumentativa que ele estava desenvolvendo. Então, com isso, manteve esse segundo semestre. Mas não tinha mais como sustentar o curso depois, para adiante. Aí, então, o Carlos Franchi me telefonou para o Rio de Janeiro, não me conhecia, alguém deu a indicação, que estavam precisando e se eu sabia de alguém que pudesse vir para a UNICAMP como professor. Eu disse: “*Olha, tem um que justamente vai ficar livre agora; está aqui comigo, que é o MARTIN, vai terminar o contrato e nós não temos com recursos para continuar mantendo ele aqui.*”. “*Agora, mas ele é bom mesmo e tal?*” Eu disse “*Ele conhece bem Linguística Aplicada, conhece bem, bom em gramática gerativa; agora, é melhor você conversar com ele. Eu te dou o telefone dele, telefone para ele e combina.*”

[Aryon]: Aí se entenderam. Aí o Franchi marcou com ele, o Franchi viajou ao Rio de Janeiro e foi lá no apartamento dele,

conversaram e tal e acertaram que o Martin vinha para cá [iria para lá, Campinas]. E o Martin foi. Só que o Martin chegou e a turma esfriou com o Martin antes dele começar a trabalhar. Eu não sei que tipo de coisa que houve, eu acho que em parte foi culpa do pessoal de Campinas mesmo, que ficaram com medo de que ele tomasse conta do Programa, mediram o discurso dele e trataram de o congelar. Resultado: o Martin ficou um semestre ganhando de Campinas sem dar uma aula. Não programaram nada para ele. Então, foi um negócio assim escandaloso. Só que o escândalo não estourou. Depois de um semestre, o negócio foi para nível de reitoria, a discussão toda, tal, e rompeu-se o contrato, e o Martin foi convidado pela PUC de Campinas, e aí ele fundou o Programa de Mestrado da PUCAMP, que não tinha, né, e criou o Programa ali e dirigiu bem a coisa, conseguiu trazer professores de fora, trouxe uma húngara Costad..., Mariane Costad... [incompreensível], que agora é professora na Califórnia, em San Diego e uma boa linguista, improvisou professores assim.

[E]: E formou muita gente?

[Aryon]: Formou, formou muita gente.

[E]: Seis ou sete artigos da RBL, aparecem [como] comunicações do Martin, pela PUC.

[Aryon]: Justamente, lá da PUC, do Martin; porque ali ele ficou mais estável, ali na PUC de Campinas, ele ficou mais estável.

[Daniele]: E o discípulo dele lá foi o Tom.⁷⁴

[Aryon]: O Tom, justamente. O Tom entrou de fato em Linguística, porque era só português tradicional o que tinha antes. Mas, enfim, o Martin também forçou a barra para abrir caminho ali — e ele estava com a

faca e o queijo na mão, ele podia fazer o que bem entendia, academicamente, e a PUC topava, e estava tudo tranquilo. Ele tinha um prestígio com a PUC enorme. Dentro da PUC de Campinas. Que é isso o que conta, né? Mas, ele começou a forçar demais contra o diretor do Instituto de Letras, que foi uma das figuras tradicionais de Campinas, professor Sampaio,⁷⁵ membro da Academia Campineira de Letras e, por isso, um dos orgulhos da sociedade local, (não dá, né?)... aí, claro, o Reitor teve que apoiar o Sampaio numa disputa entre os dois e, aí, ele saiu da PUCAMP também. Aí, ele consegue convite em Curitiba, e foi para a Federal do Paraná. E aí já conseguiu inimizades; mas foram no ato as “afinidades”! Em Curitiba, ele estava em condições ideais lá: tinha um gabinete bom de trabalho, um bom apartamento para a mulher e os filhos e tudo. Eu disse: “*Olha, cultive isso aí, rapaz*”. Estava gostando da cidade. “*Curitiba é uma cidade boa para morar, né?*” Mas não deu, passou um ano e ele criou problema lá também e saiu. Aí ele foi para os Estados Unidos e eu fui encontrá-lo de novo, lá no Arizona, como professor da Universidade do Arizona, nos Estados Unidos. Fiquei hospedado na casa dele. Nós tínhamos uma conferência no Departamento de Linguística lá e, para minha surpresa, quem foi me esperar no aeroporto foi o Martin. Ele sabia que eu ia lá, ele estava no Departamento de Língua Espanhola e Português. Nós nos demos bem sempre, eu nunca tive atrito com ele.

[Daniele]: Apesar de ele tentar tomar conta do Programa.

[Aryon]: Pois é, mas eu sempre...

74 Antonio Suarez Abreu (n. 1940)

75 Francisco Ribeiro Sampaio (1909-1988)

[E]: Eu tenho impressão, agora também claro, mas eu tenho a impressão de que na época era impossível brigar com o senhor, quer dizer, há unanimidade sobre o respeito intelectual que o senhor tinha aqui e lá. Era Mattoso Câmara e Aryon Rodrigues.

[Daniele]: Também, não tinha mais ninguém

[Aryon]: Nesse tempo não tinha.

[Daniele]: Tinha o Francisco Gomes de Matos. Eram três.

[E]: Mas ele vem depois...

[Aryon]: Depois. É. A gente puxou o Gomes de Matos, ele fez o doutorado.

[Daniele]: Mas ele participou...

[Aryon]: Participou, participou. Como eu disse, a gente puxou ele pelo PILEI logo, e isso deu ocasião para ele, depois, entrar em contato com o Yázigi e ter essa atividade como uma atividade particular; mas foi muito importante: elaborar materiais didáticos, tanto para o ensino de inglês, quanto para o ensino de português como segunda língua, para o ensino de francês, e tudo, vamos dizer, muito criativo; então ele levou isso muito adiante...

[E]: Eu comecei na vida acadêmica dando aula no Yázigi. Comecei numa escolinha para crianças. A gente trabalhava, trabalhava com franquias.

[Aryon]: Não, a primeira escola, uma das primeiras instituições do Brasil a usar o sistema de franquias, no Brasil.

[E]: Eu comecei no Yázigi e com esse método.

[Aryon]: Justamente. O Gomes de Matos tornou-se uma pessoa importante, mas, de fato, com doutorado em Linguística. Ele ia assimir pós-graduação aqui com a gente. Não

tinha gente para se começar. Não tinha jeito. Tinha que trazer gente de fora. Então, lá no Rio de Janeiro, a gente trouxe o Brian⁷⁶ também, que era um professor da Universidade do Texas, em Austin, que esteve conosco...

[E]: Isso na época do Museu Nacional?

[Aryon]: Na época do Museu Nacional, para começar o Programa do Museu Nacional [1968]. O Brian Head, que depois acabou ficando no Brasil; depois migrou conosco para a UNICAMP. Quando o Programa migrou para a UNICAMP [1973], ele foi junto.

[E]: Por isso então que ele tem publicação com o Martin. Quando eu comecei a montar, quando eu ainda estava tentando montar o sociograma desse pessoal todo, logo desisti, porque a gente não tem informação sistematizada disso, a partir disso aqui é possível agora. Mas então, é por isso; eles têm até coprodução? co-orientação? e o senhor é a ponte.

[Aryon]: Foram colegas do mesmo departamento, lá no Rio de Janeiro, no Programa do Museu Nacional. Naquela época, lá no Rio, o Brian ainda se dedicava à Fonologia, essencialmente. Ele dava uns cursos de Fonética e Fonologia lá. Porque o Martin veio para a Gramática Gerativa e depois da UNICAMP, o Brian...

[E]: O professor Brian Head também tem uma personalidade difícil, não tem?

[Aryon]: Não, não assim, não. Ele é complicado; não é que ele é difícil naquele sentido que acaba com as pessoas, não. Ele não cria caso com ninguém. Mas ele é complicado; ele apronta umas complicações para ele mesmo. Ele se mete em complicações. E fica lamentando. Na UNICAMP

76 Brian Head [n. 1933-]

prevaleceu, contra ele, com base nisso, prevaleceu um espírito anti-estrangeiro e antiamericano. Embora ele não seja tipicamente americano, não. Ele é muito assimilado, até demais, em muitas coisas.

[Aryon]: A Lucy Seki,⁷⁷ ela fez um daqueles programas da década de 1960, né, voltou em 1973 com o doutorado feito. Aí não conseguiu [voltar] para Minas Gerais, que ela era mineira, e o marido dela voltou para Belo Horizonte, só que aí ela não conseguiu emprego, porque tinha vindo da União Soviética. ‘Subversiva,’ né? Foi [humilhada] [incompreensível] por lá e tudo, por Belo Horizonte, e aí então ficou se batendo, [a]onde é que vai tal, tal, e aí, depois, ela foi para UNICAMP.

[Daniele]: Não foi fácil, né, mas...

[Aryon]: Não foi fácil, mas como tínhamos o Vaz como reitor ainda, ele tinha essa virtude, porque ele era aberto para as coisas.

[E]: Uma virtude e até coragem...

[Aryon]: Ah, sim, isso ele tinha muita. Tinha muita, né, é. Então contratamos a Lucy Seki, então, desde 1975, né, ela voltou da USP em 1973, em 1975 ele a contratou. De lá pra cá ela está na Unicamp.

[E]: Inclusive essa tese que o Sr. vai... é...

[E]: É de uma orientanda dela se não me engano...

[Aryon]: É, de uma orientanda dela, é, a Mitzila,⁷⁸ uma orientanda dela, sobre o Yawalapiti, é, hum-hum... Então, a gente está com muita atividade aqui nesta área, sabe, muita. Só que é um tipo de Linguística em que predomina o enfoque descritivo, não é? Há alguns trabalhos que não são descritivos,

⁷⁷ Lucy Seki (1939-2017). V. também Cruz & Coelho 2018.

⁷⁸ Mitzila Izabel Ortega Mujica [?]

não é? Ou que mesmo sendo descritivo, é por exemplo, ...

[E]: O seu próprio, né?

[Aryon]: O meu próprio, sim, né. É porque, engraçado que o pessoal fala que eu sou estruturalista, eu faço Linguística Histórica e ninguém se lembra de que eu faço Linguística Histórica, porque eu faço com línguas indígenas. Então agora na USP, lá, na USP não, na ABRALIN, foi mandado todo um programa nos dois primeiros dias, eu não estive lá por acaso, né, porque...

[Aryon]: Sobre o renascimento da Linguística Histórica no Brasil. Mas nós temos feito Linguística Histórica com línguas indígenas continuamente. Esse renascimento tem relação ao português. Não às línguas indígenas, né. Os trabalhos publicados, aquele trabalho que eu fiz com o Swadesh, na década de 1950, já foi de Linguística Histórica. E a gente tem feito isto, né? Mas o pessoal não sabe dessas coisas. Tem esse negócio de Linguística Indígena, nós temos esse problema de comunicação ainda, não é? Inclusive porque a gente publica mais no exterior do que no país. E em revistas especializadas das áreas de Línguas Indígena, né, ou livros, né, sobre (...). Aliás, ultimamente, eu tenho mais capítulos em livros do que artigos de revista. Mas o pessoal não vê isto, né. A gente mesmo está fazendo a propaganda da área, né?

[E]: É uma espécie de, é aquele xenofobismo às avessas...

[Aryon]: Não, nem é isto. Nem é isto, não. É simplesmente porque, quem é que pega, quem é que pega, por exemplo, esse volume que eu tenho. Quem é dos nossos colegas que vai pegar um volume desse? Só

quem se interessa por línguas indígenas, então ficaria num grupinho mesmo a informação, não é? Porque está na biblioteca da Unicamp. Eu recebi dois exemplares da editora e mandei à biblioteca da Unicamp, então está lá o outro, né? Mas só que línguas indígenas, quem vai em cima, certo? E assim outros, que tenho capítulo lá. Nesse eu tenho dois capítulos nesse, né?⁷⁹.

[E]: É verdade. Acaba ficando restrito a quem tem interesse...

[Aryon]: Pelo assunto, tirando esse artigo pelo qual [você] se interessou, que é um artigo de interesse mais geral, não é..

[Daniele]: A impressão que eu tenho é que é meio rebarbativo para quem não conhece a área. Ah, você pega e não se entende nada, apesar de que a tradução, tudo aquilo ...

[Aryon]: Ou mesmo esse aqui, né. Só quem está por dentro é que se interessa.

[E]: Agora é muito interessante, entre parêntesis, didaticamente, isso exerce uma atração incrível. Nos meus cursos de Introdução eu me aventurei até a dar Linguística Descritiva, como optativa um semestre, dei foi muito mal, espero que meus alunos se esqueçam logo, mas enfim, era a atração que eu também sentia pelo assunto.

[Daniele]: Era tão melhor colocar [exemplos] no curso de Metodologia do Português ... porque é, são coisas que podem atrair os alunos.

[Daniele]: Então, olha, é bom a gente

começar, porque eu acho que agora a tarefa do pessoal de Linguística seria escrever coisas assim meio uma ponte, mais acessível para os outros, né?

[E]: Pra gente poder pelo menos usar...é, eu acho que sim.

[Aryon]: Não, é, esse é um problema (...) de comunicação agora com as outras áreas.

[o resto da fita está apagado]

[*Línguas indígenas na USP*]

[E]: Maria de Lurdes de Paula Martins⁸⁰...

[Aryon]: Maria de Lurdes de Paula Martins era a que tinha mais vocação, ela tinha vocação filológica, na realidade, não é? Não tanto em Linguística, mas mais filológica. Mas pro tipo de trabalho que ela fez, ela fez [um] trabalho de acordo com este tipo de vocação, que é um trabalho importante, que foi analisar aqueles escritos do Anchieta, as peças de teatro do Anchieta, sobretudo, e também os dicionários, ela fez análise crítica de vários dicionários de Tupi antigo, comparando para ver se um é cópia do outro, em que medida, não é, tal e ela fez um bom trabalho, não é? Mas talvez justamente porque ela era mais ... a que desenvolveu mais logo, logo ela estava sabendo mais que o próprio Ayrosa.⁸¹ O Ayrosa não tinha, né, eu não sei se ela tinha se formado em Letras, talvez ela tenha se formado em Letras mas não sei, e ela de repente estava na frente do Ayrosa, publicando mais coisas que ele e tal e coisa, e de maneira muito mais crítica, e o fato é que eles acabaram se desentendendo. E ele dispensou a assistente, a melhor assistente que

79 *Evidence for Tupi-Carib Relationships e The Present State of the Study of Brazilian Indian Languages*, ambos in: *South American Indian Languages: Retrospect and Prospect*, ed. by Harriet E. Manelis Klein and Louisa Rowell Stark. The University of Texas Press, 1985.

80 Maria de Lurdes de Paula Martins [?]

81 Plínio Ayrosa (1895-1961)

ele tinha, ele dispensou. Aí quem a pescou foi o Herbert Baldus,⁸² que era antropólogo e que na época dirigia o Museu Paulista. Ele então convidou a Maria de Lurdes de Paula Martins, reconheceu a qualidade dela para dirigir o Setor de Linguística do Museu Paulista. Ele primeiro me ofereceu a direção desse Setor de Linguística, ele me escreveu uma carta dizendo que ele ia criar o setor linguístico e gostaria de me convidar para dirigir o Setor de Linguística do Museu Paulista. E eu estava saindo para a Europa, justamente, eu não aceitei. Aí ele convidou a Paula Martins porque foi possível ela sair justamente do Ayrosa, né. E ela continuou, ela ficou trabalhando no Museu Paulista e produziu bastante no Setor Linguístico do Museu Paulista. Editou as poesias completas do Anchieta, fazendo a tradução para o português, e publicou um dicionário, um manuscrito de dicionário da língua Boto-cudo, não é, também, e outros trabalhos. Mas, depois que o marido dela morreu, ela parece que teve um desgosto, afastou-se de tudo. Aposentou-se logo do Museu e não quis mais saber de nada, não apareceu mais, sumiu. Retirou-se completamente da vida acadêmica.

O Ayrosa pegou o Philipson⁸³ como assistente. O Philipson não era de Geografia e História, ele era de Letras. E foi procurar, foi um dos poucos da área de Letras que foi procurar assistir às aulas de Tupi, [riso] as aulas de Tupi. E aí acabou estabelecendo relações com o Plínio Ayrosa e o Plínio Ayrosa o convidou para assistente e ele trabalhou, foi muito produtivo, logo começou a escrever e publicar e tal, nos boletins da Faculdade lá e logo a gente viu, a gente que não conhecia

pessoalmente nenhum na época, eu disse pro professor Ayrosa uma vez, puxa é esse, esse [autor.....]. Era o Philipson. Tinha cabeça de linguista. E, pouco depois, o Philipson arranhou uma bolsa, foi para os Estados Unidos, passou um ano lá em Indiana, que na época era uma das melhores universidades para trabalhar em Linguística Indígena. O Vogt passou por lá. E não foi fazer nem mestrado nem doutorado, passou um ano lá, um estágio lá.

[Daniele]: Ainda não tinha [Linguística Indígena] ...

[Aryon]: e voltou. Não, nos Estados Unidos tinha.

[Daniele]: Não, mas aqui...

[Aryon]: Aqui não, aqui não tinha não, não é, e voltou para lá. Agora depois tem que o Ayrosa dispensou o Philipson, e o Silveira Bueno,⁸⁴ que era o catedrático de Filologia Portuguesa, puxou o Philipson pra trabalhar com ele lá. E foi o Silveira Bueno que me contou que ele puxou o Philipson, porque ele achou absurdo ter dispensado o Philipson, porque o Philipson estava numa época de crise psicológica. Aí, então, ele voltou a trabalhar com o Plínio Ayrosa até a morte do Ayrosa, né, o Ayrosa morreu em 1961. Quer dizer, ficou 25 anos como catedrático de Toponímia de Língua Tupi-Guarani. Dava aula desde 1935. E [assim] o ensino se resumiu em cima de línguas indígenas durante esse tempo todo. Houve uma outra assistente, Maria de Lurdes Joyce, que mostrou um interesse mais aberto. O Ayrosa tinha conseguido obter, via consulado, via Conselho Britânico, as cópias dos manuscritos sobre línguas indígenas da América do Sul, que eram línguas Tupi-Guarani, mas que estavam no Museu

82 Herbert Baldus (1899-1970)

83 Jörn Jakob Philipson (1920-2015)

84 Francisco da Silveira Bueno (1898-1989)

Britânico. E entre esses havia um manuscrito, um catecismo em língua dos Manaos, do século XVIII, uma língua Arawak. Pois a Joyce editou esse manuscrito, trabalhou em cima desse manuscrito, pôs em ordem e tudo e publicou.⁸⁵ Uma pessoa de interesse mais aberto, não é, eu a conheci rapidamente em São Paulo naquele tempo, numa das muitas visitas que fiz ao departamento deles lá, uma 'cadeia', como se dizia, em vez de falar 'cadeira' [=cátedra]. Mas, ela depois desapareceu, acho que ela casou e se afastou, né, deixou a faculdade e nunca mais eu ouvi falar dela.

Outro assistente demitido foi o Erasmo de Almeida Magalhães,⁸⁶ que acabou de se aposentar agora eu acho, né?

[E]: Esse ano.

[Aryon]: Este ano, né? E o Erasmo também era de Geografia e História, então tem também o problema de não ter estudado linguística. Mas ele procurou aprender linguística, diferentemente do Drumond,⁸⁷ por exemplo, que se acomodou, estava contente com aquele estilo do Ayrosa, ficou reproduzindo o mesmo que o Ayrosa fazia, pelo jeito, né. Teve uns interesses, escreveu um trabalho sobre Toponímia Bororo, quer dizer, ele começou a mexer mais com Toponímia propriamente que o Ayrosa, isso sim, né, então fez um trabalho sobre Toponímia Bororo e saiu do ramo Tupi-Guarani. Mas a 'cadeia' era do Tupi-Guarani.

Bom, quando o Ayrosa morreu, então, estavam Drumond, Philipson e Erasmo como

85 Maria de Lurdes Joyce. Caderno da doutrina pella lingua dos Manaos: manuscrito do séc. XVIII. *Boletim da Universidade de São Paulo*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 136. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1951, 81pp.

86 Erasmo de Almeida Magalhães [n. 1933]

87 Carlos Drumond [?-?]

assistentes. Assim que o Ayrosa morreu, Egon Shaden,⁸⁸ que era o professor de Antropologia, propôs à Congregação da Faculdade dividir a cadeira de Etnografia e Língua Tupi-Guarani, mostrando que era uma cadeira incongruente, porque a Etnografia era uma coisa e Linguística era outra, não é, e que a Etnografia não pôde se desenvolver na USP todos aqueles anos porque estava nessa cadeira. E que quem estava fazendo Etnografia realmente eram os antropólogos no departamento de Antropologia, não é. [E que havia um] conflito [de programas], por que a quem cabia dar as aulas de Etnografia? Tem o Shaden, [incompreensível], importante, não é, mas não podia dar as aulas porque quem dava as aulas era o Ayrosa, que não sabia nada disto. Aí ele propôs a correção. A Congregação aprovou, então, ele propôs uma coisa interessante: propôs [que a] Etnografia Brasileira fosse incorporada à cadeira de Antropologia, mas que, em vez de Língua Tupi-Guarani, se criasse uma cadeira de Línguas Indígenas do Brasil, argumentando que Tupi-Guarani era só uma faceta da coisa, que as Línguas Indígenas são muito mais e que a USP devia se dedicar às línguas indígenas em geral. Esta foi a proposta do Shaden e que foi aprovada. Então criou-se a cadeira de Línguas Indígenas do Brasil, em 1962. Aí ficaram os três assistentes lá responsáveis por isto.

[E]: Mas, talvez, exceto o Philipson,...interesse por língua mesmo...

[Aryon]: Exceto o Philipson, os outros dois não tinham jeito para isto, né. E aí começaram os conflitos. O Philipson entre os outros dois. E começaram os conflitos usando recursos internos de cortar isso pro Philipson, cortar aquilo tal, né. O Philipson era mais antigo que o Erasmo, então, ele devia

88 Egon Shaden (1913-1991)

ser o segundo assistente da cadeira que começou, para poder reger o segundo turno e poder ganhar a gratificação correspondente.

[E]: O salário do Drumond era famoso por essa gratificação.

[Aryon]: E aí ajeitaram que o Philipson fosse escanteado e promoveram rapidamente o doutorado do Erasmo e o Philipson [...] ficou sobrando. Depois o Philipson fez doutorado também e eu fui da banca. E o Antonio Cândido assistiu ao exame, e tinha muita polêmica [sobre] a situação do Philipson, muita gente tinha [rejeição?]. O Philipson, assim, [era] de expressão difícil, né, e extremamente tímido, como ele tinha de falar em público — em aula eu não sei como é que é — mas, em público, em conversa, por exemplo, ele falava para dentro. Ninguém entendia o que ele falava, difícil de acompanhar que nem sei. Então, ele escrevia muito bem, mas na hora de ler o que ele escreveu...

[E]: Triste.

[Aryon]: E, então, o que a gente [fazia] com ele? Só quem conhecia o trabalho dele é que valorizava. Mas, no fim, defendeu a tese de doutorado e foi doutor também. Mas aí já era tarde, os lugares já estavam ocupados. Aí veio a reforma em 1968, que não só acabou com a cátedra, mas acabou com muita coisa também. E a USP não soube se defender, né? A USP estava entregue, a cúpula da USP estava entregue ao regime, né, com justamente o reitor, que passou a ser o ideólogo do regime, né. Então o [...], isso aí não pode falar.

[E]: O jurista?

[Aryon]: O jurista é, o Miguel Reale, o pai. Então, o Miguel Reale, que era o reitor, era igual aos ideólogos da Revolução, foi Ministro da Justiça, autor dos Atos Institu-

cionais e tudo, é claro que ele não se opôs à reforma, que foi uma reforma do governo autoritário. Então, a USP se acomodou à reforma simplesmente, obedientemente. E, na reforma, engoliram as Línguas Indígenas. Aí veio a proposta do Cândido, do departamento. E o Erasmo ... não tiveram condições de defender, não é, a independência do trabalho com línguas indígenas. Então, uma coisa que foi criada, com uma potencialidade formidável, sumiu em seguida.

[E]: Eu sempre tive uma curiosidade...

[Aryon]: Sumiu em seguida, sumiu em seguida na reforma. Agora...

[E]: Então, como programa organizado de descrição dessas línguas, finalmente, agora é que surgiu um projeto ...

[*Teses em Línguas Indígenas*]

[Aryon]: O que levou à situação atual, que permitiu fazer esse programa que eu falei de pesquisa científica é que aí, a partir desse de 1979 na Unicamp, a gente resolveu começar a admitir alunos comprometidos com línguas indígenas. Não estimei nenhum até 1979. Aí, em 1979, comecei a estimular.

[E]: Deixa eu confirmar uma coisa que eu me lembrei. Na primeira versão do meu texto, eu coloco justamente que não se conseguiu formar em lugar nenhum, por esse período, pesquisadores nessa linha. Aí, exceto a Daniele, ao menos no espaço dos periódicos ...

[Aryon]: Não. Mas tem que investigar as teses que saíram. As teses na Unicamp tinham [línguas indígenas]; já teve o de Brasília, Brasília já colocou uma, lembra que, em Brasília, umas das três que tinha mestrado

em Brasília foi sobre língua indígena, sobre o Kiriri⁸⁹ Depois, no Museu Nacional. No Museu Nacional a Charlotte Emmerich fez o mestrado dela com uma tese sobre filologia da língua Txikão.⁹⁰ A Ruth Monserrat,⁹¹ que é muito ativa atualmente, ela não fechou o mestrado, porque o mestrado dela na URSS não foi reconhecido. Ela tinha feito o mestrado na URSS sobre o método heurístico de descrição linguística aplicado ao Guarani-Paraguaio. E aí, quando eu a convidei para ir para o Rio de Janeiro, com problema lá, para fazer o mestrado, já que não era reconhecido o dela e não havia muita esperança que o governo revolucionário fosse reconhecer um diploma russo, né, então ela se matriculou no curso, mudou de residência para lá, mudou a vida deles completamente. Hoje o marido dela é o redator da *Ciência Hoje*, o diretor da *Ciência Hoje*, né, lá no Rio de Janeiro, a *Ciência Hoje* nasceu no Rio de Janeiro, a revista da SBPC, de divulgação científica de alto nível, né? E se fixaram no Rio e tiveram sucesso lá. Mas a Ruth então foi trabalhar comigo, há uma equipe lá, ela publicou dois trabalhos sobre a língua Myky. Os dois no boletim do Museu Nacional.

E tivemos uma outra que foi minha aluna lá, e acabou a tese de mestrado lá, que foi

a Ruth Wallace,⁹² outra Ruth, a Ruth Wallace sobre a língua Kaxuyâna, da família Karib, está publicada também, assim como está publicada a tese de mestrado da Charlotte Emmerich, sobre a língua Txikão. Depois, quem mais? Bom, a Yonne Leite foi em parte, ela já estava no Museu antes, mas ela entrou no curso de mestrado também, quando teve a oportunidade de fazer, né. Mas, antes dela acabar o mestrado, ela, então, foi fazer o doutorado no Texas, mas, durante o mestrado, ela estava analisando a língua Tapirapé, foi para campo colher dado, nunca tinha ido antes. Aí, em função dessa estada da gente no Museu Nacional, ela estimulou-se e foi para campo colher dado da língua Tapirapé, da Ilha do Bananal, e ficou trabalhando durante muito tempo, publicou já vários artigos sobre a língua Tapirapé.⁹³ Então, toda essa gente.

[E]: Essa produção, então, não se vê nos periódicos, mas ela foi publicada nos boletins...

[Aryon]: Porque os periódicos, eles têm dois problemas: Um, eles não eram muito voltados para as coisas indígenas, não é, ah, no começo, né; e segundo, por causa dos problemas gráficos. Imprimir coisa em transcrição de outra língua é extremamente complicado, tinha essa dificuldade. De começo, tentou-se superar essa dificuldade. Criaram-se os *Cadernos de Estudos Linguísticos*, eu propus que os *Cadernos* fossem datilografados em *off-set* depois, que a gente então podia usar tipos fonéticos e tal, mas aí o departamento optou por fazer tipograficamente. Aí, ficou rígido. Quando faz a coisa, saem clichêzinhos etc. e tal para desenhar os tipos e

89 Azevedo, Gilda Maria Corrêa de. *Língua Kiriri: Descrição do dialeto Kipeá*. Dissertação de Mestrado, não publicada, 1965. Orientação: Aryon Dall'Igna Rodrigues.

90 Charlotte Emerich (1938-2020). *A fonologia segmental da língua Txikão*. Mestrado em Linguística - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972. Orientador: Aryon Dall'Igna Rodrigues;

91 Ruth Maria Fononi Montserat. *Um método heurístico de descrição linguística*. Mestrado em Ciências Filológicas - Universidade Patrice Lumumba - Moscou, 1967.

92 Ruth Wallace de Garcia Paula. *Notas fonológicas da língua kaxuyâna*. Belém, Museu Goeldi, 1970.

93 V. também Franchetto e Vieira 2013.

tudo, fica uma coisa mais difícil, não fica uma coisa ágil de fazer. Então, é esse o problema todo, mas as coisas estão nas teses, sobretudo. Agora, várias das teses saíram publicadas já pela editora da Unicamp. Então a tese da Daniele está publicada;⁹⁴ a tese Marymárcia Guedes, sobre o Mbyá,⁹⁵ está publicada; a tese da Cheryl J. S. Jensen, sobre o Wayampi,⁹⁶ está publicada; a tese do Daniel Everett⁹⁷ sobre o Pirahã está publicada, foi a última que saiu publicada, foi a do Daniel; da Cristina H. R. Gonçalves sobre o Mundurukú está publicada.⁹⁸ Nós tivemos produção. E, na Unicamp, justamente, aí nós começamos a admitir alunos e começaram a sair. Então começaram a sair, do doutorado saiu a Adair Palácio, sobre o Guató⁹⁹; a da Marita Porto Cavalcanti, sobre o Kaingáng.¹⁰⁰

[E]: Que está em Goiânia, pois aí é que eu acho que tem agora que amarrar esse pessoal.

[ARYON]: E saiu de mestrado, saiu a Marymárcia Guedes sobre o Mbyá; Cristina Gonçalves sobre o Kaingáng; van der

Meer sobre o Suruí, (Meer 1982),¹⁰¹ lá de Rondônia, Daniel Everett sobre, a de mestrado, sobre a fonologia do Pirahã

[E]: O Everett não era missionário do Summer, não?

[ARYON]: Ele é ainda. Ele é, só que ele não está trabalhando como missionário, porque ele é professor da Universidade da Pensilvânia, de Pittsburg, na Pensilvânia. É chefe de departamento inclusive lá, agora, mas ele é ligado ao Summer ainda, tem compromissos com o Summer e o doutorado ele fez com a Charlotte Galves,¹⁰² na Unicamp, também sobre língua Pirahã, também, sintaxe, né, do Pirahã. Fez fonologia comigo e sintaxe com ela. Fonologia no mestrado e Sintaxe no doutorado. A Helen Weit, fez com o Frank Brandon, que era um professor americano do Texas, que nós tivemos alguns anos na Unicamp, fez a tese dela sobre a língua Nadeb, que é uma língua lá do alto do Rio Negro. O Márcio Silva¹⁰³ fez sobre o Kamayurá, com a Bernadete Abaurre; o Péricles ...

[Daniele]: O Júnior [Nilson Gabas] ...

[E]: O Júnior inclusive está no Goeldi, ele está no Museu do Pará

[ARYON]: Esse Péricles fez sobre língua Guajajara, do Maranhão,¹⁰⁴ este Júnior, Nilson Gabas Júnior¹⁰⁵ fez comigo sobre língua

94 Daniele Marcelle Grannier Rodrigues. *Fonologia do guaraní antigo*. Campinas: Unicamp, 1974.

95 Marymarcia Guedes. *Subsídios para uma análise fonológica do Mbyá*. Série Línguas indígenas. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. [Tese de 1986/1987]

96 J. S. Jensen. *O desenvolvimento histórico da língua Wayampi*. **Mestrado em Linguística, UNICAMP, 1984. Or. Aryon Rodrigues.**

97 Daniel Leonard Everett. *Aspectos da Fonologia do Pirahã*. **Mestrado em Linguística, UNICAMP, 1979. Or. Aryon Rodrigues.**

98 Cristina Helena Rohwedder Gonçalves. *Concordância em Munduruku*. **Mestrado em Linguística, UNICAMP, 1981. Or. Aryon Rodrigues.**

99 Adair Pimentel [Palácio]. *Guató: a língua dos índios canoeiros do Rio Paraguai*. **Mestrado em Linguística, UNICAMP, 1984. Or. Aryon Rodrigues.**

100 Marita Porto Cavalcanti. *Fonologia e morfologia da língua Kaingáng: dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná*. Doutorado em Linguística, UNICAMP, 1987. **Or. Aryon Rodrigues.**

101 Tine H. van der Meer. *Fonologia da língua Suruí*. **Mestrado em Linguística, UNICAMP, 1982.**

102 Daniel Leonard Everett. *A língua Pirahã e a teoria da sintaxe: descrição, perspectiva e teoria*. Doutorado em Linguística, UNICAMP, 1983. Or. Charlotte Galves.

103 Márcio Silva. *A Fonologia Segmental do Kamayurá*. **Mestrado em Linguística, UNICAMP, 1981. Or. Maria Bernadette A. Gnerre.**

104 Péricles Cunha. *Análise fonêmica preliminar da língua Guajá*. **Mestrado em Linguística, UNICAMP, 1987. Or. Aryon Rodrigues**

105 Nilson Gaba Júnior. *Estudo fonológico da*

Karo, que é uma língua lá de Rondônia, e depois foi trabalhar no Museu Goeldi e agora está saindo pro doutorado em Santa Bárbara, Califórnia, agora em setembro ele vai. Há uma quantidade aí, tem, tem mais, né, tem mais, há uma quantidade. Isso que a Daniele está querendo dizer. Se você olha do lado, pro pessoal que trabalha com Língua Portuguesa, seja diretamente sobre o Português, seja usando um enfoque teórico particular, como a Gramática Gerativa, mas aplicando em cima do Português, é uma coisa. Se você olha o lado das Línguas Indígenas é outra coisa, as pessoas não olham. A gente olha os dois lados, tem que estar em contato com tudo, seja como coordenador de programa, seja isso, seja aquilo, tal, né, como professor de departamento. Mas o pessoal, mesmo nos próprios departamentos não vê quase essa parte, né, não tomam conhecimento muito disto. E agora nós estamos fazendo cursos específicos, não é, também, fazendo cursos intensivos para formar mais pessoal, atrair mais pessoal para a coisa. Um dos programas de mestrado, a coisa está aumentando. Eu tenho um relatório, por exemplo, que eu enviei o ano passado para o CNPq sobre o mestrado do programa de Línguas Indígenas, o aumento foi enorme nestes últimos três anos, né?

[ARYON]: (...) nós estamos agora com um núcleo de trabalho com línguas indígenas em Belém do Pará, no Museu Goeldi. Está se formando um outro paralelamente lá, na Universidade Federal do Pará, com outra gente. Temos um na Universidade Federal de Goiás, temos um na Universidade Federal de Pernam-

buco, né, outro agora, mais novo, na Federal de Santa Catarina, né. Até 1987, só o da Unicamp. Era o único no país, formando pessoal.

[E]: Mudou muito.

[ARYON]: Porque havia gente, havia um outro centro de pesquisa além da Unicamp, que era o Museu Nacional. Mas que não forma pessoal porque foi proibido há muito tempo de dar aula de Linguística, né? Então, lá no Museu Nacional, é possível a um estudante estagiar lá. Mas não pode estudar e o pessoal não dá cursos, então. É, dão a oportunidade de participar de um projeto de pesquisa. A Yonne, a Charlotte, a Marília [Facó Soares], que estão lá, né? Mas são pesquisadores só. E na Faculdade de Letras, agora, está começando. Agora, a Ruth Montserrat que passou vários anos de licença, não é, enquanto o marido estava em Brasília, aqui, agora ela voltou para a Faculdade de Letras, está dando aula de novo. E, também na Faculdade de Letras, a Bruna Franchetto, que fez concurso lá, está como professora de Linguística também, e que trabalha com línguas indígenas também. Agora elas tão começando a orientar alunos de mestrado com línguas indígenas. Inda agora, estou com um processo aí da FAPERJ, Associação de Amparo à pesquisa, a FAPESP do Rio de Janeiro, não é? (...) Os últimos comentários é que o Brizola tirou todo o dinheiro da FAPERJ [Risos]. Mas, assim mesmo, ela está funcionando, porque agora recebi um processo para dar o parecer. É um processo que já dei o parecer inicial, favorável à concessão de uma bolsa de mestrado, e agora estou dando um parecer sobre o relatório da aluna, né, então está funcionando ainda a coisa lá. E, então, no Rio de Janeiro, agora está começando a

aparecer, formar gente também, está começando. Não saiu nenhuma tese ainda, mas já começaram, tem alunos já com projetos e quase todos os projetos são de gente que vai para campo, vai para o mato. Pegar dados no mato, não é ficar fazendo reelaboração de dados já existentes. De ontem, né?

[E]: A USP está com um projeto de campo, primeira vez que eu tive notícia...

[ARYON]: Pois é, justamente. Mas a USP anda se envolvendo

[E]: nas indígenas...

[ARYON]: Em função de quê? Em parte, em parte da revolução que vocês fizeram lá; em parte porque deu uma abertura para o pessoal pensar aí; em parte porque o Waldemar [Ferreira Neto] foi fazer um curso intensivo de Linguística em Goiânia.

[E]: Ah, foi em Goiânia?

[ARYON]: É, ele fez o de Goiânia. Aí, então, ele se animou e fizemos o seguinte na USP, foi em janeiro e fevereiro agora, fizemos um curso intensivo de linguística indígena, o terceiro. O primeiro foi em Belém do Pará, o segundo em Goiânia e o terceiro foi na USP, este ano. E o Erasmo foi o responsável, assumiu a responsabilidade formal e tal.

[ARYON]: Pois é, justamente, então, agora, o pessoal do Amazonas está querendo fazer um lá. O problema é se o CNPq vai ter dinheiro para ajudar dessa vez. Então, agora, esse pessoal, hein? ... o curso três, Belém, Goiânia e São Paulo.

[E]: E não teve um aqui em Brasília também?

[ARYON]: Ah, sim, tem razão. Teve o de Brasília que foi o primeiro porque foi um pouco *avant* [risos] (...) na ideia do programa já, que a gente estava discutindo o programa e aí a Stella Maris aqui resolveu fazer logo um, porque Brasília também está se de-

envolvendo como centro também.

[E]: Teimosamente o Sr. voltou...

[ARYON]: Não, mas mesmo antes disso. Mesmo antes de eu voltar já a Stella Maris Bortoni, que estava como chefe do Departamento de Linguística, e que entrou também nas conversas sobre formação do programa de Línguas Indígenas, ela logo resolveu fazer um curso aqui. Pegar a ideia e fazer um curso aqui. Então, o primeiro foi aqui, em 1987. E teve produção, porque alguns dos que fizeram o curso entraram em seguida em programas de mestrado e já acabaram, já defenderam tese, já com línguas próprias, né, a Luciana Dourado¹⁰⁶ aqui, que foi a primeira que defendeu tese comigo aqui. Ela foi desse curso que foi organizado um pouquinho antes. Quando eu cheguei aqui, eu cheguei no segundo semestre de 1988, já encontrei o pessoal motivado, né.

[DANIELE]: E agora...

[ARYON]: Agora ela fez concurso de professora e entrou para o quadro docente. E então está se multiplicando, quer dizer, até 1987 nós tínhamos um centro apenas de formação de pessoal que era a Unicamp. Agora, nós temos Unicamp, Federal de Santa Catarina, Federal do Rio de Janeiro, Federal de Goiás, Federal de Pernambuco, Federal do Pará e Museu Goeldi. O Museu Goeldi é de pesquisa, não é de formação. Forma na pesquisa, mas não pode dar título, curso, né

[DANIELE]: E a UNB

[ARYON]: E a UNB. São 7, mais o Museu Goeldi. E agora [está] começando a amadurecer a situação lá em Manaus. Vários alunos de Manaus fizeram já os cursos inten-

106 Luciana Dourado. Mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília, 1990.

sivos e estão com vontade de levar os cursos intensivos para lá mesmo também, né, e já organizaram um programa de assistência, Linguística Educacional, para um grupo indígena de lá, pros Akuari, [?], né?

[DANIELE]: Agora tem isso também

[ARYON]: Então [inaudível]. Se bem que ele tem tentado manejar isso, porque a educação [indígena], que não desvie as coisas, né. É, mas de fato está se criando, então, um desenvolvimento...

[E]: Me parece até uma espécie de argumento para conseguir dinheiro para pesquisas, né, colocar a necessidade...

[ARYON]: Também. A aplicação prática. Pra que serve? A gente tem essa pergunta pragmática aí, né. Bom, serve para a área científica, mas também serve para dar apoio às comunidades indígenas, ou às autoridades governamentais, que têm a responsabilidade junto às comunidades indígenas, etc. É um argumento bom, é, sem dúvida. ... Mas tudo isso que tá saindo é Linguística Descritiva, quase tudo Linguística Descritiva, dessas teses todas, não é, que são mais de uma dúzia de teses, né, que já saíram aí neste período, no 'seu período' [risos].

Referências

Altman, Cristina. **Unificação e diversificação na Linguística. Pesquisa documental sobre Linguística Brasileira.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo/ Katholieke Universit  t Leuven, 1993. [Publicado em 1ª ed., Lincom Europa. Munique, 1995: 2ª, São Paulo: Humanitas, 1998, como *A pesquisa linguística no Brasil*, 3ª ed. 2004.]

Altman, Cristina. Aryon Rodrigues por Aryon Rodrigues. **Boletim V do Centro de Documenta  o em Historiografia Linguística.** São Paulo: CEDOCH/ DL-USP, 2000.

Altman, Cristina. coord. **Em Primeira Pessoa do Singular e outras cr  nicas. O feminino em Historiografia Linguística.** São Paulo: CEDOCH/ DL-USP, 2020.

Altman, Cristina e Coelho, Olga. Por ocasião dos 40 anos da ABRALIN. In: **ABRALIN: 40 anos em cena**, org. por Dermeval da Hora, Eliane Ferraz Alves e Lucienne C. Espíndola. João Pessoa: Editora Universitária, 2009, p. 261-283

Cruz, Aline da; Coelho, Olga. Lucy Seki (1939-2017) em primeira pessoa do singular. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas.** Campinas/SP, v. 18, n. 2, p. 414–428, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8652695>

Dell Hymes. Morris Swadesh, **Word**, no. 26, vol. 1, 1970. p. 119-138. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00437956.1970.11435588>

Franchetto, Bruna e Vieira, C  ssio Leite. A linguista de paixão infinda. **Revista Ciência Hoje**, 50: 300, 2013, p. 62-68.

Grannier, Daniele M. A cria  o do espaço institucional da linguística e dos estudos das línguas indígenas no Brasil. **D.E.L.T.A.** 30, especial, 2014, p. 479-502.

Naro, Anthony Julius. Translator’s Preface. **The Portuguese Language.** [Trad. de A. J. Naro do orig. português, s/d]. Chicago: The University of Chicago Press: VII-XIII, 1972a.

Naro, Anthony J. & John Reighard. Bibliografia analítica de Joaquim Mattoso C  ma-

ra [Trad.do orig. inglês: Analytical bibliography of J.M. Câmara Jr., publicada como apêndice à obra **The Portuguese Language**. Chicago: The University of Chicago Press, 1972b]. In Naro (org.): 1976, p.115-147.

Naro, Anthony Julius, org. **Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil**. [Trad. de Maria Candida Diaz Bordenave e Marilda Winkler Averbug dos originais em inglês, 1968]. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1976.

Rodrigues, Aryon Dall'Igna. Tarefas da Linguística no Brasil. **Estudos Linguísticos: Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada**. 1. Vol.1, 1966, p. 4-15, 1966.

Rodrigues, Aryon. 40 anos de Linguística, cursos universitários e línguas indígenas no Brasil: Vivências e memórias pessoais. In: **ABRALIN: 40 anos em cena**, org. por Dermeval da Hora, Eliane Ferraz Alves e Lucienne C. Espíndola. João Pessoa: Editora Universitária, 2009, p. 17-34

Sá Nunes, José de. **Gramática e Antologia**. Porto Alegre: Globo, 1936-1937.

Scliar-Cabral, Leonor. **Introdução à Linguística**. Porto Alegre: Globo, 1973.

Scliar-Cabral, Leonor. Retrospecto. **CEL** no. 14, 1988, p. 1-11.

Uchôa, Carlos Eduardo Falcão, sel. **Dispersos** nº1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972

Vogt, Carlos. Memorial da Fapesp. *Com Ciência* no. 129. Campinas, 2011. [Publicado originalmente in: Hamburger, Amélia Império (Org. e ed.). **Fapesp 40 anos abrindo fronteiras**. São Paulo: Edusp, 2004. p. 29-40.] Disponível em: https://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000500001&lng=es&nrm=iso

Aryon Rodrigues: mestre, colega e amigo

Wolf Dietrich¹

A minha relação com Aryon Rodrigues começou em 1987, no grande encontro dos especialistas de línguas indígenas sul-americanas em Eugene (Oregon, Estados Unidos). Antes, eu me considerava como aluno de Antonio Tovar, o grande pioneiro no estudo moderno das línguas ameríndias (Tovar 1961, 1984). Um ano depois da morte de Tovar em 1985, publiquei a minha gramática do Chiriguano, feita possível pela sua iniciativa, e continuei a pesquisa das línguas Tupi-Guarani dos subgrupos I-III de Rodrigues. Por outro lado, eu estava em contato com Mary Ritchie Key, a pioneira norte-americana da linguística ameríndia, que ensinava na Universidade da Califórnia, em Irvine. Ela me convidou a participar do workshop de Eugene, onde conheci a maioria dos membros da comunidade de linguistas especializados em linguística de línguas indígenas americanas, Yonne Leite, Lucy Seki, Marília Facó Soares, Bruna Franchetto, Marcia Damaso Vieira, Marie-Claude Mattei-Muller, Maurizio Gnerre, Doris e Thomas Payne, Terry Kaufman, Cheryl Jensen, Robert Dooley, Mary Ruth Wise, Ernest Migliazza, Desmond Derbyshire, Berend J. Hoff e, naturalmente Aryon e Daniele Rodrigues, entre vários outros.

O verdadeiro papel que Aryon desempenhava na linguística das línguas nativas do Brasil se me evidenciou só depois do contato pessoal de Eugene. Felizmente, foi um contato não só científico, mas também das famílias. A nossa amizade fundava-se em interesses científicos comuns, a linguística histórica aplicada às línguas indígenas e em métodos de análise afins.. Entre 1993 e 2013 nos encontramos várias vezes ou na nossa casa em Münster ou na casa dele em Brasília, seja com as nossas mulheres e filhos, seja sem elas e eles. Naturalmente, nos vimos também em outros lugares, em congressos internacionais e, por exemplo, em 1994, na ocasião de encontros com colegas holandeses como Willem F. H. Adelaar em Leiden.

O exemplar de *Linguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*, de 1986, que Aryon me presenteou na ocasião do “workshop” de Eugene, foi para mim uma revelação, a apresentação de um novo universo de línguas indígenas, de diferentes famílias, e das possibilidades de uma classificação rigorosamente fonológica. Já vi então que Aryon era o maior representante da linguística brasileira da época. Nos repetidos encontros em Brasília conheci muitas e muitos dos seus discípulos, que preparavam as suas teses de mestrado e doutorado. Aqueles anos entre 1990 e 2010 foram uma época de auge na linguística indígena brasileira, com a extensão de trabalhos de campo e a descrição de línguas antes praticamente desconhecidas nos seus detalhes. Todas as vezes que nos encontramos me contou das últimas disputas que tinha com colegas e com alunas e alunos, o que me mostrou que a sua posição na

1 Universität Münster

linguística brasileira não era sempre incontestada, mas ele a defendia, às vezes com certa teimosia.

Aryon Rodrigues, que se doutorou em Hamburgo em 1959, com uma tese sobre a fonologia do tupinambá, a primeira descrição fonológica desta língua extinta já a finais do século XVIII, manteve uma certa afeição à Alemanha, cuja língua lhe era familiar. A mesma fundação Alexandre de Humboldt que lhe outorgara uma bolsa de estudos nos anos 1950, quando esteve em Hamburgo, tendo interesse em manter o contato com os antigos bolsistas, outorgou-lhe duas novas bolsas nos anos 1990. Numa primeira ocasião chegou a ver-nos em Münster com toda a família em 1993, realizando-se a segunda, mais estendida, em 1996, quando se hospedou com sua esposa Daniele e o filho Tiago na casa de hóspedes da Universidade de Münster. Aproveitamos desta estância para prepararmos, à iniciativa de Aryon, o artigo comum sobre as relações históricas entre o Mawé-Sateré e a família Tupi-Guarani (Rodrigues/Dietrich 1997). Eu, naquela época, estava metido, com outros colegas, em um projeto de atlas linguístico que mirava a documentar a extensão geográfica do bilinguismo guarani-espanhol dos paraguaios e da população das áreas adjacentes da Argentina e do Brasil (Thun/Aquino/Dietrich/Symeonidis (2009, 2015). Aryon, felizmente, estimulou-me a ampliar as minhas atividades mais além do âmbito do guarani, à família Tupi-Guarani inteira e mais geralmente ao tronco Tupi. As frequentes viagens ao Brasil, necessárias para fazer o trabalho de campo em conexão com o mencionado atlas linguístico, permitiram-me fazer também várias escalas em Brasília para encontrar-me com Aryon e participar dos encontros científicos organizados por ele e Ana Suelly Cabral.

De grande importância, nesta continuidade, foram os mencionados encontros científicos sobre línguas indígenas brasileiras (Belém 2001) e línguas e culturas tupi (Brasília 2004 e 2007). A última vez que encontrei Aryon, em 2013, no congresso sobre classificadores em Brasília, ele já estava marcado pela doença e pela idade. Além de todas as outras temáticas, o seu tema central, fundamental e orientador foi a fonologia, desde a sua tese de doutorado até os últimos trabalhos. Com o tupinambá como ponto de partida e guia nos estudos linguísticos, a linha geral das preocupações linguísticas dele foi a linguística histórica, especialmente a reconstrução do sistema fonológico do Proto-Tupi-Guarani e do Proto-Tupi (Rodrigues 2005, 2007).

2.1. A linguística histórica como estudo das relações internas dentro de uma família linguística quase naturalmente levou Aryon Rodrigues à pesquisa sobre problemas de classificação linguística e sobre a relação histórica entre duas famílias ou grupos de famílias de línguas. Destacam-se, neste contexto, as suas perspectivas sobre o Macro-Jê (Rodrigues 1999) e sobre possíveis relações pré-históricas entre os grupos Gê-Pano-Carib e Jê-Tupí-Karib (Rodrigues 2000). Em todo este campo Aryon, naquela época, era

o promotor e o modelo dos trabalhos de alunas e alunos, e eu também muitas vezes me orientei pelas suas pesquisas de referência.

2.2. A grande importância de Rodrigues na linguística indígena brasileira e geral não se limita à fonologia. Lembro artigos fundamentais na análise gramatical e sintática do tupinambá que até hoje testemunham da sua perspicácia no reconhecimento de estruturas linguísticas diversas do latim, do português e do inglês, línguas que geral e inconscientemente influenciam a observação e compreensão dos linguistas. Aryon não era um linguista superficial que se contentasse com uma descrição fácil de fatos difíceis. Combinava as lições recebidas durante os seus primeiros anos na Alemanha, tanto na fonologia como na análise funcional de categorias gramaticais próprias das línguas brasileiras, com os progressos da linguística norte-americana. Sempre me chamou a atenção de ele ter escolhido para si a nomenclatura da fonologia acústica preferida nos Estados Unidos (vogal aguda ou grave, alta ou baixa) ao passo que a fonologia europeia geralmente conservava a tradicional terminologia articulatória (vogal aberta ou fechada). A primeira e até hoje única gramática moderna do tupinambá (Gerardi 2023), embora a partir de um modelo de análise sintática muito peculiar, deve muitíssimo a Aryon Rodrigues. Seu autor, naturalmente, cita todos os títulos importantes dele.

3.1. É sumamente interessante observar como Aryon desenvolveu sucessivamente as suas capacidades de análise gramatical embora as intuições importantes sejam precoces. Entre os seus múltiplos trabalhos gostaria de escolher três exemplos. O primeiro refere-se à marcação da pessoa, descrita definitivamente nas atas do workshop de Eugene/Oregon (Rodrigues 1990). Trata-se da análise pormenorizada do uso, bastante peculiar, que os Tupinambá faziam das pessoas, isto é dos agentes, na estruturação de um discurso. Certo, os participantes do discurso, o falante (1ª pessoa) e o ouvinte (2ª pessoa) são os que se conhecem em todas as línguas. Dois fatores, porém, complicam para nós, não-Tupinambás, a compreensão da estrutura das pessoas gramaticais de plural, o conceito do que nós chamamos de terceira pessoa, a pessoa que não participa do discurso, mas na de que se fala, e o uso que se faz das formas gramaticais estabelecidas para as diferentes combinações de pessoas (123 ou 1ª pessoa de plural inclusiva e 13 ou 1ª pessoa de plural exclusiva) e para a expressão de uma pluralidade de terceiras pessoas. Não queremos entrar aqui nos detalhes, mas só exprimir a nossa admiração para a escrupulosidade e aplicação consequente do método de análise com que Aryon explica, passo a passo, a realidade linguística, que tão estranha parecia antes.

3.2. O segundo exemplo se refere à explicação de uma categoria sintática típica de várias línguas tupi-guarani, categoria preservada em algumas línguas dos subgrupos III, IV, VI-VIII), ao que até hoje, no modelo de Aryon Rodrigues, se chama de “caso argumentativo”. Ainda que outros

autores tenham dado outros nomes a essa categoria marcada por *-a* (caso nuclear, caso nominativo, caso nominal, etc.), todos concordam em chamá-la de “caso”¹ Depois de um trabalho preparativo (Rodrigues 1996a), Aryon, na segunda versão (2001, 109), define o caso argumentativo como o caso que distingue nomes e formas verbais nominalizadas como argumentos sintáticos (actantes e circunstantes na terminologia de Tesnière), opondo-as a vocativos e predicados nominais e também aos outros quatro casos identificados por ele. Porém, a natureza dos avanços adquiridos nas ciências humanas, e também na linguística, é que são temporários, muitas vezes substituídos mais tarde por outras soluções, que sejam melhores ou piores. Neste caso, Queixalòs (2006), com boas razões, pode mostrar que a distinção entre argumentos e predicados não é a função principal do “caso argumentativo”, mas a sua natureza de referir a um membro determinado de uma classe de referentes (função referencial). Por outro lado, é pouco dizer que foi muito importante o primeiro passo do Aryon numa situação na qual não se dizia nada ou nada coerente sobre o caso argumentativo ou sufixo nominal referente..

3.3. Por outro lado, as intuições que Aryon adquirira sobre as línguas gerais sul-americanas estão ficando insuperadas até hoje (Rodrigues 1996b), embora, como sempre acontece, haja opiniões contrárias, as quais não quero nem citar, nem discutir aqui. O termo “língua geral” já se usava nas primeiras descrições missionárias das línguas sul-americanas (nahuatl, otomi, maya, quechua, aimara, mapuche, guarani) na missão hispano-americana. No domínio brasileiro se conhecia a Língua brasílica falada na costa do Brasil em tempos coloniais e empregada na missão da fé cristã entre os indígenas.

Aryon, no seu artigo sobre a temática, dando-se conta da natureza historicamente diversa da Língua geral brasileira daquela do hemisfério hispano, concatenou os fatos linguísticos no momento de reconhecer a natureza diferente da Língua Geral Paulista e da Língua Geral Amazônica, relacionando esta últimas com a sua manifestação moderna, o *nheengatu*. No

1 O problema da escolha, neste contexto, do termo “caso” ou de outro termo é uma questão de preferência pessoal. Entre as línguas aglutinantes, caracterizadas por uma morfologia rica em sufixos, as línguas mais importantes da família ugro-fênica, o húngaro e o finlandês, se observam tradições opostas. Na tradição da gramática húngara só existe uma oposição de dois casos, o caso sujeito marcado por *ø* e o caso de objeto direto marcado por *-t*. Nesta língua os sufixos que marcam relações locativas e outras não formam “casos” senão “determinações”. Na tradição finlandesa, ao contrário, os casos sintáticos (nominativo, acusativo, partitivo) e também os locativos são “casos”. Deste modo o finlandês tem uns 15 casos diferentes do grande número de posposições. O critério é a função sintática: em uma destas tradições, “caso” é só o que marca um argumento sintático, na outra também parte dos complementos circunstanciais. Gerardi (2023, 263-268), um membro da nova geração de linguistas de línguas ameríndias, embora adotando três dos quatro casos de Rodrigues (2001, 108-109), na sua interpretação do sufixo *-a* segue Queixalòs (2006) glossando-o como elemento referencial (REF). A mesma questão terminológica levanta-se no caso da “flexão pessoal”. Rodrigues (2001, 105) fala em “flexão de pessoa” em tupinambá, como em línguas flexivas tradicionais como o latim e o grego, onde a tradição húngara chama a mesma realidade linguística de “marcação de pessoa”. Veja-se também o termo “flexão relacional” (Rodrigues (2001, 109-110) e a de “flexão de caso” (Rodrigues 2001, 107-108) onde outros autores só admitem diferentes sufixos. Gerardi (2023, 264-268) aceita o termo de “caso flexivo”.

Brasil, as línguas gerais, a do Sul e a do Norte, tiveram uma formação e um papel social diferentes da Hispano-América por duas razões, diferenças na colonização e no trato dos colonizadores com os indígenas. Este último, no Caribe, no México, Peru, em Colômbia e Chile, era caracterizado pelo princípio da “pureza de sangue”, que impedia o cruzamento incontrolado das raças. No Brasil, ao contrário, chegava uma maioria de varões, sem mulheres, que se casaram normalmente com mulheres indígenas, a situação se desenvolveu de maneira diferente. Nas famílias dos colonos a língua “geral” era o tupinambá, reduzindo-se o uso do português ao contato com a administração e outros representantes de Portugal. No domínio hispano só existia um caso paralelo, o Paraguai, colonizado também por uma maioria de varões que se casaram com mulheres guaranis e que reduziram, até certo ponto, o uso do espanhol. É verdade que as diferenças entre o tupinambá e a Língua geral amazônica – a paulista fica parcialmente desconhecida pela falta de documentos – se devem à presença subjacente, mas constante, do português. Todas as reduções da estrutura que caracterizaram o tupinambá, seja na fonologia, seja na morfossintaxe, na sintaxe ou no léxico da Língua geral, explicam-se pela influência imperceptível do português. As mudanças convergentes com o português são evidentes.²

Estou lembrando esta temática fundada por Aryon Rodrigues, entre outros, porque atualmente a pesquisa sobre a Língua Geral Amazônica está em movimento. Os dez dicionários preservados e a única gramática que se conhece não só se estudam e se classificam (cf. [Meisterburg] 2019), mas também existem iniciativas para publicá-los no seu todo, o que permitirá no futuro estudar com mais facilidade esta língua tão interessante em vários aspectos.

O mérito científico de Aryon Rodrigues é enorme. Não só deu os primeiros passos na linguística indígena brasileira e na formação de novos pesquisadores, mas também elaborou fundamentos e cultivou campos inteiros na análise descritiva e na explicação histórica. Para mais cem anos!

2 Na linguística românica alemã dos anos 2000 se discutiu muito sobre a tipologia das mudanças linguísticas, geralmente mudanças caracterizadas pela convergência de uma língua dominada com a língua dominante. Neste contexto se falava na “mão invisível” que dirige processos desta índole (cf. Stehl 2005)..

DIETRICH, Wolf, **El idioma chiriguano. Gramática, textos, vocabulario.** Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986.

GERARDI, Fabrício Ferraz. **A Role and Reference Grammar Description of Tupinambá.** Tübingen: Tübingen Library Publishing, 2023. <http://hdl.handle.net/10900//142263>

[MEISTERBURG, Antonio] [**Dicionário de Língua Geral Amazônica**], 1ª parte: Português – Língua Geral, 2ª parte: Língua Geral – Português. Manuscrito nº 1136, anônimo e sem título, da Biblioteca Municipal de Trier (Alemanha). Missão de Piraguiri, Baixo Xingu, antes de 1756. Edição diplomática, revisada e ampliada com introdução, comentários e anexos por Wolf Dietrich, Ruth Monserrat e Jean-Claude Muller, com a colaboração de Candida Barros e Karl-Heinz Arenz. Transliteração por Gabriel Prudente. Potsdam: Universitätsverlag, 2019. <https://doi.org/10.25932/publishup-41639>.

QUEIXALÒS, Francesc. “The Primacy and Fate of Predicativity in Tupi-Guarani”, in: Lois, Ximena & Valentina Vapnarsky (eds.), **Lexical Categories and Root Classes in Amerindian Languages.** Bern, Berlin etc.: Peter Lang, 2006. 249-287.

RODRIGUES, Aryon, “Classification Tupi-Guarani”, **IJAL** 24 (1958), 231-234.

Rodrigues, Aryon, **Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, Aryon. “You and I = Neither You nor I: the personal system of Tupinambá”, in: Payne, Doris L. (org.), **Amazonian Linguistics. Studies in Lowland South American Languages**, Austin: University of Texas Press, 1990, p. 393-405.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “Argumento e predicado em Tupinambá”, **Abralin – Boletim da Associação Brasileira de Linguística** (Maceió) 19 (1996), 57-66.

RODRIGUES, Aryon. “As línguas gerais sul-americanas”, **Papia** 4,2 (1996), 6-18.

RODRIGUES, Aryon D. “Sobre a natureza do caso argumentativo”, in:

Queixalòs, Francesc (org.), **Des noms et des verbes en tupi-guarani: état de la question**, München: Lincom Europa, 2001, p. 103-114.

RODRIGUES, Aryon D. “As vogais orais do Proto-Tupi », in: Rodrigues D. Aryon e A.S.A.C. Cabral (orgs.), **Novos estudos sobre línguas indígenas**, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2005. p. 35-46.

RODRIGUES, Aryon D. “As consoantes do Proto-Tupi”, in: Ana Suely Arruda Câmara Cabral e Aryon D. Rodrigues (orgs.), **Línguas e Culturas Tupí**, vol. I, Campinas, S.P.: Curt Nimuendajú – Brasília: LALI/UNB, 2007, p. 167-203.

RODRIGUES, Aryon e Wolf Dietrich. “On the linguistic relationship between Mawé and Tupí-Guaraní”, **Diachronica** XIV (1997), 2, 265-304.

STEHL, Thomas. “Sprachkontakt und Konvergenzdynamik. Aktuelle Dimensionen der historischen romanischen Sprachwissenschaft“, in: Stehl, Thomas (ed.), **Unsichtbare Hand und Sprachwandel. Typologie und Prozesse des Sprachwandels in der Romania**. Tübingen: Narr, 2005, p. 1-24.

THUN, Harald/AQUINO, Almidio/DIETRICH, Wolf e Haralambos Symeonidis (orgs.) **Atlas lingüístico Guaraní-Románico (ALGR). Tomo I: Léxico del cuerpo humano**, elaborado por Wolf Dietrich y Haralambos Symeonidis, Kiel: Westensee-Verlag, 2009.

62

THUN, Harald/AQUINO, Almidio/DIETRICH, Wolf e Haralambos Symeonidis (orgs.) **Atlas lingüístico Guaraní-Románico (ALGR).. Tomo II: Léxico del parentesco**, elaborado por Wolf Dietrich, Guido Kallfell y Harald Thun, Kiel: Westensee-Verlag, 2009.

TOVAR, Antonio, **Catálogo de las lenguas de América del Sur**, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1961. 2ª. edición, con Consuelo Larrucea de Tovar, Madrid: Gredos, 1984.

FONOLOGIA DE LÍNGUAS INDÍGENAS EM ARYON RODRIGUES

Wilmar da Rocha D'Angelis¹

RESUMO

Reconhecido como um dos maiores experts em línguas indígenas brasileiras, e particularmente conhecido por sua contribuição à classificação genética das línguas Tupi – e mais ainda, da família Tupi-Guarani –, pouco se fala da contribuição de Aryon Rodrigues (1925-2014) para o conhecimento da fonologia de línguas indígenas. Ademais de seu trabalho como orientador de dissertações e teses ao longo de quase cinco décadas, nas quais dirigiu pesquisas em fonologia em três dezenas de línguas indígenas, distribuídas em cerca de uma dezena e meia de famílias linguísticas diferentes, Aryon Rodrigues foi o responsável pela primeira abordagem efetivamente linguística da fonologia do Tupinambá, que constituiu sua pesquisa de doutorado. Sua tese, redigida em alemão e defendida na Universidade de Hamburgo (1959), jamais foi traduzida ao português, e muito raramente terá sido consultada, o que se conclui pela raridade de sua citação em trabalhos sobre línguas Tupi. O presente artigo busca sanar esse desconhecimento, resenhando criticamente a tese *Phonologie der Tupinambá-Sprache* e apresentando um panorama das demais contribuições de Rodrigues para a fonologia de línguas indígenas.

Palavras-chave: *línguas indígenas; fonologia; Tupinambá; Aryon Rodrigues.*

ABSTRACT

Recognized as one of the greatest experts on Brazilian indigenous languages, and particularly known for his contribution to the genetic classification of the Tupi languages – and even more so, the Tupi-Guarani family –, little is said about the contribution of Aryon Rodrigues (1925-2014) to the knowledge of the phonology of indigenous languages. In addition to his work as a dissertation and thesis advisor over almost five decades, during which he directed research into the phonology of three dozen indigenous languages, distributed across about a dozen and a half different linguistic families, Aryon Rodrigues was responsible for the first truly linguistic approach to

1 Universidade Estadual de Campinas.

the phonology of Tupinamba, which constituted his doctoral research. His thesis, written in German and defended at the University of Hamburg (1959), was never translated into Portuguese, and has rarely been consulted, which is evident from the rarity of its citation in works on Tupi languages. This article seeks to address this lack of knowledge by critically reviewing the thesis *Phonologie der Tupinambá-Sprache* and presenting an overview of Rodrigues' other contributions to the phonology of indigenous languages.

Keywords: *Indigenous languages; phonology; Tupinambá; Aryon Rodrigues.*

Introdução

Aryon Rodrigues doutorou-se em Linguística no ano de 1959, na Universidade de Hamburgo, com uma tese sobre a fonologia do Tupinambá: *Phonologie der Tupinamba-Sprache* (trabalho até hoje não traduzido ao português). E ao longo de cinco décadas de docência em Pós-Graduações, tendo orientado e levado à conclusão pelo menos 60 mestrados e doutorados, mais da metade daqueles trabalhos foi realizada no campo da Fonologia, sendo 31 deles em fonologia de alguma língua indígena. O presente artigo busca destacar a contribuição de Aryon Rodrigues nesse campo de pesquisa, com especial atenção à sua contribuição para a fonologia Tupi, por sua tese a respeito do Tupinambá (ou Tupi antigo).

O tupinólogo

Cursando o ensino médio, no Ginásio Paranaense, em Curitiba, aos 14 ou 15 anos Aryon conheceu o professor Mansur Guérios,² que ali

2 Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1987), importante filólogo paranaense.

fora admitido como docente em 1939. Guérios teve papel importante em despertar, naquele aluno, o interesse pelas línguas indígenas. Foi assim que, em 1942, pela intermediação do seu professor, o jovem Aryon, com 17 anos, publicou seu primeiro trabalho em uma revista científica (*Archivos do Museu Paranaense*), sobre a língua Kiriri.

Em 1944 aparece uma primeira publicação sua sobre a “*evolução fonética*” daquela família linguística à qual dedicaria, talvez, a parte mais relevante de sua produção científica: a família Tupi-Guarani. Em 1945, novamente nos *Arquivos* do Museu, aos 20 anos, publicou um texto que se vê citado, vez ou outra, ainda hoje: “Diferenças fonéticas entre o Tupi e o Guarani”. Antes dos 30 anos, ele já havia publicado oito artigos sobre aspectos da família Tupi-Guarani, a cujo estudo se dedicaria ao longo de praticamente toda sua vida acadêmica. Sua produção a respeito do tronco Tupi e suas famílias é referência obrigatória em qualquer trabalho nesse tema. Em 1958, já concluindo seu doutorado em Hamburgo, Aryon publicou um artigo seminal sobre a classificação das línguas Tupi-Guarani (*Classification of TupiGuarani*, IJAL, v.24).³ Aquela classificação foi sendo revista e melhorada por ele ao longo dos anos: no seu livro *Línguas brasileiras* (RODRIGUES, 1986); no capítulo Tupi, da obra *The Amazonian Languages* (RODRIGUES, 1999); e já no começo do século atual, em *Reverendo a classificação interna da família tupí-guaraní* (2002), uma co-autoria com Ana Suelly Cabral. Registremse, ainda, suas reconstituições das vogais orais (RODRIGUES, 2005) e das consoantes (RODRIGUES, 2007) do Proto-Tupi.

Foi também ele quem produziu a primeira análise, com base em uma teoria fonológica, do Tupi Antigo, ou Tupinambá, como ele preferiu denominar. Essa foi sua tese de doutorado.

A formação do fonólogo

Aryon Rodrigues concluiu bacharelado (1949) e licenciatura (1950) em Letras Clássicas, na Universidade Federal do Paraná. Entre 1948 e 1954, Aryon pesquisou e deu aulas sobre Folclore e Etnologia; participou de várias pesquisas etnográficas no Estado, tendo sido Secretário e Presidente do Comitê de Folclore do Paraná; tornou-se professor titular de Português no Colégio Estadual do Paraná; e deu palestras sobre Nheengatu e Tupi Antigo na Universidade.

Em janeiro de 1951, então recém-licenciado, experimentou sua primeira pesquisa de campo em línguas indígenas, entre os Kaingang de Manguaí, no Sudoeste do Paraná.⁴ Segundo ele próprio registrou, “*foi aquela primeira experiência aventureira em Manguaí que me fez querer sair do Brasil para*

3 Ligeiramente alterado no texto, mas mantendo o esquema classificatório, foi republicado em 1964 na *Revista de Antropologia* (vol. 12); e republicado, mais recentemente, na *Revista Brasileira de Linguística Antropológica* (Rodrigues, 2011).

4 Ver artigo de Juracilda Veiga, neste volume.

aprender fonética prática, procedimentos de análise linguística e muito mais (...)” (Rodrigues, 2002, p. 116). Sendo assim, na metade da década de 1950 transferiu-se para a Alemanha, contando com bolsas da Fundação Alexander von Humboldt, frequentando cursos e colóquios na Universidade de Munique, pesquisando em bibliotecas e museus, e finalmente, realizando seu doutorado em Hamburgo.

Na Universidade de Hamburgo, Aryon foi orientado por Otto von Essen (1898-1983), tendo por co-orientador, Hansjakob Seiler (1920-2018). O primeiro era um renomado foneticista, com experiência e pesquisas bastante conhecidas em fonoaudiologia, e que desde 1949 dirigia o então Laboratório de Fonética daquela Universidade.⁵ Já Seiler estava familiarizado com o estruturalismo funcionalista europeu (conviveu, em Paris, com Émile Benveniste, de 1947 a 1950), e teve contato com o estruturalismo norte-americano no período em que trabalhou com a linguista Mary Haas, na Universidade da Califórnia (1953-1955), quando escreveu uma gramática, um dicionário e uma coleção de textos da língua indígena Cahuilla (Sul da Califórnia).⁶

A tese de Rodrigues, com 149 páginas, levou o título de *Phonologie der Tupinambá-Sprache*, foi concluída em fins de 1958 e defendida em 11 de fevereiro de 1959, na Faculdade de Filosofia, da Universidade de Hamburgo.⁷

Como visto acima, Aryon optou pelo nome *Tupinambá* para designar a língua analisada, ainda que suas fontes tenham sido todas as disponíveis sobre Tupi da Costa para os séculos XVI e XVII, tanto as produções missionárias jesuíticas portuguesas – como o Vocabulário na Língua Brasileira, o Catecismo do Pe. Antonio Araújo, as Artes de Anchieta e de Luis Figueira, ou o teatro anchietano –, quanto os registros franceses de Jean de Léry, de André Thevet e dos capuchinhos no Maranhão; e ainda, a conhecida narrativa, em alemão, de Hans Staden, e os registros holandeses no Nordeste, já no século XVII (Rodrigues, 1959, p. 8-12).⁸

5 Otto von Essen publicou um alentado livro de *Fonética Geral e Aplicada*, que em 1957 já ia para sua 2ª edição, e teve ao menos cinco edições em três décadas. Outra obra sua, de sucesso, foi *Conceitos básicos de fonética* (1962), com cinco edições em vinte anos. Entre mais de uma centena de trabalhos publicados, a obra de Otto von Essen inclui ao menos oito estudos de línguas africanas. Em *Fonologia*, von Essen alinhava-se ao Círculo de Praga (segundo deduzo de um artigo dele, de 1962: *Trubetzkoy's "fester" und "loser Anschluss" in experimentalphonetischer Sicht*).

6 A Seiler, muito provavelmente, se deve a presença, nas referências bibliográficas da tese de Aryon, de K. Pike (*Phonemics*), Z. Harris (*Methods in Structural Linguistics*) e H. Gleason Jr. (*A introduction to descriptive linguistics*); e a Otto von Essen a presença, ali, do clássico de Trubetzkoy (*Grundzüge der Phonologie*).

7 Pode-se acessar, na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, cópia do exemplar da tese depositado na Staats- und Universitätsbibliothek Hamburg Carl von Ossietzky: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Arodriques-1958/Rodrigues_1958_Phonologie_der_Tupinamba.pdf.

8 Aryon escreveu: “No século XVIII, o nome tupi se difundiu no Brasil, inicialmente nos círculos acadêmicos e depois substituindo de forma geral o termo língua brasileira. Este nome, que originalmente se referia a uma tribo de São Vicente, passou a ser aplicado tanto à antiga língua geral, que já desapareceu da costa, quanto à sua descendente, a moderna língua geral do Amazonas ou Nheengatu. Entre os etnólogos, o Tupi também é considerado o nome geral dos povos que a etnologia considera aparentados com os tupinambás, e por isso designa algumas línguas que certamente têm relação com a antiga língua geral, mas não são de todo idênticas. Como resultado, o Tupi se tornou um termo coletivo, o que o torna inadequado para

Frederico Edelweiss o criticou pela escolha do nome “Tupinambá”, e o fez exatamente por reconhecer em Aryon, nos anos 1960, “*um dos novos que têm mostrado ponderação e persistência em seus estudos tupi*”. E, principalmente, “*por ser ele um dos pouquíssimos especialistas capazes de dar, pelos anos em fora, um tom universitário comedido aos estudos tupis, entregues, até aos nossos dias, ao mais estulto amadorismo*” (Edelweiss, 1969, p. 71). O grande tupinólogo riograndense, docente na Universidade da Bahia, entendia que “*a generalização do nome tupi foi muito feliz*”, e já defendia, desde a década de 1940, o termo *Tupi* como o mais adequado (Edelweiss, 1947, p. 33ss).

Para Aryon (1959, p. 5),

embora os Tupinambá se estendessem por um litoral extraordinariamente grande, eles eram linguisticamente muito uniformes. Essa unidade foi notada muito cedo pelos colonos e missionários portugueses, e foi graças a isso que a língua tupinambá recebeu o nome de *língua geral*, pelo qual passou a ser conhecida pelos portugueses.

O fato é que podemos dizer que Aryon demonstrou, em seu trabalho sobre a fonologia da *língua mais falada na Costa do Brasil*, aquela uniformidade linguística a que se referiu, apesar das diferentes fontes e dos diferentes locais em que se fizeram os registros.

A fonética das línguas dos registros

68

Como se sabe, os autores de registros escritos de línguas que não sejam as suas próprias línguas maternas, buscam a maior fidelidade que lhes for possível ao dado fonético, ou seja, ao que julgam estar ouvindo. Isso vale tanto para um viajante ou missionário – do século XVI, XIX ou atual – pouco afeito à oitiva de línguas diferentes, como para um linguista com bom treinamento fonético, nos dias atuais. A diferença crucial – além do treinamento e da aptidão para a oitiva de línguas, de uns e outros – está no recurso empregado para registrar as formas pronunciadas pelos falantes nativos. Um linguista treinado lança mão de um alfabeto fonético que, idealmente – embora apenas idealmente –, lhe dá meios de distinguir detalhes de pronúncia e sons os mais diversos, mesmo os mais estranhos à sua língua materna; e com as vantagens advindas de um sistema padronizado, de representar determinados sons sempre pelos mesmos símbolos. Já o anotador leigo emprega as formas ortográficas em uso na escrita da sua língua materna, o que o torna muito refém do “filtro fonológico” com que a língua materna

designar um estado linguístico específico. Usamos isso para resumir a antiga língua geral e a moderna língua geral do Amazonas; para designar a primeira como uma fase linguística bem definida no tempo, utilizamos o nome Tupinambá, que, no entanto, já era usado com esse significado no final do período colonial”. (Rodrigues, 1959, p. 5-6 – grifos do original)

conforma a sua percepção da fala desde a infância, ao adquirir linguagem (e, particularmente, um sistema fonológico específico).⁹

Trabalhando com registros diversos, de anotadores portugueses, franceses e alemães, Rodrigues realizou uma primeira operação de estabelecer o valor fonético de cada grafema usado nas diferentes fontes, considerando a língua materna (e respectiva ortografia) dos anotadores naquele período histórico. Em outras palavras: qual valor fonético era expresso por cada letra, em cada uma das línguas dos registros, no século XVI e início do século XVII. Essa tarefa compôs o segundo capítulo da tese (*As línguas intermediárias*), tendo como “*objetivo apresentar os hábitos de pronúncia e escrita das línguas que serviram de meio e base de comparação para o registro do Tupinambá*”. Considerando, justamente, a tentativa dos anotadores de registrarem os sons que ouviam da boca dos falantes nativos, Aryon destacou que, “*para podermos determinar os fenômenos fonéticos do Tupinambá, dependemos principalmente dos fenômenos fonéticos das línguas intermediárias, e não de seus fonemas*” (RODRIGUES, 1959, p. 22).

No entanto, o procedimento de Aryon, para estabelecer aquelas relações, restringiu-se aos grafemas empregados pelos anotadores no registro da língua Tupi/Tupinambá; ou seja, letras não empregadas na escrita da língua indígena não foram consideradas. Nas palavras dele: “*limitar-nos-emos à apresentação daqueles fatos que podem ser relevantes para o estudo do sistema sonoro do Tupinambá. Portanto, caracteres (e seus sons correspondentes) que nunca foram usados na escrita Tupinambá, como f, são completamente ignorados nas seções seguintes*.” (RODRIGUES, 1959, p. 22). Disso resulta que os levantamentos que ele fez dos valores fonéticos do Português (p. 23-28), do Francês (p. 28-32) e do Alemão (p. 32-35) compõem, de fato, levantamentos dos fones (observados) da língua indígena, segundo as diferentes línguas maternas dos registros.

Para a fonética da língua portuguesa nos séculos XVI e XVII, Aryon empregou os trabalhos descritivos de Fernão de Oliveira (1536) e Gonçalves Vianna (1892), além de um estudo, então recentíssimo, assinado por Thomas Hart (1955),¹⁰ “*sobre vogais africadas e fricativas no Português do séc. XVI*” (RODRIGUES, 1959, p. 23). Penso que Aryon infelizmente não aproveitou de uma informação valiosa, do artigo de Hart, o que comentarei adiante. Para a fonética francesa dos mesmos séculos, socorreu-se de Gramática Histórica de Ferdinand Brunot e Charles Bruneau.¹¹ Para o alemão, uma vez que Hans Staden era de Homberg, no chamado Niederhessen (norte do estado de Hesse), Aryon informa que “*ele falava um dialeto franco-renano, o*

9 A percepção e descrição desse fenômeno se deve, primeiramente, ao linguista russo Evgueni Polivanov ([1931] 1978), mas penso que foi Trubetzkoy (1939, p. 47ss) quem primeiro empregou a imagem da “peneira” ou “filtro fonológico”. Vale registrar que, mesmo que em menor intensidade, linguistas treinados também são afetados pelo filtro de sua língua materna.

10 Thomas R. Hart Jr, com doutorado em Literatura Comparada, em 1955 era professor na Johns Hopkins University.

11 *Précis de grammaire historique de la langue française*. (3ª ed.). Paris: Masson et Cie, 1949.

que pode ter influenciado seu alemão escrito”; e completa que, “para algumas peculiaridades fonéticas do franco-renano nas imediações de Homberg”, lançou mão da classificação de dialetos do Baixo Hesse, por Karl Hoffmann,¹² “bem como nossas próprias observações em Homberg”(RODRIGUES, 1959, p. 32).¹³

Os quadros fonéticos 1 a 3, a seguir, reúnem as informações das fontes, agrupadas por idioma. As características fonéticas empregadas na composição dos quadros são as elencadas por Aryon, na descrição de cada fone, baseado nos estudiosos das respectivas línguas. Por exemplo, ao tratar da fonética do Português, a vogal [ə] recebeu a seguinte descrição, com base em Gonçalves Vianna: *mittlerer, geschlossener, zentraler, ungerundeter, unnasalierter Vokal* (RODRIGUES, 1959, p. 24). Mas a essa descrição, em nota se acrescenta a seguinte informação: “O [ə] port. não é o [ə] do Alfabeto Fonético Internacional, mas sim [ɐ], que é um pouco mais baixo e recuado” (RODRIGUES, 1959, nota 22, p. 132).

Quadro 1: Fones Vocálicos do Tupinambá (fontes portuguesas)

Vogais Orais				
Português		anterior	central	posterior
		não-arredond		arredond
alta		i		u
média	fechada	e	ə	o
	aberta	ɛ		ɔ
baixa			a	
Vogais Nasais				
		não-arredond		arredond
alta		ĩ		ũ
média	fechada	ẽ	ã	õ
baixa				

Quadro 2: Fones Vocálicos do Tupinambá (fontes francesas)

Vogais Orais					
Português		anterior		central	posterior
		não-arredond			arredond
		-	+	-	+
alta	 fechada aberta	i	ü		u
média		e	ö	ə	o
		ɛ	ö		ɔ
baixa				a	
Vogais Nasais					
		não-arredond			arredond
alta		ĩ			
média					
	aberta	ẽ			õ
baixa				ã	

12 Mundartgliederung Niederhassens südlich von Kessel (1941).

13 Quanto às fontes holandesas – a saber, Johannes de Laet (Novus Orbis, 1633) e Georg Marcgrav (Historia Naturalis Brasiliæ, 1648) –, Rodrigues informa: “As fontes holandesas contêm quase exclusivamente materiais portugueses, escritos por portugueses e, portanto, de acordo com hábitos de escrita portugueses. Como resultado, eles oferecem pouca informação adicional sobre os fenômenos fonéticos do Tupinambá ao que pode ser encontrado nas fontes portuguesas. Tanto Laet, que nunca tinha estado no Brasil, quanto o alemão Marcgrav, que trabalhou como naturalista na animada colônia holandesa no nordeste do Brasil, preferiram que os nomes tupinambá fossem registrados pelos portugueses, linguisticamente competentes. Suas obras (...) são, portanto, usadas apenas ocasionalmente, principalmente quando as poucas palavras escritas à maneira holandesa em Laet podem contribuir com algo para a discussão de sons individuais ou quando exemplos adicionais são necessários”. (RODRIGUES, 1959, p. 17).

Quadro 3: Fones Vocálicos do Tupinambá
(fonte alemã)

Vogais Orais					
Alemão		anterior		central	posterior
		arredondada		arredondada	
		-	+	-	+
alta		i	ü		u
média	fechada	e	ö	ə	o
	aberta	ɛ	ɔ		ɔ
baixa				a	
ditongos				aj	aw

Diferentemente das fontes portuguesas e francesas, o Quadro 3 não apresenta grafemas para representar vogais nasais. A única fonte alemã empregada por Rodrigues foi a obra de Hans Staden (1557), obra que contém diversas palavras e algumas frases em Tupinambá, mas na anotação dela a nasalidade em vogais não recebe nenhuma marca específica.¹⁴

Seguem-se os quadros fonéticos das consoantes, segundo os diferentes idiomas das fontes:

Quadro 4: Fones Consonantais do Tupinambá
(fontes portuguesas)

Fontes Portuguesas

		bilabial	dental	pré-palatal	velar
plosiva	surda	p	t		k
	sonora	b	d		g
africada	surda			ç	
fricativa	surda		s	ʃ	
	sonora	ʙ		ʒ	
nasal		m	n	ɲ	ŋ
vibrante (flap)			r		
semivogal				j	w

Quadro 5: Fones Consonantais do Tupinambá
(fontes francesas)

Fontes Francesas

		bilabial	dental	pré-palatal	velar	glotal
plosiva	surda	p	t		k	
	sonora	b	d		g	
fricativa	surda		s	ʃ	ks	h
	sonora			ʒ		
nasal		m	n	ɲ		
vibrante (flap)			r			
semivogal				j	w	

14 Há apenas uma palavra, ao longo de toda obra de Staden, que traz uma representação de nasalidade em uma vogal: a palavra “Tuppan”, destacada no trecho reproduzido abaixo, da 1ª edição alemã (capítulo 20):

Wie siemun sahen/das sie jr nit entfaren konten/Sagten
sie zu mir/Ne mungitta dee Tuppan do Quabe anamafu y an
dee Imme Ranni me fise Das ist so vil gesagt.

Exemplar dessa 1ª edição está disponível em versão digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP) no endereço: digital.bbm.usp.br/view/?45000008047&bbm/4570.

Quadro 6: Fones Consonantais do Tupinambá
(fontes alemãs)

Fontes Alemãs			bilabial	dental	pré-palatal	velar
plosiva	surda	aspirada	p ^h	t ^h		k ^h
		não-aspirada	b	d		
fricativa	surda			s	ʃ	
	sonora		ɸ		j	
nasal			m	n		ŋ
vibrante (flap)				r		
semivogal					y	w

A fonética do Tupinambá

No capítulo sobre Fonética (p. 36ss), Rodrigues compila, rigorosamente, as formas anotadas nas diferentes fontes,¹⁵ dando-lhes uma interpretação fundamentada (p. 39-91), à exceção dos grafemas “ç” (“c cedilha”) e “b”, que são tratados na próxima seção. Nas palavras de Aryon, o capítulo 3 (*Phonetik*) “*apresenta os fenômenos fonéticos que podem ser identificados na língua Tupinambá a partir da análise das fontes. Tenta-se determinar e apresentar as características dos sons Tupinambá exclusivamente com base na fonte utilizada*” (RODRIGUES, 1959, p. 36).

Na prática, o capítulo reúne e sistematiza as informações produzidas a partir de cada fonte empregada, e produz um inventário fonético unificado para o Tupi/Tupinambá do século XVI e início do XVII. Aryon realça, porém, o caráter aproximativo dessa caracterização fonética:

Como estamos conduzindo nossa investigação apenas com base em documentos antigos, queremos evitar qualquer definição mais precisa dos sons a serem identificados. Alguns sons da lín-

14 Aryon emprega a convenção abaixo para identificar cada fonte (ver p. 12-17 e p. 38):

Anchieta, Arte de Gramática (1595): AAG | Staden, Wahrhaftige Historia (1557): SWH Figueira, Arte de Gramática (1621): FAG | d’Abbeville, História da Missão (1614): AHMM Anônimo, Vocabulário na Língua Brasilica: VLB | d’Evreux, Viagem ao Norte do BR (1864): EBN A. Araújo e B. de Leão, Catecismo (1686): ALC | Laet, Novus Orbis (1633): Laet Léry, História de uma Viagem (1578): LHV | Marcgrav, Historia Naturalis (1648): Marcgrav

gua tupinambá podem ter sido idênticos aos sons do português, francês ou alemão. Mas isso não pode ser provado. Tudo o que podemos dizer com certeza é que um som específico na língua indígena era semelhante de alguma forma a este ou aquele som em português, francês ou alemão. Não podemos determinar até que ponto essa semelhança chegou, ou se isso resultou em uma identidade. (RODRIGUES, 1959, p. 36)

Uma razão para aquela ressalva é o fato de que as ortografias das línguas “intermediárias” – base dos registros disponíveis – não representam formas fonéticas nos respectivos idiomas:

Não devemos esquecer que toda grafia de uma língua, especialmente uma grafia que tenha uma finalidade didática ou outra finalidade prática, envolve uma padronização, ou seja, uma simplificação dos fenômenos fonéticos representados. Essa simplificação é alcançada por meio de um critério (embora talvez não totalmente consciente) de relevância linguística, segundo o qual vários fenômenos fonéticos que não se contradizem no sistema de expressão da língua são compreendidos e representados como uma unidade. Qualquer grafia que não seja intencionalmente fonética é, portanto, um tanto fonêmica. (...) As comparações feitas em nossas fontes entre os sons do Tupinambá e das línguas intermediárias não devem, portanto, ser consideradas como identificações, mas sim como aproximações suficientes (ou consideradas suficientes) para fins práticos, muito mais de acordo com o sistema fonêmico do que com o sistema fonético da respectiva língua intermediária. (RODRIGUES, 1959, p. 37).

Exemplifiquemos os procedimentos nesse capítulo com a apresentação de Rodrigues para uma das vogais orais:

3.1.1.4. [i] vogal alta, anterior, não arredondada, não nasalizada.¹⁶

AAG, VLB **i** // **j** ~ // **y** ;
FAG, ALC **i** ;
LHV, ENB, AHM, SWH **i** // **y** .

Em AAG e VLB, **y** como representação de [i] ocorre apenas no início da palavra, onde pode alternar com **i** e **j**. (RODRIGUES, 1959, p.45)

16 “Usamos os seguintes símbolos para denotar a variação gráfica livre ou condicional (geralmente posicional): // significa ‘em variação livre com’ (...); ~ ‘em variação condicional (posicional) com’ (...). Às vezes, a variação gráfica é em parte condicional, em parte livre; isso é representado por ~//.” (RODRIGUES, 1959, p. 39).

Como se vê no exemplo, Aryon identifica um determinado fone, e apresenta os grafemas pelos quais, em cada uma das suas fontes, aquele som é representado.

O Quadro 7 sintetiza as conclusões de Aryon acerca da fonética das vogais Tupinambá. Chama a atenção, no entanto, na comparação do Quadro 7 com os Quadros 1 a 3, que as conclusões dele a respeito do inventário fonético excluem a ocorrência de fones vocálicos meio fechados (que apareciam naqueles quadros anteriores), à exceção da central [ə]. Em outras palavras, em lugar de [e] e [ɛ], e de [o] e [ɔ], só o segundo fone de cada par é considerado. Nas suas conclusões a respeito do inventário fonológico, no capítulo 4, Aryon vai identificar a central [ə] como um alofone do fonema /a/, ao lado de um alofone [a] (cf. RODRIGUES, 1959, p. 97), e não menciona alofonia em qualquer outra vogal. Entretanto, naquele exato ponto ele insere uma nota dizendo:

Queremos dizer alofones que são claramente identificáveis. Provavelmente havia variantes não apenas para o fonema /a/, mas também para outros fonemas que, nas fontes, só podem ser provadas de forma insuficiente ou não podem ser provados de forma alguma.

Quadro 7: Fones Vocálicos do Tupinambá

			Vogais Orais						Vogais Nasais		
			anterior	central	posterior				anterior	central	posterior
			não-arredondada		arredondada				não-arredondada		arredondada
alta			i	ɨ	u				i	ĩ	ũ
média				ə							
média	aberta		ɛ		ɔ				ẽ		õ
baixa				a						ã	

Vejamos com mais atenção a questão das vogais médias. Exemplifiquemos com o caso das médias anteriores, onde esperaríamos a identificação de dois fones: [e] e [ɛ]. A tese, no entanto, só valida um deles, como se pode ver na longa citação a seguir (RODRIGUES, 1959, p. 43-44):

3.1.1.3. [ɛ] vogal média, aberta, anterior, não arredondada, não nasalizada.AAG, VLB, FAG, ALC e ;
LHV e // é // è // ai ;
ENB e // é // è // ê // ai ~ ei ;
AHM e // é // ai ~ ei ;
SWH e.

Nas fontes portuguesas, o e, assim como os demais grafemas para vogais, também ocorre com o agudo, o circunflexo e o grave (é, ê, è); no entanto, estes são considerados aqui como fenômenos gráficos em si mesmos e tratados como designações do acento de intensidade na seção 3.5.1.¹⁷

Nas fontes francesas, a sequência sonora [wɛ] é representada pelo dígrafo oi ou oy (cf. 2.2.3.b).

Nas três línguas intermediárias, e denota tanto [ɛ] quanto [e]. A determinação do som tupinambá aqui discutido como [ɛ] é baseada nas seguintes considerações: (a) nas fontes portuguesas o circunflexo (principalmente no século XVI) e o agudo (principalmente no século XVII) eram adicionados ao “e”, que na ortografia portuguesa da época era escrito apenas com “e” para representar [ɛ] (cf. 2.1.1); (b) nas fontes francesas, os grafemas e, é, ê, è não podem dar uma indicação fidedigna da pronúncia do tupinambá, porque são inovações muito recentes na ortografia francesa da época (o uso do agudo e do circunflexo começou no meio do século XVI, o acento grave só começou a surgir no decorrer do século XVII; ...) e ainda não estava firmemente estabelecido (daí a flutuação entre é e è na escrita do tupinambá); entretanto, os grafismos ai e ei (especialmente o último) podem ser considerados como uma indicação de um valor fonético [ɛ] (...).¹⁸

Essa passagem é complementada pela nota igualmente inserida acima (nota 18), na qual Aryon argumenta usando empréstimos do Tupi/Tupinambá ao português.

Acima mencionei a expectativa de “identificação de dois fones: [e] e [ɛ]”. Cabe justificá-la. A expectativa provém do vasto conhecimento que se tem, hoje em dia, de línguas da mesma família Tupi-Guarani, nas quais o sistema fonológico vocálico oral inclui uma série de vogais baixas (ou vogais não-altas, a depender da análise), em que, a cada fonema, correspondem dois alofones: /e/ > [e] ~ [ɛ] ; /a/ > [ə] ~ [a] ; /o/ > [o] ~ [ɔ].¹⁹ Isso se verifica em línguas tão distantes geograficamente como o Tembê-Tenetehar

16 De fato, seção 3.2.1.

17 No português brasileiro e também no português europeu, [e] e [ɛ] são dois fonemas diferentes, a saber, /e/ e /ɛ/. “As palavras tupinambá que se estabeleceram no português brasileiro têm predominantemente [ɛ], por exemplo: port. *jacaré* do tup. [ʒakaʔɹɛ], port. *canindé* do tup. [kaniɽdɛ], port. *pereba* do tup. [pɛʔɾɛβə], port. *tié* do tup. [tiʔyɛ], port. *caburé* do tup. [kabuʔɹɛ], port. *boipeva*, *boipeba* do tup. [ˈboyʔpɛβə]”. (RODRIGUES, 1959, nota 35, p. 134 – omiti as transcrições fonéticas das palavras portuguesas).

18 Alguns autores não informam a alofonia da vogal central, mas todos informam a alofonia nos outros dois fonemas, o anterior e o posterior. E há quem opte por representar os fonemas pelas formas abertas, /e/ e /ɔ/.

(Boudin, 1963; Duarte, 2007), Urubu-Ka'apor (Kakumasu, 1968; Lopes, 2009), Kamaiurá (Seki, 2000), Guajá (Nascimento, 2008), Mbyá (Guedes, 1991), Waiãpi (Santos, 2002), Avá-Canoeiro (Borges, 2006), Apiaká (Padua, 2007), Araweté (Alves, 2008), Aché (Roessler, 2008), Nhandewa-Guarani (Costa, 2010) e Kawahib (Marçoli, 2018) – para citar apenas os que me estão à mão. Observe-se que as línguas aqui elencadas pertencem a oito distintos subgrupos da família Tupi-Guarani, o que impõe a conclusão de tratar-se de uma herança da Proto-Língua: Ramo I (Mbyá, Nhandewa-Guarani, Aché²⁰), Ramo IV (Tembé-Tenetehara, Avá-Canoeiro), Ramo V (Araweté), Ramo VI (Apiaká, Kawahib), Ramo VII (Kamaiurá), Ramo VIII (UrubuKa'apor, Guajá, Waiãpi) (cf. RODRIGUES & CABRAL, 2002). O Tupinambá, com a Língua Geral Paulista e o Nheengatu, são classificados em um Ramo III.²¹

Quanto à argumentação baseada em empréstimos do Tupi/Tupinambá ao português, nos quais Aryon destaca a predominância de [ɛ], devemos registrar – em contrário – ocorrências como as seguintes: Tietê (e não *Tieté), irerê, tiê, puraquê.²²

Mais relevantes ainda que os exemplos acima, registrem-se: pequi/piqui do Tup. **peki**, teju/teiú do Tup. **teju**, beiju/biju do Tup. **mbeju**, preá/pereá/aperiá do Tup. **apereá**. Para esses nomes – e um levantamento exaustivo poderá reunir outros – não se conhecem pronúncias como *péki, *téju, *béju, *péreá, sinal de que a fonologia do português, que distingue as duas vogais (/e/ x /ɛ/), percebeu a primeira vogal de cada palavra dessas como inconfundivelmente [e].

Para a contraparte posterior da vogal média, a argumentação de Aryon é mais breve:

Nas fontes portuguesas, os acentos circunflexo, agudo e grave são colocados sobre o das sílabas tônicas, o que, a exemplo da ortografia portuguesa da época, indica um [ɔ] aberto. Das fontes francesas, apenas a LHV usa o gráfico au, que indica um [o] fechado. Entretanto, esse grafema ocorre muito raramente. AHM às vezes escreve o para [u] antes de nasal, mas quando ocorre um [ɔ] antes de nasal, ele escreve um mm duplo depois de o, que certamente é a representação de um [ɔ] aberto. (RODRIGUES, 1959, p. 48)

20 Sobre a língua Aché, falada no Paraguai, Dietrich informa que era “antes classificada entre as línguas guaranis meridionais” – como aparece na minha listagem –, mas reconhecidamente “muito diferente destas”. Segundo aquele autor, “em alguns traços fonológicos e morfológicos a língua está mais próxima de línguas como o siriono e yuki” (DIETRICH, 2010, p. 12). O Sirionó integra o Ramo II.

21 Essa alofonia nas vogais orais não é exclusividade da família Tupi-Guarani, mas encontra-se facilmente em línguas de outras famílias do tronco Tupi, como na língua Akuntsú (Aragon, 2008), da família Tupari; no Paíter-Suruí, da família Mondé (Meer, 1982) ou no Munduruku, da família homônima (Picanço, 2012); nas duas últimas, parcialmente.

22 Embora, os dois últimos, em alternância com *tié* e *puraqué*, respectivamente.

A afirmação com que Aryon abre o comentário acima, ao menos parcialmente tem respaldo nas regras do “*Acento*” definidas por Anchieta (1595, fl. 7):

Todas as dições acabadas nas quatro vltimas vogaes [nota: i, o, u, i - wrd], tem ô accento na vltima, & notãofe, com circunflexo.

Ou seja, Anchieta adota o circunflexo como marca de tonicidade (mas usará o agudo para o /a/ em posição final, e para as outras vogais, quando penúltimas).²³ Mas isso não garante que vogais “o” em outras posições na palavra (acentuadas ou não), sejam também representação de [ɔ]. Vejam-se estes exemplos tirados de Anchieta: tecoára, aipotár, aicotúc, oçôgua, tobâ, moçapîr, orôjucâ, ayopói, moroboeçára ~ morómboeçára, oimombeu etc.

E, como no caso da vogal [ɛ], também há a seguinte nota, argumentando com palavras emprestadas do Tupi ao Português (em RODRIGUES, 1959, nota 44, p.136):

As palavras tupinambá naturalizadas no português brasileiro têm em sua maioria [ɔ]: *cipó* do Tup. [is i'pɔ], *ibiboca* do Tup. [iβi'βɔkə],²⁴ *jibóia* do Tup. [ži'βɔyə], *piraroba* do Tup. [pira'rɔbə], *sarapó* do Tup. [sara'pɔ], *socó* do Tup. [sɔ'kɔ].²⁵

Em contrapartida, devemos lembrar de outros empréstimos do Tupi em que a vogal média posterior é, no português, meio-fechada, ou seja, um [o] em lugar de [ɔ]: boracéia do Tup. **poraceia**, poçanga do Tup. **poçanga**, Potira do Tup. **potyra**, Moema do Tup. **moema**, Sorocaba do Tup. **sorokaba**, copiá/cupiá do Tup. **kopiara**, morubixaba do Tup. **morobixaba**, potiguar do Tup. **potiguara** (“comedor de camarão”). Esse último exemplo é particularmente interessante; nele, chama a atenção o fato de que, no dialeto nordestino do Rio Grande do Norte, os próprios nativos pronunciam esse termo auto-identitário como [poti'gwar], e não *[pɔti'gwar].²⁶ Já o exemplo imediatamente anterior, morubixaba, ao sofrer alçamento da 2ª vogal, para [u], no processo de

23 As normas de acentuação gráfica definidas por Anchieta constam na citada fl. 7. Porém, na prática, ao longo da *Arte* tais convenções foram praticamente ignoradas, empregando-se os acentos gráficos quase aleatoriamente.

24 Por dificuldades tipográficas (! curioso ainda termos que dizer isso, em 2025), o símbolo empregado por Aryon para representar a fricativa bilabial sonora (ɸ) é representado nas citações e nas transcrições fonéticas dele, pelo símbolo usual do Alfabeto Fonético Internacional: [β]. Apenas nas tabelas o símbolo aparece como foi usado na tese por Rodrigues.

25 Omiti as transcrições fonéticas das palavras portuguesas.

26 Tenha-se em mente que nos dialetos do Nordeste (e, claramente, no Rio Grande do Norte), se pronunciam vogais pré-tônicas abertas – em uma extensa porção do léxico –, como em: *portuguesa* = [pɔxtu'gezɐ], *nordestino* = [nɔrdɛʃ'tinɔ], *diferença* = [dife'rêɛɐ], *soldado* = [sɔw'adɔ], *pronúncia* = [prɔ'nũsje] etc.

nativização, evidencia o fato de que ela só poderia ser, na origem, uma vogal [o], e não [ɔ].

Dois grafos problemáticos: < ç > e < b >

Transcrevo, a seguir, os trechos fundamentais das descrições e conclusões de Aryon Rodrigues a respeito dessas duas letras, “ç” e “b” – adotadas desde Anchieta (1595) – cuja interpretação fonética, no capítulo 3 da tese, teve consequências para as conclusões da fonologia, no capítulo seguinte. Infelizmente, prejudicadas pela interpretação fonética, tais conclusões de Aryon se encontram repetidas em incontáveis análises de línguas TupiGuarani até os dias de hoje (ainda que muito raramente sua tese seja referida). Como veremos, já há análises alternativas (que, no caso da consoante bilabial, são substantivamente apoiadas em investigação fonética acústica).

Vejamos as notas de Aryon sobre “ç” (ou, mais propriamente, sobre [s], segundo ele):

3.1.6.1. [s] fricativa dental desvozeada.

AAG, VLB, FAG, ALC c ~ ç ;

LHV s ~ ss ~ // sc ~ // c ;

(...)

Nas fontes portuguesas, c ocorre antes de e, i e y, enquanto ç ocorre antes de a, o e u. Nas fontes holandesas que reproduzem a grafia portuguesa, ç foi substituído principalmente por c, de modo que o último grafema aparece antes de qualquer vogal (em Laet, ç foi ocasionalmente substituído por z).

Em LHV, s ocorre apenas no início de palavra e ss apenas dentro de palavra; sc e c também ocorrem na palavra, mas o último apenas antes de e, o primeiro antes de e e o, enquanto ss pode ocorrer antes de qualquer vogal.

Em ENB e AHM, s ocorre tanto no início, quanto dentro de palavra, mas ss somente no interior da palavra. No AHM, c também ocorre dentro da palavra, mas apenas antes de y. SWH tem s e ss em variação livre entre si, mas apenas dentro das palavras. (RODRIGUES, 1959, p. 68-69)

Na referência às fontes, Aryon deixou de citar o esclarecimento dado por Anchieta sobre essa escolha, tendo sido este jesuíta quem inaugurou o uso do “ç” no registro daquela língua. Na seção inicial de sua Arte, intitulada Das Letras, Anchieta esclarece que “*nesta língua do Brasil não há f, l, s, z, rr dobrado, nem muta com liquida*”, e em seguida informa algumas de suas decisões ortográficas, a começar por esta: “*Em lugar do s, in principio ou médio dictionis, serve ç com zeura, como Açô, çatã*” (ANCHIETA, 1595, fl. 1).

A pergunta que essas passagens sugerem é: por que Anchieta considerou a letra “s” uma opção ortográfica (preterindo-a, no entanto, em favor de “ç”), se ele diz que não havia esse som na língua em questão?

É sobre esse aspecto que comentei, acima, que Aryon não aproveitou uma informação valiosa do artigo de Hart, que resumo abaixo:

Assim como Nebrija, Oliveira também não distingue entre espi-
rantes e africadas em suas descrições de sons portugueses. Seu ç e
z podem, portanto, representar [ts] e [dz], em vez de [s] e [z]. Em
qualquer caso, os sons devem ter adquirido os últimos valores
antes do final do século, pois foi nesse período que a confusão de
ç e z com -ss- e -s- se tornou generalizada pela primeira vez.

Oliveira não menciona nenhuma confusão desse tipo; nem João
de Barros. Mas Pero de Magalhães de Gandavo, escrevendo me-
nos de meio século depois, deixa claro que alguns portugueses
estavam então começando a confundir ç e z com -ss- e -s-, tanto
na grafia quanto na pronúncia, e ao fazê-lo incidentalmente con-
firmam as descrições de Oliveira da articulação de ç e s. (HART,
1955, p. 412).²⁷

79

Hart conclui com um quadro esquemático muito claro:

Na Idade Média, o sistema de sibilantes em castelhano, catalão e
português deve ter sido o seguinte:

ç [ts]	-ss- [s]	x [S]	
z [dz]	-s- [z]	j [Z]	(HART, 1955, p. 413)

As conclusões dele são totalmente congruentes com as dos atuais
estudiosos do Português arcaico, como lemos em Mattos e Silva (2006, p. 89):

É certo que na descrição de Fernão de Oliveira (...) estão dis-
tinguidos quatro elementos sibilantes (...) É certo também que
os dois primeiros gramáticos nada informam sobre “confusões”
ortográficas entre sibilantes de origens diversas, enquanto os do

27 As descrições de Oliveira (1536) sobre articulação de “s” e “ç” encontram-se nos
seus capítulos 13 e 14.

fim do século XVI, Duarte Nunes de Leão e P. M. de Gândavo, atestam as confusões ortográficas que já se processavam nos fins do século XVI.

Diz Mattos e Silva (idem, ibidem) que “o problema que não está resolvido é o do momento em que se perdeu o traço oclusivo das africadas”, mas isso não muda o fato de que, ao tempo em que Anchieta redigiu sua Arte (meados do séc. XVI),²⁸ as letras “ss”/“s” e “ç”/“z” representavam dois pares opostos de fonemas, respectivamente: /s/ x /z/ (intervocalicamente) e /ts/ x /dz/. Citando Maia (1986), sobre a história do “galego-português”, a autora conclui: “se pode dizer que as africadas depois predorsodentais constrictivas são representadas, em geral, por <c^{e,i}, ç^{a,o,u}>, se surdas, e por <z>, se sonoras; e as ápico-alveolares constrictivas por <s-, -ss-, -s->” (Mattos e Silva, ibidem).

A conclusão necessária é imediata: Anchieta identificou o som (a realidade fonética) da obstruinte palato-alveolar Tupi com o som do fonema representado por <ç> na ortografia portuguesa então corrente. Concluo esse tópico com a citação de uma pesquisadora portuguesa atual:

Sabemos que a actual distinção gráfica entre <c, ç e z> e <s, ss> que encontramos, por exemplo, em *paço* / *passo* e *cozer* / *coser* correspondia no português antigo a uma distinção fonética (sic): o <ç> de *paço* soava [ts] e os <ss> de *passo* [s]; o <z> de *cozer* [dz] e o <s> de *coser* [z]. Esta pronúncia apical de <s, ss> pode ser ouvida, ainda hoje, nas Beiras: é o que chamamos o s *beirão*, que não faz parte da norma do português, sendo um traço dialectal e o testemunho vivo de uma antiga característica geral do português” (Cardeira 2009: 21).

Na passagem acima cabe apenas um reparo: mais relevante do que ter havido uma “distinção fonética” entre os grafos <ç> e <s>, o que torna o fato crucial era que se tratava de uma distinção fonológica.

Como veremos no capítulo da “fonêmica”, adiante, Aryon reconheceu um fonema /s/ no Tupinambá, onde de fato houve um /ts/.²⁹

Um segundo problema que ocorre na caracterização fonética das fontes do Tupinambá/Tupi Antigo, na tese de Aryon, é a interpretação da letra “b” dos registros portugueses, como sendo uma *fricativa bilabial* [b], ou seja, [β].³⁰ A síntese dele sobre isso está assim informada:

28 A Arte de Anchieta, “ainda manuscrita, já em 1556, ‘servia de texto para o ensino do tupi no colégio da Bahia e, em 1560, o Pe. Luís da Grã tornava obrigatório o seu estudo, sendo ele mesmo professor” (DRUMOND, 1990, p. 9).

28 Há pelo menos uma década e meia venho ensinando a fonologia do Tupi Antigo insistindo na afirmação de que o “ç” adotado por Anchieta representava um fonema /ts/ (D’ANGELIS, 2010). Recentemente tive ocasião de registrar isso em um artigo a respeito d’ *A língua Nheengatu e suas ortografias* (D’ANGELIS, 2023, p. 7-8).

30 Ver Nota 23, sobre o símbolo fonético da bilabial fricativa sonora.

Na grafia dos portugueses, b representava [β] inicial e intervocálico. No alemão de Staden, w e b também eram representações de um [β]. Em SWH, u deve ser considerado uma variante gráfica livre de w (...). Em francês não havia fricativa bilabial [β], b representava a oclusiva bilabial [b] nesta língua; u ou v, por outro lado, representavam a fricativa labiodental [v]. O fato de que os franceses às vezes representavam o mesmo som com b, às vezes com u (v) indica que não era nem [b] nem [v], mas sim um som que deveria combinar propriedades de ambos. Tanto as fontes portuguesas quanto as alemãs mostram que esse som era uma fricativa bilabial. (RODRIGUES, 19569, p. 72 – grifos meus).

De fato, a oscilação dos registros revela uma indecisão, então frequente – isto é, comum –, nos alfabetizados em Espanhol, mas também nos alfabetizados em Português – língua cuja origem é o galego, que não distinguia /b/ x /v/.³¹ Mesmo hoje, em Espanhol, uma diferenciação na pronúncia das letras “b” e “v” não depende das letras em si, mas apenas da posição na palavra: qualquer uma das duas, em início de palavra (precedido de silêncio) será pronunciada como uma oclusiva bilabial [b]; e em contrapartida, qualquer uma delas, em posição intervocálica, será pronunciada como uma bilabial fricativa [β].

Mas o fato de portugueses e espanhóis interpretarem um fonema do Tupi/Tupinambá como sendo equivalente da sua pronúncia do seu “b” ortográfico não pode nos confundir: operava ali, como já se disse, o filtro fonológico da sua língua materna. O principal argumento contra a interpretação de , nos registros da língua Tupi por portugueses do século XVI, como sendo uma fricativa bilabial sonora, é o fato de que a língua Tupi (em suas variantes conhecidas no litoral, incluídos o Tupinambá, o Tupiniquim e o Caeté) não apresenta oposição de vozeamento (isto é, surdas x sonoras) nas suas oclusivas e nas suas outras obstruintes (uma africada e uma fricativa: /ts/ e /ʃ/). Todas as obstruintes nessas línguas são surdas, sem uma contrapartida vozeada. Trata-se de uma implicação fonológica universal, segundo a qual um sistema fonológico que não empregue a distinção de vozeamento em oclusivas, não poderá fazê-lo em fricativas. Portanto, não existe uma fricativa bilabial sonora nas mencionadas línguas Tupi.

31 Não é ocioso lembrar que, embora poliglota, Anchieta era espanhol das Canárias, onde viveu até seus 14 anos. Quanto à origem da língua portuguesa a partir do galego, e não de um ficcional “galego-português”, me estribo particularmente em Venâncio (2024), que desmonta a criação ideológica lusitana com a qual buscaram dar, à língua de Camões, um maior peso histórico nacional-identitário, por meio de um mito. Um resumo desse achado, em Venâncio, pode ser lido na orelha da edição brasileira, assinada por Rui Tavares: “como Fernando Venâncio não perde ocasião de relembrar [...] Portugal foi fundado com uma língua que não era o português, mas antes a língua que compartilhava o norte do novo reino com todo o espaço da antiga Gallaecia romana: o galego”. E como destacou Marcos Bagno, prefaciador da obra, o nome galego, para nomear uma língua, ocorre em texto já de 1290, enquanto o nome português, só se registra, na escrita, no século XV (Bagno, 2024, p. 18).

Como veremos, Aryon interpretou a bilabial fricativa como um dos alofones de um fonema /b/ (RODRIGUES, 1959, p. 109). A escolha do símbolo leva a entender que o fonema é visto como uma *oclusiva sonora*, sendo a fricativa sonora sua realização em início de sílaba. Não parece provável que uma língua desenvolva a oposição de vozeamento em obstruintes, e restrinja seu uso ao fonema plosivo bilabial. A alternativa de considerar o fonema como sendo a *fricativa sonora* veio a ser adotada na análise de diversas línguas da família Tupi-Guarani.³² A inclusão daquele elemento no conjunto de fonemas da língua é, efetivamente, bem sustentada, restando problemático, porém, o fato de não se tratar de uma obstruinte (*plosiva* ou *fricativa*), mas de uma aproximante.³³

O Quadro 8 resume as conclusões de Aryon sobre o inventário fonético de consoantes, trazido à luz pelas fontes de diferentes nacionalidades (ou seja: portugueses, franceses e alemães). Como para as vogais (Quadro 7), este quadro é uma sistematização nossa, uma vez que no original da tese os elementos são apenas listados e descritos um a um, agrupados pela nacionalidade das fontes e, dentro de cada uma, por categorias fonéticas. No entanto, o quadro obedece rigorosamente às classificações fonéticas adotadas por Rodrigues na tese.³⁴

Quadro 8: Fones Consonantais em Tupinambá

Inventário Fonético		bilabial	dental	pré-palatal	velar
plosiva	surda	p	t		k
	sonora	b			
africada	surda			ç	
fricativa	surda		s	ʃ	
	sonora	ɸ		ʒ	
nasal		m	n	ɲ	ŋ
pré-nasalizada		ᵐb	ⁿd		ⁿg
vibrante (flap)			r		
semivogal				y	w

32 Com base em criteriosa análise acústica e fundamentada análise fonológica, Ivana Ivo (2014) concluiu pelo caráter *soante* (aproximante) da lábio-dental em Mbyá-Guarani, recusando as várias interpretações anteriores, que a davam por *fricativa*. Posteriormente, igualmente com base em investigação fonética e fonológica, concluiu que aquela interpretação tem validade para os 4 dialetos indígenas da língua Guarani em território brasileiro (cf. IVO, 2018).

33 Aryon viria a assumir o caráter fonológico de uma *fricativa sonora* na reconstrução do Proto-Tupi-Guarani, para o qual propôs a ocorrência de um proto-fonema *β (RODRIGUES, 2007, p. 172-176).

34 O capítulo *Phonetik* encerra-se com um tópico a respeito de fenômenos prosódicos, que deixo de resenhar.

Os fonemas do Tupinambá

A análise fonológica das vogais, de Aryon, partiu do inventário fonético sintetizado no Quadro 7, cujas conclusões vão sistematizadas no Quadro 9. Sobre as vogais orais, concluiu:

Reconhecemos, assim, seis fonemas vocálicos orais em tupinambá: /i ε a ɔ u i/ , dos quais apenas /a/ inclui dois alofones: [ə] , em final átono; em outros casos, [a]. Como /ε/ e /ɔ/ são, respectivamente, o único fonema vocálico médio anterior não-arredondado, e o único fonema vocálico médio posterior arredondado, por razões práticas eles podem ser escritos com “ê” e “ô”, ou seja, /e/ e /o/ respectivamente. (RODRIGUES, 1959, p. 97).

Quadro 9: Fones Vocálicos do Tupinambá

	Vogais Orais			Vogais Nasais		
	anterior	central	posterior	anterior	central	posterior
	não-arredondada	arredondada		não-arredondada	arredondada	
alta	i	ĩ	u	ĩ	ĩ	ũ
média	ε		ɔ	ẽ		õ
baixa		a			ã	

Quanto às vogais nasais,

concluímos que os sons [ĩ ε ã ɔ ã ã] não podem ser considerados alofones dos fonemas /i ε a ɔ u i / porque contrastam com as realizações desses fonemas. (RODRIGUES, 1959, p. 97).

Como a nasalização das vogais nas palavras examinadas até agora não pode ser determinada por nenhum fenômeno do respectivo contexto, ela é fonologicamente relevante e as vogais nasais devem ser consideradas fonemas: /ĩ ẽ ã õ ã ã / . (RODRIGUES, 1959, p. 100).

Quanto às consoantes, partindo do levantamento fonético (Quadro 8), Aryon conclui pelos fonemas representados no Quadro 10. Analisando agrupamentos por ponto de articulação, concluiu pela existência de 12 fonemas consonantais no Tupinambá, sendo 4 fonemas bilabiais: /p b m w/ (p. 109); 4 fonemas dentais: /t r n s/ (p. 114); 2 fonemas palatais: /š y/ (p. 119); e 2 fonemas velares: /k ɲ/ (p. 120).

Quadro 10: Fonemas Consonantais em Tupinambá

		bilabial	dental	pré-palatal	velar
plosiva	surda	p	t		k
	sonora	b			
fricativa			s	ʃ	
nasal		m	n		ŋ
vibrante			r		
semivogal		w		y	

A solução fonológica de Aryon, para as consoantes do Tupinambá, considera que:

- [b] e [β] são alofones de /b/, além de [p] em final de palavra (em variação livre).
- [m] e [mb] são alofones de /m/
- [n] e [nd] são alofones de /n/
- [ŋ] e [ŋg] são alofones de /ŋ/
- [š] e [č] são alofones de /š/
- [r] e [t] (este, apenas em variação livre no final de palavra) são alofones de /r/ .
- [y], [ž] e [ñ] são alofones de /y/.

84 Com isso, encerro a leitura crítica da tese *Phonogie der Tupinambá Sprache*, de Aryon Rodrigues (1959), que de certo modo inaugurou um novo momento do olhar da Linguística brasileira para as línguas indígenas.

Jean de Léry, por Aryon

Pelo manuseio das fontes quinhentistas e seiscentistas da língua Tupi e, particularmente, do Tupinambá, especialmente no período de seus estudos na Europa, deve-se reconhecer, em Aryon, não apenas alguém muito familiarizado com aquela bibliografia, mas efetivamente com pleno domínio dela, nos mais variados sentidos: histórico, historiográfico, cultural e linguístico.

Por tudo isso, não haveria ninguém mais qualificado para recuperar o espetacular “Colóquio de entrada ou chegada na terra do Brasil”, que compôs o Cap. XX do clássico de Jean de Léry, *Histoire d’un Voyage fait en la Terre du Bresil, autrement dite Amerique* (1578). Esse Colóquioe uma série de observações gramaticais que o seguem “formam o primeiro ensaio publicado sobre aspectos da gramática de uma língua indígena brasileira” (RODRIGUES, 2009, p. 43).

Como se pode imaginar, aquele registro, tal como publicado no século XVI, constitui um intrincado desafio para quem, por meio dele, pretenda conhecer a língua Tupinambá como falada no Rio de Janeiro há 450 anos. A começar porque nele a língua Tupinambá foi registrada com base na ortografia francesa da época, por um seminarista (e sapateiro) de pouco mais de 20 anos, sem qualquer qualificação específica para isso. A isso se soma o fato de que o registro terá permanecido em sua forma manuscrita original por pelo menos vinte anos,³⁵ ao final dos quais foi, finalmente, transposto para tipos móveis, destinados à impressão, por pessoas que desconheciam completamente a língua indígena. Por tudo isso, pode-se esperar que a quantidade de problemas e, mesmo, de erros naquela publicação ultrapassa o imaginável.

Anteriormente a Aryon, dois estudiosos tentaram o mesmo trabalho de reconstituir o documento original: Batista Caetano, no século XIX, e Plínio Ayrosa, no princípio dos anos 1940. A versão do Colóquio produzida por Ayrosa, compôs a publicação da obra de Léry pela Livraria Martins, com tradução e notas de Sérgio Milliet. Dessa tradução – incluído o Colóquio na versão de Ayrosa – foram feitas seguidas reedições, incluindo as que, a partir da década de 1970, tiveram a Editora da USP como uma das publicadoras.³⁶

Entretanto, a versão de Plínio Ayrosa apresenta muitas falhas. Segundo Aryon, os principais problemas devem-se a que “*seu ensaio de restauração ficou prejudicado por introduzir formas do Guaraní (...) e por ter suposto formas que não existem em Tupinambá, em geral calcadas na própria escrita deficiente de Léry*” (RODRIGUES, 2009, p. 46).

O fato é que as edições disponíveis não favoreciam uma aproximação e uma apreciação real da contribuição de Jean de Léry ao conhecimento da língua Tupinambá. Essa falha só se corrigiu no século XXI, com a expertise de Aryon Rodrigues: em 2009, em edição preparada pela Fundação Darcy Ribeiro (na coleção “Franceses no Brasil – séculos XVI e XVII”), com introdução de Carlos de Araújo Moreira Neto, o capítulo XX, contendo o Colóquio de Entrada e outros materiais em Tupinambá, por Jean de Léry, foi cuidadosamente preparado por Aryon. A versão publicada contém o texto na forma original de Léry (mas com correções, como por exemplo, quando um tipógrafo tomou um “u” por “n”, ou vice-versa; um “k” por “h”; “ni” ou “in” por “m”, etc.) e, ao lado dela, uma forma reconstituída por Aryon, com base no seu amplo conhecimento da língua nas fontes portuguesas.³⁷ E ao lado da

35 Se admitirmos que Léry tenha registrado o *Colóquio* antes de deixar o Brasil, em 1558, ou pouco depois, logo que retornou à França, passaram-se duas décadas até que seus originais foram entregues aos tipógrafos para composição do livro, que se publicou em 1578.

36 A partir dos anos 1970 a editora Martins passou a reeditar a obra em parceria com a USP. Na década de 1980 a mesma tradução ganha novas edições, dentro da Coleção Reconquista do Brasil, parceria da USP com a Ed. Itatiaia.

37 Aryon emprega a ortografia jesuítica do século XVII (com pequenas modificações), “a fim de facilitar o cotejo com as fontes portuguesas de conhecimento do Tupinambá (e também por ser mais facilmente legível para quem domina o português)” (RODRIGUES, 2009, p. 47).

tradução ao português, da versão francesa do colóquio (uma tradução “um tanto livre”), Aryon acrescentou sua tradução direta do Tupinambá.³⁸

Na mesma edição da obra de Léry, Aryon revisou – com os mesmos critérios e procedimentos – cerca de 200 palavras e frases em Tupinambá que se distribuem ao longo de todo o livro. O trabalho de Aryon Rodrigues nessa versão da obra de Jean de Léry não apenas valorizou o registro do jovem calvinista francês, mas transformou aquela obra em mais uma das fontes importantes – e, agora, efetivamente confiáveis – de conhecimento sobre a língua Tupinambá do século XVI.

Aryon Rodrigues, orientador em fonologia

Como se sabe, Aryon Rodrigues participou da criação e consolidação dos primeiros mestrados e programas de pós-graduação em Linguística no Brasil: na UnB, em 1963; na UFRJ, em 1968; e na Unicamp, em 1975. Neles, além da atuação como docente e orientador de dissertações e teses, Aryon teve importante participação na gestão acadêmica.

Interessa-nos aqui destacar sua contribuição, como orientador, ao conhecimento da fonologia de línguas indígenas. Se não ocorrem muitas omissões no que está registrado na plataforma Lattes,³⁹ Aryon Rodrigues orientou e levou à defesa 61 trabalhos de pós-graduação, sem mencionarmos aqui um número desconhecido de supervisões de pós-doutorado. Entre aqueles 61 trabalhos, a metade ocupa-se integral ou parcialmente da fonologia de alguma língua indígena.⁴⁰

Quadro 10: Orientações em Fonologia de Línguas Indígenas, por Aryon Rodrigues (1965-2013)

Tronco Tupi	
Tupi Guarani	Guarani Antigo (Grannier Rodrigues 1974); Mbya Guarani (Guedes 1983); Wayampi (Jensen 1984); Guajá (Cunha 1987; Magalhães 2002; Nascimento 2000); Língua Geral Amazônica (Borges 1991); Surui Aikewara (Barbosa 1993); Aplaná (Pádua 2006); Araweté (Alves 2008); Xetá (Vasconcelos 2008)
Tupari	Tupari (Alves 1991)
Rama-rama	Arara - Karo (Góbas Jr 1988)
Mondé	Surui Païter (Meer 1982)
Macro-Jê	
Jê	Kaingang SP-PR (Cavalcante 1987); Kaingang RS (Teixeira 1988); Pamará (Dourado 1980); Xokleng (Bublitz 1984)
Guató	Palácio 1984
Karirí	Azevedo 1965
Yathé	Barbosa 1991
Rikbaktsá	Silva 2005
Outras famílias	
Karib	Ixikao / Iikpeng (Emmerich 1972); Arara (Souza 1988)
Aruak	Mehináku (Silva 1990)
Mura	Pirahã (Everett 1979)
Tikuna	Tikuna (Corvalho 2010)
Guikuru	Kadiwéu (Bruggio 1981)
Maku	Yuhup (Vigna 1991)
Línguas isoladas	
Máku (RR)	Máku (Maciel 1991)
Kanoé (RO)	Kanoé (Bacelar 1992)

38 A contribuição de Aryon para o resgate da obra de Jean de Léry foi objeto de uma dissertação de mestrado, defendida por Janaína César, na UnB em 2016: “Aryon Rodrigues: traduzir para o conhecimento da *Língua Brasileira*”. A autora descreve o trabalho de Aryon, sobre o *Colóquio*, como um *projeto etnolinguístico de restauração e retradução da língua brasileira* (CESAR, 2016, p. 11, 13, 79).

39 Não se descarta que haja falhas naqueles registros. O autor desse artigo identificou ao menos duas: não constam, ali, as dissertações de José Baltazar Teixeira (1988) e de Luiz Carlos Borges (1991), ambas defendidas na Unicamp. As orientações conduzidas por Aryon podem ser consultadas na plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4295103087500358>

40 Ver listagem, em Apêndice a este artigo, dos orientandos de Aryon Rodrigues em trabalhos de fonologia, as respectivas universidades em que defenderam os mestrados e doutorados, e as respectivas línguas estudadas.

O Quadro 10 resume as informações sobre as línguas cujo estudo fonológico foi orientado por Aryon, com a indicação dos respectivos autores e datas. Como se pode conferir no Quadro, foram 12 línguas do tronco Tupi, sendo 9 línguas da família Tupi-Guarani⁴¹ e 3 de outras famílias do tronco (Tupari, Ramarama, Mondé). Do tronco Macro-Jê foram 8 línguas, metade delas sendo da família Jê, e metade de outras 4 famílias (Guató, Kariri, Yathê, Rikbaktsá). Seguem-se, então, outras famílias linguísticas: duas línguas Karib, e uma língua de cada uma das seguintes famílias: Aruak, Mura, Tikuna, Guaikuru e Maku. Por fim, duas línguas isoladas, o Máku e o Kanoê, sendo que, da primeira delas, a pesquisa foi feita com o último falante da língua.

O quadro “teórico” da grande maioria daqueles trabalhos foi a Fonêmica pikeana, mas um conjunto de cerca de 20% daquelas pesquisas adotou a Fonologia Gerativa Padrão; muito embora, em algumas dessas dissertações a definição do inventário de fonemas foi feita pelos procedimentos tradicionais da Fonêmica, para então atribuírem-se traços distintivos a eles. Em alguns poucos casos, a pesquisa adotou elementos da teoria de traços distintivos compilada em Jakobson & Halle (1956).

Apesar das conhecidas limitações da abordagem Fonêmica, são quase 30 as línguas indígenas – de mais de uma dezena e meia de famílias – que receberam uma primeira tentativa de análise fonológica sob a orientação de Aryon Rodrigues, sendo que, pelo menos metade daquelas línguas foi, nesses trabalhos, registrada consistentemente pela primeira vez.

Contribuições às teorias fonológicas

87

Aryon Rodrigues publicou ao menos quatro artigos discutindo questões específicas de fonologia em línguas indígenas. Em *Contribuições das línguas brasileiras para a Fonética e a Fonologia* (1984) menciona fatos de doze línguas diferentes que desafiavam as teorias fonológicas (mais especificamente, a Fonologia Gerativa), e sugeria a necessidade de retomada do traço “compacto” (proposto por Jakobson), de reconhecimento de fronteira de palavra como fonte de nasalidade fonética, e de uma abordagem fonológica que admita “*sequências de propriedades fonológicas tautossegmentais*”, algo que assumiu, na tese de uma orientanda, sobre Kaingang: Cavalcante 1987 (Cf. RODRIGUES, 1984).

Aquele artigo retomava, ao seu modo, e de forma mais sintética, questões que desenvolvera em dois artigos anteriores, ainda recentes: (i) *Nasalização e fronteira de palavra em Maxakali*, apresentado ao V Encontro Nacional de Linguística, no Rio de Janeiro (1980), desenvolve a proposta de Aryon segundo a qual, “*em diversas línguas indígenas sul-americanas a*

41 Sobre a fonologia do Guajá foram três dissertações de mestrado diferentes: 1987, 2002, 2008.

ocorrência de segmentos com o traço [+nasal] é mais naturalmente explicada se admitirmos que as fronteiras de palavras comportam o traço [+nasal] como uma propriedade intrínseca”, tomando o Maxakali (Macro-Jê) como “um dos casos mais interessantes de nasalização induzida pela fronteira de palavra”, cujos fatos fonético-fonológicos descreve, à luz de sua proposta de interpretação (Cf. RODRIGUES, 1981a); (ii) Abertura e Ressonância, apresentado em Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, considera fatos de três línguas brasileiras (Nadëb, Kaingang e Tapirapé), analisando a aplicabilidade da oposição “compacto/difuso” (Jakobson, Fant & Halle, 1951) para explicar fatos sincrônicos e diacrônicos naquelas línguas, concluindo por um arranjo de [compacto] com coeficientes numéricos para uma descrição pelo menos foneticamente mais acurada (Cf. RODRIGUES, 1981b).

Silêncio, pausa e nasalização foi tema de outra apresentação em congresso (8º Encontro Nacional de Linguística, 1986). Nele, a questão central era, novamente, o fato articulatório-acústico destacado por Malmberg (1970): “a postura neutra do aparelho fonador coincide necessariamente, no que respeito ao véu palatino, com a postura própria da nasalidade, isto é, da produção de ressonância nasal”, fato que Aryon vinha associando à “nasalização induzida pela fronteira de palavra”. (Cf. RODRIGUES, 1986).⁴²

Por fim, em 2002, Aryon Rodrigues apresentou, no II Seminário Internacional de Fonologia, em Porto Alegre, o estudo: *Silêncio, nasalidade e laringalidade em línguas indígenas brasileiras*. Os termos “silêncio” (e também “pausa”) e “nasalidade” retomaram questões que vinha analisando e discutindo desde os artigos dos anos 1980, voltando a defender que “a nasalidade introduzida pela dessincronização dos movimentos do véu palatino no início e no fim de enunciados parece ser a explicação mais plausível para fenômenos fonológicos encontrados em diversas línguas das terras baixas da América do Sul”, e o estudo trata de prover exemplos. O tópico da nasalidade discute, ainda, os casos de segmentos nasais complexos, tomando o Kaingang como o melhor exemplo. Trata, igualmente, das relações entre nasalidade e laringalidade, ou da “misteriosa conexão entre nasalidade e glotalidade”, apontada nos anos 1970 em línguas do Sudeste asiático, mas reconhecíveis também, segundo Aryon, em várias línguas indígenas brasileiras, exemplificando com fatos do Baré, Tupari, Pirahã e Mawé. Por fim, analisa o que chamou de “nasalização por compactação vocálica”, exemplificando com processos sincrônicos do Kaingang e com uma mudança histórica no Tapirapé. Seu artigo termina com um apelo: “A pesquisa das línguas indígenas tem um

42 Julgo importante registrar o artigo, mas só sabemos de sua existência pelo próprio Aryon, que informa que, tendo sido o texto publicado nas atas do respectivo evento, “que eu saiba, não teve nenhuma repercussão (independente do mérito do que então escrevi, que pode ter sido muito pouco, a matéria estava em Português e o volume das atas foi tão pouco e mal distribuído que eu mesmo não tive acesso a nenhum exemplar ...). Entretanto, o assunto continua parecendo-me interessante e não tenho conhecimento de que haja sido devidamente considerado na literatura fonológica” (Cf. RODRIGUES, 2003, p. 12).

caráter de urgência urgentíssima, muito mais sério que o da pesquisa das espécies zoológicas e botânicas também importantes e também ameaçadas de extinção”. (RODRIGUES, 2003, p. 22).

Conclusão

Aryon Rodrigues deixou uma contribuição invejável ao conhecimento das línguas Tupi, e em especial da família Tupi-Guarani. É impossível – ou, ao menos, inaceitável – que se publique um estudo qualquer sobre essa família linguística, que não se apoie ou não cite ao menos um trabalho de Aryon. Entre suas contribuições, destacamos, neste artigo, o fato de ter produzido a primeira análise fonológica consistente do Tupi/Tupinambá, com base em cuidadosa reunião e estudo de fontes dos séculos XVI e XVII.⁴³ Igualmente destacamos – e como consequência daquele domínio das fontes –, a restauração da contribuição linguística de Jean de Léry para o conhecimento do Tupinambá do século XVI, sendo improvável que alguém pudesse tê-lo superado nisso.

Ao longo de sete décadas de intensa vida acadêmica, Aryon Rodrigues correspondeu-se e foi reconhecido por todos os importantes estudiosos de línguas indígenas em todo o mundo. Em sua correspondência pessoal certamente se encontram dezenas de cartas, entre enviadas e recebidas, trocadas com ilustres pesquisadores, entre linguistas, antropólogos e arqueólogos,⁴⁴ tratando dessa temática e de eventos relacionados.⁴⁵ Tenho a imensa honra de poder ter o nome dele em meu currículo, como meu supervisor de Pós-doutorado (2007-2008), e por ter sido um dos idealizadores, fundadores e primeiro Presidente do Instituto Aryon Dall’Igna Rodrigues.

43 O equivalente, na Antropologia, ao trabalho de Aryon, pela exaustiva reunião de fontes quinhentistas e seiscentistas, foi a obra *Organização social dos Tupinambá*, de Florestan Fernandes, publicada exatos 10 anos antes (1949).

44 De uma delas, muito singular, tratei alhures (D'ANGELIS, 2014, p. 507): o jovem Aryon, aos 20 anos, foi o destinatário de uma das últimas cartas – senão, a última – escritas por Curt Nimuendajú, em uma aldeia Tikuna, três dias antes de seu trágico desaparecimento.

45 O acervo documental de Aryon Rodrigues, juntamente com sua biblioteca, compôs um fundo, doado por ele em 2013, ao Instituto Aryon Dall’Igna Rodrigues. Em 2014 esse acervo foi transferido ao Instituto de Letras da UnB, que se responsabilizou por sua guarda e por torná-lo de acesso público. Passaram-se mais de 10 anos sem que o IL-UnB tomasse qualquer providência nesse sentido.

Referências

ALVES, Juliana F. **Fonética e Fonologia da língua Araweté: uma nova contribuição**. Dissertação de Mestrado. Brasília: IL-UnB, 2008.

ANCHIETA, Ioseph de. **Arte de Grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.

ARAGON, Carolina C. **Fonologia e aspectos morfológicos e sintáticos da língua Akuntsú**. Dissertação de Mestrado. Brasília: IL-UnB, 2008.

BAGNO, Marcos. Dos mitos às promessas: origens e destinos do português. (Prefácio). In VENÂNCIO, F., **Assim nasceu uma língua: sobre as origens do Português**. São Paulo: Tinta-da-China Brasil, 2024, p. 11-26.

BORGES, Mônica V. **Aspectos morfológicos e morfossintáticos da língua Avá-Canoeiro (Tupi-Guarani)**. Tese de Doutorado. Campinas: IELU-NICAMP, 2006.

BOUDIN, Max H. **O simbolismo verbal primitivo. Análise estruturalista de um dialeto tupi-guarani**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1963.

CARDEIRA, Esperança. A pronúncia do Português. In PACHECO, Alberto (org.), **Actas do Simpósio A pronúncia do Português Europeu cantado**, pp.20-28. Lisboa: Núcleo Caravelas – CESEM – Universidade Nova de Lisboa, 2009.

CESAR, Janaína T. Gil. **Aryon Rodrigues: traduzir para o conhecimento da Língua Brasília**. Dissertação de Mestrado. Brasília: IL-UnB, 2016.

COSTA, Consuelo Paiva G. **Nhandewa-Aywu. Fonologia do Nhandewa-Guarani**. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020.

D'ANGELIS, Wilmar R. Aryon das Línguas Rodrigues. **Estudos da Língua(gem)**, v. 4, (2), p. 13-19. Vitória da Conquista: UESB, 2006.

_____. **Repensando a fonologia do Tupi na clássica descrição de Anchieta**. Campinas: IEL-Unicamp, 2010. Manuscrito.

_____. Aryon Rodrigues: 70 anos dedicados à Linguística e às Línguas Indígenas. **D.E.L.T.A.**, v. 30 – especial, p. 503-512. São Paulo: PUC-SP, 2014.

_____. A língua nheengatu e suas ortografias: questões técnicas e de política linguística. **LIAMES** 23, p. 1-22. Campinas: DL-IEL-Unicamp, 2023.

DRUMOND, Carlos. Apresentação. In ANCHIETA, Joseph de. **Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Edição fac-similar. São Paulo: Ed. Loyola, 1990, p. 7-17.

DUARTE, Fábio B. **Estudos de morfossintaxe Tenetehára**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2007.

EDELWEISS, Frederico. Os Tupís e a língua Tupí. In EDELWEISS, F.G., **Tupís e Guaranís. Estudos de etnonímia e linguística**. Salvador, BA: Secretaria de Educação e Saúde, 1947, p. 33-55.

_____. Em linguística, “tupinambá” não é sinônimo de “tupi”. In EDELWEISS, F.G., **Estudos tupis e tupi-guaranis. Confrontos e revisões**. Rio de Janeiro: Liv. Brasileira Ed., 1969, p. 69-108.

GUEDES, Maymarcia. **Subsídios para uma análise fonológica do Mbyá**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.

HART JR., Thomas R. Notes on Sixteenth-Century Portuguese Pronunciation. **Word**, 11:3, p. 404-415. Nova York, 1955.

IVO, Ivana P. **Características fonéticas e estatuto fonológico de fricativas e africadas no Guaraní-Mbyá**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IELUnicamp, 2014.

_____. **Características fonéticas e fonologia do Guaraní no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas: IEL-Unicamp, 2018.

KAKUMASU, Jim. **Urubú phonology**. Rio de Janeiro: Summer Institute of Linguistics, 1968.

LÉRY, Jean de. **História de uma viagem feita à terra do Brasil, também chamada América**. Trad. Maria Ignez D. Estrada. Introd. Carlos A. Moreira Neto. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. [Franceses no Brasil – séculos XVI e XVII – vol. III).

LOPES, Mário A. G. **Aspectos gramaticais da língua Ka'apor**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2009.

MARÇOLI, Osmar. **Estudo comparativo dos dialetos da língua Kawahib**

(**Tupi-Guarani**): **Tenharim, Jiahui e Amondawa**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL-UNICAMP, 2018.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.

MEER, Tine H. van der. **Fonologia da língua Suruí**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL-UNICAMP, 1982.

NASCIMENTO, Ana P. Lion M. **Estudo fonético e fonológico da língua Guajá**. Dissertação de Mestrado. Brasília: IL-UnB, 2008.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. 3ª ed. feita de harmonia com a primeira (1536) sob a direção de Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa: José Fernandes Jr., 1933.

PADUA, Alexandre J. **Contribuição para a fonologia da língua Apiaká (Tupí-Guaraní)**. Dissertação de Mestrado. Brasília: IL-UnB, 2007.

PICANÇO, Gessiane L. Introdução ao Mundurukú: fonética, fonologia e ortografia. **Cadernos de Etnolinguística** – Série Monografias, 3. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, 2012.

POLIVANOV, Evgueni D. A percepção dos sons de uma língua estrangeira [1931]. In TOLEDO, D. (org.), **Círculo Linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia**. Porto Alegre: Globo, 1978, p. 113-128.

RODRIGUES, Aryon D. O artigo definido e os numerais na língua Kiriri. Vocabulários Português Kiriri e Kiriri-Português. **Archivos do Museu Paranaense**, v. 2, p. 179-212. Curitiba, 1942.

_____. Um aspecto da evolução fonética na família Tupi-Guarani. **Revista Filológica**, VII, 29, p. 74-77. Rio de Janeiro, 1944.

_____. Diferenças fonéticas entre o Tupí e o Guaraní. **Arquivos do Museu Paranaense**, v. 4, p. 333-354. Curitiba, 1945.

_____. Die klassifikation des Tupi-sprachstammes. **Proceedings of Thirty-Second International Congress of Americanists**. Copenhagen: Munksgaard, 1958, p. 679-684.

_____. **Phonologie der Tupinambá-Sprache**. Hamburgo: Philosophischen Fakultät - Universität Hamburg, 1959.

_____. A classificação do tronco linguístico Tupi. **Revista de Antropologia**, v. 12, (1-2), p. 99-104. São Paulo: FFLCH-USP, 1964.

_____. Nasalização e fronteira de palavra em Maxakali. **Anais do V Encontro Nacional de Linguística**. Rio de Janeiro, nov.1980. Vol. II, p. 305311. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1981a.

_____. Abertura e ressonância. **Estudos Linguísticos. Anais dos Seminários do GEL**, v.4, p. 324-333. São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de S. Paulo, 1981b.

_____. Contribuições das línguas brasileiras para a Fonética e a Fonologia. In SOLÁ, Donald F. (ed.), **Language in the Americas. Proceedings of the Ninth PILEI Symposium**. Ithaca: Cornell University, 1984, p. 263-267.

_____. Silêncio, pausa e nasalização. **Anais do 8º Encontro Nacional de Linguística**, p. 153-158. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1986.

_____. Tupi. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Orgs.), **The Amazonian languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 164-206.

_____. Silêncio, nasalidade e laringalidade em línguas indígenas brasileiras. **Letras de Hoje**, v. 38, n. 4, p. 11-24. Porto Alegre, PUCRS, 2003.

_____. As vogais orais do Proto-Tupí. In RODRIGUES, A.D.; CABRAL, A.S.A.C. (orgs.), **Novos estudos sobre línguas indígenas**. Brasília: Ed. UnB, 2005, p. 35-46.

_____. As consoantes do Proto-Tupí. In CABRAL, A.S.A.C.; RODRIGUES, A.D. (orgs.), **Línguas e Culturas Tupí** – vol. 1. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú; Brasília: LALI-UnB, 2007, p. 167-203.

_____. A contribuição linguística de Jean de Léry. In LÉRY, J. **História de uma viagem feita à terra do Brasil, também chamada América**. Trad. Maria Ignez D. Estrada. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009, p. 4352.

RODRIGUES, Aryon D.; CABRAL, Ana Suely A. C. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In CABRAL, A.S.A.C.; RODRIGUES, A.D. (orgs.), **Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002, p. 327-337.

ROESSLER, Eva-Maria. **Aspectos da gramática Achê: descrição e reflexão sobre uma hipótese de contato**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IELU-unicamp, 2008.

SANTOS, Lílían A. **Aspectos da fonologia Waiãpi**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2002.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá. Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu**. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

STADEN, Hans. **A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens (1548-1555)**. Trad. Pedro Sússekínd. Rio de Janeiro: Dantes, 1998.

TRUBETZKOY, Nikokai S. **Grundzüge der Phonologie**. Praga, Círculo Linguístico de Praga, 1939. [Travaux du Cercle Linguistique de Prague, 7].

VENÂNCIO, Fernando. **Assim nasceu uma língua: sobre as origens do Português**. São Paulo: Tinta-da-China Brasil, 2024.

VIANNA, Aniceto R. Gonçalves. **Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionaes e estrangeiros**. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1892.

Apêndice

Mestrados e Doutorados orientados por Aryon, em Fonologia

Mestrados:

1965: Gilda M.C. Azevedo. Kariri/Kipeá. (UnB)
1969: Paulino Vandresen. Westfaliano do Rio Fortuna. (UFRJ)
1972: Charlotte Emmerich. Txikão (Ikpeng). (UFRJ)
1974: Margarida Basílio. Contrastivo Latim x Português. (UFRJ)
1973: Maria M. Furlanetto. Contrastivo Francês x Português. (Unicamp)
1974: Daniele M. Grannier Rodrigues. Guarani Antigo. (Unicamp)
1976: Ester M.S. Gebara. Intonação do Português. (Unicamp)
1979: Daniel L. Everett. Pirahã. (Unicamp)
1981: Silvio L.B. Braggio. Fonologia e Morfol. Kadiwéu. (Unicamp)
1982. Tine H. van der Meer. Suruí (Paíter). (Unicamp)
1983: Marymárcia Guedes. Mbyá-Guarani. (Unicamp)
1984: Cheryl J.S. Jensen. Desenvolv. histórico do Wayampi. (Unicamp)
1987: Péricles Cunha. Guajá. (Unicamp)
1988: Isaac C. Souza. Arara (Karib). (Unicamp)
1988: Nilson Gabas Jr. Arara (Karo). (Unicamp)
1988: José B. Teixeira. Kaingang RS. (Unicamp)
1991: Luiz Carlos Borges. Língua Geral Amazônica. (Unicamp)
1990: Luciana G. Dourado. Panará. (UnB)
1990: Tereza C. S. Silva. Mehináku. (UnB)
1991: Dalva del Vigna. Yuhúp. (UnB)
1991: Eurípedes A. Barbosa. Yatê. (UnB)
1991: Poliana M. Alves. Tuparí. (UnB)
1991: Iraguacema Maciel. Máku. (UnB)
1992: Laércio N. Bacelar. Kanoê. (UnB)
1993: José N. Barbosa. Suruí do Tocantins (Aikewara). (UnB)
1994: Terezinha Bublitz. Xokleng. (UnB)
2002: Marina M. S. Magalhães. Fonologia e Morfos. Guajá. (UnB)
2005: Léia J. Silva. Fonologia e Morfol. Rikbáktsa. (UnB)
2006: Alexandre J. Pádua. Apiaká. (UnB)
2008: Juliana F. Alves. Araweté. (UnB)
2008: Eduardo A. Vasconcelos. Xetá. (UnB)
2008: Ana Paula L.M. Nascimento. Guajá. (UnB)
2010: Fernando Orphão de Carvalho. Fonética Tikuna. (UnB)

Doutorados:

1984: Adair P. Palácio. Guató. (Unicamp)
1987: Marita P. Cavalcante. Kaingang de SP comparado com PR. (Unicamp)

A CLASSIFICAÇÃO SOCIAL DOS ANIMAIS EM KAINGANG APRENDIDA NO KIKI DOS BICHOS

Juracilda Veiga¹

RESUMO

Em 2002, Aryon Rodrigues publicou uma lista de cerca de 100 espécies da fauna em Kaingang, com a classificação de cada espécie nas categorias sociais nativas das seções clânicas “Kadnjerú, Kamé, Votoro, Wéjnyký”. Embora publicado em 2002, o material corresponde a notas da sua primeira pesquisa de campo, recém-graduado, em 1951. Instigada, ao que tudo indica, por uma circunstância fortuita, a sagacidade do jovem pesquisador o levou a reunir informações valiosas nunca repetidas por qualquer outro pesquisador até os dias atuais. Seu colaborador indígena justificou a classificação nativa referindo-se à festa deles (dos animais) e ao fandango, circunstâncias que Rodrigues não comenta. O presente artigo destaca o caráter único e o valor inestimável dessa contribuição linguístico-antropológica de Aryon Rodrigues, e agrega informações sobre o Kiki do Bichos, a festa ou fandango mencionados pelo ancião indígena.

Palavras-chave: *Kaingang; Aryon Rodrigues; Kiki dos Bichos; metades clânicas.*

ABSTRACT

In 2002, Aryon Rodrigues published a list of approximately 100 species of wild fauna in the Kaingang, with the classification of each species in the native social categories of the clan sections “Kadnjerú, Kamé, Votoro, Wéjnyký”. Although published in 2002, the material corresponds to notes from his first field research, in 1951. Spurred, apparently by a fortuitous circumstance, the young researcher’s sagacity led him to gather valuable information never repeated by any other researcher to this day. His indigenous collaborator justified the native classification by referring to “their festival” (of the animals) and to the “fandango”, circumstances that Rodrigues did not clarify. This article highlights the unique character and inestimable value of this linguistic-anthropological contribution by Aryon Rodrigues, and adds information about the “Kiki do Bichos” (animals’ Kiki), the “festival” or “fandango” mentioned by the indigenous elder.

Keywords: *Kaingang; Aryon Rodrigues; Animals’ Kiki; clanic moieties.*

1. Introdução

O professor Aryon Rodrigues, além de renomado linguista, foi um humanista, exímio pesquisador e cientista. Seus estudos linguísticos, desde o princípio foram estreitamente ligados ao seu interesse pelas culturas, caracterizando seu trabalho como de linguística antropológica. Em seu primeiro trabalho de campo, recém-graduado, em 1951, fez uma pesquisa valiosa, na aldeia de Manguairinha, no Sudoeste do Paraná, sobre a classificação social dos animais em Kaingáng, cujas notas publicou apenas depois de meio século (RODRIGUES, 2002). É a respeito daquelas notas de campo que dedico os comentários que se seguem, buscando situar alguns elementos centrais das concepções tradicionais kaingang, que permitem uma melhor compreensão das informações etnográficas e linguísticas recolhidas por Aryon Rodrigues.²

2 Em razão de diversas falhas tipográficas na publicação de 2002, que prejudicam o aproveitamento da lista de termos indígenas anotada foneticamente por Aryon Rodrigues, julgamos oportuno republicar aquela lista, devidamente corrigida por outro linguista. Ela compõe o Anexo do presente artigo.

2. Uma contribuição etnográfica

Aryon Rodrigues introduz seu artigo com a seguinte informação:

A organização social do povo Kaingáng tem como um dos seus elementos básicos a divisão em metades exogâmicas e a subdivisão de cada uma destas em dois ou mais subgrupos. Segundo Nimuendajú ([1914] 1987, p.122) essa divisão se estendia a toda a natureza. Baldus (1937), entretanto, com base em seu trabalho de campo junto aos Kaingang de Palmas, PR, conclui que tal extensão não existia. Já Veiga (1994), cuja pesquisa básica foi com os Kaingang de Xapécó, SC, confirma a informação de Nimuendajú. Durante meu trabalho de campo linguístico entre os Kaingáng de Mangueirinha, PR, que falam o mesmo dialeto que os de Palmas e os de Xapécó (dialeto central), um dos membros mais idosos da comunidade me voluntariou a classificação de grande número de espécies animais segundo as duas metades sociais e seus subgrupos. (RODRIGUES, 2002, p. 115).

98 Tendo sido dos primeiros povos a estabelecer e manter contato permanente com os colonizadores para além do litoral,³ por séculos o conhecimento da cultura e das concepções próprias da cosmovisão kaingang não despertaram interesse dos portugueses, dos brasileiros e, mais tarde, dos imigrantes que ocuparam suas terras. O conhecimento de seu sistema de organização social e sua cosmovisão, ainda que vigentes, permaneciam em quase total desconhecimento até a primeira metade do século XX, quando aparecem as primeiras etnografias a tematizar elementos daqueles domínios da cultura: Nimuendajú (UNKEL, 1914), Maniser (1930), Baldus (1937), Fernandes (1941). Eram, no entanto, publicações para público muito especializado, sendo que os trabalhos de Nimuendajú e Maniser, publicados no exterior, sequer chegavam ao conhecimento de parte significativa daquele público erudito. Ao mesmo tempo, ao Estado Brasileiro interessava defender sua ação humanitária em favor das populações indígenas e, no contexto sociocultural de então, propalar o engajamento delas no processo econômico que se resumia na palavra “progresso”. Defendia-se, por isso, seu potencial como contingentes “úteis” ao desenvolvimento do país, não como detentores de amplas áreas de terras, mas ao contrário, liberando

3 Os primeiros contatos pacíficos, e de alguma duração, de grupos Jê meridionais (Kaingang e Xokleng) com europeus aconteceram na região do então Guairá (as terras entre os Rios Tibagi, Paraná, Paranapanema e Iguaçu), em missões ou reduções estabelecidas pelos jesuítas da Província do Paraguai, na primeira metade do séc. XVII. Destruídas as reduções do Guairá, por bandeirantes, no começo dos anos 1630, foi somente em 1812 que voltaram a se estabelecer relações pacíficas de alguns grupos kaingang com portugueses, no centro do Paraná. Até meados do séc. XIX, porém, tais relações pacíficas já se estendiam para um grande número de grupos Kaingang no Oeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul.

territórios à expansão agrícola e pecuária e incorporando as comunidades indígenas na economia regional.

Esse trabalho foi feito especialmente pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, a partir de 1910.⁴ Em 1946, por exemplo, o SPI produziu uma série de filmes de divulgação mostrando o “progresso” de determinadas comunidades, pelo trabalho dos Postos Indígenas. Claro que a propaganda visava à classe política, que sempre ameaçava acabar com o SPI e deixar os indígenas sem a mínima proteção. Pelo menos quatro filmes foram produzidos em aldeias Kaingang, em 1947,⁵ neles destacando-se, ao mesmo tempo, o forte engajamento em atividades produtivas típicas da economia regional (plantação e colheita de trigo, emprego de maquinário agrícola, pecuária) e sinais externos de suposta “integração” à cultura e sociedade nacional: roupas e cortes de cabelo ocidentais, times de futebol uniformizados, hasteamento da bandeira nacional etc. Por seu lado, os Kaingang também fugiam à discriminação e reforçavam sua imagem de “integrados”, obtendo maiores benefícios através dos agentes governamentais, evitando expor aos não-indígenas as suas práticas culturais tradicionais, para assim corresponder à expectativa dos “chefes”, representantes do Estado.

Foi apenas a partir de minha dissertação de mestrado⁶ que os Kaingang foram descritos minuciosamente nos seus aspectos de organização social e cosmologia, em nível comparável ao que se produzira antes, acerca de outros povos Jê,⁷ abrindo a possibilidade do estudo comparativo entre as culturas desses povos (veja-se: Coelho de Souza, 2002). E foi a partir do contato com minha pesquisa – segundo ele me disse – que o professor Aryon decidiu-se por publicar as notas de seu primeiro trabalho de campo, de 1951, compreendendo o valor etnográfico de seu registro, e a importância de compartilhá-lo publicamente.

3. A classificação social dos animais

Segundo o mito de origem Kaingang,⁸ ouvido por Nimuendajú, no Ivaí, PR,

os primeiros desta nação saíram do chão (...). Saíram em dois grupos, chefiados por dois irmãos por nome *Kañerú* e *Kamé*, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe um número de gente de ambos os sexos. Dizem que *Kañerú* e a sua gente toda

4 A partir da década de 1920, apenas SPI – Serviço de Proteção aos Índios.
5 *Um Posto Indígena* (Posto Indígena Xapecó, SC); *O índio e o esporte* (P.I. Guarita, RS); *O índio e o trigo* (P.I. Ligeiro, RS); *Entre os índios do Sul* (P.I. Apucarana, PR; Xapecó, SC; Guarita e Ligeiro, RS). Todos eles encontram-se no acervo de documentação do Museu do Índio/FUNAI, no Rio de Janeiro.
6 VEIGA, 1994, publicada em livro pela Editora Curt Nimuendajú (VEIGA, 2006).
7 Cf. NIMUENDAJÚ, 1939, 1942, 1946; MAYBURY-LEWIS, 1979.
8 Emprego a expressão “mito de origem” na acepção de Mircea Eliade ([1963] 2000).

eram de corpo fino, peludo, pés pequenos, ligeiros tanto nos seus movimentos, como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. *Kamé* e os seus companheiros, ao contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentos e resoluções. Como foram estes dois irmãos que fizeram todas as plantas e animais, e que povoaram a terra com os seus descendentes, não há nada neste mundo fora da terra, dos céus, da água e do fogo, que não pertença ou ao clã de *Kañerú* ou ao de *Kamé*. Todos ainda manifestam a sua descendência ou pelo seu temperamento ou pelos traços físicos ou pela pinta. O que pertence ao clã *Kañerú* é malhado, e o que pertence ao clã *Kamé* é riscado. O Kaingang reconhece estas pintas tanto no couro dos animais como nas penas dos passarinhos, como também na casca, nas folhas ou na madeira das plantas. Das duas qualidades da onça pintada, o acanguçu é *Kañerú* e o jaguareté⁹ é *Kamé*. A piava é *Kañerú*, e por isso ela vai também adiante na piracema. O dourado é *Kamé*. O pinheiro é *Kañerú*, o cedro é *Kamé* etc.¹⁰ (Nimuendajú [1913] 1993, p. 58-59 – grifos meus).

Os destaques na citação de Nimuendajú referem-se justamente à classificação social da fauna e da flora. O entrevistado de Aryon, perguntado “*se as plantas também se dividem assim, respondeu que não*” (RODRIGUES, 2002, p. 117). No entanto, de minha convivência com os Kaingang do Xapecó, inclusive em rituais, tenho informação segura da classificação social também de elementos da flora, o que explica duas coisas muito importantes: (i) os tipos de folhas com que se marcam as sepulturas, no cemitério, durante o ritual do Kiki (os *Kamé*, com ramo de pinheiro; os *Kanhru*, com ramo de sete-sangria; e os *pěj* com samambaia)¹¹; e (ii) o conceito de plantas “*companheiras*”, de uso no dia a dia.¹²

Aqui, no entanto, nos interessa apenas a classificação dos animais, segundo as seções e metades clânicas.

Vale destacar a circunstância fortuita que levou Aryon Rodrigues a essa investigação, produzindo um documento único e inestimável. Segundo

9 Na publicação original, por falha tipográfica, consta “fagnareté” (p. 59).

10 Observo ter havido uma inversão na anotação de Nimuendajú; conferi com vários Kaingang, para os quais, o pinheiro é *Kamé* e o cedro é *Kanhru* (Veiga 2006, p. 82).

11 Cf. Veiga, 2006, p. 190.

12 Uma mostra de como os Kaingang classificam também a flora, nas metades clânicas, observa-se num pequeno trecho de um diálogo que tive na aldeia de Cacique Doble, em 2008 (juntamente com o linguista Marcelo Jolkesky), com o kaingang André Silva (entre 35 e 40 anos):

“André: *Caraguatá do campo, que é o caraguatá bravo e o caraguatá manso é o que dá na beira dos rios e dá de comer!*

Marcelo: *E como é o nome dos dois?*

André: *O do campo é krunũ iũ [bravo]*

Juracilda - *Qual dos dois é rãror? Porque, se tem dois, um é rãror e outro é rãtėj, não é?*

André – *Sempre o bravo é o ratéi. O rãror é o manso*” (Cacique Doble, 07/11/2008)

seu relato, conversava com o “velho Coelho” (José Luís dos Santos), na varanda da casa do funcionário do SPI. Aryon o havia entrevistado sobre as metades exogâmicas e suas subdivisões. Continuavam ali, quando

Em certo momento uma borboleta atravessou a varanda e eu perguntei como se dizia “borboleta”. O velho Coelho respondeu: *toto*, e acrescentou: ‘Essa aí é *votoro*.’ Então eu lhe perguntei se os animais também se dividiam como os homens e ele disse que sim, que os bichos se dividiram na festa deles. (RODRIGUES, 2002, p.117).

Das leituras prévias de Aryon (mencionadas na seção anterior), o tema só ocorrera marginalmente em Baldus (1937, p. 63) na seguinte passagem, em que o etnólogo interpela o velho cacique de Palmas a respeito (seguramente a partir de uma informação de Nimuendajú), e obtém uma resposta duplamente negativa:

“Uma vez, um homem me dizia que todas as plantas e os animais e as estrelas são ou Kamé ou Kadnyerú, sempre a metade deles Kamé e a outra metade, Kadnyerú.”

“As estrelas são filhas do sol e da lua, mas não são Aniky, não são Kamé, não são Kadnyerú, não são Votôro. Cada estrela tem um nome, mas as estrelas não são separadas umas das outras como Kamé e Kadnyerú. E as plantas e os animais não são Aniky, não são Kamé, não são Kadnyerú, não são Votôro, porque eles não foram pintados por nossos primeiros velhos, e porque eles têm pinturas completamente diferentes”. (grifos meus)

101

Recordo isso para ressaltar a sagacidade de Aryon, em sua conversa na varanda com o velho Kaingang de Mangueirinha, ao perceber imediatamente que estava diante de um “achado”. Curiosamente, o entrevistado de Aryon, José Luís (“Coelho”) dos Santos,¹³ não menciona o mito kaingang da criação dos animais¹⁴ para explicar a classificação deles nas

¹³ Na publicação de 2002, constam dois nomes ligeiramente diferentes para o entrevistado de Aryon: José Luís dos Santos (duas vezes: p. 117 e p. 121, esta última, no título da lista dos animais), e João Luís dos Santos (p. 119). Nas páginas 119 e 121, respectivamente João Luís e José Luís são identificados, ambos, como *Kadnierú* ou *Kaje'ru*, de cerca de 82 anos. Nas páginas 117 e 121, José Luís é também identificado como (o velho) “Coelho”, e na página 119, informa-se que seu nome do mato é *je:r*. Conhecendo as práticas Kaingang, o mais razoável é supor que a notação fonética contém um erro (que possivelmente ocorreu na passagem do manuscrito para a versão digital) e o nome kaingang do Sr. Coelho fosse, de fato, *for* = *preá*, ao qual pode ter se referido a expressão descritiva “rato sem rabo” como tradução para “coelho” na lista de Aryon. Em resumo, trata-se de uma mesma pessoa, de modo que opto por *José Luís*, seja porque ocorre duas vezes, seja porque está no título da lista publicada.

¹⁴ Cf. Borba, 1908, p. 20-22. Na narrativa mítica da origem do povo kaingang,

seções clânicas, mas socorre-se de uma outra tradição narrativa kaingang, o Kiki dos Bichos: “*ele disse (...) que os bichos se dividiram na festa deles*”. Em outra passagem, o velho kaingang justificou não saber a seção ou metade clânica do morcego, nem do besouro, novamente apelando ao Kiki dos Bichos: “*Coelho declarou não saber classificar: ‘Não esteve no fandango,¹⁵ não sei dividi ele*” (RODRIGUES, 2002, p. 118).

O *fandango* é um termo pelo qual, em São Paulo e sul do país, entre a população sertaneja, se nomeia um baile popular.¹⁶ Os velhos kaingang com frequência referem-se à festa do Kiki como “*fandango*”. Há mesmo um curioso registro do século XIX, feito por um jesuíta espanhol em Nonoai (RS), usando essa palavra para referir-se à festa do Kiki. Após mencionar as lamentações por um morto, concluiu o missionário:

Mas vea la ceguera de estos pobres gentiles! Pasados pocos dias de la muerte, acaban el luto con fiestas, con bebidas espirituosas, que extraen del maíz, y con fandangos alrededor de la tumba. (Pe. Santiago Villarubias, 1850 – apud PÉREZ 1901, p. 520; também em TESCHAUER, 1929, p. 300).

4. O kiki dos humanos e o kiki dos bichos

O primeiro não-indígena a identificar e descrever o ritual do kiki como voltado a encaminhar os mortos ao seu destino foi o capuchinho Frei Luiz de Cimitille, que o presenciou em São Jerônimo da Serra (PR), aldeamento na beira do Rio Tibagi, na década de 1870, ritual que chamou de *festa dos mortos* (Cimitille, 1882, p. 280-283 *apud* D'ANGELIS & VEIGA, 1996, p. 98-100).¹⁷

Nesse ritual pode-se ver na totalidade a organização e a cosmologia dos Kaingang, cujo mundo é uma unidade composta de duas partes indissociáveis e complementares: a metade Kamẽ (marcada por riscos) e a metade Kanhru (marcada por pontos), cada uma delas subdividida em duas (ou mais) seções, cada uma das quais detentora de um conjunto de nomes

nas noites que se seguiram à sua saída do interior da terra (evento posterior ao dilúvio), os heróis Kamẽ e Kanhru, usando carvão e cinzas, criaram os animais conhecidos. Ver também Schaden (1959).

15 Está se referindo aos animais sob consulta, o morcego e o besouro.

16 O tipo de baile e o nome provém da península ibérica. No Sul do Brasil possivelmente indica coisas distintas: no litoral paranaense, um estilo de música e dança específicos, certamente de origem portuguesa, mas no interior, possivelmente oriundo do espanhol, significando simplesmente baile, em razão do contato de fronteira.

17 Dois séculos e meio antes de Cimitille, o jesuíta Antonio Ruiz de Montoya igualmente presenciou rituais Jê relacionados aos mortos; possivelmente de grupos Xokleng (Laklânô). No entanto, embora Montoya tenha referido claramente os rituais fúnebres de cremação, não entendeu como sendo um ritual, dirigido aos mortos, o que chamou de “*borrachera destos yndios*” (Montoya, 1630 – *apud* D'ANGELIS & VEIGA, 1996, p. 93).

personais, que se recuperam para uso da comunidade após o desligamento – através do ritual do Kikikoi – do indivíduo que o portava.¹⁸

Os cantos são parte importante do ritual do Kikikoi, a celebração pela qual os espíritos de mortos recentes são encaminhados para a Aldeia dos Mortos, no Nũgme,¹⁹ e na qual a bebida de hidromel, o kiki, também tem papel central. Por essa razão, metonimicamente se emprega, com frequência, o termo Kiki (*fazer o kiki, festa do kiki*) para referir-se ao ritual, e não apenas à bebida.

Como sabemos pelas narrativas tradicionais, foram os animais que ensinaram os Kaingang a cantar, dançar e fazer predições (BORBA, 1908, p. 24-28). Foi também com os animais que os Kaingang aprenderam os cantos que se ensinam às crianças, e que compõe a narrativa conhecida como “Kiki dos Bichos”, conforme registrei:

Os Kaingang afirmam que quem primeiro fez o **Kiki** foram os animais, e dentre eles, os passarinhos. Foi ouvindo-os cantar que eles aprenderam os cantos/rezas do **Kiki**. No Xapecó, uma história que se conta para as crianças é a do *Kiki dos bichinhos*. Vários animais desfilam na história, e o canto de cada um é lembrado por quem conta. Conta-se, por exemplo, que o lagarto (**ngóg'ngré**) é **Kamê** e que ele dança com um colar de casca de ovo. O macaco (**kanhér**) é **Kaĩru**, o quati (**xê**) é **Kaĩru**, a gralha preta (**keniã**) é **Kaĩru**, e assim por diante. O próprio rezador de **Kiki**, Diogo Inácio Krĩrã afirma que no primeiro Kiki que rezou, ele só sabia a reza dos bichinhos, e que foi essa que ele cantou.²⁰

103

Por ser, o ritual do Kiki (ou ritual para os mortos) um ato sacerdotal e sagrado, seus cantos só podem ser aprendidos durante a própria realização do ato, mas as crianças têm acesso aos primeiros cantos aprendidos dos animais (como se vê, acima, pelo depoimento do rezador Diogo Inácio).

No Xapecó ouvimos, de José Jacinto Neĩwó, da metade Kamê, que o lagarto é Kamê, “ele dança primeiro, ele dançou em cima do fogo”; que o “mico” é Kanhru, e que o tatu tem sygsyg (chocalho): “ele sabe rezar”.²¹ Segundo ele, esses três animais têm o sygsyg, que é o instrumento dos rezadores do Kiki. E conforme registrou Telêmaco Borba (1908, p.24-26), foi o tamanduá-mirim

18 Trata-se de metades clânicas exogâmicas: os membros da metade Kamê devem casar-se com pessoas da metade Kanhru, e uns e outros se reconhecem como *jambré* (cunhados). É aos cunhados que cabe enterrar os mortos “da outra metade”, uma vez que é interdito tocar nos mortos do próprio clã. Pelo mesmo motivo, na celebração do Kiki são os rezadores Kamê que rezam pelos mortos Kanhru, e os Kanhru pelos mortos Kamê.

19 Baldus (1937) referiu-se ao ritual como Culto aos Mortos.

20 VEIGA 2000, p. 185. No trabalho citado, em lugar de empregar a ortografia adotada pelos Kaingang, utilizei-me de uma escrita mais favorável à pronúncia de falantes de português. No presente texto, à exceção das citações, adoto a ortografia da língua.

21 Lote 60, Fita 160. Xapecó, SC, 14/06/1993. Acervo pessoal de W. D'Angelis e J. Veiga.

(*kakrēkin*) que ensinou os kaingang a fazerem seus instrumentos e os ensinou a dançar e cantar.

Pesquisando entre os Kaingang do Rio Grande do Sul, o antropólogo Sergio Baptista da Silva (2002) colheu preciosas informações sobre os cantos dos animais no Kiki dos Bichos:

Até mesmo os mais simples cantos Kaingang, sobre o “kiki dos bichos”, de caráter infantil – são ensinados às crianças pequenas como forma de diversão – enfatizam o domínio da natureza: são homenagens a animais, cujo comportamento é observado e cuja classificação na metade Kamé ou Kainru-kré é bem sabida por todos. (SILVA, 2002, p. 197 – nota 25).

Na sequência, o autor registrou alguns exemplos:²²

1. Fěfěh²³ jěh: inh kaně sī tỹvĩ / inh nījě sī tỹvĩ / inh kaně sī tỹvĩ / inh nījě sī tỹvĩ / krogrog krě tá re isỹ tĩ.

A cantiga do tatu: /meus olhos são pequenos, meu nariz é pequeno. Eu caio na toca; faz barulho. O tatu é considerado Kamě.

2. Pénkrig jěh: Ā ne te tĩ nĩ / matata féj vē / ā ne te tĩ nĩ / sīmora féj vē / ā ne te tĩ nĩ / mandioca féj vē.

A cantiga da formiga: /o que eu carrego: folha de batata, folha de cebola, folha de mandioca. Pétkrigtar – a formiga cortadeira – é Kamě.²⁴

3. Krág jěh: Pānónh pānónh jagma/ tére tére isỹ tĩ / goj jor / kry-

22 Ortografia kaingang corrigida por Wilmar R. D’Angelis, reconstituindo os textos tanto quanto possível. Uma reconstrução do texto em Kaingang, partindo da versão em português, foi feita pelo professor e tradutor Selvino Kókáj Amaral (Guarita, RS), resultando nas seguintes frases:

1. Fěfěh to jěh / inh kaně vỹ kāsir nỹ tĩ, inh nījě vỹ kóněg nĩ. Inh krě isỹ kutě tĩ; krogrog ke tỹ tĩ. Fěfěh vỹ tỹ Kamě nĩ.
2. Pénkrig ti jěh / inh ne vatĩg tĩ: matata (pénő) féj, ěgnej ki fan fã, mēnjóka féj. Pénkrig tar – a formiga cortadeira é Kamě.
3. Krág to jěh / pānónh, pānónh/ ti kafã tá tãpry kar tére ke tĩ / goj ror / goj ki rã kỹ ti kyr han ãn ge / pãte rãg isóg. Krág vỹ tỹ Kanhrukřě jě.
4. Kasĩn sĩ fi jěh – kasĩn kar kóněg kãfór kar ti tỹ nĩ, ti jãh tỹ ge nĩ ti: Inh ũ pi inh ko tĩ, ũn tỹ inh mré mũ ě ag hã ko tỹ tĩ. Ele é Kamě.
5. Sórěg ti jěh / inh jã tỹ fág nán ki ryg ke tĩ. Sārěg é Kanhrukřě.
6. Pỹn fi jěh / Isỹ nén ũ ki ěměg tĩ ra isã nén ũ mē há nĩ ěn ra tĩg mũ vē nén ũ pra jé. Pỹn é Kamě.

23 Tatuetê ou tatu-galinha. Na lista de Rodrigues, essa espécie de tatu não ocorre. Ocorrem, nela, *tatu de rabo duro* (fěñěnh) e *tatu mulinha* ou *mulita* (fěñěnh sĩ), ambos classificados como Kamě, e o *tatu de rabo mole* (hinh), classificado como Kanhru.

24 Na lista de Rodrigues, a formiga é classificada como Wějnyky, uma das seções da metade Kamě.

gryrag krygryrag / ke kutā / ke kutāisỹ tĩ.

A cantiga do porco do mato: /serra serra /subindo descendo do outro lado/a sanga sinuosa/ som que imita o barulho quando ele atravessa a água/ eu atravessei. O porco-do-mato é considerado Kanhru-krẽ.²⁵

4. Jẽ-jugrỹj jẽn: /my-mág rá joj/Inh rẽ ko mé / iambrẽ ke mũ / nẽn ko ke mũ vẽ.

A cantiga da ratinha –o menor dos ratos, o som que ela está cantando: Eu ninguém me come, os que estão junto comigo é que são comidos. Ien rui ru é classificado como Kamẽ.²⁶

5. Sórẽg jẽn: / Inh tỹ kêsẽ kénh.

A cantiga da pomba-do-mato – tem bico bem mole: meu bico lasca nó de pinho. Sórẽg é Kanhru-krẽ.²⁷

6. Pỹn: / Inh nĩgrãg nĩ ra jé / inh tĩg ka ta krág he / ke ã vẽ.

A cantiga da cobra: se eu estivesse escutando eu ia onde tinha barulho para picar. Pỹn é Kamẽ.²⁸

(SILVA, 2002, p. 197 – nota 25)

Algumas diferenças se observam, entre a classificação de um animal na lista de Aryon, e do mesmo animal no registro acima, de Baptista da Silva. Considere-se, porém, a informação de Aryon de que, tendo relacionado mais de 100 espécies, o seu entrevistado não hesitava em indicar o grupo (seção) a que pertencia o animal. Porém,

sendo tantos nomes, eu quis verificar se, por acaso, não estaria ele classificando aleatoriamente. Por isso em outro dia voltei a perguntar por vários dos mesmos animais, mas as respostas foram quase 100% consistentes com as anteriores; apenas para duas aves, a baitaca e a andorinha, houve indicação dupla, mas da mesma metade: *kamé* e *wéjnyký*, e para uma só, o marreco, atribuição às duas metades: *votoro* e *wéjnyký*. (RODRIGUES, 2002, p. 117).

25 Na lista de Rodrigues, o porco-do-mato é classificado como Kamẽ.
26 Não consta nenhum rato na lista de Rodrigues; o único roedor que aparece nela é a paca, classificada como Kamẽ.
27 Na lista de Rodrigues, a pomba-rola (sórẽg) é classificada como Kamẽ.
28 Na lista de Rodrigues constam seis cobras, das quais três são classificadas na metade Kamẽ, e dentre essas, apenas uma na seção homônima (Kamẽ), a caninanuçu.

Também do Rio Grande do Sul, no CD *Kanhgág Ag Vĩ Ymã Mág Ki - Vozes Kaingang na Aldeia Grande* foram registrados cantos do Kiki dos Bichos, pela voz de João Carlos Kanheró (Kasú) e Zilio Salvador (Jagtyg): o canto da formiga (Pénkrig fi), o canto do inambu (Né), o da paca (Kokamê), o do tatu peludo (Hinh), o dos porcos do mato (Krág ag), o do veado (Kãme), o da anta (Ójor), o da onça pintada (Míg), o da harpia (Kaká) e o do morcego (Krygféj). (KASÚ ET AL., 2005).²⁹

5. Um raro registro

A classificação social dos animais, em Kaingang, colhida por Aryon Rodrigues junto a um ancião de Mangueirinha (um velho nascido por volta de 1870), contabiliza cerca de 50 animais classificados como Kanhru (sendo 40 da seção Kanhru, e 11 ou 12 da seção Votor) e quase 50 classificados como Kamê (sendo 31 ou 32 pertencentes à seção Kamê, e 17 ou 19 da seção Vënhjênky).

Acima chamei a atenção ao fato de que o velho “Coelho”, para dar a classificação dos bichos, não se referiu à criação dos animais, registrada no mito de origem do povo, mas ao Kiki dos Bichos. Não se deve, porém, desconsiderar aquela importante narrativa mítica, colhida por Telêmaco Borba, na qual se registra:

Na noite posterior à saída da serra, atearam fogo e com a cinza e o carvão fizeram tigres, *ming*, e disseram a eles: - vão comer gente e caça; e os tigres foram-se, rugindo. Como não tinham mais carvão para pintar, só com a cinza fizeram as antas, *oyoro*, e disseram: - vão comer caça; estas, porém, não tinham saído com os ouvidos perfeitos, e por esse motivo não ouviram a ordem; perguntaram de novo o que deviam fazer; *Cayurucré*, que já fazia outro animal, disse-lhes gritando e com mau modo: - vão comer folha e ramos de árvore; desta vez elas, ouvindo, se foram; eis a razão porque as antas só comem folhas, ramos de árvores e frutas.

Cayurucré estava fazendo outro animal; faltava ainda a este os dentes, língua e algumas unhas, quando principiou a amanhecer, e, como de dia não tinha poder para fazê-lo, pôs-lhe às pressas uma varinha fina na boca e disse-lhe: - você, como não tem dente, viva comendo formiga; eis o motivo por que o tamanduá, *ioty*, é

29 Em registro áudio-fotográfico do ritual dos mortos realizado na área do Xapecó (SC), em 2000, Tommasino & Rezende anotaram: “Os rezadores dizem que os bichos do mato é que dançavam o kikikoi e estes ensinaram os homens. Muito da sonoridade do kikikoi busca imitar os sons desses bichos e as danças imitam os gestos do tamanduá, do lagarto, do serelepe dos pássaros e outros” (Tommasino & Rezende, 2000, p. 12).

um animal inacabado e imperfeito.³⁰

Na noite seguinte continuou e fê-los muitos, e entre eles as abelhas boas. Ao tempo que *Cayurucré* fazia esses animais, *Camé* fazia outros para os combater; fez os leões americanos (*mingcoxon*), as cobras venenosas e as vespas. (BORBA, 1908, p. 21-22).

Outras diferenças se observam aqui, entre animais criados por determinado herói ancestral, e sua classificação na lista do velho “Coelho”, de Manguairinha. Veja-se que na narrativa anotada por Borba, as cobras venenosas e as vespas são algumas das criações de Kamê. Na lista de Aryon a vespa é, de fato, Kamê, mas das cobras venenosas apenas a Coral é atribuída a Kamê; as outras cobras venenosas da lista são Kanhru (jararaca, jararacuçu) ou Votor (cascavel), todas na metade Kanhru.

Surpreende mais, talvez, a classificação do leão suçuarana (onça parda) como sendo Kanhru na lista de Aryon, mas registrado por Borba como uma criação de Kamê. Mito e lista igualmente parecem contradizer-se quanto à onça pintada: o primeiro dá as onças (*mĩg*)³¹ como uma criação de Kanhru, mas a lista classifica a onça como Kamê. Talvez aqui a informação de Nimuendajú, em uma passagem citada anteriormente, seja esclarecedora. Lembremos, antes de retomá-la, a passagem do mito anotado por Borba, em que se diz que, enquanto Kanhrukrê fazia os seus animais, Kamê “fazia outros para os combater”. A informação de Nimuendajú vai repetida aqui: “Das duas qualidades da onça pintada, o acanguçu é Kañerú e o jagareté é Kamê”. Como, ao que parece, o *acanguçu* (ou *canguçu*) – embora da mesma espécie da onça-pintada comum e da onça-preta – foi extinto ou tornou-se raríssimo, há muito tempo já não era visto ou conhecido em terras do Sul do país. Seria ele o tipo de *mĩg* criado por Kanhrukrê, no mito de Borba, sendo a onça-pintada comum o animal criado por Kamê.

Duas coisas ainda devem ser lembradas aqui: a primeira, que a narrativa registrada por Borba, ainda que nos pareça extensa à primeira vista, é de fato uma narrativa mítica resumida e simplificada. Ao tempo em que a transmissão oral era a forma máxima da comunicação e transmissão cultural entre os Kaingang, um narrador certamente se ocuparia de um número muito maior de espécies animais ao narrar sua criação. A segunda coisa a ter em mente é que, pela própria estrutura dos chamados “mitos de gêmeos” (Schaden, 1959), o segundo irmão, o irmão menor, ou o herói *trickster* (em

30 Trata-se, aqui, do tamanduá-bandeira. O tamanduá-mirim, como vimos anteriormente, foi quem ensinou os Kaingang o canto e a dança; dessa espécie também se diz que “sabem muitas outras coisas” de modo que “pensamos que eles são as primeiras gentes que aqui existiam antes de nós, e que, por velhos, não sabem mais falar” (BORBA, 1908, p. 25).

31 Borba emprega a palavra *tigre*, que também aparece, ao lado de *onça*, na lista de Aryon. De fato, os velhos kaingang quase sempre empregarão o termo *tigre*, ao que parece, por influência do castelhano.

alguns casos, as três coisas no mesmo personagem) é o responsável pelas criações mal feitas, ou ruins, ou menos apreciadas que as do primeiro herói, ou irmão maior.

Sendo assim, as notas de campo do professor Aryon Rodrigues, tomadas em Manguairinha em 1951, são de valor inestimável, por registrar uma classificação dos animais segundo seu pertencimento às metades e seções (subgrupos) kaingang. De fato, Rodrigues foi o primeiro – entre linguistas e antropólogos – a investigar esse tema; e pela extensão, seu registro é mesmo único. Com certeza ele comporta muita informação útil, inclusive para os próprios Kaingang, os quais, com a destruição de seu ecossistema, também estão perdendo a conexão com os conhecimentos de seus antepassados.

As notas acima pretendem apenas destacar o quanto ainda não se sabe da cosmovisão kaingang, inclusive pelo muito que se deixou de conhecer e registrar à medida em que os processos tradicionais de transmissão oral foram perdendo espaço nas comunidades. O registro feito por Aryon Rodrigues é uma das raras fontes para os próprios Kaingang garimparem a riqueza cultural e os conhecimentos tradicionais, em boa parte adormecidos.

REFERÊNCIAS

BALDUS, Herbert. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. *In* BALDUS, H. **Ensaio de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937, p. 29-69.

BORBA, Telemaco M. **Atualidade Indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

COELHO DE SOUZA, Marcela Stockler. **O Traço e o Círculo: o conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos**. Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ, 2002. Tese de Doutorado.

D'ANGELIS, Wilmar R.; VEIGA, Juracilda. Fontes fundamentais para o estudo do ritual Kaingang do Kikikoi. **Anais do IV Encontro de Cientistas Sociais - Sobre a problemática regional, aportes para o futuro**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1996, p. 92-108.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. [1963]. Trad. Pola Civelli. (6ª. Ed.). São Paulo: Perspectiva, 2000.

FERNANDES, Loureiro. Os Caingangues de Palmas. **Archivos do Museu Paranaense**, v. I, 1941, p. 161-208 (+ 8 pranchas de fotos).

KASÚ, João C. Kanheró; JAGTYG, Zílio Salvador; RÊTÓN, Felipe da Silva. **Kanhgág Ag Vi Ĩmã Mág Ki - Vozes Kaingang na Aldeia Grande**. Produzido por Rodrigo Venzon, Rogério R. G. da Rosa, Jorge Herrmann. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura de Porto Alegre, 2005. (CD).

MANISER, H. H. Les Kaingangs de São Paulo. **Proceedings of the Twenty-Third International Congress of Americanists**. Nova York, 1930, p.760-791. Em português: H.H. MANIZER, **Os Kaingang de São Paulo**. Trad. Juracilda Veiga. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2006.

MAYBURY-LEWIS, David (Ed). **Dialectical Societies: The Gê and Bororo of Central Brazil**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

NIMUENDAJÚ, Curt. (1914): ver UNKEL.

_____. **The Apinayé**. Transl. Robert H. Lowie. Washington: The Catholic University of America, 1936.

_____. **The Šerente**. Transl. Robert H. Lowie. Los Angeles: The Southwest Museum, 1942.

_____. **The Eastern Timbira**. Transl. Robert H. Lowie. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1946.

_____. Notas sobre a organização religiosa e social dos Kaingang. In **Nimuendajú, Etnografia e indigenismo. Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará**. [1913]. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993, p. 57-66.

PÉREZ, Rafael. **La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile, el Uruguay y el Brasil**. Barcelona: Imprenta de Henrich & Cia, 1901.

SCHADEN, Egon. A representação do dualismo Kaingang no mito heróico tribal. In SCHADEN, Egon, **A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959, p. 103-116.

TESCHAUER, Carlos. **Porandúba riograndense**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1929.

TOMMASINO, Kimiye; REZENDE, Jorgisnei F. Kikikoi: ritual Kaingang na área indígena Xapecó/SC. Registro áudio-fotográfico do ritual dos mortos. Londrina: UEL, CIMI, 2000.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Classificação social dos animais em Kaingáng. In SANTOS, Ludoviko; PONTES, Ismael (Orgs.), **Línguas Jê: estudos vários**. Londrina: Ed. UEL, 2002, p. 115-124.

SILVA, Sergio Baptista dos. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**, 18, p. 189-209. Porto Alegre: PPGAS-UFRGS, 2002.

UNKEL, Curt Nimuendajú. Die Sagen von der Erschaffung und Vernichtung der Welt als Grundlagen der Religion der Apapocúva-Guaraní. **Zeitschrift für Ethnologie**, 46, p. 284-403. Berlin, 1914.

VEIGA, Juracilda. **Organização social e cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê Meridional**. Campinas: IFCH-Unicamp, 1994. Dissertação de Mestrado.

_____. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2006.

_____. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2000. Tese de Doutorado.

ANEXO

110

Lista de nomes de animais em Kaingang de Manguoeirinha, PR e respectiva classificação por metades clânicas e seções (Rodrigues [1951], 2002)

Mantida em seu arquivo pessoal por mais de meio século, a lista anotada por Aryon Rodrigues, e divulgada por ele há mais de duas décadas, veio à luz com vários problemas de registro que, no entanto, não diminuem em nada seu incomensurável valor para a etnologia e, mesmo, para a linguística. E é por essa razão que julguei indispensável republicá-la neste artigo – no qual busco, justamente, destacar seu valor incomparável –, corrigida das muitas falhas presentes na publicação original. A revisão linguística, para a presente publicação, foi feita pelo linguista Wilmar D'Angelis, colaborador de Aryon Rodrigues. A nota de esclarecimento, a seguir, bem como todas as notas de rodapé na lista propriamente dita, são de sua autoria. (J. Veiga).

As notas de campo de Aryon Rodrigues em sua viagem até a aldeia Kaingang de Mangueirinha (na parte Sul do Rio Iguaçu, no sudoeste paranaense)¹ apresentam vários problemas que geram dificuldades para quem consulte a versão publicada em 2002, em um livro que resultou do 1º Encontro sobre línguas Macro-Jê, organizado na UEL (Londrina) pelo linguista Ludoviko dos Santos.²

A primeira e mais facilmente identificável origem de problemas na publicação original da lista registrada por Aryon é de ordem tipográfica. Símbolos fonéticos foram perdidos, por falha dos editores, de modo que muitas palavras ficaram irreconhecíveis, especialmente para quem não conheça a língua Kaingang. Alguns exemplos:

	2002	2025		2002	2025
<i>gavião 1</i>	ka'k̃	ka'kə	<i>paca</i>	kri'ṛ	kri'ra
<i>jararaca</i>	p̃n'pe	pən'pe	<i>pato</i>	goj'tn	goj'tən
<i>cascavel</i>	ʃ'ʃ	ʃ5'ʃ5	<i>socó</i>	ʃp'ʃw	ʃəp'ʃəw

Uma segunda ordem de problemas originou-se da condição de Aryon como jovem estreante em pesquisa de campo, e com falantes de uma língua que até então só conhecera por registros escritos,³ de modo que algumas transcrições incluem equívocos do anotador. O próprio Aryon registra o fato, ao comentar que

Há 50 anos não havia no Brasil nenhuma possibilidade de aprender a fazer trabalho de campo linguístico. Tudo dependia de intuição, de bom senso, de observação crítica dos acertos e erros. Foi aquela primeira experiência aventureira em Mangueirinha que me fez querer sair do Brasil para aprender fonética prática, procedimentos de análise linguística e muito mais (...).⁴

Para esse tipo de problemas não seria admissível “corrigir” o registro, por optarmos pela fidelidade ao original de Aryon (a mesma fidelidade que nos leva a corrigir as falhas tipográficas da publicação de 2002). Sendo assim, foram mantidas, na tabela, as transcrições fonéticas dele, mas em notas de rodapé foram indicadas formas mais precisas, nos casos em que a transcrição se mostrou falha em algum aspecto. Não se descarta, porém, a hipótese de que, em alguns casos, a pronúncia do falante colaborador de Aryon destoasse

dos registros mais conhecidos e consagrados na ortografia. E, ainda, que em alguns casos tenham ocorrido falhas na digitação do original manuscrito. Vejam-se alguns exemplos, e os comentários a seguir:

	Original de Aryon	Ajuste em Nota
<i>caramujo</i>	dur	'ndud'
<i>cutia</i>	ki'fɔg	ki'fɔg
<i>maracanã</i>	keŋ'er	kẽnt'kẽr
<i>puma, leão</i>	miku'fð	mĩŋku'fðŋ'
<i>tucano</i>	gro:	ŋĩð
<i>porco do mato</i>	kre:ŋ	kræg'

No primeiro dos exemplos acima, a suavidade da pré-nasalização não foi anotada, e a consoante final, não explodida, por ser alveolar e soante,⁵ foi confundida com um tepe. No segundo exemplo, a qualidade posterior da vogal alta foi mascarada pelo contexto entre duas consoantes surdas, uma delas sendo uma fricativa álveo-palatal. No terceiro, quarto e quinto exemplos, anota-se a falta do registro de nasalidade nas vogais, o que em Kaingang é crucial, dado que a língua possui uma série de 6 vogais nasais (v. D'Angelis, 2007). No terceiro exemplo também vale a observação – que aparecerá em rodapé – de estarmos seguros de ter ocorrido uma falha na digitação dos originais, e não de Aryon, ao omitir-se o segundo “k”, na publicação de 2002. De forma semelhante, acreditamos que a qualidade da vogal do último exemplo (um “e” no lugar de “ə”) se deva a uma falha de digitação, sendo pouco provável que fosse uma falha de anotação nos originais.

Convenções

Na lista preparada para publicação, Aryon adotou os seguintes procedimentos e recursos, todos eles respeitados na presente publicação:

- i. “Para os nomes em Kaingáng dou a transcrição fonética que na época pude fazer, mas transliterada para os símbolos do Alfabeto Fonético Internacional (IPA).”
- ii. “... seguida, sempre que possível, pela escrita ortográfica (... de uma nova edição do dicionário de Wiesemann)”.
- iii. “Escrevo em ortografia, também, entre colchetes, alguns nomes compostos, de que só os componentes figuram no dicionário”.
- iv. “Entre parênteses acrescento as traduções do dicionário que diferem em algum detalhe da que foi obtida de meu informante” (RODRIGUES, 2002, p. 118).

No corpo da tabela, aqui republicada, acrescento mais essas duas convenções:

(*) Forma ortográfica omitida no original, e informada por mim.

(**) Termo kaingang anotado por Aryon, para o qual desconheço qualquer outro registro, anterior ou posterior à publicação dele.

Na última coluna da sua lista (nesta publicação: última coluna da tabela, à direita), Aryon indicou, por abreviaturas, a seção clânica a que pertence o nome de cada animal e, portanto, o próprio animal. A chave dessas abreviaturas é apresentada na pequena tabela abaixo, em cujas linhas cada abreviatura é seguida do nome da seção, da indicação da metade exogâmica da qual aquela seção participa, e a forma ortográfica atual do termo kaingang.⁶

Abrev.	Seção	Metade exogâmica	Ortografia atual
Kr =	Kadnjerú	(da metade homônima)	Kanhru
Vt =	Kamé	(outra seção da metade Kadnjerú)	Kamê
Km =	Votoro	(da metade homônima)	Votor
Wn =	Wéjnyky ⁷	(outra seção da metade Kamé)	Vênjhjēnky

Segue-se a lista, refeita.

Lista de nomes de animais em Kaingang de Mangueirinha, PR e da respectiva classificação por metades clânicas e seções

apresentada em 1951 por José Luís (“Coelho”) dos Santos, da metade Kanhru, então com idade aproximada de 82 anos, segundo registro de Aryon Rodrigues.¹

Português	Kaingang / Fonético	Kaingang / Ortográfico ⁸	Clã / seção
QUADRÚPEDES			
anta	ɔ'jor	ójor	Kr
capivara	kɾig'ndig	krygnyg	Vt
coelho	ka.ʃɪnbɪ'tõ ⁹	kasĩn my tũ (‘rato sem rabo’) ¹⁰	Wn
cutia	ki'ʃog ¹¹	kysóg	Kr
guará	hoː	hóvo* ¹²	Km
lontra	fog'fej	fôgfénh	Kr
morcego	klik'fej	krygféj	----
onça, tigre	mĩg	mĩg	Km
paca	kɾi' rõ	kryrã ¹³	Km
porco do mato	kɾeːŋ ¹⁴	krág	Km
porco espinho	kɾeŋ' ɾer ¹⁵		Kr
puma, leão	miku'ʃõ ¹⁶	mĩg kusũg (‘onça vermelha’)	Kr
quati	ʃeː	xe ¹⁷	Km
raposa, gambá	dæɾko'kɾe ¹⁸	nér kókré	Wn
serelepe	ja'titi ¹⁹	jótiti	Km
tateto	ɔk'ʃẽ	ógsã	Km
tatu do rabo duro	fæ'něj	fěñěnh	Km
tatu do rabo mole	hiːŋ ²⁰	hinh (‘tatu’)	Kr
tatu mulinha (mulita)	fæ'něj ʃĩ	fěñěnh sĩ	Km
veado	kɛ'mbe ²¹	kāme	Kr
SÍMIOS			
bugio branco	ɛg'ʔe	ég'e (‘bugio preto’) ²²	Km
bugio vermelho	gɔŋ, ŋog	góg	Km
mico	kaj'ɲer ²³	kajěr	Kr
AVES			
andorinha	ʃɔ'ɾɔjdn ²⁴	sórónh	Kr
araguari	kɾitkɾir ²⁵	krĩnkrĩr (‘araguai’)	
baitaca	ku'jẽ, ku'ɲẽi	kujãg*	Km/ Wn
beija-flor	kɔ'koj	kókoj	Km
bem-te-vi	ɾi'ɾir		Kr
canário amarelo ²⁶	fæ'ɾĩ		Wn
carancho	jɔŋ'grɔŋ ²⁷		Kr
corruíra	jakɾĩtɔk'tɔ, jakɾĩtɔk'taw ²⁸		Vt
coruja	keŋ'kɔ ²⁹	kākó (‘coruja grande’)	Kr
gavião 1	ka'kə	kaká (‘gavião penacho’)	Kr
gavião 2	jɔŋ'gɔg ³⁰	jógóg	Wn
gavião de penacho	ka'ki	kaká	Kr

1 Publicação original: “Classificação social dos animais em Kaingang”, in Ludoviko dos Santos & Ismael Pontes (Orgs.), *Línguas Jê: estudos vários*. Londrina: Ed. UEL, 2002, p.115-124 (a lista aqui transcrita ocupa as páginas 121-124). Revisão e notas de Wilmar R. D’Angelis. O manuscrito original faz parte do Acervo Aryon Rodrigues, doado por ele em 2013 para o Instituto Aryon Dall’Igna Rodrigues. Em 2014 aquele Acervo foi transferido ao Instituto de Letras (IL) da UnB, para o qual solicitamos acesso ao manuscrito, para melhor conferência, mas não fomos atendidos.

gralha branca	ʃaŋk'ʃo ³¹	sāgsó (“gralha”)	Kr
gralha preta	ke'pĩ	kāgĩnh	Kr
jacutinga carijó	pe:ŋ ³²	penh (“jacutinga”)	Kr
jacutinga preta	kɔ'ʔi ³³	kó'y*	Km
macuco	vo:	vo	Km
maracanã	keŋ'keɾ ³⁴	kēnkēr	Kr
marreco d'água	kup'hɛŋ ³⁵	kunhhěg	Wn/ Vt
martim (-pescador)	krẽ'kre	krẽkre* ³⁶	Vt
nambu	nde	nE*	Kr
papagaio do peito roxo	jɔgĩ'ɔ	jógjó (‘papagaio’)	Km
pato	goj'tɔn** ³⁷		Vt
pedreiro	ʃǣŋ'grɔɾo**		Kr
periquito	ka'jɔj	kajónh*	Kr
picapau	ʃɛŋkriŋ'gɔ	sākrĩgó ³⁸	Kr
picapauzinho / pequititinho	jawajʃo'je**		Kr
pomba bem preta	bətojto'ho ³⁹	méjtájtoho*	Kr
pomba preta	pentku'ĩ	pěnkũ'i ⁴⁰	Kr
pomba rola	ʃɔ'rẽ	sórãg (‘pomba’)	Km
querequerê ⁴¹	reŋ're		Kr
sabiá de peito amarelo	kɔkɾidn'joj	kókryn-joj * ⁴²	Km
sabiá de peito branco	ŋgɔ'dnwe ⁴³	gónvã	Kr
sangue de boi	dʒɔjdɪn	nhónh*	Wn
saracura	pænt'fwɛŋ ⁴⁴	pěnfág	Kr
socó	ʃəp'ʃəw ⁴⁵	sámsám	Wn
surucuá	tuk'tu	tugtu	Km
tesoureiro de peito alvo	kẽ'viŋ	kāvig (‘pássaro penacho’)	Kr
tesoureiro preto	ʃĩ'ʃĩ	sĩsĩ*	Wn
tiriva (periquito)	kɔ'jɔjdɪn	kójónh	Kr
tucano	gro: ⁴⁶	grũ	Km
tucano pequeno	ŋɾo'ŋɾo	grogro*	Km
tuiuiú	kɾit'kɾij	krynkryj*	Kr
uru	pɪt'pɪɾ	pynpyr	Vt
urutau	hoj'hoj	og"oj* ⁴⁷	Wn
RÉPTEIS			
cágado	pe'ni	pénĩ	Kr
caninana, cobra d'água	pəntə'hɔ ⁴⁸	pÿn tÿ hó	Wn
caninanuçu	pəno'ɾɔɾ ⁴⁹	pÿn ɾɔɾ *	Km
cascavel	ʃǣ'ʃǣ	sāsã	Vt
coral, boicorá	bi'juj(d) ⁵⁰	(pÿn fɪfɪ) ⁵¹	Wn
jararaca	pən'pe ⁵²	pÿn pē	Kr
jararacuçu	pǣn ju'dutku'pri ⁵³	(pÿn my junjun kupri ⁵⁴ ‘cascavelzinho’)	Kr
lagarto	nǣj'ŋgɾɛ	jǣgré	Km
lagarto do papo amarelo	jɛmu'je	jēmũje	Kr
rã	kǣ'tǣ**		Wn
sapo	pe'po	pépo	Vt
sucuri	nən'mɔ ⁵⁵	(nēmã ‘urutu’)	Km
urutu	fɪ'fɪ ⁵⁶		Km
PEIXES			
dourado	pirǣ'ju	pirǣju*	Kr
lambari	kræŋgufwɛɾ'ʃĩ	krēgufár*	Km
peixe	kræŋgu'fwɛɾ	krēgufár* ⁵⁷	Km

INSETOS			
abelha	mΛη, mΛηbæg	(mỹg ‘mel’)	Kr
aranha	ʃu:’kriη	sukrĩg	Vt
barata	jan’to** ⁵⁸		Wn
besouro	jẽ’fakun’did	(jãfa ‘fezes’)	---
bicho cabeludo	taj’ηgɔku’fĩ	(‘mandorová’ + kusũg ‘vermelho’)	Vt
butuca	pɛn’tu ⁵⁹	pātu	Wn
caramujo	dur ⁶⁰	nun	Wn
coró de palmeira	fæn’dju ⁶¹	fẽnju*	Kr
formiga	pæt’krig	pétkrig	Wn
gafanhoto	ɔ’p:a: ⁶²	ópã	Km
grilo	ɔpɛ’ʃĩ ⁶³	(firég, kriggrig, kruj)	Km
lesma	pa:r ⁶⁴	pār (‘lesma preta’)	---
mandorová	taj’ηgɔ ⁶⁵	tãnhgó (‘manduruvá’)	Wn
minhoca	jɔ’kiη ⁶⁶	jókynh (‘larva nas folhas caídas’)	Km
mosca	ka’təj	ka tánh	Km
mosquito miúdo	ka’ʃĩ	kasĩ*	Kr
mosquito que morde	ka	ka (‘mosquito’)	Kr
pernilongo	ʃĩ	sĩ*	Wn
pulga	kam’pɔ ⁶⁷	kãpó	Vt
vagalume	ke’nĩ ⁶⁸	kynĩn	Vt
vespa	kok ^u ’fo	kógfo	Km

REFERÊNCIAS

AMBROSETTI, Juan Bautista. **Os índios Kaingang de San Pedro (Misiones) – com um vocabulário.** [1894] Trad. Thiago Bolivar. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2006.

BALDUS, Herbert. Vocabulário Zoológico Kaingang. **Arquivos do Museu Paranaense**, vol. VI, p. 149-160. Curitiba, 1957.

D'ANGELIS, Wilmar R. **Traços de modo e modos de traçar Geometrias: línguas Macro-Jê & teoria fonológica.** Campinas: IEL-Unicamp, 1998. Tese de Doutorado.

_____. Gênero em Kaingáng? In SANTOS, Ludoviko; PONTES, Ismael (Orgs.), **Línguas Jê: estudos vários.** Londrina: Ed. UEL, 2002, p. 215-242.

GUÉRIOS, Rosário F. Mansur. Estudos sobre a língua Caingangue. Notas Histórico-Comparativas (Dialeto de Palmas – Dialeto de Tibagi) – Paraná. **Arquivos do Museu Paranaense**, v. II, p. 97-177. Curitiba, 1942.

VAL FLORIANA, Mansueto B. de, Fr. Ensaio de grammatica Kainjgang. **Revista do Museu Paulista**, tomo X, p. 529-563. São Paulo, 1918.

_____. Diccionario Kainjgang-Portuguez, Portuguez-Kainjgang. **Revista do Museu Paulista**, tomo XII, p. 1-392. São Paulo, 1920.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2006.

WIESEMANN, Ursula. **Dicionário Bilíngüe Kaingáng-Português**. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2002.

Notas do anexo

1 O manuscrito original faz parte do Acervo Aryon Rodrigues, doado por ele em 2013 para o Instituto Aryon Dall’Igna Rodrigues. Em 2014 aquele Acervo foi transferido ao Instituto de Letras (IL) da UnB, para o qual solicitamos acesso ao manuscrito, para melhor conferência, mas não tivemos êxito.

2 O encontro sobre línguas Jê, convocado pelo Prof. Ludoviko Carnasciali dos Santos, aconteceu na Universidade Estadual de Londrina, em 2001. Entretanto, inscreveram-se e foram apresentados dois trabalhos sobre língua Karajá, e uma das conferências – da linguista Lucy Seki – foi sobre a língua Krenak, de modo que o evento não se restringiu às línguas da família Jê. Nasceram, assim, os Encontros Macro-Jê, evento que alcançou sua décima edição em 2025.

3 Entre as publicações disponíveis, que Aryon certamente conhecia bem (como Borba, 1908, e Val Floriana, 1918 e 1920 – às quais ele próprio se refere na publicação de 2002, p. 116-117), a mais importante terá sido a de seu professor e orientador Rosário Farani Mansur Guérios, de uma pesquisa com Kaingang de Palmas, publicada nos Arquivos do Museu Paranaense (Guérios, 1942).

4 Rodrigues, 2002, p. 116. Grifos meus. Sobre a transcrição fonética nos seus originais (quando tudo era “*registrado diretamente de ouvido, pois ainda não havia gravadores de som portáteis*”), Aryon informa: “*Transcrição fonética em parte à maneira dos romanistas, em parte à maneira dos registros de Curt Nimuendajú (que usava basicamente o alfabeto standard de Lepsius)*” (*Idem, ibidem*).

5 Trata-se de um /n/ que sofre pré-oralização, passando a [dn] (v. D’Angelis, 1998, p. 107ss, 232ss), sendo que o contexto de final de palavra acaba por enfraquecer muito a fase de murmúrio nasal.

6 Cf. Rodrigues, 2002, p. 118.

7 Corresponde à seção “Wónhétky”, em Veiga (2006, p. 87). A forma ortográfica *Vênhyênky* recebe as pronúncias [vêjpnênt’ki] e [wôjpnênt’ki].

8 A forma ortográfica padrão, proposta por Ursula Wiesemann, corresponde à pronúncia do dialeto de Rio das Cobras, dialeto que o Summer Institute tomou por base para as definições ortográficas do Kaingang. Nas pronúncias dos dialetos ao Sul do Rio Iguaçu, as palavras que, na forma ortográfica padrão, levam “ã”, são

pronunciadas com [ɔ̃] ou com [ɛ̃], conforme o contexto (ver D'Angelis, 2002). Disso resulta que, no caso específico da palavra para “tateto”, por exemplo, Aryon terá ouvido, do falante, a forma [ɔk'ʃɛ̃], conforme registrou nessa tabela, mas poderia eventualmente ter ouvido [ɔk'ʃɔ̃]; no caso do nome do “veado”, ouviu e registrou [kɛ̃'mbe], mas poderia ter ouvido [kɔ̃'mbe] etc. O leitor deverá ter isso em mente, ao confrontar as formas fonéticas transcritas, com essas formas ortográficas: *kāme*, *kākó*, *sāgsó*, *sórāg*, *gónvã*, *pātu* etc.

9 Transcrição revista: [ka ʃĩmbi' tō].

10 Há um termo kaingang para “lebre”: *ninsu* = [ndit''ju]. A expressão descritiva “rato sem rabo” costuma ser aplicada ao “preá” (por ex.: Wiesemann 2002, p. 82), cujo nome kaingang é *sor* = [ʃor].

11 Transcrição revista: [ki'ʃɔg].

12 A partir do registro de Val Florianiana (1920, p. 111).

13 Transcrição revista: *kryrỹ* = [kri' rɔ̃].

14 Transcrição revista: ['kræg']

15 Transcrição revista: ['kræg' rɛ̃r]. A expressão é, no entanto, um neologismo, tradução literal do termo composto em português, “porco espinho”. Há uma palavra kaingang para esse animal, também chamado “ouriço”: *fójin* = [fɔ'jidñ].

16 Transcrição revista: [mĩŋku'ʃɔŋ].

17 Na ortografia Kaingang: *se*.

18 Transcrição revista: [ʔdɛrko'krɛ].

19 Transcrição revista: [jɔti'ti].

20 Transcrição revista: ['hi:j].

21 Transcrição revista: [kɛ̃'mbe].

22 Não há esclarecimento sobre isso no original.

23 Transcrição revista: [ka'jɛ̃r] ou [ka'jɛ̃r].

24 Transcrição revista: [ʃɔ' rɔ̃jɔ̃].

25 A palavra [kriɟɟ''kriɟ] – mas não [kritkriɟ] – é o nome do “papagaio do reino” ou “papagaio verdadeiro” (*Amazona aestiva*), enquanto a palavra [krĩnt''krĩr] é o nome do “araguaí” (*Aratinga psittacara*).

26 Ave de origem européia. Desconheço outro registro para o Kaingang.

27 Seria o [jɔ̃s'ŋgɔ̃] = *jógjó* ? Ver “papagaio de peito roxo”.

28 Mais provável: [jakrĩtɔk'tɔw].

29 Transcrição revista: [kɛ̃'kɔ].

30 Transcrição revista: [jɔ̃s'ŋgɔ̃g].

31 Transcrição revista: [ʃɛ̃ŋk''jɔ̃] ou [ʃɔ̃ŋk''jɔ̃].

32 Transcrição revista: ['peɟɟ].

33 Jacu.

34 Transcrição revista: [kɛ̃nt'kɛ̃r]. Na publicação de 2002 aparece como “keɲ'ɛr”, mas é improvável que Aryon não ouvisse a consoante oclusiva da segunda sílaba, ainda mais em uma reduplicação; cremos que essa omissão se deve a uma falha na digitação.

35 Pronúncia esperada (dada a forma ortográfica): [kuɟɟ''hɛ̃n].

36 Forma ortográfica a partir do registro fonético de Aryon. Considerando o fato de ser uma forma reduplicada, e considerando o registro de Ambrosetti, 1894 (2006, p. 99), o mais provável é que seja *krẽkrẽ*.

37 Não conheço registro – em qualquer outra fonte – de uma palavra para “pato”, em Kaingang, que se inicie por “goj” (“água”). O termo comumente

registrado com a tradução para “pato” é *pégmég*. No entanto, há um registro em Val Florianiana (1920, p. 180) que pode ser uma pista para se reconstituir a palavra anotada por Aryon. O registro do missionário capuchinho é: “*Orétan* – Marreco (o que está na água) – *oré*, brejo”.

38 Transcrição revista: *sãkrĩnhgó*.

39 Transcrição revista, de registro próprio: [m̃bejtəjtʉ'ho] (Toldo Chimbanguê, SC, fev.1984). Em Guarita (RS), conhecem por Ménh-tonh-to-ho, identificada como *pombão* ou *pomba carijó*, *Patagioenas picazuro* (Selvino Kókáj Amaral – comunicação pessoal).

40 Forma ortográfica corrigida: *pěnku*’ĩ.

41 Não identifiquei a que ave se refere. Para o “quero-quero” um raro registro dá: *těrtěr* (Wiesemann, 2002, p. 140).

42 Forma ortográfica a partir do registro fonético de Aryon.

43 Transcrição revista: [ŋgɔdn̄'wẽ].

44 Transcrição revista: [pěnt̄'fig̃].

45 Transcrição revista: [ʃəp̄'ʃəbm̄].

46 Transcrição revista: [’ŋĩõ].

47 Com base no registro de Baldus (1947, p. 154).

48 Transcrição revista: [pěntă'ho].

49 Transcrição revista: [pěno'ror]. Lit.: “*cobra redonda*” ou “*cobra baixa*”. Conheço-a, em kaingang, por *pÿn-vonvon*= [pěn̄,wod̄'wođn̄]; há também o registro de Baldus (1947, p. 155): *páno-vudnvúdn*.

50 *Mijunh* é o nome kaingang da sucuri.

51 Transcrição revista: *pÿnfĩfĩ*.

52 Transcrição revista: [pěnt̄'pẽ].

53 Em Baldus (1947, p. 155): *pan-pé-mbögn*, ou seja, *pÿn-pě-mág*.

54 Os parênteses indicam tratar-se de uma tentativa de Aryon de aproximar sua anotação original de informações obtidas em dicionários kaingang. Não há sentido, porém, na sequência: *pÿn* (cobra) + *my* (rabo) + *junjun* (chegar, pl.) + *kupri* (branco). Reconstituo a anotação original dele como: [pěnjũnduj̃'ku'pri] = *pÿn jũ nunh kupri*, “*cobra brava de papo branco/claro*”.

55 *Něnmã* = [nẽn̄'mõ] é, de fato, o nome kaingang da urutu (Borba 1908, p. 35; Val Florianiana, 1920, p. 78; Baldus 1947, p. 155; Wiesemann 2002, p. 65); o termo kaingang para sucuri é *mijunh*.

56 *Pÿn fifi* é cobra coral. Há, porém, uma cobra de nome “*firi*”, que alguns kaingang conhecem por “urutu mereno” e outros por “cascavel curta”.

57 Empregado, como hiperônimo, para peixes pequenos; para os maiores, o mais comum é usar, também hiperonimicamente, “*pirã*”.

58 A palavra comumente registrada para “barata”, em Kaingang, é *kruj* (Val Florianiana 1920, p. 66; Baldus 1947, p. 158).

59 Transcrição revista: [pěn̄'tu].

60 Transcrição revista: [’ndud̄].

61 Transcrição revista: [fẽn̄'ju].

62 Transcrição revista: [ɔ'pã], e nos dialetos mais ao Sul, [ɔ'pẽ] ou [ɔ'põ].

63 Trata-se claramente de uma adaptação neológica: [ɔ,pě'jĩ], ou seja: “gafanhoto pequeno”.

64 Transcrição revista: [’pěr] ou [’põr].

65 Transcrição revista: [’tõj̃'ŋgɔ].

- 66 Transcrição revista: [jɔ'kiɲˈ].
- 67 Transcrição revista: [kã'mpɔ], e ao Sul, [kɔ̃'mpɔ] ou [kẽ'mpɔ].
- 68 Mais provável: [kə'nĩnˈ].

Formação de lideranças linguísticas e professores indígenas Xetá no Paraná: a contribuição de Aryon Dall'Igna Rodrigues

*Lucio Tadeu Mota*¹

*Maria Simone Jacomini Novak*²

*Rosangela Célia Faustino*³

RESUMO.

Neste texto discutimos a importância do trabalho do professor Aryon Dall'Igna Rodrigues na pesquisa, na formação de lideranças linguísticas Xetá no Paraná e na produção de fontes e materiais didáticos Xetá. Apresentamos o Projeto *Jané Rekó Pararuhá* (O contar de nossa existência): Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa sobre o Povo Xetá, desenvolvido pelo Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em parceria com o Laboratório de Línguas Indígenas (LALI) da Universidade de Brasília (UnB), com a participação de pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), do Museu Paranaense, de gestoras da SEED-PR e do povo Xetá, no período de 2010 a 2013. Essa ação ocorreu 50 anos depois de o professor Aryon ter estado em pesquisa de campo com grupos Xetá, na Serra dos Dourados, noroeste do Paraná. A participação do professor Aryon no *Jané Rekó Pararuhá* possibilitou a formação de lideranças linguísticas e de professores Xetá, a produção do primeiro Vocabulário Ilustrado Xetá, a produção de obra literária e outras fontes e materiais na língua Xetá bem como a inserção e fortalecimento da cultura e língua Xetá no currículo escolar intercultural.

Palavras-Chave: Povo Xetá; Lideranças Linguísticas; Formação de professores; Materiais Didáticos

ABSTRACT.

In this text, we discuss the importance of Professor Aryon Dall'Igna Rodrigues's work in research, in the training of Xetá linguistic leaders in Paraná, and in the production of Xetá language resources and teaching materials. We present the

1 Universidade Estadual de Maringá.

2 Universidade Estadual de Maringá

3 Universidade Estadual de Maringá

Jané Rekó Paranhá Project (“The Telling of Our Existence”): an Interinstitutional and Multidisciplinary Research Program on the Xetá People, developed by the Laboratory of Archaeology, Ethnology, and Ethnohistory of the State University of Maringá (UEM), in partnership with the Indigenous Languages Laboratory (LALI) of the University of Brasília (UnB), and with the participation of researchers from the Federal University of Mato Grosso (UFMT), the Paranaense Museum, administrators from SEED-PR, and the Xetá people, between 2010 and 2013. This initiative took place fifty years after Professor Aryon conducted fieldwork with Xetá groups in Serra dos Dourados, in northwestern Paraná. Professor Aryon’s participation in Jané Rekó Paranhá enabled the training of Xetá linguistic leaders and teachers, the production of the first Illustrated Xetá Vocabulary, the creation of literary works and other resources in the Xetá language, as well as the integration and strengthening of Xetá language and culture in the intercultural school curriculum.

Keywords: Xetá People; Linguistic Leadership; Teacher Training; Teaching Materials

Introdução

O povo Xetá é conhecido e nominado, na literatura, nos relatos de viajantes e fontes documentais, com nomenclaturas diversas, encontrando-se os termos Botocudo, Héta, Chetá, Setá, Ssetá, Aré e Yvaporé. Esse povo foi a última etnia indígena contatada no Paraná, quando a frente de ocupação cafeeira chegou ao território Xetá que se estendia pela margem esquerda do baixo rio Ivaí até sua confluência no rio Paraná, no final da década de 1940 e início de 1950.

Conforme Mota (2013), a presença Xetá no rio Ivaí e seus afluentes é registrada por viajantes e exploradores dos territórios da bacia do rio Ivaí desde a década de 1840, no século XIX, quando as expedições de Antônio Pereira Borges e Francisco Ferreira da Rocha Loures chegaram, em 1842, na confluência do rio Ligeiro no rio Ivaí e ali encontraram diversas moradias dos Xetá. Três anos depois, em 1845, Joaquim Francisco Lopes e John Henry Elliot, que trabalharam para o barão de Antonina, fizeram contato com alguns Xetá nas imediações da foz do rio Corumbataí, no rio Ivaí.

Em 1872, o engenheiro inglês Thomas Bigg-Whiter capturou um pequeno grupo Xetá nas proximidades do Salto Ariranha, também no rio Ivaí. No início do século XX, em 1910, o botânico Albert Vojtech Fric ouviu relato dos Kaingang sobre a presença de pequenos grupos Xetá no médio rio Ivaí, no interflúvio dos rios Ivaí e Corumbataí, local muito acima de onde os Xetá haviam sido contatados nos anos de 1950. Com esse grupo Kaingang, Fric encontrou alguns Xetá, junto aos quais efetuou um primeiro registro de vocabulário.

A partir desses contatos e da expropriação territorial, muitas foram as perdas e os processos vivenciados pelos Xetá (Mota, 2013). Com resistência, lutas e organização dos remanescentes, como *Kuein*, *Tikuen*, *Tuca*, *Á* (Maria Rosa), *Tigua* (Maria Rosa Brasil) e outros, conseguiram reorganizar sua existência como etnia Xetá, fazer a formação permanente das novas gerações Xetá, demandar o direito ao território que lhes fora retirado, acessar os direitos fundamentais internacionais que os povos indígenas detêm e revitalizar sua língua Xetá, que pertence ao tronco tupi-guarani. Conforme estudos da UNESCO, “[...] la extinción de una lengua significa la pérdida irrecuperable de saberes únicos, culturales, históricos y ecológicos. Cada lengua es una expresión irremplazable de la experiencia humana del mundo” (UNESCO, 2003, p.2).

Com resistência e disposição, o povo Xetá protagonizou sua reorganização cultural e luta, permanentemente, pela garantia de seus direitos com ações para a formação de jovens lideranças que buscaram a “sustentação linguística” (Amaral, 2020), a organização de eventos, a produção de materiais escritos e o fortalecimento da língua Xetá.

Com uma política educacional fundamentada na interculturalidade e no bilinguismo (Faustino, 2006) e uma política estadual de formação superior para os povos indígenas no Paraná (Novak, 2014), os Xetá continuaram a instar o Poder Público para o acesso aos direitos territoriais; a SEED e as universidades para apoio às suas demandas formativas e educacionais específicas; e as lideranças indígenas das terras indígenas nas quais foram instalados, para inserção da língua e cultura Xetá no currículo da educação básica indígena.

Este artigo busca apresentar a importância da participação do professor Aryon Rodrigues na ação interinstitucional e coletiva, do Projeto *Jané Reko Poranuhá*: (O contar de nossa existência) Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa sobre o Povo Xetá,¹ executado nos anos de 2010 a 2013 e inserido nas ações da Coordenação da Educação Escolar Indígena da SEED-PR. Contando com um trabalho coletivo, envolveu pesquisadores da UEM (LAEE), pesquisadores da UnB (LALI), da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), do Museu Paranaense, servidoras técnicas da SEED-PR e mais de cem pessoas Xetá

1 O projeto foi cadastrado na UEM sob o nº 033/09-CPC e concorreu ao Edital 07/2008 – Pro-Cultura da CAPES. Submetido e coordenado pelo Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá (LAEE/UEM), em parceria com o Laboratório de Línguas Indígenas (LALI) da Universidade de Brasília (UnB), a pesquisadora Carmem Lúcia Silva da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), o Museu Paranaense, a Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR) e o povo Xetá no Paraná.

dos territórios indígenas de São Jerônimo (São Jerônimo da Serra) e Kakané Porã (Curitiba) e de famílias Xetá residentes em municípios do noroeste do Paraná.

Os objetivos do projeto foram realizar oficinas pedagógicas com o povo Xetá na Terra Indígena São Jerônimo, na UEM, em Maringá e no Museu Paranaense, com a participação de pesquisadores do tema, gestores da SEED/PR e representantes do povo Xetá que vivem no Paraná; realizar visita monitorada da equipe de pesquisa, com os Xetá, ao Museu Paranaense; orientar projetos de pesquisa em nível de mestrado nos Programas de Pós-Graduação em História, Educação e Linguística das IES parceiras; publicar material didático e livros relativos aos aspectos linguísticos, culturais e históricos do povo Xetá; recuperar a história documental do povo Xetá nos diversos arquivos regionais do Paraná; revitalizar aspectos linguísticos, culturais e históricos do povo Xetá no Paraná por meio da memória de familiares de indígenas Xetá, contatados na Serra dos Dourados/PR, nas décadas de 1950 e 1960.

A partir de abril de 2010 até o final do ano de 2012, foram levantadas, reunidas, catalogadas e estudadas fontes documentais e referências bibliográficas sobre o povo Xetá no Paraná. Foram realizadas visitas técnicas, pesquisa de campo e dez oficinas pedagógicas para a elaboração do primeiro *Vocabulário Ilustrado Xetá* e demais materiais publicados.

O presente texto está organizado em três partes. Na primeira, fazemos um histórico do relevante e profundo trabalho do professor Aryon Dall'Igna Rodrigues com os Xetá na Serra dos Dourados no noroeste do Paraná; na segunda parte, descrevemos o projeto *Jané Rekó Paranuá* (O contar de nossa existência): Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa sobre o Povo Xetá, que congregou uma equipe interdisciplinar de pesquisadores, cujo financiamento, por parte da Capes/Ministério da Cultura, e parceria da SEED-PR possibilitaram a efetiva participação de cerca de cem pessoas do povo Xetá no projeto, desde sua formulação e submissão, até seu relatório final; e, na terceira parte, apresentamos a produção didática que contribuiu para a formação de educadores Xetá, a inserção da língua Xetá no currículo escolar e a contratação de professores Xetá.

O trabalho de campo de Aryon Rodrigues com os Xetá na Serra dos Dourados na década de 1960

O trabalho do professor Aryon com os Xetá se deu logo após o retorno dele da Alemanha, em 1959. Ele havia defendido seu doutorado em fevereiro de 1959, na Universidade de Hamburgo, e permanecia como assistente no Departamento de Línguas e Culturas Africanas naquela instituição.

Sabendo que eu havia concluído o doutorado, Loureiro [Fernandes] me escreveu, convidando-me a voltar para a Universidade Federal do Paraná, para ensinar linguística no curso de Letras e

para trabalhar com línguas indígenas no Departamento de Antropologia. (...) deixei Hamburgo em dezembro de 1959 e, em janeiro de 1960 (...) encontrei-me com Loureiro em Curitiba. (Rodrigues, 2005, p. 57).

Chegando ao Paraná, foi contratado como professor em tempo integral na UFPR. Desde a Alemanha, o professor Aryon sabia das expedições do antropólogo José Loureiro Fernandes ao território Xetá, na Serra dos Dourados. Na UFPR, ele foi atualizado pelo etnógrafo e fotógrafo Vladimir Kozak sobre a situação desalentadora em que se encontravam os últimos grupos Xetá no noroeste do Paraná.

As frentes de colonização tinham chegado na região em que estes viviam, implementando o processo de ocupação do território com a abertura de estradas, retirada das matas, plantio de café e fundação de cidades, com o beneplácito do governo do Paraná que tinha negociado os territórios Xetá com as companhias colonizadoras: primeiro com a Cia Myamura, no governo de Moises Lupion (1947-1951), depois, com a Cia. Brasileira de Colonização – COBRINCO, no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955)².

Autorizados e com recursos do Instituto de Pesquisa dirigido por Loureiro Fernandes, Aryon e Kozak organizaram a pesquisa de campo junto aos Xetá – “(...) segui em julho de 1960 com Kozak e o jovem índio Tuca” (Rodrigues, 2005, p. 59).³ No trajeto, passaram pela Terra Indígena Pinhalzinho (rio das Cinzas) para onde o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) tinha levado os Xetá adultos, *Nhango* e *Mã*, com seu filho menor. Esses três Xetá, juntamente com o chefe do posto do SPI, João Pereira Gomes Filho, foram incorporados à expedição que seguiu para Umuarama/PR e depois para os acampamentos Xetá na Serra dos Dourados, aonde chegaram no dia 19 de julho de 1960 e ficaram até o dia 29, conforme anotações do professor Aryon em suas Cadernetas de Campo.

Em suas memórias sobre Loureiro Fernandes, Aryon relatou parte de suas atividades junto aos Xetá:

Após alguns dias de busca, demos com duas famílias que estavam vivendo sozinhas na floresta, numa pequena aldeia em forma de elipse, com duas minúsculas casinhas, uma em cada extremidade da elipse. (...) Eram ao todo sete pessoas. Esses dois casais foram os últimos do povo Xetá que tentavam sobreviver na mata com seus filhos. (Rodrigues, 2005, p. 59).

2 Para maiores detalhes sobre a atuação dessas companhias e a resistência dos Xetá, ver MOTA, 2017.

3 O jovem Xetá que fez parte dessa expedição, chamado Tuca, era o menino capturado no início de 1952 e levado pelo SPI para Curitiba onde fora batizado como Tucanambá José Pereira; ele faleceu em 11/07/2007 em Curitiba. Seu nome Xetá era *Wa hay* ou *Ngwáka* – Arara Vermelha (Rodrigues, 2013^a, p.35). Sobre as expedições do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), junto aos Xetá, ver MOTA, 2017.

Em setembro desse mesmo ano, na Semana da Pátria, “Voltamos à pequena aldeia, Kozak, Tuca e eu”. Esse foi o segundo campo do professor Aryon junto aos Xetá. As informações coletadas e anotadas no Caderno de Campo 1 informam que lá permaneceram no período de 4 a 12 de setembro. No ano seguinte, em janeiro de 1961, Aryon retornou à Serra dos Dourados para sua terceira pesquisa de campo, tendo iniciado suas atividades no dia 26 de janeiro, e permaneceu na localidade até o dia 14 de fevereiro.

Conforme o estudo de Vasconcelos (2008, p.5), “Os dados coletados na década de sessenta se caracterizam por registrar uma língua que ainda estava em uso por um grupo de seis pessoas monolíngues, sendo que Rodrigues se comunicou com elas com a ajuda do jovem Tuca, que então vivia em Curitiba e já sabia português”.

Em suas pesquisas linguística e etnográfica, o professor Aryon produziu dois cadernos de campo com inúmeras anotações e fez, provavelmente com a participação de Kozak, várias horas de gravações em áudio. Em suas anotações no Caderno de Campo 1 ele escreveu que estava preocupado com o fato de se o gravador, modelo Butoba, tinha resistido aos solavancos da viagem. Depois de testado, registrou que o equipamento estava funcionando bem. Esse gravador de áudio Aryon tinha trazido da Alemanha, sob encomenda de Loureiro Fernandes.

Quando morava em Hamburgo, Loureiro Fernandes me escreveu, pedindo que providenciasse equipamento para instalar, no futuro Departamento de Antropologia, um espaço adequado para a gravação da voz e para o trabalho com as línguas indígenas. (...) Também me enviou dinheiro para a compra de bom equipamento para gravação em trabalho de campo, tendo eu adquirido e trazido, pessoalmente, em minha volta, um dos melhores aparelhos que então eram fabricados: um gravador com motor de corda de precisão, o Butoba. (Rodrigues, 2005, p. 56-57)

No Caderno de Campo 1, uma caderneta de capa preta pautada, contendo 70 folhas, o professor Aryon numerou as páginas de 1 a 17, constando mais 41 páginas sem numeração. Das 70 páginas, ele fez anotações em 61 delas. Quase todas são escritas com canetas esferográficas e algumas, escritas a lápis. Há alguns desenhos de elementos dos Xetá. Ele deixou quatro páginas em branco, sem numeração no começo, e cinco páginas em branco no final. Em várias delas, no começo ou no meio da página, há anotações sobre o dia do mês e da semana em que estava escrevendo. Já o Caderno de Campo 2 é uma caderneta de capa marrom, quadriculada, sem linhas, com 125 folhas. Ela foi escrita a lápis, com exceção das duas últimas páginas que foram escritas à caneta. Não há numeração de páginas, mas encontramos, em

várias delas, anotações sobre a data e o nome do Xetá que estava informando o professor Aryon.

Quadro 01 – Pesquisas de campo de Aryon Rodrigues junto aos Xetá na Serra dos Dourados

Primeira pesquisa de campo				
Ano	Mês	Dias	Fonte de anotações	Descrição
1960	Julho	19 a 29	Caderno de Campo 1	As anotações do Caderno de Campo 1 indicam o início dos trabalhos numa terça-feira, dia 19/07. Ele informa que estão em 6 pessoas: Aryon, João e Kozak e acompanhados dos Xetá Nhengo, Tuca e Mã (p. 1) A última anotação traz, no cabeçalho da página, <i>Setembro de 1960</i> e palavras em Xetá com suas traduções.
			Caderno de Campo 2	Traz no cabeçalho da página 2 a anotação do dia 29.7.60, informa que está sendo informado pelo Xeta Tuca e segue até a p. 50 com anotações sobre formas de escrita de palavras e expressões em Xetá. Finaliza as anotações com o desenho estilizado de uma pessoa (p. 55).
Segundo pesquisa de campo				
Ano	Mês	Dias	Fonte de anotações	Descrição
1960	Setembro	04 a 12	Caderno de Campo 1	Nesse segundo campo, Aryon informa que saíram da cidade de Umuarama no dia 4 de setembro de 1960 (p. 59) ⁴ . E a última anotação é sobre formas de escrita de palavras em Xetá e seus significados em português (p. 67).
Terceira pesquisa de campo				
Ano	Mês	Dias	Fonte de anotações	Descrição
1961	Janeiro e fevereiro.	26 a 31 e 01 a 14	Caderno de Campo 2	Começa no dia 26/01/1961, fazendo anotações etnográficas e de parentesco do Xetá Tuca e termina no dia 14/02/1961, com a frase Xetá “ <i>eu vou dormir junto ao fogo</i> ”.

Fonte: Elaboração dos autores.

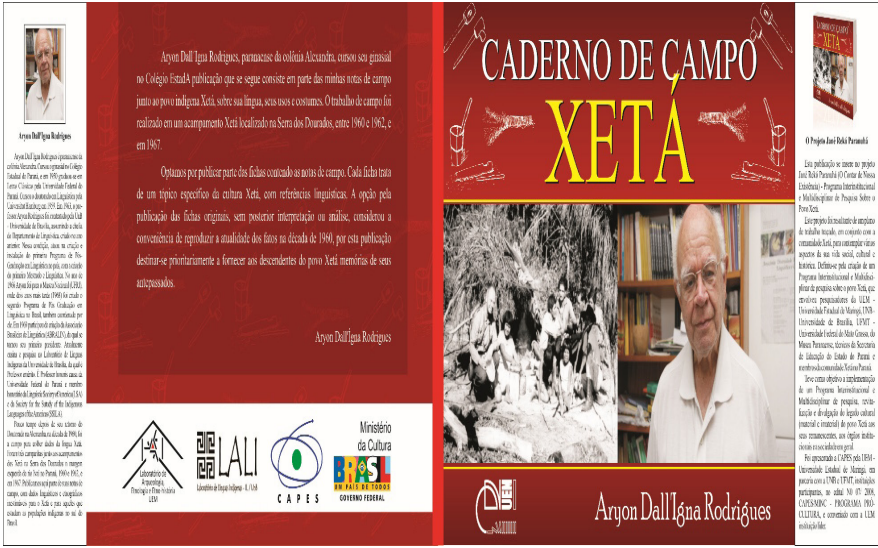
4 Vladimir Kozak informa, em uma anotação em seu diário, que saíram de Curitiba no dia 02/09/1960.

Em seus Cadernos de Campo, o professor Aryon fez registros não apenas sobre aspectos linguísticos, com anotações sobre palavras, expressões e frases, mas também eles estão repletos de registros etnográficos sobre os grupos Xetá, que foram contatados na década de 1950 e ainda viviam na Serra dos Dourados, no início da década de 1960.

São registros sobre a organização da vida cotidiana dos Xetá como a alimentação, as brincadeiras das crianças, a preparação de instrumentos líticos, arcos, armadilhas de captura de animais e para proteção das aldeias de ataques de grupos inimigos, desenhos e apontamentos sobre o tamanho das aldeias, das moradias e instrumentos como pilões e machados. Sobre costumes sociais como as cerimônias de iniciação dos meninos e puberdade das jovens, e relações de parentesco e outros. As anotações trazem informações sobre as ervas terapêuticas para tratamento de doenças e alívios de sofrimentos causados por machucaduras. Registrou, ainda, narrativas Xetá sobre a origem da humanidade, dos ratos, o roubo do fogo e o mito do dilúvio⁵.

Parte das informações dos Cadernos de Campo e das gravações em áudio realizadas na Serra dos Dourados, o professor Aryon organizou em “fichas” datilografadas que ele selecionou para a publicação no projeto *Jane Rekó*, em 2010. Depois de selecionadas essas fontes, ele as organizou para publicação em ordem alfabética, como está na publicação “Cadernos de Campo Xetá”⁶.

Figura 01 – Capa do livro *Caderno de Campo Xetá* – publicado pelo Projeto Jané Rekó



5 Conforme informações contidas nos diários de campo do professor Aryon D. Rodrigues, quando da sua presença em Maringá na terceira Oficina Pedagógica realizada na UEM, de 24 a 26 de agosto de 2010, ele disponibilizou seus diários e seus fichamentos para escaneamento digital; depois de realizado, todo o material, em suporte papel, e os registros em mídia foram lhe devolvidos. O conteúdo do material contido nas fichas ele disponibilizou para publicação, e no material dos diários ele permitiu que fizéssemos anotações relacionadas às datas de sua estadia em campo, ao número de páginas e a temáticas coletadas, mas não do conteúdo.

6 Cf. Aryon D. RODRIGUES. *Caderno de Campo Xetá*. Maringá: Eduem, 2013.

Na apresentação dessa publicação, Aryon escreveu que optara por publicar as fichas como fontes para originais, sem interpretações, destinadas à preservação da memória dos antepassados dos Xetá.

A publicação que se segue consiste em parte das minhas notas de campo junto ao povo indígena Xetá, sobre sua língua, seus usos e costumes. O trabalho de campo foi realizado em um acampamento Xetá localizado na Serra dos Dourados, entre 1960 e 1962, e em 1967.

Optamos por publicar parte das fichas contendo as notas de campo. Cada ficha trata de um tópico específico da cultura Xetá, com referências linguísticas. A opção pela publicação das fichas originais, sem posterior interpretação ou análise, considerou a conveniência de reproduzir a atualidade dos fatos na década de 1960, por esta publicação destinar-se prioritariamente a fornecer aos descendentes do povo Xetá memórias de seus antepassados. (Rodrigues, 2013, p.7)

O conteúdo dos Cadernos de Campo 1 e 2, contendo as informações linguísticas, o professor Aryon utilizou em seus trabalhos sobre a língua dos Xetá. No entanto, salientamos que muitos dos dados etnográficos coletados pelo professor Aryon contidos nesses cadernos, ainda carecem de estudos mais especializados que aprofundem as explicações socioculturais da sociedade Xetá.

Além dos trabalhos de campo, o professor Aryon se dedicou, por um longo período, à coleta e registro de informações linguísticas e socioculturais com os Xetá. Um de seus principais colaboradores foi José Luciano da Silva, o *Tikuen*, que assim se apresentava:

[...] Eu sou da tribo Xetá. [...] Fui criado na Serra de Dourados. Nossa nação era bastante. Foi descoberto o grupo e dizem que o branco levou doenças. Metade e o resto se extraviou e ficou só nós. Fui tirado de lá com sete anos, junto com meu pai. Me formei na região de São Jerônimo. Meu primo e meu irmão no Rio das Cobras [...] Excerto do depoimento de *Tikuen*, feito na Universidade Estadual de Maringá no Evento: “A cidade e os povos indígenas – mitologias e visões” em 1998. (Mota, 2000, p.18)

Tikuen, conforme seus relatos e também pelos registros feitos por Silva (1998; 2003), nasceu na Serra dos Dourados e viveu com seu pai, *Nhengo*, até o ano de 1956, na Fazenda Santa Rosa, situada na Serra dos Dourados. De lá, foram levados por funcionários do SPI para o Posto Indígena Pinhalzinho – município de Guapirama, norte do Paraná, território habitado por indígenas Guarani Nhadewa.

Em 1966, após um problema de saúde e um longo período de internamento, *Tikuen* mudou-se para o Posto Indígena Laranjinha, município de Santa Amélia/PR, e, em seguida, retornou para Pinhalzinho. Lá se casou com Maria Conceição Pereira Martins, não indígena. Em 1985, *Tikuen* foi transferido para o Posto Indígena Queimadas, município de Ortigueira/PR. Posteriormente foi para o Posto Indígena São Jerônimo, onde permaneceu com sua família até a morte dele, em dezembro de 2005.

Durante todo esse período e as várias mudanças que fez após seus territórios terem sido vendidos e ocupados, *Tikuen* trabalhou em fazendas e lavouras da região, cuidou da família, contribuiu com pesquisadores e repassou inúmeros conhecimentos aos filhos que, juntamente com netos e demais parentes, têm dado continuidade à luta dele pela preservação da memória, língua, cultura e direitos do povo Xetá.

A participação do professor Aryon no projeto *Jané Rekó Paranhá* (O contar de nossa existência)

O projeto *Jané Rekó Paranhá* (O contar de nossa existência) - Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa Sobre o Povo Xetá teve a participação de pesquisadores da UEM, da UnB/LALI, com os professores Aryon e Ana Suely Arruda Câmara Cabral, da antropóloga Carmen Lucia da Silva, professora da UFMT, da arqueóloga Claudia Inês Parellada, do Museu Paranaense, de técnicas/assessoras administrativas da SEED-PR e dos Xetá de comunidades indígenas no Paraná. Dentre as ações desenvolvidas, foram realizadas dez oficinas pedagógicas, entre abril de 2010 e dezembro de 2012, e o projeto, conforme cronograma da Capes/Ministério da Cultura, foi encerrado em 2014.

131

O professor Aryon, juntamente com a professora Ana Suely, participou e ministrou sobre a formação linguística em quatro oficinas. A primeira foi realizada no período de 14 a 16 de abril de 2010, na Terra Indígena São Jerônimo; a segunda, entre 4 e 6 de maio de 2010, ocorreu no Museu Paranaense em Curitiba; a terceira, foi realizada no período de 24 a 26 de agosto de 2010, na Universidade Estadual de Maringá⁷; e a quarta oficina também aconteceu na UEM nos dias 23 a 25 de novembro de 2011. As demais oficinas foram realizadas pelos membros da equipe, tanto em terras indígenas como no campus sede da UEM, e contaram, todas, com a massiva presença e participação do povo Xetá.

Os Xetá gerenciaram o projeto de forma própria, mobilizando parentes de várias regiões do Paraná, produzindo identificação visual para oficinas, com

7 Nessas três primeiras oficinas pedagógicas, o professor Aryon esteve acompanhado da professora Ana Suely Arruda Câmara Cabral do LALI/UNB, e, na sexta oficina, do linguista Sanderson Castro Soares de Oliveira, da UnB.

camisetas para todas as pessoas, jovens e adultas. Sugeriram temáticas que foram discutidas e participaram intensamente na confecção dos materiais didáticos.

Figura 02 – Registro da Terceira Oficina Pedagógica, realizada na UEM entre 24 e 25 de agosto de 2010. Acervo LAEE/UEM



Nessas oficinas pedagógicas, planejadas e executas pela UEM, em parceria com a SEED, o professor Aryon utilizou suas anotações de campo para apresentar, aos Xetá, o que tinha apreendido e registrado na Serra dos Dourados, repassando e rememorando com eles diversos aspectos da língua e cultura Xetá.

132

Os diálogos desenvolvidos nessas oficinas com filhos de *Tikuen*, alguns dos sobreviventes da Serra do Dourados, como (Maria Rosa), *Tigua* (Maria Rosa Brasil) e as novas gerações dos Xetá, filhos, sobrinhos e netos, com seus conhecimentos, experiências e memórias, propiciaram novas reflexões sobre os dados linguísticos coletados pelo professor Aryon que resultaram no Vocabulário Ilustrado Xetá, intitulado *Ñané Paranuhá hajkã pahá hatájnitej*, publicado em 2013 pela Editora da UEM.

Na apresentação do Vocabulário Xetá, o professor Aryon escreveu que esse material fora constituído com os dados coletados por ele

[...] junto aos remanescentes Xetá, os quais, na década de 1960 do século passado, viviam na fazenda Santa Rosa, no vale do rio Ivaí, época em que a língua Xetá ainda era plenamente falada pelo pequeno grupo sobrevivente ao extermínio que dizimou seus demais integrantes. (Rodrigues; Cabral, 2013, p. 01)

O professor Aryon explicou que, juntamente com sua colega de trabalho do LALI, a linguista Ana Suely, buscou respeitar a transição fonética original apesar de ter de substituir determinados símbolos com o intuito de facilitar a leitura e a escrita. A substituição de símbolos colaborou para que a escrita

das palavras se caracterizasse como parcialmente fonética e parcialmente fonêmica, para permitir que as palavras da língua Xetá fossem pronunciadas com fidelidade à sua pronúncia original (Rodrigues; Cabral, 2013).

O trabalho linguístico desenvolvido pelo professor Aryon e pela professora Ana Suely foram momentos de muita relevância e também de alegria, satisfação e aprendizado para os Xetá que participaram ativamente de todas as ações do projeto. O Projeto *Jané Rekó Pararuhá* foi emocionante para o professor Aryon, que, em diversos momentos, recordava os períodos em que estivera na Serra dos Dourados com os grupos Xetá que lá residiam em 1960 e 1961. Ele finalizou sua apresentação da obra escrevendo que espera que o Vocabulário

[...] organizado com a participação do povo Xetá, tanto no momento da coleta dos dados, há cinquenta anos, como nos momentos das oficinas em que se procurou rememorar a língua e cultura Xetá, junto aos remanescentes desse povo, seja o primeiro de uma série de materiais que alimentem a vontade indescritível e crescente desse povo de manter a sua identidade Xetá. (Rodrigues; Cabral, 201, p.02)

Esse primeiro Vocabulário, com cerca de 300 palavras e seus significados, foi ilustrado com desenhos feitos pelos Xetás de todas as idades, idosos, adultos, jovens e crianças que participaram das oficinas.

Figura 03 – Ilustrações feitas pelos Xetá para os materiais do Projeto *Jané Rekó*



Fonte: Projeto *Jané Rekó Pararuhá* (O contar de nossa existência): Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa sobre o Povo Xetá. Ilustrações Xetá – materiais didáticos, 2011 (UEM).

Conforme os diálogos ocorriam nas oficinas, a partir do estudo de fontes e parte das anotações feitas pelo professor Aryon, em seus dois Cadernos de Campo que chegam a quase 200 páginas, somadas às inúmeras horas de

gravação que ele e Vladimir Kozak fizeram de conversas e cantos dos Xetá, na década de 1960, o povo Xetá agregava seus conhecimentos. Esse processo abre uma enorme janela para novas pesquisas sobre a língua e a cultura Xetá a serem realizadas pelas novas gerações dessa etnia e por linguistas interessados.

Figura 04 – Oficinas de formação e elaboração do Vocabulário Ilustrado Xetá



Ressaltamos que as narrativas Xetá sobre o mito do dilúvio, o roubo do fogo, a origem dos ratos e a origem da humanidade, que foram publicadas no Caderno de Campo Xetá (2013), às páginas 117 a 123, foram rememoradas pelo professor Aryon em uma das oficinas. Quando ele narrou as conversas que tinha tido com os Xetá na Serra dos Dourados sobre suas histórias antigas, os participantes Xetá das oficinas começaram a recordar as narrativas que tinham ouvido de seus pais, avós e outros parentes. A partir dessa memória coletiva, recontaram o que o professor Aryon tinha coletado há mais de 50 anos e passaram a produzir desenhos para ilustrar essas histórias.

A história do dilúvio foi renomeada de **A água grande – Ayu adjo**. A história do roubo do fogo, como **A história do fogo – Parannahá tata**, e as ilustrações foram publicadas no livro **Jané Reko Parannahá – Narrativa Xetá**.⁸

8 Há também as versões dessas narrativas contadas pelos Xetá para Carmem Lúcia SILVA, incorporadas em sua tese de doutorado, 2003.

MOTA, L. T
NOVAK, M. S. J.
FAUSTINO, R. C
*FORMAÇÃO DE
LIDERANÇAS
LINGUÍSTICAS
E PROFESSORES
INDÍGENAS XETÁ
NO PARANÁ: a
contribuição de
Aryon Dall'Igna
Rodrigues*

Figura 05 – Oficinas de escrita, reescrita e ilustração das Narrativas Xetá



A formação de professores, o fortalecimento da cultura e língua Xetá e o currículo escolar indígena no Paraná: mais um legado do professor Aryon Rodrigues

A educação escolar indígena, desde o final dos anos de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente em seu art. 210, parágrafo 2º, em que ficou garantido que “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.” (Brasil, 1988), tem tido muitos avanços. A partir desse direito, foi sendo elaborada uma política educacional específica, diferenciada, intercultural e bilíngue para a educação escolar indígena (Faustino, 2006), com inúmeras leis infraconstitucionais e com políticas para a formação superior de professores indígenas (Novak, 2014).

Em atendimento a essa política educacional, o Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) passou a desenvolver inúmeros projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados à educação e formação indígena no Paraná. Em ações colaborativas

com os Xetá, desenvolveu o Projeto *Jané Rekó Pararuhá* (O contar de nossa existência): Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa sobre o Povo Xetá, no período de 2010 a 2014.

Com a participação das demais etnias territorializadas no Paraná, entre 2010 e 2017, o LAEE desenvolveu o projeto Observatório da Educação Escolar Indígena, a partir da aprovação nos editais n.º 01/2009-Capes e n.º 49/2012-Capes. Em diálogo com lideranças e representantes Xetá, esse projeto selecionou indígenas Xetá participantes de formação pedagógica, o que lhes possibilitou, posteriormente, serem os primeiros professores Xetá a atuar em escolas indígenas.

Também atuando de forma colaborativa com os povos originários no Paraná, o LAEE/UEM passou a coordenar, desde 2013 até o período atual, o primeiro núcleo instituído no Paraná do programa Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE), pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação (MEC). No início desse programa, por não haver nenhum professor Xetá contratado pelo estado do Paraná com formação acadêmica, o LAEE/UEM elaborou uma nota técnica enviada à Secadi/MEC, por meio da qual foi possível a inserção de educadores Xetá como participantes.

O Projeto *Jané Rekó Pararuhá* (O contar de nossa existência): Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa sobre o Povo Xetá, articulado a essas ações do LAEE/UEM e aos movimentos de lideranças indígenas, contribuiu para a inserção da língua Xeta nos currículos da Educação Escolar Indígena no Paraná. Isso só foi possível em razão da participação do professor Aryon na publicação dos materiais pedagógicos descritos acima.

Devido ao violento processo de expropriação vivenciado pelo povo Xetá em seu território, na Serra dos Dourados, com anuência de governos e ausência de ações efetivas para a demarcação dos territórios, os Xetá ficaram excluídos. Não tiveram acesso a escolas próprias. Com o apoio de lideranças Kaingang e Guarani, de direções escolares e de suas próprias lideranças, a partir das formações linguísticas por meio de projetos institucionais, foram constituindo espaços educativos Xetá.

Atualmente o povo Xetá da Terra Indígena São Jerônimo tem um representante político que não se intitula como cacique, mas como representante do povo Xetá, sendo o cacique Kaingang escolhido por eles, onde muitos fazem parte da liderança Kaingang, além do parentesco provindo dos casamentos interétnicos. (Gomes, 2022, p. 146)

No Colégio Estadual Indígena Cacique *Kofej*, a partir do ano de 2017, a língua Xetá foi inserida no currículo escolar e tiveram início a seleção e contratação de professores Xetá.

[...] em 2017 a língua Xetá passa a ser parte integrante da Matriz curricular do Colégio, motivo de muita satisfação para a comunidade que oferta todas as modalidades básicas de Ensino, com a oferta das línguas Kaingang, Guarani e Xetá, respeitando as particularidades da língua de cada etnia desde a Educação Infantil. (Gomes, 2022, p. 152)

Conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2023, p. 98) do Colégio Estadual Cacique *Kofej*, a língua Xetá tem a mesma carga horária que tem a língua portuguesa, língua Kaingang e língua Guarani. Dessa forma, observamos uma conquista e avanço da língua por meio da sua presença efetiva na escola, além de ser praticada, estudada e pesquisada, permanentemente, pelos Xetá.

Todos os jovens Xetá, que à época do projeto *Jané Rekó Paranhá* (O contar de nossa existência) tinham entre 13 e 18 anos, tornaram-se professores da educação básica indígena. Esses fatores têm contribuído com o fortalecimento da identidade Xetá na formação das novas gerações, na continuidade da luta pela demarcação dos seus territórios e no ressurgimento e reorganização de aspectos de sua cultura.

Considerações Finais

O texto procurou apresentar a trajetória do professor Aryon Rodrigues junto ao povo Xetá no Paraná. Primeiro, em seus trabalhos de campo, na Serra dos Dourados, na década de 1960, e, em um segundo momento, nas suas imprescindíveis ações no projeto *Jané Rekó Paranhá* (O contar de nossa existência), quando reencontrou os descendentes dos Xetá da Serra dos Dourados e deu continuidade a diversos aspectos linguísticos e etnográficos que tinha anotado 50 anos antes.

As políticas educacionais específicas e diferenciais que foram elaboradas a partir do final dos anos de 1980, com a Constituição Federal (Brasil, 1988) e no decorrer de toda a década de 1990, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (Brasil, 1994) e os movimentos sociais dos povos indígenas para a viabilização, na prática, dessa política, como, por exemplo, o encontro demandado pelos Xetá e ocorrido em 1996, no Paraná, inauguraram um período de consolidação da educação intercultural e bilíngue entre os povos indígenas.

Com a presença marcante dos linguistas professor Aryon, professora Ana Suely e do povo Xetá no projeto *Jané Rekó Paranhá* (O contar de nossa existência), foi possível um resultado efetivo em termos de pesquisa, extensão, formação humana e acadêmica para todos os participantes. Aprendemos com os Xetá e os ensinamos, em uma reciprocidade de convivência multidisciplinar,

na qual tivemos a oportunidade de trabalhar com o volumoso e significativo conjunto de fontes produzidas pelo professor Aryon.

A formação linguística ministrada pelos professores Aryon e Ana Suely no decorrer do projeto, articulada aos demais projetos do LAEE, como o Observatório da Educação Escolar Indígena (2010 a 2017), Ação Saberes Indígenas na Escola (2013 a 2025), que fizeram a formação pedagógica de professores indígenas no Paraná, possibilitou que o Povo Xetá desse continuidade aos estudos, pesquisas e práticas linguistas e culturais, fortalecendo sua cultura e língua.

Todos as pessoas Xetá que se tornaram professores da educação básica participaram dos projetos do LAEE/UEM, totalizando, na atualidade, na Terra Indígena São Jerônimo, oito professores indígenas da etnia Xetá.

Esses professores continuam participando de projetos de extensão coordenados pelo LAEE/UEM, como a Ação Saberes Indígenas na Escola, por meio da qual, seguem estudando, pesquisando e produzindo novos materiais pedagógicos, com autonomia e protagonismo. Esse é um legado que contou com a inteligência, sabedoria e compromisso social do professor Aryon Rodrigues junto aos povos originários. A ele, a nossa gratidão.

AMARAL, L. Estratégias para revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira. **Cadernos de Linguística**, [S. l.], v. 1, n.3, p. 01–44, 2020. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/251>. Acesso em: 12 maio. 2025.

BIGG-WITHER, T. P. **Pioneering in South Brazil. Three years of forest and prairie life in the Province of Paraná, in two volumes with map and illustrations**. London: John Murray, 1878

ELLIOT, John H. Itinerario de huma viagem de exploração pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, e os sertões circunjacentes mandado fazer pelo Exo Snr. Barão de Antonina em 1845. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico de São Paulo**, São Paulo, v. 28, p. 230-267, 1930.

FAUSTINO, R. C. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. 2006. 329 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FAUSTINO R. C.; et al. **Jané Reko Paranhá – Narrativa Xetá**. Maringá: Eduem, 2013.

FRIC, A. V. **Indiáni Jézni Americy**. Praha: Panorama, 1943.

139

GOMES, Alline Gonçalves Proença. **Gestão e organização da escola indígena na construção do currículo intercultural, interdisciplinar e multilíngue**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. 2022.

MOTA, Lucio Tadeu (org.). **As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões**. EDUEM, 2000

_____. **Os Xetá no vale do rio Ivaí 1840 - 1920**. 1. ed. Maringá: Eduem, 2013. v. 1000. 209p.

_____. A invasão dos territórios do povo Xetá na Serra dos Dourados/PR em meados do século XX. **Diálogos (On-line)**, v. 21, p. 4-25, 2017.

MOTA, Lúcio Tadeu; FAUSTINO, Rosangela Célia. **O SPI e os Xetá na Serra dos Dourados - PR: acervo documental 1948 a 1967**. 1. ed. Maringá: Eduem, 2018. 425p.

NOVAK, Maria Simone Jacomini. **Os organismos internacionais, a educação superior para indígenas nos anos de 1990 e a experiência do Paraná: estudo das ações da Universidade Estadual de Maringá**. 342 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

PARANÁ. CACIQUE KOFÉJ. Colégio Estadual Indígena. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Terra Indígena São Jerônimo. São Jerônimo da Serra – Pr. 2023.

RODRIGUES. Aryon Dall’Igna. Reminiscências de Loureiro Fernandes. **ARQUEOLOGIA: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, 2005, n.3, p.53-62.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Caderno de Campo Xetá**. Maringá : Eduem, 2013.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna; et al. **Vocabulário Ilustrado Xetá Ñané Paranhá hajkã pahá hatájnitej**. Maringá : Eduem, 2013.

SILVA, Carmen Lúcia da. **Sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá**. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SILVA, Carmem Lúcia. **Em busca da sociedade perdida: o trabalho da memória Xetá**. 2003. 279 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.

UNESCO. **Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas**. Paris, 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183699_spa Acesso em: 19 de jan. de 2025

VASCONCELOS, Eduardo Alves. **Aspectos Fonológicos da Língua Xetá**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística – UnB. 2008. Disponível em: <file:///F:/Projetos/Capes/Pro%20Cultura/Textos%20e%20Teses/03E408DAd01.pdf> Acesso em: 25 de jan. de 2025

Notas sobre língua, história e afetos: professor Aryon e o povo Xetá

Lilianny Rodriguez Barreto dos Passos¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma breve reflexão acerca do arquivo sonoro da língua Xetá constituído pelo linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues junto aos grupos familiares, entre os anos de 1960 e 1961, durante expedições científicas na floresta Serra dos Dourados, região noroeste do estado do Paraná. A partir de pesquisa bibliográfica e etnográfica, este artigo explora os múltiplos sentidos desse arquivo, na medida em que esse ultrapassa o espaço-tempo de sua produção e atravessa a identidade, a história, a vida política e afetiva de diferentes gerações do povo Xetá. Além disso, busca compreender as formas em que entrelaça a trajetória de vida do linguista e do povo Xetá, em diferentes contextos e temporalidades.

This article presents a brief reflection on the sound archive of the Xetá language compiled by linguist Aryon Dall'Igna Rodrigues in collaboration with Xetá family groups between 1960 and 1961, during scientific expeditions in a forest located at Serra dos Dourados, in the northwest region of Paraná state, Brazil. Based on bibliographic and ethnographic research, this study explores the multiple meanings of this sound archive, as it transcends the spatio-temporal boundaries of its production and intersects with the identity, the history, and political and affective lives of different generations of the Xetá people. Furthermore, this paper seeks to understand how the life trajectories of the linguist and the Xetá people intertwine in different contexts and temporalities.

Palavras-chave: coleções etnográficas, línguas indígenas, povo xetá.

¹ Secretaria de Estado da Educação do Paraná

“Nós estamos vivos! É muito triste o que fizeram com a gente. Eu quero que os outros conheçam a nossa história, o que a gente tem é a história. Mas a gente não tem nada pra mostrar. Se a gente tem esse material, a gente pode mostrar. Com esse material eles vão saber da nossa história” (Benedita, TI de São Jerônimo, outubro de 2017 ao ouvir as gravações de áudio do professor Aryon. Passos, 2021, p. 300).

Primeiramente é necessário dizer que me sinto honrada em colaborar com esta bela homenagem alusiva ao centenário de nascimento do ilustre professor, pesquisador e linguista Aryon Dall’Igna Rodrigues. Graduado em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi um dos precursores em estudos das línguas indígenas no Brasil, deixando um legado grandioso que une, por meio de seus conhecimentos, diferentes gerações de linguistas, antropólogos, historiadores, professores e comunidades indígenas. De sua breve passagem como professor do Departamento de Antropologia (DEAN) da UFPR, no início da década de 1960, estabeleceu seus primeiros contatos com o povo Xetá, pertencente ao tronco Tupi.

A partir de então, até aproximadamente o ano de 2011, documentou e registrou a língua Xetá, compondo um arquivo sonoro. O material é constituído de histórias, narrativas, cantos e vocabulários a partir do qual, ao longo dessas

décadas, desenvolveu estudos referentes à estrutura linguística, descrição, transcrição, digitação e análise morfológica da língua Xetá. Nesse processo, comparou e analisou as semelhanças com outras línguas do tronco Tupi, sendo o trabalho realizado em companhia e com a colaboração de seus amigos Xetá.

Em um momento específico desses trabalhos, entre os anos de 2009 e 2011, tive o privilégio de participar de eventos de estudos da língua Xetá que contaram com a participação de Aryon Rodrigues e representantes dos grupos familiares. Escrever sobre essas experiências é rememorar com alegria uma série de encontros, relações e imagens que atravessam minha memória. Desses momentos, guardo com imenso carinho e admiração - e tenho argumentos para afirmar que nossos amigos Xetá também - a generosidade com que o linguista compartilhou o seu tempo, a sua atenção e os seus conhecimentos.

Este artigo é uma ótima oportunidade para refletir sobre esses momentos, sobre a importância de suas pesquisas e documentação da língua Xetá, assim como da longa relação entre o povo e o professor Aryon, como é carinhosamente chamado pelos grupos familiares. Os encontros, a amizade e a relação de confiança ultrapassam décadas, gerações e sua presença transcende, na memória do povo, o tempo de sua existência. Como pesquisador ou amigo, professor Aryon foi e ainda é o detentor de seus bens mais preciosos: a língua e a história Xetá.

Os primeiros encontros: a documentação da língua Xetá

Os primeiros encontros entre o professor Aryon e o povo Xetá ocorreram nos anos de 1960 e 1961, quando o linguista esteve no acampamento das famílias de Adjatukã e Eirakã [Arigã]¹, localizado na floresta Serra de Dourados², região noroeste do estado do Paraná. À ocasião, esses encontros fizeram parte do contexto de expedições científicas organizadas pela 7ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção ao Índio (IR/SPI), em parceria com o professor e antropólogo José Loureiro Fernandes, da então Universidade do Paraná (UPR)³. Com o objetivo de contatar, identificar e pacificar grupos familiares indígenas na região, noticiados desde o final da década de 1940, as instituições organizaram essas expedições entre os anos de 1955 e 1961⁴.

À frente das equipes científicas, Loureiro Fernandes levou Kaiuá e Tucanambá, dois meninos capturados na Serra dos Dourados⁵, como intérpretes e guias na floresta.

1 Localizado próximo a Fazenda Santa Rosa, no Córrego 215, à margem esquerda do Rio Ivaí (Kozák, 1981, p. 30).

2 Região em que atualmente estão localizados os municípios de Umuarama, Ivaté e Douradina, estado do Paraná.

3 Hoje, UFPR.

4 Em 1954, ao ser noticiada a presença de um grupo familiar indígena na Fazenda Santa Rosa, o SPI reconheceu a necessidade de conduzir uma ação indigenista efetiva na Serra dos Dourados.

5 Entre os anos de 1947 e 1953 (Mota; Faustino, 2018), a 7ª IR/SPI enviou a Serra dos Dourados, servidores que encontraram primeiramente acampamentos e vestígios de

Além disso, convidou antropólogos, linguistas arqueólogos, geógrafos, taxidermistas, biólogos, jornalistas e fotógrafos⁶ para participar das expedições e colaborar nos estudos e pesquisas sobre os grupos familiares. Entre esses se destacam pesquisadores nacionais e estrangeiros, tais como o fotógrafo e cinetécnico tcheco Vladimír Kozák, a arqueóloga francesa Annette Laming-Emperaire, o linguista tcheco Čestmír Loukotka e o curitibano Aryon Dall'Igna Rodrigues.

À época, seguindo teorias evolucionistas, os pesquisadores que participaram das expedições científicas vislumbravam a extinção do povo Xetá, dada a pressão e a violência colonizadora sobre seu território originário. Desse modo, as expedições científicas à Serra dos dourados tiveram também como objetivo a constituição de coleções etnográficas, arqueológicas, iconográficas e linguísticas, como forma de preservar os 'traços culturais', isto é, a cultura material e imaterial. Data desse contexto a coleta de artefatos de uso pessoal e ritual, de material lítico, a produção de filmes e fotografias e a documentação da língua, por meio de gravações magnetofônicas. Somase a essa produção as anotações, os cadernos de campo e os documentos produzidos pelos pesquisadores acerca das coisas, das relações e do modo de vida Xetá na floresta da Serra dos Dourados.

Todo esse material possui um valor imensurável para o povo Xetá na contemporaneidade. No entanto, neste artigo, abordaremos em específico a relação que os grupos estabeleceram e ainda estabelecem com os arquivos linguísticos e sonoros do professor Aryon. Nesse sentido, merece nossa atenção as últimas expedições científicas realizadas na Serra dos Dourados, nos anos de 1960 e 1961.

Coordenadas por Aryon Rodrigues, à época professor da disciplina de Língua Tupi-guarani do Departamento de Antropologia da UFPR, os trabalhos foram realizados ao lado de Tucanambá, do fotógrafo e cinetécnico Vladimír Kozák e da arqueóloga Annette Laming-Emperaire. Nessas ocasiões, o contato ocorreu no acampamento de Adjatukã e Eirakã [Arigã]⁷, respectivamente com suas esposas Natjé e Aluá [Iati], Mã, Nhengo e com as crianças Ana Maria Tiguá (filha de Arigã), Tiguá (filha de Adjatukã), Maria Rosa Tiguá (filha de Iratxamëway), Geraldo e Tikuein (filhos de Mã).

Desses encontros, professor Aryon registrou:

Esses dois casais foram os últimos do povo Xetá que tentavam sobreviver na mata com seus filhos. Nunca mais se teve notícia de outros vivendo nas florestas que vinham sendo derrubadas e

armadilhas, artefatos, alimentos e fogueiras no interior da floresta. Em junho de 1952 e novembro de 1953 dois meninos indígenas, nomeados como Kaiuá e Tucanambá, foram capturados por agrimensores e levados por servidores do órgão indigenista para Curitiba. Em conjunto, esses fatos documentados pelos servidores da 7ª IR/SPI confirmaram a presença de grupos familiares indígenas na região, que, no entanto, à época, foi negado pelos dirigentes superiores do SPI e do Estado paranaense.

6 Participaram também das expedições o proprietário e o administrador da Fazenda Santa Rosa, mateiros, agrimensores, colonos da região e servidores do SPI.

7 Localizado próximo a Fazenda Santa Rosa, no Córrego 215, à margem esquerda do Rio Ivaí, região oeste do estado do Paraná (Kozák, 1981, p. 30).

A partir do incentivo e solicitação dos pesquisadores, os indígenas confeccionaram artefatos que compõem atualmente as coleções etnográficas do povo Xetá⁸. Além disso, o linguista foi o responsável por realizar gravações magnetofônicas que resultaram em um arquivo linguístico e sonoro constituído de palavras, narrativas, mitos e cantos do povo Xetá.

Registros etnográficos de Kozák, Loureiro Fernandes, Laming-Emperaire (1978) e Rodrigues (2013) ressaltam uma série de conflitos que marcou o contexto das expedições junto aos grupos familiares Xetá. Envolveria a presença constante de pesquisadores e suas solicitações para que confeccionassem artefatos para as coleções. Conforme registraram os estudiosos, as exigências afetavam o humor e as emoções dos indígenas:

Tipologia, fabricação, utilização, subitamente tornaram-se gestos cotidianos, acompanhados de gritos, risos, de bom ou mau humor, da chuva ou do Sol, integrados na vida real. O bom estado do gume verificado pelo ensaio do dedo do fio do instrumento e demonstrado por um sorriso satisfeito, e o utensílio quebrado por uma exclamação de mau humor (Laming-Emperaire, 1978, p. 23).

De fato, havia uma tensão entre a lógica de relações, saberes e produção de artefatos indígenas e a epistemologia dos pesquisadores, interessados em se apropriar de suas coisas com objetivos científicos.

Para Laming-Emperaire o desinteresse dos indígenas em confeccionar artefatos estava diretamente relacionado ao desuso destes na vida cotidiana, bem como à crescente introdução de ferramentas e utensílios não indígenas como desdobramento do processo de contato. Contudo, uma observação da arqueóloga sugere outro entendimento acerca dessa situação: “[...] atos provocados permanecem incompletos e de pouco interesse, enquanto que os atos espontâneos foram mais ricos de ensinamentos” (1978, p. 29).

E a espontaneidade parece ter sido a marca da relação estabelecida pelo professor Aryon e que conquistou os grupos familiares Xetá. Segundo Kozák, as gravações realizadas pelo linguista foram um momento especial, visto que respeitavam a dinâmica de relações e produção dos saberes indígenas. Ocorria geralmente à noite, perto do fogo, obedecendo também o horário específico para as narrativas e a execução dos cantos:

O canto do urubu foi cantado por Arigã e por Ažatukã no dia 25 depois do almoço. Entusiasmaram-se tanto, que queriam continuar a

8 Encontram-se atualmente no Museu Paranaense (Mupa), Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFPR) e na coleção particular do professor Aryon Rodrigues.

repeti-lo até ao anoitecer. O canto da jacutinga e o do surucúá foram cantados por Arigã no dia 26, nas horas correspondentes. Dia 26, ali pelas 9hs., Ažatukã foi buscar água e, na margem do rio, pôs-se a cantar o canto do urubu. Ouvia-se da aldeia o seu canto. Perguntado, disse o Tuca que cantam também na festa da perfuração dos lábios, mas que não só nela e sim também quando querem. Ao nascer o sol, dia 26, depois de Arigã ter cantado [para gravarmos] o surucúá, Ažatukã quis cantar o canto do pai de Arigã. Fê-lo a primeira vez intercalando algumas frases cantadas. Como as crianças falaram durante a gravação, pedi-lhe que repetisse. Fê-lo então, porém sem as frases. A melodia, entretanto, difere consideravelmente da dos outros cantos até agora registrados (Rodrigues, 2013, p. 59. Grifo do autor).

Segundo as anotações de campo de Kozák, as gravações sonoras eram usadas para “quebrar o gelo”, isto é, eram momentos de aproximação com os grupos familiares. Ouvir suas vozes no gravador os alegrava e os surpreendia, principalmente as crianças, levando o cinetécnico a se referir a esses momentos como de grande êxito, de sucesso extraordinário e de felicidade.

Esses acontecimentos ficaram registrados na memória de Tucanambá, à época, levado como intérprete e colaborador dos estudos de língua Xetá, e que alguns anos depois comentou com Silva:

O gravador e as vozes dos narradores exibidas nele foi algo tão inusitado quando ouvido pelo grupo, que as três crianças da aldeia, entre elas Tigúá (filha de Eirakã, hoje uma das sobreviventes do povo Xetá) reproduziram uma réplica do aparelho em madeira e a exibiram para o pesquisador (Silva, 2004/2005, p. 29).

Laming-Emperaire registrou esses momentos e incluiu uma foto no seu artigo *Objets et mondes: larevue du Musée de l’Homme* (1964) com a seguinte legenda: “Ayatukã escuta no magnetofone a história que nos contou na noite anterior” (Laming-Emperaire, 1964, p. 274). Na fotografia é possível ver seu largo sorriso.



FOTO 1 - Aryon Rodrigues, Tuca, Natjé, Adjatukã, Mã e Arigã, Serra dos Dourados, fevereiro de 1961.

No decorrer de minha pesquisa para o doutorado, ao ouvir essas gravações, que se encontram disponíveis em formato de fita K7 no acervo do Centro de Pesquisas Arqueológicas do DEAN/UFPR, foi possível perceber as gargalhadas de Adjatukã e Eirakã[Arigã], mulheres e crianças, durante as gravações de suas narrativas.

Diferente de Kozák e Loureiro Fernandes, que estabeleciam um roteiro prévio para os filmes e fotografias, o linguista parece não ter estabelecido regras para a execução dos cantos e narrativas. De modo consciente ou não, o certo é que esta metodologia se desdobrou em maior envolvimento, entusiasmo e espontaneidade dos indígenas, abrindo espaço para Adjatukã dar sugestões durante as gravações, tal como “Só depois do jantar, que foi entre 5 e 6 horas é que se dispuseram a gravar. Mas aí Hadjatukã deu a ideia de que se gravasse um “discurso de chegada”, i.é, o que a pessoa que chega de fora à aldeia, diz ao ser recebida”(Rodrigues, 2013, p. 151).

Com efeito, professor Aryon optou por uma relação amigável e compartilhada de produção de material junto com os indígenas, revelando a autonomia e a criatividade com que esses atuaram nesse processo.

Para mais, é preciso acentuar a riqueza inigualável do conteúdo linguístico, etnográfico e histórico dos registros sonoros e dos cadernos de campo do professor Aryon e que ultrapassam o espaço-tempo de sua produção. Ao refletir sobre os arquivos Xetá produzidos por Loureiro Fernandes e Vladimir Kozák, Lima (2018) pondera sobre “a segunda vida” desses documentos, visto que extrapolam os objetivos iniciais em que foram pensados e produzidos. Na contemporaneidade, ganham novos sentidos e

[...] vêm servindo, aos novos pesquisadores e aos próprios indígenas, para fins políticos: seja com vistas à demarcação do antigo território xetá – processo que ainda não foi concluído pelo Estado –, seja pelo reconhecimento da memória da violência sofrida pelo grupo (Lima, 2018, p. 573).

E a reflexão de Lima é válida também para o arquivo linguístico produzido pelo professor Aryon, que em diferentes momentos ganha novos contornos, usos e significados para diferentes gerações do povo Xetá. Subvertendo a teoria de Loureiro Fernandes, se as coleções e arquivos pretendiam registrar e documentar etnograficamente um povo ‘a caminho da extinção’, na contemporaneidade essas coisas testemunham o seu inverso, isto é, a existência Xetá enquanto povo vivo (Lima, 2018, p. 584).

O processo de contato do povo Xetá foi marcado pela violência e resultou no extermínio e desterritorialização forçada dos sobreviventes da floresta da Serra dos Dourados⁹. Abruptamente, seu território originário foi desmatado e transformado em fazendas, lavouras, estradas, pontes e cidades, impactando sobre as áreas de subsistência, trânsito e acampamento dos grupos familiares, atingindo de modo violento seus corpos e relações em diferentes domínios sociocosmológicos (Silva, 1998). No contexto das expedições científicas, grande parte dos indígenas foram mortos pelos colonizadores, de modo direto ou indireto, por meio da transmissão de doenças, envenenamentos, fugas na floresta, raptos de mulheres e crianças.

No início da década de 1960, Loureiro Fernandes já os considerava efetivamente ‘extintos’, visto que haviam desaparecido da região de floresta. Os poucos sobreviventes se reduziam às crianças do grupo familiar que se aproximou da fazenda Santa Rosa. Eram eles: Tikuein (filho de Mã), Tucanambá, Ana Maria Tiguá (filha de Eirakã), Maria Rosa ã (irmã de Kaiuá), Maria Rosa Tiguá Brasil (filha Iratxamëway), Kuein e os irmãos Tiquein e Rondon (filhos de Eirakã e Iati) (Silva, 1998). Desses, hoje, cinco estão vivos: Ana Maria Tiguá¹⁰, Maria Rosa ã¹¹, Maria Rosa Tiguá¹², Rondon¹³ e Kuein¹⁴. Denominados por Silva (1998) de sobreviventes do extermínio, esses foram separados e transferidos compulsoriamente, por servidores do Serviço de Proteção ao Índio/Fundação Nacional do Índio, para outras Terras Indígenas dos estados do Paraná e Santa Catarina. Essa ação, orquestrada pelo Estado brasileiro, desestruturou seus laços e relações de parentesco e fragmentou todo o processo de transmissão de seus conhecimentos ancestrais, tais como a língua, os cantos, as histórias, os rituais, o domínio da natureza etc.

A princípio, o povo teria cumprido a trajetória histórica de extinção antevista por antropólogos evolucionistas, entre eles Loureiro Fernandes (1959). Concebidos por meio de ‘traços de sua cultura material’,

9 No final da década de 1940, no intuito de assegurar o domínio político-econômico sobre as terras na fronteira oeste e noroeste do estado, o governo do Paraná traçou um plano de gestão, colonização e desenvolvimento agrícola voltado especificamente para essas regiões. Orientado pela ideologia do vazio demográfico (Mota, 1998), o Estado loteou, dividiu e concedeu terras e vantagens econômicas a particulares e companhias colonizadoras, nacionais e estrangeiras. A partir de então, fazendeiros, engenheiros, guardas-florestais, agrimensores, mateiros e colonos vindos de diferentes regiões do país, invadiram e destruíram a região de floresta conhecida como Serra dos Dourados, localizada no noroeste do estado paranaense.

10 Reside com seu filho na cidade de Douradina, região noroeste do estado do Paraná, localizado sobre o território originário do Povo Xetá.

11 Reside com seu grupo familiar no município de Umuarama, região noroeste do estado do Paraná.

12 Reside com seu grupo familiar na Terra Indígena Rio DAreia, região centro-sul do estado do Paraná.

13 Reside com seu grupo familiar no município de Chapecó, estado de Santa Catarina.

14 Reside na Terra Indígena de Marrecas, município de Turvo, região centro-sul do estado do Paraná.

‘autenticidade’, ‘pureza’ e de uma visão estática de cultura, os grupos familiares Xetá permaneceram - para boa parte das instituições do Estado, meios de comunicação, pesquisadores e demais setores da sociedade não indígena - congelados no tempo e no espaço (Passos, 2021, p. 03). Contudo, ao longo dessas décadas, encontraram estratégias, individuais e coletivas, para se (re) constituir enquanto povo culturalmente distinto.

Os casamentos e os vínculos afetivos com pessoas dos povos Guarani, Kaingang e, também, com não indígenas, as alianças político-econômicas nas Terras Indígenas em que passaram a residir, os encontros familiares e o processo de reivindicação do território originário deram novos contornos à história Xetá dos sobreviventes. Esse processo é complementado na relação estabelecida, ao longo de décadas, com pesquisadores, particularmente como antropólogos, historiadores, linguistas, jornalistas e com instituições públicas, universidades e museus.

Na década de 1990, a antropóloga Carmen Lúcia da Silva, à época servidora do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFPR), colocou os sobreviventes do extermínio em contato com as coleções etnográficas e arquivos documentais e linguísticos produzidos durante as expedições científicas. Entre esses materiais estavam as gravações, as histórias, as palavras e os cantos que compõem o arquivo linguístico do professor Aryon. Os efeitos desse contato ecoam na memória dos sobreviventes e dos seus descendentes, mobilizando suas noções de tempo, espaço, parentesco, afeto, política e violência.

Nas ocasiões em que ouviam as gravações de áudio com Silva (2003), Tucanambá, Kuein e Tikuein (Mã) ocupavam uma dupla posição: de ouvintes e também de narradores das histórias Xetá. Nessas ocasiões, a pesquisadora observou que seus interlocutores buscaram reconstituir as relações e o contexto em que esses eventos aconteciam no espaço-tempo do *mato* (2003, p. 55), isto é, da Serra dos Dourados: “Ao ouvir as primeiras gravações, Silva registrou que Tucanambá solicitou a Kuein para preparar um mate, -*kukwaj* e anunciou “[...] *vamos fazer que nem lá na aldeia, vamos tomar mate enquanto escutamos histórias*” (Silva, 2003, p. 55).

Tuca também narrou para Silva (2003) alguns momentos que lhe permitiram (re)produzir o sistema narrativo do espaço-tempo do mato e, entre esses, descreveu o diálogo que estabeleceu com professor Aryon, visto que debatiam questões acerca da língua Xetá (Passos, 2021, p. 244).

Silva também destacou um diálogo entre Tikuein(Mã) e Kuein que revela a potência dos arquivos linguísticos em trazer para o espaço-tempo presente não apenas o modo de vida, mas a presença dos *antigos*¹⁵:

15 Categoria ao qual incluem todos os parentes ancestrais, situados em diferentes espaços e tempos, dos imemoriais, os míticos, da Serra dos Dourados e os sobreviventes do extermínio (Silva, 2003; Passos, 2021).

Tikuein: *Está entendendo Kuein?*

Kuein: *“Tô entendendo sim, é meu irmão que está contando a história da caça do porco do mato. É ele que está falando, que está contando. Adjatukã também está falando, está perguntando para o meu irmão. Ele conta com o meu irmão, ele que vai perguntando, vai ensinando meu irmão.*

Tikuein: *É a mesma coisa que estar vendo ele aqui! Parece que ele está aqui. É o jeitinho dele. Adjatukã está ajudando Arigã* (Silva, 2003, p. 54).

A partir das pesquisas de Carmen, Tucanambá, Tikuein (Mã) e Kuein retomaram também o contato com o linguista. Tikuein (Mã) viajou algumas vezes a Brasília, onde ouvia as gravações e realizava pesquisas a respeito da língua Xetá junto ao professor Aryon. Em uma dessas ocasiões, Tikuein (Mã) faleceu, evento sempre lembrado com narrativas emocionadas de seus descendentes e que envolve os anos de amizade do pai com o linguista.

Após a morte de Tikuein (Mã) e Tucanambá, seus grupos familiares se mobilizaram para manter a relação de pesquisa e amizade com o professor Aryon. E aí, teve início um terceiro momento de encontros entre o linguista e o povo Xetá.

Jané Rekó Paranhá – o contar de nossa existência: as lutas e os afetos do povo Xetá

150

Em outubro de 2007, durante encontro promovido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), representantes do povo Xetá reuniram-se no município de Guarapuava – PR, juntamente com autoridades, apoiadores e convidados¹⁶. O objetivo foi de discutir sobre o processo de reconhecimento de seus direitos juridicamente garantidos, entre eles a educação escolar indígena. Na ocasião, o povo solicitou políticas públicas para desenvolver estudos e “revitalizar” o uso social da língua Xetá. Oportunamente, Tiquein Xetá enfatizou: *“É manter viva a nossa língua”*¹⁷.

Nesse mesmo ano, a instituição responsável pelo atendimento em educação escolar indígena no estado do Paraná acatou uma recomendação do Ministério Público Federal e organizou uma reunião com os representantes dos grupos familiares Xetá. À época, como técnica-pedagógica da equipe de Educação Escolar Indígena da instituição, desempenhei a função de organizadora desta reunião, que tinha como objetivo construir uma política pública educacional voltada especificamente para o povo. Foi nesse contexto

16 Ministério Público de Londrina, Fundação Cultural de Umuarama, CIMI regional de Guarapuava, FUNAI, ONG Aldeia Brasil, SEED e lideranças Guarani e Kaingang.

17 Disponível em: <https://cimi.org.br/2007/10/26590>. Acesso em: 09 fev. 2025.

que, em junho de 2008, estabeleci meu primeiro contato com os grupos familiares Xetá e com o professor Aryon, que também esteve presente.

Durante a reunião, Claudemir, filho de Tikuein (Mã), descreveu o encontro como de grande importância para a luta e a conquista de direitos de seu povo e retomou o desejo dos grupos familiares em revitalizar a língua Xetá. Segundo Claudemir, seu pai alertou os filhos e filhas que “[...] *um dia os brancos vão duvidar dos indígenas que não falam a língua*”. Desse modo, o propósito Xetá era fortalecer sua identidade, historicamente negada, por meio do ensino-aprendizagem da língua na escola¹⁸, com a contratação de um professor representante do povo.

Nesse contexto, a dificuldade apontada pelas instituições¹⁹, responsáveis por dialogar com os grupos familiares, dizia respeito ao contexto sociolinguístico contemporâneo da língua Xetá. Entre os sobreviventes do extermínio, Kuein e Maria Rosa ã seriam os únicos falantes da língua. O primeiro, considerado falante ativo, naquela ocasião, encontrava-se doente²⁰. ã era considerada falante passiva, isto é, compreendia, mas não se expressava na língua, sobretudo na presença de não indígenas.

Diante do desafio, os grupos familiares Xetá apresentaram uma solução, que era ao mesmo tempo uma reivindicação permeada de múltiplos significados: acesso aos arquivos linguísticos do professor Aryon e também às coleções etnográficas, então musealizadas.

A partir da reivindicação Xetá, em dezembro de 2008, foi constituído o Grupo de Trabalho *Jané Rekó Paranhá* – o contar de nossa existência. As instituições partícipes²¹, representadas por uma equipe científica de antropólogos(as), historiadores(as), arqueólogos(as), linguistas e educadores, junto com os representantes dos grupos familiares Xetá organizaram uma série de oficinas, encontros e reuniões entre os anos de 2009 e 2013.

Durante as atividades do GT, os irmãos Júlio, Claudemir e Dival se destacaram em seus conhecimentos da língua e foram protagonistas nas atividades. Assim como o pai Tikuein (Mã), Júlio viajou a Brasília para aprofundar conhecimentos e auxiliar o professor Aryon em suas pesquisas da língua Xetá, o que lhe permitiu acessar o seu arquivo linguístico e aprofundar seus conhecimentos. Com apoio de seu grupo familiar, à época, Júlio estava sendo preparado para assumir o cargo de professor da língua Xetá, função que exerce na atualidade.

Entre as atividades do GT, houve momentos específicos de estudos da língua, eventos denominados *Oficina para Estudos da Língua Xetá*. Com

18 No Colégio Estadual Indígena Cacique Kofej, localizado na Terra Indígena de São Jerônimo, município de São Jerônimo da Serra, região norte do estado do Paraná. Nesta Terra Indígena, o grupo familiar de Tikuein (Mã) reside desde o final da década de 1980.

19 Secretaria Estadual de Educação, FUNAI, MEC, Mupa, MAE/UFPR e Universidades.

20 Embora as instituições tenham movimentado inúmeros esforços para incluí-lo em um programa de revitalização, sem condições físicas, Kuein não conseguiu colaborar.

21 Entre as instituições parceiras, foram incluídas nas ações a Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Assuntos Estratégicos, Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, Ministério da Educação, Fundação Nacional do Índio, Museu Paranaense, Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, a Universidade Estadual de Maringá, Universidade do Mato Grosso (Passos, 2021).

professor Aryon à frente dos trabalhos, refletiram sobre a estrutura gramatical, estabeleceram comparações linguísticas, propuseram metodologias de ensino e produziram material. Entre esses, de modo colaborativo, produziram e publicaram com o professor Aryon o *Vocabulário Ilustrado Xetá: Xetá-Português* (2013). Elaborado com finalidades didáticas, esse material é utilizado, até o momento, em sala de aula para o ensino da língua Xetá. Quanto ao conteúdo, observa-se que ele é integralmente constituído por vocábulos de animais, partes do corpo, adornos e artefatos que remetem à *vida dos antigos no tempo do mato*.

Apesar de sua idade avançada, professor Aryon participou ativamente dos trabalhos do GT, o que lhe exigia disposição para viagens a Curitiba, Londrina e Terra Indígena de São Jerônimo, horas intensas de trabalho ao longo do dia e solicitações constantes por parte dos Xetá e instituições.

Em uma determinada ocasião, o GT organizou uma visita dos grupos familiares Xetá ao Museu Paranaense (MUPA) e ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE/UFPR). Em um desses momentos, tive a oportunidade de acompanhá-los a uma visita ao Museu Paranaense e, assim como a pesquisadora Araújo (2012) também registrou, observei que os grupos familiares solicitavam ajuda do professor Aryon quando tinham dúvidas ou para ouvir as histórias dos *antigos*. Nesses instantes, não se limitaram a compartilhar apenas os conhecimentos, visto que foram repletos de afeto de ambos os lados, levando os grupos familiares expressarem suas emoções, que oscilavam entre o riso e o choro. Para as famílias Xetá, professor Aryon é aquela pessoa que experienciou, viveu, sentiu e registrou a vida Xetá, foi até o *mato* e esteve junto com os *antigos*.

152

A emoção marcou assim as atividades do GT, tanto pela presença do linguista, quanto pela especificidade dos seus arquivos sonoros, na medida em que ouvir a voz dos *antigos* os transporta para o espaço-tempo *do mato* e (re)cria a potência de se reconhecerem como um povo *vivo*.

Assim como Tucanambá, Kuein e Tikuein (Mã), frente aos arquivos linguísticos e sonoros do professor Aryon, os grupos familiares estiveram na posição de ouvintes e narradores de histórias Xetá. E a potência de remeter à *vida dos antigos* também marcou essas experiências.

Claudemir, ao ser apresentado aos áudios em que Adjatukã e Eirakã[Arigã] narram histórias e cantos na língua Xetá, foi solicitado a falar. No entanto, reivindicou a presença de seu irmão mais velho, Dival. Justificou a solicitação afirmando que o irmão poderia colaborar e complementar as suas narrativas. Segundo a antropóloga Carmen da Silva, no espaço-tempo dos *antigos*, para a narrativa Xetá ocorrer era necessário um narrador principal, “um que conta e outro que auxilia [...]” (2003, p. 63). Assim como Silva (2003), ao longo de minhas pesquisas com os grupos familiares, observei que diante dos arquivos, Claudemir também buscava (re)criar o contexto ideal de contar as histórias Xetá, isto é, fazer como os *antigos*.

Passados alguns anos, quando estive na Terra Indígena de São Jerônimo para minha pesquisa de doutorado, também compartilhei com o grupo familiar que ali reside, as gravações de áudio realizadas por Aryon Rodrigues. Ao ouvir as gravações, Claudemir afirmou, “[...] *os antigos quando acordavam no mato, comiam algo e depois cada um fazia uma atividade*”. E Benedita complementou: “[...] *é como hoje, nós acordamos, tomamos um café e cada um vai fazer suas atividades, os homens as suas, as mulheres as delas*” (TI de São Jerônimo, outubro de 2017).

Em outra ocasião, Claudemir foi tomado pela emoção e chorou por um longo tempo. Após um longo silêncio e choro ritual tentou identificar a quem pertenciam às vozes e afirmou: “[...] *viajei no tempo, fico pensando que eles estão aqui com a gente*” (TI de São Jerônimo, outubro de 2017). Como vimos anteriormente, ao ouvir as vozes de Adjatukã nas gravações realizadas na Serra dos Dourados, Tikuein (Mã) teria observado: “*É a mesma coisa que estar vendo ele aqui! Parece que ele está aqui*” (Silva, 2003, p. 54). Silva (1998) destacou que o contexto de sua pesquisa etnográfica, permeado das histórias dos *antigos*, se transformou em uma relação capaz de convocar a presença da sociedade exterminada (1998), marcando um tempo de relações vividas no em um ‘antes’ junto aos parentes, permeado de alegria, cuidado e afeto. Segundo Silva (1998, p. 247), “*É como se fosse hoje*” foi uma das expressões que mais ouviu durante o contexto de sua pesquisa.

Em resumo, ao trazer os *antigos* para o tempo presente, os arquivos do professor Aryon registram simultaneamente um ‘antes’ e um ‘agora’. Como mediadores de diferentes contextos, adquirem múltiplos sentidos quando se leva em consideração diferentes aspectos do mundo lembrado e do mundo vivido Xetá, revelando uma temporalidade marcada pelo afeto. É o afeto que instaura uma lógica constitutiva para a vida Xetá ao reintegrar no tempo presente as relações interrompidas bruscamente pela violência do contato.

Referências

ARAÚJO, R.C. **Educação escolar e os indígenas Xetá no Paraná: uma abordagem da teoria histórico-cultural**. Dissertação (Mestrado em Educação). Maringá: UEL, 2012. Disponível em: <http://old.ppe.uem.br/dissertacoes/2012/2012%20-%20Rita.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FERNANDES, L. Os índios da Serra dos Dourados: os Xetá. Separata de Reunião Brasileira de Antropologia. **Anais III RBA**, Recife, p. 27-46, 1959.

FERNANDES, L. Os índios da Serra dos Dourados. **Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological Research**, Vienna, n.5, p. 151- 154, 1962.

KOZÁK, V. Os índios Hétá: peixe em lagoa seca. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, Vol. XXXVIII, p. 11-120, 1981.

KOZÁK, V.A **história hetá**. Datilografado. Curitiba, Museu Paranaense, [s.d.]

LAMING-EMPERAIRE, A. Les Xeta, survivants de L'age de la Pierre. **Revue du Musée de l'Homme**, Paris, tome IX, 1964.

LAMING-EMPERAIRE, A.; MENEZES, M.J.; ANDREATA, M.D. O trabalho da pedra entre os Xetá da Serra dos Dourados, Estado do Paraná. **Coleção Museu Paulista: Série ensaios**, São Paulo, n.2, p. 19-82, 1978.

LIMA, E.C. De documentos etnográficos a documentos históricos: a segunda vida dos registros sobre os Xetá (Paraná, Brasil). **Revista de Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro, v.08.02, p. 571-597, mai/ago., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/6NhqnXxnxCnJjJG7tGsdMYp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MOTA, L.T. O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial 1853-1889. Tese (Doutorado em História) Assis: Unesp, 1998.

MOTA, L.T.; FAUSTINO, R.C. **O SPI e os Xetá na Serra dos Dourados – PR**: acervo documental 1948 a 1967. Maringá: EDUEM, 2018.

PASSOS, L.R.B.; **As coisas Xetá**: pessoas, instituições e coleções. Tese (Doutorado em...) Curitiba: DEAN/UFPR, 2021.

RODRIGUES, A.D. A Língua dos índios Xetá como dialeto Guaraní. **Separata de Cadernos de Estudos Linguísticos**, São Paulo, n.1, p. 7-11, 1978.

DOS PASSOS, L. R. B.
*NOTAS SOBRE
LÍNGUA, HISTÓRIA
E AFETOS:
PROFESSOR ARYON
E O POVO XETÁ*

RODRIGUES, A.D. Reminiscências de Loureiro Fernandes. IN: **Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**. Curitiba: CEPA/UFPR, vol.3, p. 53-62, 2005.

RODRIGUES, A.D. **Cadernos de campo Xetá**. Maringá: EDUEM, 2013.

RODRIGUES, A.D.; CABRAL, A.S.A.C; SILVA, C.; SILVA, J.C.; MOTA, L.T; FAUSTINO, R.C. **Vocabulário Ilustrado Xetá**. Xetá-Português. Maringá :EDUEM, 2013.

SILVA, C.L. **Sobreviventes do extermínio**: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Florianópolis: UFSC, 1998.

RODRIGUES, A.D. **Em busca da sociedade perdida**: o trabalho de memória Xetá. Tese (Doutorado em Antropologia) Brasília: UnB, 2003.

RODRIGUES, A.D. Os Xetá da Serra dos Dourados. **Encontros do Departamento de Antropologia**. Curitiba, DEAN/UFPR, 2004/2005.

Um frustrativo tupi: usos e funções de *tipɛ* em ka'apor

Gustavo de Godoy e Silva¹

Resumo

Este artigo examina o enclítico frustrativo *tipɛ* na língua ka'apor, pertencente à família tupi. Primeiramente, apresenta um levantamento do frustrativo no tupi antigo e em línguas aparentadas, destacando diferentes morfemas e suas funções semânticas e pragmáticas. Em seguida, analisa a distribuição e os usos de *tipɛ*, explorando sua função canônica de marcar eventos sem resultado e sua interação com a negação, o futuro e construções contrafactuais. São abordados também seus usos avaliativos, concessivos e como atenuador pragmático em pedidos. Um dos aspectos mais inovadores discutidos é o papel de *tipɛ* na codificação da percepção alterada em narrativas míticas, refletindo um descompasso entre a experiência do protagonista e a realidade compartilhada. Ao descrever esses usos em contexto, o estudo busca contribuir para uma compreensão mais detalhada da frustratividade no ka'apor e para sua comparação com outras línguas indígenas da América do Sul.

Palavras-chave: Ka'apor, Frustrativo, família linguística tupi

Abstract

This article examines the frustrative enclitic *tipɛ* in the Ka'apor language, a member of the Tupi family. First, it surveys frustrative markers in Old Tupi and related languages, highlighting different morphemes and their semantic and pragmatic functions. It then analyzes the distribution and usage of *tipɛ*, exploring its canonical role in marking unfulfilled events and its interaction with negation, future tense, and counterfactual constructions. Additionally, it examines its evaluative and concessive uses, as well as its role as a pragmatic mitigator in requests. One of the most innovative aspects discussed is the use of *tipɛ* to encode altered perception in mythological narratives, revealing a misalignment between the protagonist's experience and shared reality. By describing these uses in context, this study aims to contribute to a more detailed understanding of frustrativity in Ka'apor and to its cross-linguistic comparison with other Indigenous languages of South America.

Keywords: Ka'apor, frustrative, Tupian family

¹ Universidade Federal do Paraná; Universidade do Texas em Austin.

Talvez seja de mau gosto homenagear com o “frustrativo” a história da pesquisa com línguas indígenas no Brasil. Ainda mais ao comemorarmos o centenário do primeiro linguista moderno do país, o curitibano Aryon Dall’Igna Rodrigues (1925-2014), que – além de suas pesquisas – dedicou-se à criação de departamentos e à formação de pesquisadores interessados nas verdadeiras línguas desta terra.

A convite de Darcy Ribeiro, Rodrigues tornou-se o primeiro Chefe do Departamento de Linguística da Universidade de Brasília (UnB) em 1963, estabelecendo o primeiro departamento formal de linguística em uma universidade brasileira e abrindo caminho para a institucionalização da área no país (cf. Grannier, 2014). No entanto, após o golpe militar de 1964, a UnB sofreu intervenções severas, e seu fundador, Darcy Ribeiro, foi exilado. Professores foram demitidos em massa, incluindo Rodrigues, que recusou convites para lecionar no exterior e optou por continuar sua pesquisa sobre línguas indígenas no Brasil. Em 1966, tornou-se pesquisador no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, um espaço de tradição nos estudos sobre povos indígenas. Entretanto,

diante de pressões e dificuldades institucionais, aceitou, em 1973, o convite para revitalizar o programa de pós-graduação em Linguística da Unicamp.

Na Unicamp, Rodrigues consolidou a formação de uma nova geração de pesquisadores em línguas indígenas. Dos orientandos dele na Unicamp, destaco os que fizeram trabalhos que considero particularmente interessantes: Adair Palácio, a primeira mulher a obter um doutorado em Linguística no Brasil, com estudos sobre o guató; Daniel Everett, conhecido por seu trabalho com o pirahã (1979), hoje envolto em polêmicas midiáticas; Cheryl Jensen, especialista em linguística comparativa e estudiosa do wajãpi (1984) e sistematizadora da morfologia das línguas tupis-guaranis (1998); e Nilson Gabas Júnior, atual diretor de um dos mais importantes departamentos de linguística do Brasil, o Museu Goeldi, que iniciou sua carreira com uma descrição fonológica do arara-karo (1989).

Em 1988, com a Lei da Anistia, Rodrigues foi reintegrado à UnB, onde havia fundado o Departamento de Linguística nos anos 1960. Já aposentado da Unicamp, decidiu retornar a Brasília, onde continuou sua carreira, ampliando a pesquisa sobre línguas indígenas e coordenando o Laboratório de Línguas Indígenas (LALI).

Seu impacto na linguística brasileira é marcante. No entanto, talvez não seja um exagero falar, com o perdão do trocadilho, de “frustrativo” especificamente da pesquisa linguística no Paraná, onde Aryon Rodrigues cresceu e iniciou sua extensa carreira, que frutificou mais em outros estados. Sem ofensas: houve, sim, um passado notável de estudos de línguas indígenas no Paraná, mas ele não se enraizou nem frutificou. Hoje, essa tradição é praticamente inexistente na cidade natal de Aryon D. Rodrigues. Curitiba não desenvolveu uma linhagem contínua de linguistas dedicados às línguas indígenas, e poucos pesquisadores no Paraná deram continuidade a esse campo após a saída de Rodrigues do nosso estado. E é por isso que ele deve ser especialmente lembrado na UFPR e na revista que fez o frustrativo ser notado nos trabalhos de linguística.

Esta contribuição ao estudo das línguas indígenas começa, em §2, com um levantamento dos elementos que codificam o frustrativo no tupi antigo. Destaco que a família tupi, como já apontado brevemente por Jensen (1998), ex-orientanda de Rodrigues, e mais amplamente por Overall (2017), apresenta essa categoria em várias de suas línguas. Além disso, Overall demonstra que o frustrativo é uma categoria saliente em outras famílias da América do Sul, como aruaque, pano, caribe, chicham, tukano, naduhup e em algumas línguas isoladas.

O objetivo de §2 é mostrar que há uma quantidade significativa de dados do tupi antigo – e do guarani antigo – que giram em torno do conceito de frustrativo. Embora essa categoria tenha sido identificada há muito tempo, ainda constitui uma fonte subexplorada de informação.

Em §3, apresento uma sequência de exemplos e as diversas funções do frustrativo *tipe* no ka'apor. Demonstro que *tipe* é uma categoria central

na língua, ocorrendo em diferentes contextos: desde sua função canônica de marcar ações sem resultado até sua interação com a negação, sentenças avaliativas, futuro, usos contrafactuais, polidez e gradação de conhecimento. Por fim, destaco uma das funções mais intrigantes desse morfema, observada em uma narrativa mítica, onde *tipe* codifica a percepção alterada do mundo resultante da transgressão de resguardos em situações de vulnerabilidade.

O antigo frustrativo em tupi

Na presente revista *Letras*, em um passado já distante, no ano 1953, Aryon Rodrigues publicou uma síntese da morfologia verbal do tupi antigo. Galucio (2014: 164, 2001: 151-152) comenta que essa referência seria o primeiro local que reconheceria a categoria frustrativo para as línguas da família tupiana. Com o tempo, a noção de frustrativo foi refinada e incorporada à linguística comparativa, tornando-se um conceito descritivo aplicado a diferentes línguas. Alguns trabalhos usaram a mesma denominação para o conceito como na análise do axíninca del Apurucayali (Payne 1982: 44). Outros falam em planos ou intenções frustradas, mas não sufixam o mágico *-ivo* que transforma algo em uma palavra do linguistiquês, como na análise de *Cem* em tohono o'odham (Copley 2005).

Segundo a definição de Overall (2017), um frustrativo é um elemento gramatical que indica que um evento não concretizou um resultado esperado, implicado pela proposição principal da cláusula onde ocorre. Pode haver outra oração que explicita a razão dessa frustração. Sua função está ligada ao domínio epistêmico, pois reflete o conhecimento e as expectativas sobre o resultado de um evento, podendo assumir funções aspectuais e avaliativas. Ao classificar o morfe *biã* como “frustrativo”, Rodrigues (1953: 139), atualiza uma nomenclatura mais antiga. Infelizmente, no artigo em questão, feito como um útil resumo geral e sinóptico, não há um comentário mais amplo sobre suas funções, nem de onde surgiram os rótulos utilizados. Um dos exemplos que Rodrigues anota é um pequeno exemplo que se encontra em Anchieta (1595: 21v) *a-só-biã* “fui, mas não consegui nada”. Aqui é curioso notar que houve um duplo apagamento de Anchieta, sendo citado eventualmente por Rodrigues ou por sua aluna Jensen (1998: 539). Em outros trabalhos, a fonte do dado virou o próprio Rodrigues.

Diante disso, é importante recorrer diretamente ao próprio Anchieta para compreender seu tratamento do morfema *biã*. Anchieta explicou *biã* como “imperfeito”:

Pera o præterito imperfeito fe lhe foe juntar, *biã*, monoffyllabo, vt *Açobiã*, ja eu, mas. Ainda que este, *biã*, fe junta com todos os outros, significando que fe não cumprio ofim pera que fe fazia a

obra, ou algum impedimento. vt, *Açôbiã*, fuy eu, mas nem por iffô me derão tal. *Açaucûbiã*, Amo o eu, mas nem por iffô me ama. tendo o accufatiuo expreffo, ha de ficar, biã, in fine, vt *Aiucâabâbiã*, mato a alguém mas. E afsi fem efte, *biã*, ferue o profente por imperfeito, vt in conjugatione fimphciter & fem outra algũa particula. (Anchieta 1595: 21v)

Uma viagem que não teve sucesso em sua finalidade (não se vai à toa), e um amor não correspondido (não se ama plenamente quando é platônico) são os escassos contextos que podemos tirar dessa explicação. Do assassinato não sabemos quais expectativas frustrou. Infelizmente essa falta de contexto, presente em vários exemplos jesuíticos se mantiveram até as descrições linguísticas atuais, onde apenas uma tradução básica é fornecida.

Em outros escritos podemos encontrar mais contextos e funções para *βiã*, bem como para outras construções similares. E aqui devemos observar que o contexto é parte necessária do dado disponível para análise. Apenas com uma rápida glosa, tal como das antigas artes e da maioria das presentes descrições gramaticais, não conseguimos depreender suas funções. O teatro e poesia de Anchieta, bem como outros com sentido óbvio são uma boa base para compreender a frustração tupi. Afinal, com eles podemos saber das imagens e cenas envolvidas.

O Auto de São Lourenço, peça cujo nome deriva do santo que apadrouou os temiminós aliados dos portugueses critica os antigos costumes tupis, concretizando-os em diabos do grupo inimigo, os tupinambás. Nessa peça, observam-se usos do frustrativo que assumem a função de marcar construções concessivas. Entram em cena imperadores romanos, perseguidores dos cristãos.

Um deles, Décio, diz (a glosa para o frustrativo é FRUS):

(1)	<i>Xe resy Lore-ka'ẽ, xe morubixaba biã.</i>			
	<i>s'ẽ-resĩ</i>	<i>lore-ka'ẽ</i>	<i>s'ẽ-moruβis'iaβa</i>	<i>βiã</i>
	1SG. assar	Lourenço-defumado	1SG.chefe	FRUS

“– Assa-me o Lourenço tostado, **embora** eu seja um rei.” (Anchieta, 2006: 92).

Com essa tradução vemos que a ideia de um aspecto (ou modalidade) frustrativo(a) carrega um parentesco com os concessivos. Ainda que o eu lírico fosse um chefe, o santo Lorenço, padroeiro dos aliados dos portugueses, o atacou.

45 anos depois da publicação de Anchieta, Montoya (1640: 19 [2011: 185]) repete a ideia de que o morfe cognato *biñã~biá* do guarani é comparável ao pretérito imperfeito. Mas com uma ressalva: “No determinadamente, que fiempre fea imperfecto: pues puede fer prefente”. Ou seja, não é o tempo gramatical o traço distintivo do morfe, mas o “tempo” das expectativas. Segundo Montoya, omorfeseriatambémcorrespondentea“pero”

ou “empero” (adversativa), pois *ahechá biñã* é “eu vi algo frustrativamente, pois foi algo que não foi desejado por mim, ou não foi dado para mim” – infelizmente aqui o contexto da sentença traduzida também é escasso. No *Tesouro* (Montoya 1639 [2011: 621]), há um exemplo adicional: *ayapó biñã*, “faço/fazia algo, mas não valeu nada ou não foi satisfatório”. Em Montoya, o morfe está presente em sentenças comparativas, que não comentarei aqui.

Além do morfe *-biã*, outras formas que também expressavam frustração no tupi antigo. Algumas dessas não foram reconhecidas como frustrativos ou que não fica claro se o são, tal como comentou Overall (2017: 494-496) em sua síntese e proposição desse conceito comparativo. Em uma análise recente do tupi antigo, Ferraz Gerardi (2023: 211-212), além de citar brevemente *biã*, ainda indica três “partículas” – *jõte*, *je* e *(?)ĩ* – que seriam variantes da expressão da frustratividade. Nos exemplos analisados, *jõte* e *(?)ĩ* marcam ações realizadas sem intenção ou sem propósito definido, como em “Eu fui (sem intenção)” e “Eu dei (sem intenção)”. Seriam o nosso “à toa”, enquanto *biã* seria “debalde, em vão”. A combinação de *(?)ĩ* e *je* reforça essa nuance, sugerindo que a ação foi feita de maneira despropositada ou sem motivo aparente, como em “Eu simplesmente fiz isso (sem razão)”.

Além desses, ainda há dois morfemas que expressam que algo foi feito em vão ou inutilmente (cf. Navarro 2013:174, 473,). Um deles é *jepe* que também traz uma ideia consessiva. E o outro é *tejẽ*. Assim Figueira (73v) documenta *jepe a-so* ‘irei debalde’. E também (Figueira 74-74v), após citar *biã*, observa que *o-so tejẽ* é ‘foi debalde’.

Um exemplo de *jepe* vem do auto de São Lourenço, quando o diabo-servo Aimbirê fala para o diabo-rei Guaixará sobre um evento de 9 de julho de 1566. Nesse dia, um barril de pólvora estourou, amedrontando os tamoios, inimigos dos portugueses e aliados dos franceses, e fato que foi atribuído a São Sebastião, padroeiro da colonização portuguesa na Guanabara. Aimbirê diz a Guaixará: *ere-j-pitiβõ jepe* “**embora/frustrativamente** você tenha ajudado (os tamoios)”. Outra sentença explica o resultado não esperado: *o-sij muru* “os malditos (tamoio) tremeram (de medo)” (Anchieta 2006: 20-21).

Há também *tejẽ*, usado pelo mesmo diabo Guaixará, quando diz que os jesuítas vieram debalde para pregar: *ou tejẽ sje-peʔa-βo* ‘vieram **em vão** para me expulsar’ (Anchieta 2006: 10). Aqui o frustrativo é usado porque Guaixará ainda está rondando as aldeias coloniais. Mais adiante entre em cena os santos da colonização. O diabo-servo Aimbirê quer mostrar que os aldeões estão sob sua influência e diz que vai contar seus pecados para São Sebastião. O mártir replica: *t-a-s-aenu tejẽ* ‘vou escutar debalde’ (Anchieta 2006: 36-37). O *tejẽ* do tupi antigo provavelmente corresponde ao *tei* do guarani antigo, descrito por Montoya (1639 [2011: 543]) como algo feito com falsidade, sem justificativa ou proveito.

Um terceiro morfe, que talvez não se encaixaria exatamente na definição de Overall (2017) é *ramwer*, que lexicaliza frustração como uma espécie de verbo “frustrar-se”, talvez indicando algo um pouco diferente como em *i-ramwer sje-so* ‘não ouue efeito minha ida’ ou *sje-so-ramwer-a*. É a palavra composta *ramwer* um verbo, segundo Anchieta. Trata-se de uma soma do *ram* ‘futuro’ com o *pwer* ‘pretérito’ nos nomes, segundo Anchieta (1595: 33-34), ou, respectivamente, segundo Rodrigues (2010: 22-23) “o que há de ser” que indica “uma coisa que ainda não alcançou seu estado normal” e “o que foi [...] já perdeu seu estado ou condição normal”. Tanto Rodrigues (2010) quando Cruz (2016), que discute seu uso e origem no nheengatu, observaram que a morfologia dessas raízes funciona como um nominal ou verbo estativo.

Assim explica Anchieta (1595):

Estes como confita de sua fignificação, tem parte de futuro, & preterito, o que ouuera de fer, & não foy, donde nace o verbo, *jrám-boêr* [*i-ramwer*], muito vfado, vt, *jramboêrxeçô* [*i-ramwer sje-so*], não ouue efeito minha ida, vel *xeçôramboéra* [*sje-so-ramwer-a*], minha ida que ouuera de fer. E afsi sua propria formação he do futuro, addito præterito, vt, *Tobâráma* [*toß-a-ram-a*], rofto que ha de fer, mutato vltimo, a,em,*boera*, fica, *ramboéra*, vt, *tobârâboéra* [*toß-a-ramwer-a*]. Mas pera mais facilidade tomeſe eſta regra.

Ele parece indicar interrupção de uma ação planejada, como em *i-ramwer sje-so* ‘não houve efeito minha ida’, antes de que uma ação que foi feita e não teve o fim esperado.

Caso seja possível, com as fontes do antigo tupi, relação entre essas formas, sua semântica e distribuição, teriam que ser melhor estudadas por um especialista qualificado nessa língua. O que quis mostrar aqui é que esses marcadores são interessantes e disponíveis na literatura tupi. E m b o r a variantes cognatas das formas frustrativas do tupi antigo tenham sido descritas em várias línguas aparentadas, sua distribuição e funções ainda são pouco compreendidas. Os cognatos de *βiã* parecem ser os menos numerosos, tendo sido identificados por Jensen (1998: 539) *miamo* do guajajara, *mijã* do wajãpi e *vijã* do guarayu. Porém, sendo seu trabalho uma síntese geral, Jensen não apresenta em profundidade nenhum desses elementos e eles não são rapidamente verificáveis em descrições mais recentes.

Na língua descendente do tupi antigo, o nheengatu, é utilizado um *jepe* (Cruz 2011: 379). Há usos similares mas outros que mereceriam melhor observação sobre os contextos de uso. Em asurini do Xingu é *d̥ʒepe* e também tem o significado de “fingir fazer algo” (Pereira 2009: 183), que é antes “frustrar” em relação uma aparência externa do que o movimento interno do evento e que se poderia relacionar com o “fictivo” identificado no tupi antigo

por Rodrigues (1953: 140). Outro conjunto de similaridades aparentes ocorre entre aweti *tepe* (Reiter 2011), com o ka'apor *tipe* (Kakumasu 1986: 390). Em wajãpi, há *ipe* e *panẽ* (Copin 2012: 143-144).

Em asurini do Xingu, há também *panemi*, identificado como frustrativo (Monserrat 1988: 28; Nicholson 1982: 11). Um morfema similar ocorre em parakanã (2003: 133) e araweté (Solano 2009: 128, 227-228, 473), onde o frustrativo *pane* é usado para eventos evitados, mais do que para ações sem um resultado alcançado, como na sentença “eu quase quebrei um jabuti”. Outras variações cognatas incluem *pana* no ava-canoeiro (Silva 2015) e *panẽ* no apyãwa, onde aparece em contextos como “querer matar em vão” (Praça 2013: 347). No araweté, há ainda um outro morfema similar ao *futat panemi* do asurini do Xingu, que Solano (2009: 228-229) descreve como um “frustrativo com intenção” (cf. abaixo a seção §3.4). No kamaiurá, além de *jepe* (frustrativo contra-expectativo), há *-panem*, que expressa uma ação sem sucesso e pode coocorrer com *jepe* (Seki 2000: 338). No wajãpi, os frustrativos *panẽ* e *ipe* também são registrados (Copin 2012: 141, 143, 153), o que aproxima essa língua do kamaiurá e do asurini do Xingu.

Esses exemplos devem derivar de *panema*, palavra que também entrou no português brasileiro, um conceito que passou por gramaticalização e que originalmente descrevia o estado de um caçador azarado, ou seja, frustrado em sua busca. Essa origem sugere que, em diversas línguas tupis, o frustrativo pode ter se desenvolvido a partir de expressões ligadas ao insucesso na caça, um domínio experiencial fundamental para muitas dessas sociedades.

Nas línguas que podemos chamar de “guaranianas” e “guaraniódes”, a combinação do futuro nominal com o passado é definida como frustrativo: sirionó <*rague~dague*> (Priest 1980) yuki <*rague*> (Villafañe 2004: 172), cognatos com o *ramwer* do tupi. Em yuki, o morfe parece poder aparecer de forma independente com sentido de predicação “que inútil!” (Villafañe 2004: 173). Ainda nesse subconjunto guaranióde de línguas há outra série de morfes cognatos entre si e cognatos do antigo tupi *tejẽ*, considerados frustrativos: <*tei~teĩ*> do guarani chaquenho (ex-chiriguano, Dietrich 2010: 347-349) e *teĩ* do mbya (Dooley 2016). Dietrich (2006) faz uma proposta etimológica para essa forma., dizendo que derivaria de *-te* intensificador. Para ele, a frustração seria um possível desdobramento da intensidade, ou seja, a ênfase na realização da ação carrega consigo a possibilidade do fracasso. Entretanto, a forma do tupi antigo *tejẽ* talvez indique outro rumo etimológico.

Os frustrativos são reconhecidos há tempos e amplamente identificados em diversas línguas, formando agrupamentos de cognatos. No entanto, apesar dessas identificações, ainda falta um estudo mais detalhado sobre os contextos de uso e as variações funcionais desses morfemas. A maior parte das descrições limita-se a categorizar os frustrativos sem aprofundar

suas nuances semânticas e pragmáticas, muitas vezes sem oferecer contexto suficiente para compreender suas condições de uso. Como apontado por Overall (2017: 179), as análises frequentemente se restringem a poucos exemplos, sem considerar se todos esses elementos compartilham realmente uma base funcional comum.

Além disso, os estudos descritivos sobre frustrativos geralmente se concentram na morfologia e na categorização superficial dos morfemas, sem investigar a complexidade semântica subjacente. Em muitos casos, as frases analisadas são extraídas de seus contextos discursivos, omitindo informações cruciais para entender por que um evento foi frustrado. Como demonstram os estudos de Kroeger (2017, 2024), as variações dentro da categoria frustrativa são múltiplas: um evento pode ter sido planejado, mas não realizado; pode ter sido iniciado, mas interrompido; pode ter ocorrido, mas sem alcançar o efeito esperado. Para que o frustrativo se torne um parâmetro de comparação realmente translinguístico, é essencial que futuras pesquisas ampliem a documentação contextualizada de seu uso, explorando suas interfaces com negação, modalidade e evidencialidade em diferentes tradições linguísticas.

Diante dessas questões, a análise de casos específicos pode oferecer uma visão mais detalhada sobre como os frustrativos operam em diferentes línguas. O ka'apor, por exemplo, apresenta o morfema *tipe*, cuja diversidade de usos permite explorar a interação do frustrativo com outros domínios gramaticais e suas diferentes funções. A seguir, analiso os diversos contextos de uso de *tipe*, oferecendo uma primeira abordagem para sua compreensão.

Ka'apor: alguns usos do frustrativo

O povo ka'apor vive na Terra Indígena Alto Turiaçu, no Maranhão, uma das últimas grandes áreas contínuas de floresta da Amazônia Oriental. Eles falam a língua ka'apor, do ramo maweti-guarani da família Tupi. Tradicionalmente se sustentam da caça, pesca, agricultura e coleta, que os faz manter uma forte da floresta, que é fonte de alimentação, remédios e conhecimentos. Apesar das fortes pressões externas, como invasões, desmatamento e projetos de mineração, o povo ka'apor vêm fortalecendo suas formas de governo, vigilância territorial e educação própria.

A língua ka'apor também é falada em municípios ao redor da Terra Indígena e em outras reservas indígenas contíguas. A língua se mantém como o principal meio de comunicação na comunidade, sendo transmitida às novas gerações na maioria das aldeias, com exceção de uma. A língua ka'apor está em contato com outras línguas na região. Uma dessas línguas é também exclusiva desse povo, trata-se de sua língua de sinais, desenvolvida pelos surdos e com os surdos dentro da comunidade falante (Godoy 2022, 2020). Além da presença da língua ka'apor de sinais, há interações com membros dos povos tembé e timbira, que atualmente falam português em diferentes graus. Além disso,

os falantes de awá-guajá na área também são competentes em ka'apor. Esse cenário plurilíngue faz do ka'apor uma espécie língua dominante na escala regional da Terra Indígena, agregando falantes de diferentes origens, tal como o português faz numa escala diferente.

Os exemplos a seguir são em sua maioria derivados de pesquisa com o método de linguística documental, através de acervo audiovisual digital e publicamente disponível. Além disso há exemplos escritos, dos textos enciclopédicos de Faustino Rossi Kaapor. Faustino Rossi Ka'apor é reconhecido por seu trabalho como professor, tradutor e autor de materiais sobre a cultura e a língua de seu povo. Ele reside na Aldeia Axyngy renda, no município de Centro do Guilherme, Maranhão. Entre suas contribuições, destaca-se a participação na compilação da obra *Ymaniha ta Ma'e Panduha ke*: Mitos Urubu-Kaapor, publicada pela Sociedade Internacional de Linguística em 1990 e 2005, que reúne narrativas tradicionais do povo Ka'apor. Desde 2018, Faustino Rossi Ka'apor tem compartilhado registros escritos relacionados à cultura e à natureza de sua região, escritos esses que estamos tentando transformar em publicação. Atualmente, seus cantos estão sendo registrados e arquivados no âmbito de nosso projeto de documentação, *Yman har ma'e pandu ha: Myths and accompanying co-speech gestures in Ka'apor* (Godoy e Abreu 2022).¹

Há também exemplos retirados da tradução do Novo Testamento, que poderiam parecer dados estranhos, mas, tendo em vista que ele foi revisado por diferentes pessoas ka'apor, incluindo Faustino Rossi, podemos fiar o uso desses dados, ao menos na intenção de nosso artigo. Nos exemplos falados uso o Alfabeto Fonético internacional para representar a fonêmica da língua. Nos exemplos escritos simplifico a interlinearização e não uso o Alfabeto Fonético Internacional como representação fonêmica.

Faustino Rossi Ka'apor é um dos professores mais antigos do povo ka'apor, com experiência na produção de textos e na tradução. Ele descreve o frustrativo, das sentenças afirmativas, como algo que não é verdadeiro, uma ação “como se fosse de mentira”, uma explicação que se alinha parcialmente ao conceito comparativo de frustrativo.

A função mais canônica do frustrativo é marcar a não realização de um evento esperado. Isso significa que uma ação foi iniciada, planejada ou parecia levar a um determinado resultado, mas esse resultado não se concretizou. Um exemplo da função mais canônica de frustrativo é um canto (2) que o

¹ Agradeço a todo pessoal ka'apor que me recebeu e ensinou, em especial os que cito suas palavras nesse artigo. Fui financiado pelo Endangered Languages Documentation Programme (ELDP), com bolsa de pós-doutorado hospedada no departamento de linguística da Universidade do Texas em Austin, para as pesquisas realizadas entre 2022 e o presente. Agradeço a André Sanches de Abreu e a Kristina Balykova pelo interesse nos frustrativos, parceria na pesquisa e por sugestões e correções no presente artigo. Todos os erros, como manda a fórmula, são meus. Mas talvez tudo não passe de uma impressão, oscilando entre a entropia e a sintropia do pensamento.

agora finado Sarumã ru (ou Mati) ouviu enquanto estavadoente. Na ocasião, Mati viu fantasmas que cantaram a ele, dizendo que vieram em vão, pois Mati não iria para o mundo dos mortos e acabaria melhorando.

- (2)

<i>nɛ</i>	<i>rɛhɛ</i>	ja-jur	= <i>tipe</i>	ã
2SG	junto.de	1pl-chegar	FRUS	?

‘Viemos debalde até você’.

Contexto:
Os mortos acharam que Mati já iria morrer e vieram até ele para levá-lo. Entretanto Mati avisou que estava se curando e que não ia não com os espíritos dos mortos.

Um outro exemplo, de uma narrativa mítica contada por Ximi ru (ou Xa’y), conta de um ka’apor que achava que o próprio irmão estava tendo um caso com a esposa. Entretanto, isso não era verdade, segundo a versão de Xa’y.

- (3)

<i>i-mũ-rakehar</i>	<i>rɛhɛ</i>	<i>i-ɔ</i>	= <i>jɛ</i>				
3-irmão ♂-esposa	junto.de	3-estar	=HSY ¹				

‘Diz-se que (homem A) estava junto da esposa de seu irmão (B).’ (isso é, estava chegando a vias de fato)

<i>nɪ/(ɔj)*</i>	<i>anĩ</i>	<i>tipe</i>	= <i>jɛ</i>	<i>aʔɛ</i>	<i>u-kʷa-ha</i>	<i>tɛʔɛ</i>	<i>aja</i>
nad(a)	não	FRUS	=HSY	3	3-saber-NMLZ ²	apenas	assim

‘Mas não (era verdade), diz-se que, era apenas o que ele (B, o irmão pseudo-traído) pensava.’

<i>maʔã-im</i>	<i>tipe</i>	<i>i-ɔ</i>	<i>ɛhɛ</i>	= <i>jɛ</i>
3.namorar-negação	FRUS	3-estar	junto.dele	=HSY

‘Em vão (homem A) não estava olhando para ela (para a esposa de B).’
Gênero: narrativa mítica, por Ximiru ou Xa’y.
Contexto: início de uma narrativa que conta sobre um homem (A) que foi abandonado por seu irmão (B) no topo de uma árvore.

Aqui o frustrativo tem como escopo dois sintagmas: o da particula de negação *anĩ*, e o do verbo ‘olhar-namorar’ sufixado com a negação. O que torna esse caso particularmente interessante é que ele exemplifica um evento inexistente marcado pelo frustrativo, pois mesmo que não tenha acontecido a traição, o marido ciumento interpretou a situação como se ela tivesse acontecido. No caso da oração afirmativa (1), uma ação foi executada mas não teve o resultado esperado (os espíritos foram até Mati, cantaram mas não o levaram, tal como pressupuseram que aconteceria). Em (2), uma ação não existente (a traição) acarreta uma consequência não esperada (tentativa de fratricídio). Portanto, o uso do frustrativo indica que o esperado era a falta de qualquer consequência negativa por algo que não aconteceu.. Em outras palavras, os espíritos agiram com uma visita que não culminou em morte. Já o ciumento agiu com uma vingança baseada em uma percepção equivocada da realidade.

- (i) Evento (espíritos chegam e cantam)→resultado não realizado (morte)

¹ HSY é ‘hear say, um evidencial reportativo.

² Nominalizador.

(ii) Evento (tentativa de fratricídio) → resultado não realizado (paz entre irmãos)

Mais dois exemplos de negativas frustradas são encontrados nos escritos por Faustino Rossi Kaapor. Eles também demonstram claramente que o frustrativo não desfaz a negação. O primeiro (4) vem da história dos irmãos, um filho do deus Mair e outro filho do enganador Mucura. Esses dois meninos estavam no ventre da mesma mãe, que acabou indo parar na casa dos Jaguaretês. A avó Onça se simpatiza da mulher grávida e a esconde. Quando os Jaguares chegam, a avó Onça não lhes fala onde está a mulher: em vão, pois os jaguares vão descobrir e matar a grávida para comer.

- (4) “Nde rehe amō awa ke uwyr my?”
“Por acaso chegou ninguém até você?”
A’i pandu ym tipe.
idosas 3.falar neg FRUS
A velha (Onça) não falou em vão (pois descobririam a mulher escondida).
Gênero: narrativa mítica escrita (Faustino Rossi Kaapor).

O segundo exemplo (5) é particularmente interessante. Faustino Rossi escreve sobre o uso da casca de ipê como remédio de resguardo. (Como é um texto escrito e o morfe em foco é apenas um pedaço da sentença, simplifico a interlinearização, para não desfazer o estilo ortográfico.)

- (5) Puhā aja saka. Awa u’u ym tipe. I’ar pe awa pyrū tī.
É como remédio gente 3-beber NEG FRUS pisa em cima dela

Pe mupyano.
Então é tratado

(A casca de ipê) é como remédio. **Embora** não se beba. Se pisa em cima (da casca). Então fica tratado.
Gênero: explicação enciclopédica escrita, por Faustino Rossi Kaapor.

Neste caso, a negativa frustrativa não implica que a ausência da ingestão resulte na ausência do efeito medicinal. O frustrativo *tipe* introduz uma contradição aparente entre a forma esperada de uso de um remédio (ingerido) e o efeito terapêutico alcançado por outro meio (pisando sobre a casca). Em uma afirmativa, quando uma pessoa ingere um remédio – *awa u-ʔu*, espera-se um efeito de cura ou tratamento, expresso como *mupiano*. Se não há ingestão (*awa u-ʔu-im* com negação), pressupõe-se que não haverá efeito. Entretanto, no caso analisado, o uso de *tipe* em *awa u-ʔu-im tipe* indica que, apesar da ausência da ingestão, o efeito esperado (cura) ainda ocorre. Assim, o frustrativo não apenas marca a quebra entre expectativa e realidade, mas também sugere um deslocamento no conceito de causalidade: o tratamento acontece mesmo sem o ato canônico de beber o remédio, demonstrando que *tipe* pode operar na interface entre frustração de expectativa e concessividade.

Essa interação é diversa das interações do escopo do frustrativo e da negação da língua sakurabiat (do sub-ramo tupari), tal como estudadas por Galucio (2014: 172-174). Nessa língua, o frustrativo cancela a negação como

nos exemplos em que algo quase não aconteceu, mas acabou acontecendo, como nos exemplos em que um tapir quase não morreu exemplo (14a) e (14b) em Galúcio (2014), aqui renumerado como (6) e (7) ,ou que alguém quase não foi encontrado em casa exemplo indexao como (12) em Galúcio, não reproduzido aqui.

- (6)

po:riat

anta

mĩ-a

atirar-vogal.temática

õt

1SG

se-pak^{wa}-r-ap

3-morrer-PST-NEG

Etaop

FRUS

‘Eu atirei na anta, e ela **quase** não morreu (ela quase sobreviveu, mas acabou morrendo).’

(7)

po:riat

anta

mĩ-a

atirar-vogal.temática

õt

1SG

se-pak^{wa}-r-ap

3-morrer-pst-neg

‘Eu atirei na anta, e ela não morreu.’

No exemplo (6) do sakurabiat, a partícula frustrativa ocorre após uma forma verbal negada. O efeito semântico dessa combinação é inverter o valor da negação: a sentença, que literalmente expressa que o animal “não morreu”, passa a significar que ele de fato morreu, ainda que contrariando uma expectativa ou possibilidade anterior. A presença da partícula frustrativa etaop introduz a ideia de que a morte do animal era improvável ou quase não ocorreu, mas acabou acontecendo. Já no exemplo (7), estruturalmente semelhante, porém sem o frustrativo, a negação permanece válida e o sentido final é que o animal realmente sobreviveu. Assim, no sakurabiat, a partícula frustrativa pode ter como efeito cancelar ou anular a negação anterior, resultando em um evento que efetivamente aconteceu, embora fosse inesperado. Isso não acontece em ka’apor, já que nessa língua o frustrativo pode operar sobre o evento negado como um todo. Em sakurabiat ele tende a desqualificar a negação, tornando um evento frustrativamente negado, pois efetuado.

Frustrativo avaliativo

O *tipe* pode veicular insatisfação, sendo usado como um “infelizmente”, codificando, portanto uma expectativa. Isso é, uma função avaliativa (Overall 2017: 484) No exemplo (5), Faustino Rossi comenta que atualmente há muitas mudanças, e que os costumes de seu povo agora são diferentes.

(8)

amõ kotu

Diferente

aja

assim

saka

parecem

tipe

FRUST

‘Infelizmente, agora as coisas estão diferentes’

Gênero: áudio de WhatsApp

Contexto: Comentário sobre as mudanças culturais, antes dessa frase foi comentado quais mudanças os jovens estão adotando

Futuro frustrativo: A continuidade não realizada

Para codificar uma ação que se pretendeu fazer, mas não se fez, combina-se o futuro, com o sufixo verbal *-ta*, com o *tipe*, como já observou Kakumasu, chamando essa função de “intenção não realizada” (1986: 390-391).

O exemplo a seguir (6) é de uma narrativa mítica contada por Sarumã mãe (ou Filomena), quando um caçador que foi em busca de matar um jagaretê encantado, chamado *aε*, não volta. Sua esposa então relata o que ele foi fazer, mas não sabe o que aconteceu. Embora a dúvida paire sobre a esposa, ela parece supor que a caçada deu errado, visto que ele ia matar, o que pressuporia já ter voltado.

- (9)

<i>aε</i>	<i>juk^wa-ta</i>	<i>tipe</i>	<i>ã</i>	<i>aja=jε</i>
Aé	3matar-fut	FRUST	?	assim=hsay

‘(Ele) tinha ido matar Aé, assim disse (ao pajé). (Mas até agora não voltou)’

Gênero: narrativa mítica, por Sarumã mãe ou Filomena.

Contexto: A esposa do personagem desaparecido relata o que ele teria ido fazer.

Alguns exemplos bíblicos (LIGA BÍBLICA INTERNACIONAL 2012) usam essa sequência, como quando José, ao saber que Maria estava grávida, quis a deixar (6).

- (10)

<i>“Mā! Imembyr”</i>	<i>aja Jose ukwa rahã,</i>	<i>Mari ke</i>	<i>hijar ta tipe.</i>
“Eita! (Maria tem filho!)”	Quando José soube isso	a Maria	ele iria abandonar

Gênero: Tradução escrita do Novo Testamento.

Contexto: José iria abandonar a Maria, mas o texto observa que não seria um abandono regular, pois depois José decide que iria cancelar de forma secreta, para não demoralizar Maria.

Uma interpretação contrafactual da combinação do futuro com o subordinador *rahã* torna-se evidente no exemplo (11), retirado do capítulo 11 do Evangelho de Mateus, onde Jesus censura cidades que testemunharam seus milagres, mas não se arrependeram. Em especial, destaca-se a cidade de Cafarnaum — onde Jesus viveu por um período significativo e que, segundo a tradição, seria também a cidade natal de Mateus. Apesar de ter sido palco de muitos feitos de Jesus, Cafarnaum é comparada desfavoravelmente a Sodoma e condenada com severidade (Mateus 11:23). Corazaim e Betsaida, outras cidades citadas, também são colocadas em construções contrafactuais, nas quais se afirma que, se os milagres tivessem sido realizados em cidades pagãs, estas teriam se arrependido.

- (11)

<i>Aja ymanihar</i>	<i>Sondo ok ta pe</i>	<i>ihẽ</i>	<i>a-ma’e~ma’e-ta</i>	<i>tipe</i>	<i>rahã,</i>
Assim,	na cidade de	1sg	1sg-fazer~red-FUT	FRUS	se
antigamente	Sodoma				
<i>ame’ẽ ok ta</i>	apo	<i>i-xo-ta</i>	<i>tipe</i>	tĩ.	
essa cidade	agora	3-existir-FUT	FRUST	também	

‘Assim se antigamente eu tivesse realizado meus feitos na cidade de Sodoma, essa cidade ainda existiria.’

Essa interpretação contrafactual está presente também em uma sentença negativa no tempo futuro.

- (12) *Ma'e mukaniha* *u-wyr* *ame'e ke* *ok jar* *ukwa rahã,* *u-kwer-ym-ta* *tipe*
ladrão 3-vir isso dono da casa se soubesse 3-dormir-neg-fut frust
Se o dono da casa souber da chegada de um ladrão, não dormiria.
Gênero: Tradução escrita do Novo Testamento.

Das que frustram a expectativa de sua categoria

O exemplo (13) a seguir mostra um uso de *tipe* modificando um nome, em vez de uma oração inteira. Nesse contexto, ele assume uma leitura concessiva. Além disso, sua posição difere dos outros exemplos, nos quais *tipe*, que parece ser um enclítico frasal, aparecia na periferia final (“direita”) da sentença (cf. uma versão parcial do template da estrutura da sentença verbal em Kakumasu 1986: 385) e escopava toda a oração. Aqui, no entanto, *tipe* ocorre imediatamente após o nome ‘moça’, indicando que a frustração recai sobre a expectativa vinculada a esse constituinte.

- (13) *kujātāj* *tipe* *22 anos* *ahuha* *namõ* *i-jõ*
moça FRUST doença com 3-estar
Embora sejam jovem mulheres, 22 anos, estão com doenças.
Gênero: áudio de WhatsApp
Contexto: Comentário sobre a falta de cumprimento atual dos cuidados tradicionais, durante épocas de resguardo, o que leva a problemas de saúde.

Aqui, a concessividade emerge da contradição entre a expectativa frustrada associada à juventude (“moça” implicando vitalidade) e a realidade (“estar doente”). Dessa forma, *tipe* atua como um marcador de frustração sobre essa expectativa, sinalizando a discrepância entre o esperado e o real, como nos exemplos anteriores. No entanto, há uma diferença importante: enquanto em outros casos o frustrativo incidia sobre eventos, aqui ele modifica um constituinte nominal, demonstrando uma interação mais localizada dentro da estrutura da sentença.

Polidez como desejo frustrativo

O *tipe* também pode ser utilizado como meio de fazer pedidos e requisições serem mais polidos e, nesse caso, ele é usado junto do verbo *putar* ‘querer’. Eu levei algumas cartilhas feitas no âmbito de um de nossos projetos e, como não tinha muito dinheiro, consegui imprimir umas 15 no máximo. Distribui para alguns colegas do povo e dei a maioria para Faustino Rossi,

professor, cantor e intelectual colaborador de nossa pesquisa. Mesmo assim foram poucas e Faustino Rossi então falou:

- (14)
- | | | |
|-------------|----------------|-------------|
| <i>heta</i> | <i>a-putar</i> | <i>tipe</i> |
| muitas | 1SG-querer | FRUST |
- ‘Eu gostaria de muitas (cartilhas)
Gênero: mensagem de WhatsApp
Contexto: Necessidade de muitos exemplares de uma cartilha

Este uso de *tipe* apresenta semelhanças com o frustrativo *dara* do kimaragang, descrito por Kroeger (2017, 2024: 9-10) e com o frustrativo *cem* do o’odam (Hale 1969: 2006). Em kimaragang, o frustrativo não apenas indica um desejo ou expectativa incerta — sinalizando que a realização do pedido não é garantida — mas também evita que o desejo seja completamente invalidado. Sua principal função é a atenuação pragmática, tornando a solicitação menos direta e mais polida. No kimaragang, um pedido expresso de forma imperativa, como *po-owit oku dikaw do sigup* (‘traga-me um pouco de tabaco’), se torna mais cortês com a inserção do frustrativo: *o-owit oku **dara** dikaw do sigup* (‘gostaria que você me trouxesse um pouco de tabaco’). Assim, o frustrativo introduz a possibilidade de que o pedido não seja atendido, suavizando a imposição da fala e funcionando como um marcador de cortesia.

Bertinetto (2005: 18-20) analisa a interação entre o futuro e o frustrativo no guarani chaquenho, demonstrando que a combinação desses elementos torna a realização do evento incerta, potencial, diferenciando-se do futuro simples, que apresenta o evento como certo ou altamente provável. Podemos correlacionar essa incerteza com o uso do frustrativo em pedidos, pois em ambos os casos há uma atenuação da certeza. No caso dos pedidos, o frustrativo suaviza a solicitação, tornando-a menos categórica, como ocorre em kimaragang (*dara*) e em ka’apor (*tipe*).

No caso do futuro frustrativo do guarani chaquenho, a incerteza introduzida pelo frustrativo indica que a realização do evento é menos garantida, tornando o futuro não categórico. Entretanto, como vimos nos exemplos (9-12) no ka’apor, a combinação de futuro e frustrativo apresenta um efeito distinto, indicando uma ação interrompida em vez de apenas um evento incerto. Isso sugere que, apesar da correlação funcional entre atenuação e incerteza, o papel específico do frustrativo pode variar entre as línguas.

Eu sei bem algo, mas poderia saber mais

Uma função interessante do marcador frustrativo aparece em contextos de avaliação do próprio conhecimento. Em um diálogo com Sarumã mãe (também conhecida como Filomena), ela respondia a perguntas do antropólogo André Sanches sobre pajelança. André é pesquisador de nosso

projeto de documentação (Godoy e Abreu 2022). Sarumã mãe afirmou que os pajés haviam desaparecido e que, atualmente, já não se sabia mais nada sobre pajelança. André então comentou que Salomão – filho de Sarumã mãe – teria dito que ela mesma era pajé. O diálogo que se segue mostra como o frustrativo aparece em uma hesitação que marca os limites de sua atuação, mesmo que ela tenha o saber da pajelança: “Eu só sei um pouco” (diz Sarumã mãe); “Só um pouco que você sabe?” (pergunta André); “Eu sei um tantinho assim... pouco... Não!” (responde Sarumã mãe, hesitando). Na sequência, ela diz:

- (15)
- | | | | | |
|------------|-------------------------|-------------|-------------|----------|
| <i>ihẽ</i> | <i>a-k^wa</i> | <i>katu</i> | <i>tipe</i> | <i>ã</i> |
| 1sg | 1sg-saber | bem | FRUST | ? |
- ‘Eu sei bastante (mas não tem efeito).’
Gênero: Diálogo
Contexto: Sarumã mãe comenta sobre os limites de seu conhecimento sobre pajelança.

O uso de *tipe* comunica que, apesar de dominar parte importante do conhecimento, sua atuação enquanto pajé é limitada ou interrompida. Assim, o frustrativo suaviza a declaração, expressando não apenas uma modéstia epistêmica, mas também uma adequação às condições que tornaram inoperante esse saber. Esse uso indica que, embora Sarumã mãe reconheça um certo grau de conhecimento, ele é avaliado como insuficiente ou limitado em relação ao esperado ou necessário — o frustrativo *tipe* qualifica essa insuficiência.

Um uso semelhante foi registrado com Faustino Rossi Kaapor, que, ao comentar sobre o processo de pacificação de seu povo, observou que já conhecia bem a história, mas que ainda estava pesquisando. Para expressar essa ideia de conhecimento em progresso e ainda incompleto, usou a mesma construção: *a-k^wa katu tipe* “sei bem, mas ainda assim (há mais para eu pesquisar)...”.

Quando Ywytu vê bicho como gente, a realidade é frustrativa

Uma narrativa ka’apor conta a história de Ywytu. Era um ka’apor cuja esposa estava grávida. Ela então aborta. Após o aborto de seu filho, sabendo ou não do ocorrido, Ywytu entra em um estado de vulnerabilidade. Apesar do aviso da esposa sobre os perigos espirituais, ele segue para a mata para caçar. Lá, encontra um veado-mateiro que, em vez de fugir, encara Ywytu, sendo um marco na alteração da sua percepção. Seu discernimento se apaga, e ele passa a ver a floresta de forma girada: o marajazal se torna um bananal, a água acumulada no toco de um cajueiro vira uma igaçaba de cauim. Nessa nova visão, Ywytu testemunha uma cerimônia conduzida por Tatus, que distribuem cauim aos animais, agora percebidos como gente. Embriagados, eles cantam e celebram, enquanto Ywytu permanece desorientado. A narrativa segue a

estrutura de um ciclo mítico, onde um estado de vulnerabilidade (aborto) leva a uma transgressão (caçar em um momento de poluição), resultando em uma consequência transformadora (acesso ao mundo animal), até que, por fim, ocorre o retorno do protagonista à sua realidade.

Uma das transformações na percepção do protagonista é que a noite vira dia. Na versão narrada por Kawasu Putyr, o momento em que isso acontece é codificado pelo *tipe*

(16)	<i>pɛ</i>	<i>pitun</i>	<i>ɔ-hɔ</i>	<i>ifo=jɛ</i>	<i>upa-ta</i>	<i>pitun</i>	<i>ɔ-hɔ</i>	<i>ifo=jɛ</i>
	então	escuro	3-ir	estar =HSY	fim-FUT	escuro	3-ir	estar =HSY
	<i>sawaʔɛ</i>	<i>kɔja</i>	<i>maʔã~maʔã=wɛ=tĩ</i>					
	homem	assim	olhar~olhar=ainda=também					
	<i>pɛ</i>	<i>wɛra=tipɛ=jɛ</i>						
	então	clareou=FRUS=HSY						
	‘Então estava escurecendo. Estava terminando de anoitecer. O homem desse jeito também continuou olhando e olhando. Então, ficou claro [raiou o dia], contra a percepção esperada, conta-se.’							

A discrepância entre o que se vê e o referente esperado em condições normais é também codificada pela sentença narrada por Sarumã (ou Ira te). A frase (17) abaixo surge quando Ywytu, após adormecer à beira da vereda, acorda em um estado alterado de percepção, resultado de sua vulnerabilidade espiritual. Anteriormente, ele sabia perfeitamente onde estava durante a caçada, mas ao despertar, seu discernimento foi invertido. Nesse momento, ele passa a ver o mundo de forma distorcida:

(17)	<i>pakɔ sarara-ti</i>	<i>rupi</i>	<i>tipe=jɛ</i>
	banana.espécie	ao.longo.de	FRUS=HSAY
‘Ele estava (andando) por uma plantação de banana do tipo <i>sarara</i> , diz-se (mas na realidade estava andando no mato).			
Gênero: narrativa mítica, por Sarumã (ou Ira te)			

Uma análise dessas sentenças é que ela significa o seguinte: no mundo, segundo uma percepção humana de um modo normal, estava anoitecendo ou se via uma espécie de floresta. Na percepção do mundo fora do normal do protagonista, amanheceu, enquanto deveria ter visto como noite. Também Ywytu viu elementos que indicam um assentamento humano (uma modificação cultural), a plantação de banana, enquanto deveria ter visto uma floresta.

O uso do morfema *tipe* aqui expressa a frustração de uma expectativa perceptiva: o que se apresenta como uma plantação organizada, de banana da variedade chamada *sararpa* – um indicativo de espaço habitado e modificado pela cultura humana – é, na verdade, um marajazal, uma zona selvagem. Há, portanto, uma quebra entre a percepção alterada do personagem e a realidade

compartilhada pelos humanos. O *tipe* opera nesse caso como marcador dessa incongruência cognitiva, sendo mais do que um frustrativo no sentido clássico de ação sem êxito: ele revela um descompasso entre mundo percebido e mundo compartilhado.

Em grande parte dos usos de *tipe*, ele é associado a ações que não alcançam seu efeito esperado, ou seja, são realizadas “em vão”. No entanto, no caso de Ywytu — o pai do filho abortado — não se trata de uma ação incompleta ou mal-sucedida, mas de uma distorção perceptiva. Há aqui uma avaliação do ponto de vista humano sobre a veracidade das entidades percebidas. Ywytu, em seu estado alterado de consciência, interpreta como humanas e culturais figuras e espaços que, de fato, pertencem ao mundo animal e natural. O frustrativo, nesse contexto, marca a frustração não de uma ação, mas da percepção em si, cuja validade é colocada em questão.

Concluindo em vão

Comecei apresentando um panorama do frustrativo no tupi antigo e em línguas aparentadas, destacando como essa categoria foi reconhecida desde os primeiros estudos da língua, já noséculo XVI, mas permanece, até hoje, pouco explorada. A análise das fontes históricas, como Anchieta e Montoya, revela diferentes morfemas que expressam algo de frustração (*βiã*, *jepe*, *tejẽ*, *ramwer*), muitas vezes com nuances concessivas, avaliativas ou ligadas à causalidade interrompida. Além disso, a comparação com línguas tupis modernas mostrou que a categoria frustrativa pode ter origens diversas, incluindo a gramaticalização de termos ligados ao insucesso na caça, como panema. No entanto, os estudos descritivos frequentemente se limitam a listar os morfemas sem fornecer dados suficientes sobre seu funcionamento discursivo e semântico, tornando necessária uma investigação mais aprofundada sobre seu escopo e variação.

Ao analisar o *tipe* em ka’apor, busquei contribuir humildemente para essa lacuna, oferecendo uma descrição detalhada de seus usos em contextos reais.

Tabela 1 – Exemplos do frustrativo em ka’apor

Ex.	Sentença	Tradução livre	Construção	Função do frustrativo
(2)	<i>ne rehe ja-jur =tipe ã</i>	Vimos debalde até você	Afirmativa + frustrativo	Frustração de resultado esperado (espíritos não levam Mati)

(3)	<i>i-mũ-rakehar rehe i-fɔ</i> =jɛ <i>nif(ɔj)* anĩ tipe</i> =jɛ <i>aʔɛ u-kʷa-ha tɛʔɛ aja</i> <i>maʔã-im tipe i-fɔ ɛɛ</i> =jɛ	Estava junto da esposa do irmão. Mas não (era verdade), era o que ele pensava. Em vão (não estava olhando para ela).	Negação + frustrativo	Evento imaginado causa ação real; frustração da negação
(4)	<i>A'ĩ pandu ym tipe</i>	A velha não falou em vão	Negação + frustrativo	Negação frustrada (descobriram a mulher)
(5)	<i>Puhã aja saka. Awa u'u ym tipe. I'ar pe awa pyrũ tĩ. Pe mupyano.</i>	Embora não se beba, é tratado	Negação + frustrativo	Frustração de expectativa causal (remédio de cura sem ingestão oral)
(8)	<i>amɔ kɔtɪ aja saka tipe</i>	Infelizmente, agora as coisas estão diferentes	Afirmativa + frustrativo	Frustrativo avaliativo
(9)	<i>aɛ jukʷa-ta tipe ã</i> <i>aja=jɛ</i>	Ele tinha ido matar Aé, assim disse	Futuro + frustrativo	Ação esperada não realizada
(10)	<i>Mari ke hijar ta tipe</i>	Ele iria abandonar Maria	Futuro + frustrativo	Intenção não realizada
(11)	<i>aja ymanihar...</i> <i>i-ma'e~ma'e-ta tipe</i> <i>rahã</i>	Se eu tivesse feito, Sodoma existiria	Futuro + frustrativo	Contrafactual
(12)	<i>u-kwer-ym-ta tipe</i>	Não dormiria	Negação + futuro + frustrativo	Contrafactual negativo com frustrativo
(13)	<i>kujãtãj tipe <22 anos></i> <i>ahĩha namɔ</i> <i>i-fɔ</i>	Embora sejam moças, estão doentes	Nome + frustrativo	Frustração de expectativa nominal (concessiva)
(14)	<i>heta a-putar tipe</i>	Eu gostaria de muitas (cartilhas)	Desejo + frustrativo	Pedido polido
(15)	<i>ihẽ a-k ʷa katu tipe ã</i>	Eu sei bem, mas sem poder pajelar	Afirmativa + frustrativo	Reconhecimento de limitação da ação a despeito do conhecimento
(16)	<i>pe pitun ɔ-hɔ ifo=jɛ</i> <i>upa-ta pitun ɔ-hɔ ifo=jɛ</i> <i>sawaʔɛ kɔja</i> <i>maʔã~maʔã=wɛ=tĩ</i> <i>pe wera=tipe=jɛ</i>	Então, estava escurecendo, terminando de anoitecer. O homem, desse jeito continuou olhando. Então, ficou claro, contra a percepção esperada	Afirmativa + frustrativo	Percepção frustrada; distorção cognitiva (noite por dia)
(17)	<i>pakɔ sarara-tɪ rupi</i> <i>tipe=jɛ</i>	Andava por bananal (mas era mato)	Afirmativa + frustrativo	Percepção frustrada; distorção cognitiva (floresta por plantação)

A língua ka'apor apresenta o enclítico *tipe* — frequentemente combinado com *ã*, sem alteração semântica aparente — que desempenha diversas funções, entre elas a de frustrativo, previamente identificada na literatura (Kakumasu 1986: 390). Um exemplo dessa função está em (2), retirado de um canto transmitido pelas almas dos mortos para Mati quando ele estava gravemente doente, mas depois se recuperou.

Quando o frustrativo aparece em uma oração negativa, um evento não realizado pode gerar efeitos equivalentes aos de um evento afirmativo. Em (3), a traição nunca ocorreu, mas o marido ciumento interpretou erroneamente a situação e agiu como se tivesse ocorrido. Em (4), o silêncio da avó Onça ao esconder a mulher grávida é frustrado, pois, apesar da negação de informação, o resultado esperado (a descoberta da mulher) se concretiza. No comentário sobre a casca de ipê como remédio em (5), *tipe* revela um deslocamento na relação entre ação e consequência: mesmo sem ingestão, o efeito terapêutico ocorre, desafiando pressupostos causais convencionais. A comparação com os exemplos (6) e (7) do sakurabiat (Galucio 2014) revelou uma diferença fundamental: enquanto no ka'apor o frustrativo pode atuar sobre eventos negados sem anulá-los, no sakurabiat ele tende a cancelar a negação, transformando eventos quase não realizados em ocorrências efetivas. Assim, o frustrativo pode interagir com a negação de formas distintas, variando entre manter, modificar ou até reverter os efeitos de uma proposição negada.

Em (8), analisamos o uso de *tipe* como frustrativo avaliativo, expressando insatisfação diante de uma mudança indesejada, de forma similar a advérbios como infelizmente (Overall 2017). Em (9), exploramos sua interação com o futuro (-*ta*), que marca intenções frustradas e cenários contrafactuais, como na narrativa do caçador desaparecido (9) e na hipótese de redenção de Sodoma (11). Quando o frustrativo abrange a negação com o futuro contrafactual, como em (12), sinaliza que dadas determinadas circunstâncias o evento negativo poderia ter acontecido, mas não aconteceu. A interpretação é diferente de quando abrange apenas a negação (3-5), sendo que o evento negativo tem resultados como se fosse afirmativo.

Em (14), mostramos como *tipe* atenua pedidos, tornando-os mais corteses ao indicar que a realização do desejo não é garantida. Já em (16), vimos *tipe* modificando um nome (podendo ser um predicado nominal ou um sintagma nominal) em vez de escopar o sintagma verbal, assumindo uma leitura concessiva, como no caso de *kujâtāj* (“moça”), onde a expectativa de vitalidade é frustrada pela doença.

Em (15), *tipe* marca conhecimento parcial, expressando que algo é sabido, mas com efeitos limitados e, logo, há espaço para saber mais, suavizando afirmações categóricas. Por fim, em (16) e (17), *tipe* atua na frustração de expectativas perceptivas, como na narrativa de Ywytu, onde sua visão transformada entra em descompasso com a realidade compartilhada pelos humanos.

A análise do frustrativo *tipe* no ka'apor demonstra sua versatilidade, atuando desde a marcação de eventos não realizados até a modulação de percepção e avaliação subjetiva. Em comparação com outras línguas tupianas, *tipe* apresenta usos inovadores, especialmente na interface entre negação, concessividade e epistemicidade. Sua capacidade de operar em diferentes níveis da estrutura linguística – orações, nomes e discurso pragmático – sugere que frustratividade no ka'apor não é apenas um fenômeno modal, mas um recurso discursivo sofisticado.

Espero que não seja em vão esse artigo, que instigue a pensar como o ka'apor e outras línguas codificam expectativa, causalidade e interpretação do mundo através desse conceito comparativo que chamamos de frustrativo. Há ainda muitos outros exemplos a tratar e contextos a aclarar em ka'apor, inclusive de vários dados fornecidos durante a escrita desse artigo. Entretanto, creio que essa homenagem do difusor da categoria do frustrativo é debalde: esse artigo pode servir de demonstração de um trabalho descritivo que ainda esta por ser feito em várias línguas, incluindo o ka'apor. Enfim, a linguística é longa e a vida, mesmo que da escala dos anos que viveu Aryon Rodrigues, é curta.

Referências

ANCHIETA, José de. **Arte de grammatica da lingva mais vsada na costa do Brasil**. Coimbra: Antonio Mariz, 1595.

ANCHIETA, José de. **Teatro**. Seleção, introdução, notas e tradução do tupi por Eduardo de Almeida Navarro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERTINETTO, Pier Marco. On the tense-aspect system of Bolivian - Chaco Guaraní. In: **MÜNSTER CONFERENCE ON TUPÍ-GUARANÍ LINGUISTICS**. Münster, 2005. p. 1–56.

CHAMORRO, Graciela. Antonio Ruiz de Montoya y sus léxicos de la lengua guaraní: posibilidades de uso en la historia y en la antropología. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 6, n. 2, p. 429–449, 2014.

COPELY, Bridget. O’odham ‘cem’. In: BECKER, Michael; McKENZIE, Andrew (ed.). **The proceedings of the third meeting of Semantics of Underrepresented Languages of the Americas (SULA 3)**. Amherst: GLSA, 2005.

CRUZ, Aline da. **Fonologia e gramática do Nheengatu: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Vrije Universiteit Amsterdam, Amsterdam, 2011.

CRUZ, Aline da. Towards an understanding of the origin of aspectual marks on nouns: evidence from Nheengatu and Tupinambá. In: QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dione M. (org.). **O sintagma nominal em línguas amazônicas**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

DIETRICH, Wolf. Sintaxis del guaraní chaqueño (chiriguano, tupí-guaraní): la cláusula y las relaciones interclausales. **Amerindia**, n. 33/34, p. 333–363, 2009.

DOOLEY, Robert A. **Léxico guarani, dialeto Mbyá: com informações úteis para o ensino médio, a aprendizagem e a pesquisa linguística**. Cuiabá, MT: Sociedade Internacional de Linguística, 2006.

FERRAZ GERARDI, Fabrício. **A role and reference grammar description of Tupinambá**. Tübingen: Tübingen Library Publishing, 2023.

GALUCIO, Ana Vilacy. Discourse and epistemic modality in Mekens: the frustrative construction. **Revista Linguística**, v. 10, p. 163–179, 2014.

GODOY E SILVA, Gustavo de. Língua de sinais, gestos e cores: o caso ka'apor. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, v. 22, p. e022012-e022012, 2022.

GODOY E SILVA, Gustavo de. É o tempo dos gestos nos sinais. **Linguística**, v. 16, n. 3, p. 60-102, 2020.

GODOY E SILVA, Gustavo de; ABREU, André Sanches de. **Yman har ma'e pandu ha: myths and accompanying co-speech gestures in Ka'apor**. Endangered Languages Archive, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2196/333h4354-as2w-2282-g85q-98h4b458990o>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GRANNIER, Daniele Marcelle. A criação do espaço institucional da linguística e dos estudos das línguas indígenas no Brasil. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 30, spe, p. 479–502, 2014.

HALE, Kenneth. Papago /čim/. **International Journal of American Linguistics**, v. 35, n. 2, p. 203–212, 1969. DOI: <https://doi.org/10.1086/465055>.

JENSEN, Cheryl. Comparative Tupí-Guaraní morphosyntax. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (ed.). **Handbook of Amazonian Languages**. v. IV. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 489–618.

KAKUMASU, James. Urubu-Kaapor. In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. (ed.). **Handbook of Amazonian Languages**. v. I. Berlin; Boston: Mouton de Gruyter, 1986. p. 326–406.

KROEGER, Paul. Frustration, culmination, and inertia in Kimaragang grammar. **Glossa**, v. 2, n. 1, 2017.

KROEGER, Paul. Frustratives in St'át'imcets vs. Kimaragang: parameters of variation. **Glossa**, v. 9, n. 1, p. 1–35, 2024.

LIGA BÍBLICA INTERNACIONAL. **Tupã Je'êha: o Novo Testamento na língua Urubu-Kaapor do Brasil**. [S.l.]: Liga Bíblica Internacional, 2012.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. **Língua Asurini do Xingu: observações gramaticais**. Altamira, PA: Prelazia do Xingu; Conselho Indigenista Missionário, 1998.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Arte de la lengua guaraní. Edição facsimilar com introdução e notas por Bartomeu Melià**. Asunción: CEPAG, 1993.

(original de 1640).

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo: Global, 2013.

OVERALL, Simon E. A typology of frustrative marking in Amazonian languages. In: MATTHEWS, Peter (ed.). **The Cambridge handbook of linguistic typology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 477–512.

PAYNE, David L. **The phonology and morphology of Axininca Campa**. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1981.

PEREIRA, Antônia Alves. **Estudo morfossintático do Asurini do Xingu**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PRAÇA, Walkíria Neiva. **Aspectos da modalidade epistêmica em Tapirapé**. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 8, n. 2, p. 343–357, 2013.

PRIEST, Perry N. Estudios sobre el idioma Siriono. In: **Notas Linguísticas de Bolivia**. Riberalta: Instituto Lingüístico de Verano; Ministério de Educación y Cultura, 1980.

180

RODRIGUES, Arion Dall’Igna. Morfologia do verbo tupi. **Letras**, n. 1, p. 121–152, 1953.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SILVA, Ariel Pheula do Couto e. **Elementos de fonologia, morfologia e sintaxe da língua Avá-Canoeiro do Tocantins**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, Gino Ferreira da. **Construindo um dicionário Parakanã-Português**. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SOLANO, Eliete de Jesus Bararuá. **Descrição Gramatical Da Língua Araweté**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VILLAFÑE, Lucrecia. **Gramática Yuki: Lengua Tupí-Guaraní de Bolivia**. Tese (Doutorado em Linguística) – Katholieke Universiteit Nijmegen, Nimega. 2004

A Historiografia das Ciências da Linguagem: Interesses e Programas¹

Pierre Swiggers²

Tradução do francês feita por:

Emily Gonçalves de Medeiros Ferreira³

Francisco Eduardo Vieira⁴

Um problema metodológico incontornável na historiografia das ciências humanas é a impossibilidade de separar rigorosamente o que é *interno* e o que é *externo* ao desenvolvimento de uma disciplina. No que diz respeito à história das ciências da linguagem, Robins (1979, p. 5)⁵ esclareceu bem a complexidade do que condiciona sua dinâmica. Tal situação acentua o problema de uma *modelização* do trabalho historiográfico, que, no domínio das ciências da linguagem, tem por objeto a evolução do pensamento linguístico. Contudo, antes de descrever a própria evolução, é importante caracterizar os conjuntos teóricos que constituem seu foco ou tema (e, em parte, sua força motriz). Noutros termos, trata-se de identificar e estruturar os pontos de vista linguísticos e suas conexões⁶. É a esse nível metodológico que nosso artigo pretende trazer uma contribuição.

A diversidade de pontos de vista linguísticos que emergiram no passado revela semelhanças, analogias e divergências. O mesmo ocorre em relação aos contextos sociais, políticos, culturais e institucionais em que as teorias se inserem. Entre teorias e contextos se instala um jogo de interações, que faz evoluir uma ciência. No caso das ciências humanas, essa evolução não pode ser descrita em termos de alternância (por exemplo, “paradigma/revolução”)⁷: ela é marcada pela *continuidade* e pela *descontinuidade* de certos interesses, que persistem através dos períodos históricos. Os interesses, na maioria das vezes, coexistem e não exercem

1 Tradução para o português brasileiro de: SWIGGERS, P. L'historiographie des sciences du langage: intérêts et programmes. In: BAHNER, W.; SCHILDT, J.; VIEHWEGGER, D. (eds.). *Proceedings of the Fourteenth International Congress of Linguists*. Vol. III. Berlin/GDR, August 10-15, 1987. Berlin: Akademie Verlag, 1990. p. 2713-2716. A tradução foi revisada, corrigida e atualizada pelo autor. Alguns títulos dos textos originais foram inseridos na tradução para fornecer aos leitores as informações necessárias.

2 Universidade de Leuven.

3 Universidade Federal da Paraíba.

4 Universidade Federal da Paraíba.

5 Nota original: “Changes in scientific thinking and in scientific attitudes may arise from outside or from inside the science whose history is being traced [...] Throughout the history of linguistics all these factors can be seen at work in different ages, and among different groups, as the science experienced changes in its objectives, its methods and its theoretical positions”. Tradução para o português brasileiro: “Mudanças no pensamento científico e nas atitudes científicas podem surgir no exterior ou no interior da ciência cuja história esteja sendo traçada [...]. Ao longo da história da linguística, todos esses fatores podem ser percebidos em diferentes épocas e entre diferentes grupos, visto que a ciência experienciou mudanças em seus objetivos, métodos e posições teóricas”.

6 Cf. as proposições formuladas por Āurišin (1972) para o estudo histórico-comparativo das literaturas nacionais.

7 Para uma crítica do modelo kuhniano, ver sobretudo Hymes (1974) e Bahner (1981).

uma determinação absoluta. Além disso, eles podem variar dentro da carreira de um único autor, variação esta que corresponde então a uma diferença tipológica entre as próprias publicações do mesmo autor (podemos comparar, por exemplo, no caso do linguista francês Ferdinand Brunot [1860-1938], a sua “história da língua francesa” com orientação sócio-política [*Histoire de la langue française, des origines à nos jours*, 11 volumes publicados entre 1905 e 1937, um ano antes de sua morte] com sua “gramática histórica do francês”, trabalho muito “factual” [*Précis de grammaire historique de la langue française*, 1887, com inúmeras reedições e revisões], ou ainda com sua gramática de teorização publicada sob o título *O pensamento e a língua* [*La pensée et la langue*, 1922]; ou os escritos mais teóricos do linguista americano William Dwight Whitney [1827-1894], como por exemplo seus livros *The Life and Growth of Language* [1875, *A vida e o crescimento da linguagem*] e *Language and its Study* [1880, *A linguagem e seu estudo*] com a sua *Sanskrit Grammar*, trabalho descritivo sem uma perspectiva social e cultural [1879, *Gramática do sânscrito*].

Como podemos estruturar esses interesses? Proponho agrupá-los em *programas* (cf. Weizenbaum, 1976). Por “programa”, entendo um sistema de ordem cognitiva que permite realizar operações e obter resultados ao *privilegiar uma orientação em particular*. O programa serve para uniformizar tipos de pesquisa e engloba certo número de teorias (a noção de *programa* se sobrepõe, assim, à de *teoria*). Um programa pode ser caracterizado em função de três parâmetros:

- (a) *visão*: o ponto de vista global;
- (b) *incidência*: o contexto específico de inserção de dados;
- (c) *técnica*: a “sintaxe” descritiva do programa.

Adotando este dispositivo, é possível distinguirmos quatro programas fundamentais na história das ciências da linguagem, sendo o quarto bastante recente e resultante da introdução de um modelo constituído fora da linguística⁸.

1. O primeiro programa é o *programa de correspondência*, cujo objetivo é estabelecer uma correlação entre a língua, o pensamento e a realidade. Este modelo tem uma concepção na maioria das vezes instrumentalista da língua: a língua, em geral, é considerada como transmissão – “hermeneia” ou “tradução-interpretação” – do pensamento (cf. o texto *Peri Hermeneias* [*Da interpretação*] de Aristóteles). Um refinamento e uma reinterpretação “subversiva” desta concepção foram produzidos no século XVIII, quando se percebeu o papel crucial da língua na articulação do pensamento e na formação das ideias. No programa de correspondência, a descrição da língua não é restrita à estrutura gramatical: engloba também os procedimentos estilísticos e retóricos. Por outro lado, esse programa se caracteriza pelo interesse (bastante) reduzido na diversidade social e na dimensão histórica das línguas. Como representantes típicos de tal programa, podemos mencionar Platão, Aristóteles, os modistas, os gramáticos-filósofos dos séculos XVII e XVIII, e no século XX autores como Gustave Guillaume e Noam Chomsky (e seus discípulos). Resumindo as principais características deste programa:

⁸ O que se segue é uma extensão de meus trabalhos anteriores sobre a metodologia da historiografia da linguística; cf. Swiggers (1981, 1983).

visão: correlação língua – pensamento – realidade;
incidência: relações entre estruturas morfossintáticas e conteúdos ou processos mentais;

técnica: semanticalização de estruturas gramaticais (estabelecimento de classes lógico-semânticas; estabelecimento de correlações entre processos mentais e regras gramaticais).

2. O segundo programa é o *programa descritivista*. Nele, as línguas são consideradas conjuntos de dados formais que podemos “ordenar” sistematicamente. A ideia fundamental é que as formas linguísticas constituem um campo de pesquisa autônomo, fundamentado num princípio de autofuncionamento e autossuficiência: o conjunto explica as partes e vice-versa. Dentro do programa descritivista, podemos distinguir duas orientações fundamentais: uma abordagem *formalista* (limitando-se à inventariação e à estruturação das formas) e uma abordagem *funcionalista* (relacionando a estrutura formal a um conjunto de funções comunicativas).

Na história da linguística, o programa descritivista tem uma longa tradição: como marcos, destacamos Pāṇini, os gramáticos alexandrinos (e seus comentadores), os gramáticos romanos e carolíngios, a grande maioria de autores de gramáticas nos séculos XVI-XVIII, os comparatistas dos séculos XIX e XX, os linguistas estruturalistas (cf. sobretudo os adeptos do distribucionalismo). A corrente secular das gramáticas escolares se insere também neste programa e ilustra muito bem a relação entre interesse fundamental e tipo de publicação. Desse modo, podemos caracterizar esse segundo programa da seguinte forma:

visão: descrição das línguas como objetos;

incidência: análise (segmentação/oposição/cominação) de formas observadas; comparação de formas de diversas línguas (para fins de contraste/comparação: reconstrução); função das formas;

técnica: determinação dos contextos; segmentação; comutação; estudo das relações de proporcionalidade entre elementos; estabelecimento de relações entre formas linguísticas e funções comunicativas.

3. O terceiro programa é o *programa sociocultural*, cujo objetivo é o estudo da língua como fato social ou cultural. No que diz respeito ao estudo social da língua, parte-se da ideia de que a língua é caracterizada sobretudo pela variação ou pela variabilidade (que supõe uma competência “múltipla”, sendo a língua um sistema de sistemas). Tal variabilidade é mais frequentemente associada a fatores externos, o que resulta numa descrição em termos de *variação diastrática* (diferenciação vinculada às camadas sociais), *variação diafásica* (vinculada às gerações linguísticas e aos indivíduos) e *variação situacional* (vinculada às situações discursivas)¹.

¹ A *variação diatópica* constitui o objeto focal da dialetologia (ou geografia linguística), sendo muitas vezes concebida e praticada como uma disciplina descritiva (inserindo-se assim no segundo programa).

O programa sociocultural é ilustrado pelas tentativas de “planificação” linguística (cf. *De vulgari eloquentia*, texto escrito por Dante em 1303/1304), pelas discussões sobre o uso e pelas reflexões filosófico-linguísticas sobre a diversidade (social) das línguas (nos séculos XVI, XVII e XVIII), pela linguística (neo-)humboldtiana e pela sociolinguística moderna (que nos Estados Unidos muitas vezes busca se associar a Sapir, sobretudo em relação ao seu período em Chicago, nos anos 1930). Esse programa pode ser caracterizado assim:

visão: a língua como fato social ou cultural;

incidência: a determinação dos usos linguísticos; a competência comunicativa; a variação sociolinguística; a expressão de uma cultura através da língua;

técnica: integrativa ou sintética (inserção de fatos linguísticos numa análise das sociedades ou das culturas; inserção das análises linguísticas² numa teoria da estratificação social ou da evolução social e cultural).

4. O quarto programa resulta de uma modelização secundária: é o efeito da transferência de um modelo elaborado na lógica formal para a descrição das línguas naturais. Esse *programa de projeção* considera determinados fragmentos das línguas naturais como estruturas lógicas: trata-se de domínios que se prestam a uma descrição em termos da semântica intensional ou extensional (cf. os trabalhos de R. Montague, J. Hintikka, M. Cresswell, R. Dowty, B. Partee etc.). Esse programa ignora a história e a diversidade social das línguas naturais e privilegia certos subsistemas da gramática: os tempos e os modos verbais, os processos de determinação (nominal) e o estabelecimento de uma referência/denotação. Esse programa pode ser caracterizado nos seguintes termos:

visão: línguas como conjuntos de fragmentos lógicos;

incidência: expressão do tempo, da modalidade, da determinação;

técnica: tradução de estruturas linguísticas em uma linguagem formalizada.

Tendo esboçado os contornos de um modelo descritivo para a estruturação da história das ciências da linguagem, é tempo de concluir. Toda estruturação – e a história enquanto reconstrução é necessariamente uma atividade de estruturação – é o efeito de uma modelização, seja ela implícita ou explícita. A estruturação que propusemos deve permitir agrupar os interesses recorrentes na história da linguística, dando o reconhecimento e o espaço necessários às divergências teóricas no interior de cada um dos programas identificados.

2 Desse modo, vemos que, entre os programas (neste caso, entre o terceiro programa e o segundo programa), pode haver relações de integração ou de inclusão.

SWIGGERS P.
TRADUÇÃO DO
FRANÇÊS FEITA POR:
DE MEDEIROS E.
FRANCISCO G. F.
VIEIRA E.
HISTORIOGRAFIA
DAS CIÊNCIAS
DA LINGUAGEM:
Interesses e Programa

Referências

BAHNER, W. Theoretische und methodologische Aspekte in der Historiographie der Sprachwissenschaft. **Deutsche Zeitschrift für Philosophie**, v. 29, p. 1281-1293, 1981.

ĐURIŠIN, D. **Vergleichende Literaturforschung**. Berlin: Akademie-Verlag, 1972.

HYMES, D. Introduction: Traditions and paradigms. *In*: HYMES, D. **Studies in the History of Linguistics**: Traditions and paradigms. Bloomington: Indiana University press, 1974. p. 1-38.

ROBINS, R. H. **A Short History of Linguistics**. London: Longman, 1979 [1967].

SWIGGERS, P. Comment écrire l'histoire de la linguistique? **Lingua**, v. 55, p. 63-74, 1981.

SWIGGERS, P. La méthodologie de l'historiographie de la linguistique. **Folia Linguistica Historica**, v. 4, p. 55-79, 1983.

WEIZENBAUM, J. **Computer Power and Human Reason**. New York: Freeman & Co., 1976.

185

POSTSCRIPTUM

Sou muito grato aos dois colegas brasileiros, Emily Gonçalves de Medeiros Ferreira e Francisco Eduardo Vieira, da Universidade Federal da Paraíba, pela sua excelente tradução do texto acima, que foi apresentado, em 1987, no “14. Congresso Internacional de Lingüistas” em Berlim (Oriental, naquele tempo), na seção dedicada à história da linguística (o texto foi publicado em 1990, no volume 3 dos *Proceedings*).

A ideia subjacente ao texto era propor um quadro conceitualmente justificado e didaticamente útil para considerar a (longa) história da linguística em termos de visões e interesses abrangentes sobre linguagem e língua(s) e sobre tarefas e objetivos dos linguistas. Essas visões abrangentes podem ser chamadas de “programas”, “*cynosures*” (cf. Hymes, 1974, p. 20-23), “abordagens globais” ou “macromodelos” – entre outras possibilidades. Escolhi o termo “programa (de investigação)”, que permite uma concepção suficientemente ampla de um empreendimento racional e sistemático (cf. Lakatos, 1970; Weizenbaum, 1976). Os programas postulados no texto distinguem-se com base na conjunção do que pode ser chamado de “dimensões”, “aspectos”,

“parâmetros” ou “características”: *visão, incidência e técnica*. Em retrospecto, acredito que uma aproximação pode ser feita com a tipologia da linguagem politética de Sapir (Sapir, 1921, capítulo 6), envolvendo três conceitos ou parâmetros básicos: *tipo fundamental, técnica e síntese*. O “tipo fundamental” de Sapir (que é o critério tipológico crucial – cf. o diagrama sinóptico em Sapir, 1921, p. 150-151) corresponderia à “visão (geral)”; a “técnica” e a “síntese”, no desenho de Sapir, corresponderiam juntas ao conceito de “técnica” utilizado na caracterização de programas na história da linguística. Não existe um paralelo exato com a “incidência” nos critérios tipológicos de Sapir, mas já que sua tipologia é uma tipologia baseada morfológicamente (ou morfossintaticamente), pode-se ver a morfologia como a sua “incidência”.

Em retrospectiva, parece-me também que, para fins didáticos, pode ser útil atribuir uma “bandeira” (um tanto parecida com um *slogan*) a cada um dos quatro programas de investigação. Isso poderia assumir a seguinte forma:

Linguagem e mente, também o título de um dos livros menos técnicos de Chomsky sobre linguagem (Chomsky, 1968);

Linguagem como forma, sendo este um rótulo que permite a interpretação de “forma” como “forma/padrão sincrônico” e como “forma/formação diacrônica”;

Linguagem e sociedade, par terminológico que aparece com grande frequência em revistas ou volumes coletivos de sociolinguística e etnolinguística;

Lógica na linguagem, “bandeira” que difere das três anteriores, por sublinhar a redução metodológica e epistemológica da linguagem (contrariamente à visão “expansiva” subjacente a I, II e III) e por realçar a importância crucial de outra disciplina, isto é, da lógica (o termo *lógica* também se refere, evidentemente, à racionalidade e à estrutura racional).

Pode-se levantar a questão de saber se não existe algo como um programa “Língua e história”, mas, de fato, uma perspectiva histórica pode ser (e tem sido) adotada nos programas I e III (e, claro, como já foi apontado acima, no programa II, e isso de maneira fundamental). Quanto à integração de uma perspectiva histórica dentro do programa “que procura correspondência com a mente e a realidade” (I) ou dentro do programa “orientado para a sociedade e a cultura” (III), pode-se pensar nas visões (ideologicamente muito diversas!) apresentadas nos séculos XVIII (por exemplo, Maupertuis, Condillac), XIX (por exemplo, Humboldt e Steinthal) e XX (por exemplo, Boas; também o idealismo na linguística românica, cf. Christmann, 1974) sobre a ligação dinâmica (e em desenvolvimento) entre linguagem e vida mental (do sujeito individual ou de um povo), entre linguagem e sociedade.

Olhando superficialmente, os três primeiros programas pareceriam focar na linguagem como um *objeto* (fenomenológico) abordado de forma inocente ou ingênua, enquanto o último abordaria a(s) língua(s) como uma *construção*. Mas este primeiro olhar deve ser imediatamente

SWIGGERS P.
TRADUÇÃO DO
FRANCÊS FEITA POR:
DE MEDEIROS E.
FRANCISCO G. F.
VIEIRA E.
HISTORIOGRAFIA
DAS CIÊNCIAS
DA LINGUAGEM:
Interesses e Programa

matizado, dada a sofisticação, a matematização e a instrumentalização que caracterizaram o curso evolutivo de *todas* as abordagens da linguagem, resultando numa concepção cada vez mais “construída” ou “construtivista” da linguagem. Na verdade, a linguística, qualquer que seja a abordagem defendida, criou – como é o caso de todas as ciências – um “objeto-modelo” (ou “objeto T-teórico”; no inglês, *T-theoretical object*) cada vez mais diferente do seu “objeto real” – para a distinção, ver Bunge (1974); sobre a construção modelizada do objeto “linguagem”, ver Šaumjan (1973).

[*Nota terminológica:* Os eixos variacionais (“*dia-*”) mencionados no texto são discutidos mais detalhadamente em Swiggers (2013); ali proponho o termo *variação diakáirica* (do grego καιρός [*kairós*], “tempo próprio, ocasião, oportunidade”) como um rótulo para a variação (sociopragmática) relativa a situações/eventos comunicativos.]

REFERÊNCIAS DO *POSTSCRIPTUM*

BUNGE, M. **Treatise on basic philosophy**. Semantics I: Sense and reference. Dordrecht & Boston: Reidel, 1974.

CHOMSKY, N. **Language and mind**. New York: Harcourt, Brace & World, 1968. [Tradução portuguesa: **Linguagem e mente**. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2009]

CHRISTMANN, H. H. **Idealistische Philologie und moderne Sprachwissenschaft**. München: Fink, 1974.

HYMES, D. Introduction: traditions and paradigms. *In*: HYMES, D. (ed.). **Studies in the history of linguistics**: traditions and paradigms. Bloomington: Indiana University Press, 1974, p. 1-38.

LAKATOS, I. Falsification and the methodology of scientific research programmes. *In*: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (eds.). **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 91-196.

SAPIR, E. **Language**: An introduction to the study of speech. New York: Harcourt, Brace and Company, 1921. [Tradução portuguesa: **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. Rio de Janeiro: Inst. Nacional do Livro, 1954]

ŠAUMJAN, S. K. **Philosophie und theoretische Linguistik**. München: Fink, 1973.

SWIGGERS, P. *Aspectos del desarrollo de la lingüística histórica en los siglos XIX y XX*. *In*: GÓMEZ, R.; GORROCHATEGUI, J.; LAKARRA, J. A.; MOUNOLE, C. (eds.). **Koldo Mitxelena Katedraren III. Biltzarra / III Congreso de la Cátedra Luis Michelena / 3rd Conference of the Luis Michelena Chair**. Vitoria-Gasteiz: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitateko Argitalpen Zerbitzua, 2013, p. 467-509.

WEIZENBAUM, J. **Computer power and human reason**. New York: Freeman & Company, 1976.